

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

JOÃO RODRIGUES CHIARELLI

**A GRANDE ESTRATÉGIA DO JAPÃO (1868-2020):
SOBERANIA FRENTE ÀS GRANDES POTÊNCIAS**

PORTO ALEGRE

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS

JOÃO RODRIGUES CHIARELLI

**A GRANDE ESTRATÉGIA DO JAPÃO (1868-2020):
SOBERANIA FRENTE ÀS GRANDES POTÊNCIAS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.
Orientador: Prof. Dr. Fábio Costa Morosini

PORTO ALEGRE

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Chiarelli, João Rodrigues

A grande estratégia do Japão (1868-2020) :
soberania frente às grandes potências / João Rodrigues
Chiarelli. -- 2023.

214 f.

Orientador: Fábio Costa Morosini.

Coorientador: Marco Chaves Cepik.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Japão. 2. Estudos asiáticos. 3. Grande
estratégia. 4. Economia política internacional. 5.
Realismo neoclássico. I. Morosini, Fábio Costa,
orient. II. Cepik, Marco Chaves, coorient. III.
Título.



ATA DE DEFESA

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, às 14 horas, reuniu-se a Comissão Examinadora, designada pela Comissão do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais/UFRGS e composta pelos professores doutores Fábio Costa Morosini (PPGEEI-UFRGS), Marco Aurélio Chaves Cepik (PPGEEI/UFRGS), Alexandre Ratsuo Uehara (ESPM) e Alexandre César Cunha Leite (UEPB), para julgar o trabalho elaborado por João Rodrigues Chiarelli, intitulado "A GRANDE ESTRATÉGIA DO JAPÃO (1868-2020): SOBERANIA FRENTE ÀS GRANDES POTÊNCIAS", como quesito parcial para obtenção do Título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais. A sessão iniciou com a apresentação da Tese. Finda a mesma, foi iniciada a arguição. A seguir, cada um dos componentes da Comissão Examinadora atribuiu os seguintes resultados: Prof. Marco Aurélio Chaves Cepik, aprovado; Prof. Alexandre Ratsuo Uehara, aprovado; Prof. Alexandre César Cunha Leite, aprovado; Tendo como resultado final: Aprovado. Para efeito de expedição de diploma e Banco de Teses e Dissertações, deverá ser fornecida versão integral eletrônica da Tese, devidamente revisada, incorporando as sugestões da Comissão Examinadora, no prazo de trinta (30) dias para fins de homologação. Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2023.

Fábio Costa Morosini

Prof. Fábio Costa Morosini

Prof. Alexandre Ratsuo Uehara

Marco Aurélio Chaves Cepik

Prof. Marco Aurélio Chaves Cepik

Prof. Alexandre César Cunha Leite

Dedico este trabalho em memória a:

Flavianus Barrachini Warlet (1981-2019)

Uma amizade que perdurou por um quarto de século e seguiu até o último dia de sua vida. Seu entusiasmo e coragem em desbravar novas terras me impulsionou nesta busca de trilhar novos horizontes.

Wolney Roberto Carvalho (1972-2019)

Professor, pesquisador e entusiasta do ensino e, acima de tudo, um verdadeiro amigo. Sua partida ocorreu demasiadamente cedo. Seguiremos com os trabalhos de construir uma sociedade melhor para aqueles que virão após a nossa existência.

Ubirajara Azevedo Dias (1952-2021)

Tio Bira foi quem me ensinou que não vencemos os obstáculos que lutamos sozinhos, o desafio é sempre manter um grupo coeso e forte para enfrentar as adversidades que todos possuem. O maior desafio na vida não é ter fama ou dinheiro, o real desafio na vida é ter verdadeiros amigos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a iniciativa acadêmica que tornou esta pesquisa possível, a atividade de pesquisa e extensão: “Oficina de China e Leste Asiático” (Ofchila/UFRGS), da cidade de Porto Alegre, que tenho a felicidade de ser um de seus membros fundadores, coordenada pelo meu amigo e pesquisador Dr. Athos Munhoz da Silva e onde atualmente desempenho a função de co-coordenação em conjunto com a Ms. Betina Sauter, Ms. Renato Ungaretti, Rafael Franceschi e Dr. Erik Ribeiro. Aos demais integrantes, e também meus amigos, Renato Saraiva, Vinícius Lerina, Gustavo Feddersen, João Gabriel Burmann, Prof. Carlos Pinet, Natan Schumann, Giuseppe Marroni, Brian Kisaki, Laís Barizotto, Bruce Padilha, André Carvalho, André Maia, Felipe Dalsin, Jaíne Garcia, Marianna Oliveira, Bianca Stone, Anthony Chao, Bruno Magno, Rômulo Pitty, Bernardo Bernardi e Thyene Ribas Moreira, que trabalharam em conjunto comigo ao desde o início desta empreitada e cruzamos juntos as dificuldades e limitações impostas pela pandemia da COVID-19. Esta atividade teve origem em 2007, nos grupos de estudos do Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins, exímio entusiasta acerca dos estudos sobre Relações Internacionais e Estudos Estratégicos permitindo a que nós, estudantes de graduação na época, organizassem um grupo de estudos intitulado “Café Ásia”, em conjunto com meus amigos e colegas Bruno Magno, o próprio Athos Munhoz da Silva, Gustavo Feddersen, Rômulo Pitt, Laís Barizotto e Lucas Kerr de Oliveira. Devido à articulação dos debates do “Café Ásia”, em 2015, este grupo foi regularizado como uma atividade de extensão da UFRGS, denominada “Oficina de China e Leste Asiático” (Ofchila/UFRGS). Agradeço profundamente a estas pessoas que permitiram dar forma a este Projeto e seguir com a minha agenda pessoal de fomentar o estudo e a cooperação entre os povos da América Latina e Ásia. Além destas iniciativas, também tive a felicidade de compor a fundação, em 2010, do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), em conjunto com muitos membros fundadores do Café Ásia, que permitiu participar de atividades governamentais, dentre as quais, a Frente Parlamentar Rio Grande do Sul-China, presidida pelo Deputado Estadual Jeferson Fernandes e apoiada pelo ex-Deputado Estadual Raul Carrion, que nos acolheu nestes debates.

Agradeço a todos os pesquisadores do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI/USP), da cidade de São Paulo, coordenada pelo Prof. Dr. Alexandre Uehara que vem realizando debates sobre política e economia do Japão há mais de três décadas. Foi o Prof.

Uehara quem me permitiu conhecer pessoalmente o Prof. Shinichi Kitaoka, que em 2012 – enquanto eu fazia meu mestrado na UFSCar – esteve num congresso no Memorial da América Latina para participar de uma série de debates acerca das relações Japão-Brasil. Foram os trabalhos do Prof. Kitaoka que permitiram estabelecer os principais debates desta presente tese. Também quero agradecer ao Prof. Dr. Newton Hirata que me apresentou a obra do Prof. Yoshi Saburo Kuno que escreveu, em 1921, o livro “O que o Japão quer”, que me permitiu compreender e fazer uma reflexão dos temas levantados nesta tese e os dilemas enfrentados pelo Japão há exatamente um século atrás. Também quero agradecer aos demais pesquisadores do grupo, dentre estes Kelly Ferreira, Bárbara Dantas Mendez, Valdir Bezerra, especialmente, que me deram a oportunidade de integrar seus grupos de estudos ao longo deste doutorado, o que foi fundamental para poder realizar os debates acadêmicos e pesquisas durante a situação de pandemia da COVID-19.

Expresso meus agradecimentos ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Ásia Pacífico (GEPAP/UEPB), da cidade de João Pessoa, coordenado pelo Prof. Dr. Alexandre Cunha Leite. Meu, agradecimento à Giovanna Nóbrega e aos demais “*coreanistas*” do grupo, fico contente em saber que na região há tantos entusiastas de estudos sobre a Ásia.

Agradeço também ao Núcleo de Estudos Estratégicos, Geopolítica e Integração Regional (NEEGI/UNILA), da cidade de Foz do Iguaçu, coordenado pelo Prof. Dr. Lucas Kerr de Oliveira, que nos apoiou na construção deste grupo de estudos sobre Ásia em 2007 – o prof. Lucas atualmente vem promovendo os temas de cooperação entre os povos latinos americanos e em trabalhos em conjunto com a Ofchila buscamos fomentar o diálogo entre nossos povos e os povos do extremo oriente.

Agradeço também à Associação de Cultura Japonesa de Porto Alegre (ACJ) que incentivou os estudos sobre cultura e história do Japão ao longo destas duas últimas décadas, em particular, a Profa. Taeko Kanno e a Profa. Hideko Osawa.

Gostaria também de agradecer aos meus orientadores, Prof. Dr. Fábio Morosini e ao Prof. Dr. Marco Cepik que me apoiaram, incentivaram e realizaram correções de extrema relevância para produção desta pesquisa; quero registrar meu enorme respeito aos dois por me proporcionar a autonomia intelectual para a produção deste estudo. Gostaria de agradecer também, aos demais professores que auxiliaram e deram vitais recortes para a produção deste tema de estudo, dentre estes, Prof. Dr. José Quedi Martins, Prof. Dr. Lucas Kerr de Oliveira, Prof. Alexandre Uehara, Prof. Dr. Ernani Torres, Prof. Dr. Wolney Roberto Carvalho (*in*

memorian), Prof. Dr. Luciano Wexell e Prof. Dr. Antônio Padula, cujas dicas e sugestões e incentivo, foram de inestimável contribuição.

Agradeço aos meus amigos pelo apoio, paciência, disponibilidade, amizade e compreensão que me seguiram ao longo destes anos e que estiveram presentes na produção desta pesquisa: Ítalo Passuelo, Alexandre “Zen” Dias, Daniel Dias, Thales Dias, Juliano Schultz, Akemi Alice Yamamura, Patrícia Suemi Sato e Carlos Gorito. Por fim, mas não menos importante, agradeço aos meus familiares pelo apoio e paciência: minha mãe Claudir Terezinha Rodrigues Lima, minha irmã Mariana Chiarelli e minha tia Carla Rodrigues.

Por último, tenho um profundo apreço pelo projeto de política pública que idealizou o ensino universal, gratuito e de qualidade para nosso país, onde tive a felicidade de cursar a integralidade de meu ensino superior. Em 2009 obtive o diploma de Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2013 concluí o mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), lugar de onde guardo apenas boas lembranças e agora, em 2023, retorno à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para concluir este doutorado na área de relações internacionais. Além de realizar meus estudos nestas instituições públicas, foram nelas em que tive a possibilidade de constituir em conjunto com a Universidade, a atividade de pesquisa e extensão: , a “Oficina de China e Leste Asiático” (Ofchila) e assim contribuir na produção do conhecimento em conjunto com a sociedade. Muito obrigado pelo apoio de todos: amigos, colegas, alunos e professores e familiares, espero com gratidão, que apreciem este texto pois esta obra é um corolário dos meus quase trinta anos de estudos sobre Japão e Ásia.

“Na realidade, o número das vítimas (da bomba atômica) admitidas no alojamento era muito superior aos que morriam. Bastava dar cabo de um cadáver para logo mais feridos serem trazidos. Não só as salas de aula e as tendas do pátio como os depósitos e barracões de madeira das fazendas dos arredores estavam repletos de pacientes. Havia vítimas deitadas até nos jardins na frente das casas. As escolas nacionais das cidades e dos vilarejos ao redor de Hiroshima foram também convertidas em alojamentos emergenciais, assim como a Escola Elementar Nacional, de Heseke, e todas pareciam superlotadas. Portanto, era necessário dispersar as vítimas por uma ampla área distante. Caso contrário, os médicos não dariam conta e boa parte dos pacientes seria obrigada a permanecer à mercê das intempéries.”

Ibuse Masuji, CHUVA NEGRA

RESUMO

Este é um ensaio interpretativo acerca da Grande Estratégia do Japão em conjunto com leituras de pesquisadores e professores japoneses que estão trabalhando sobre este tema, com inspiração na teoria do Realismo Neoclássico. Compreende-se Grande Estratégia é forma pelo qual o Estado emprega suas políticas para atingir seus interesses nacionais, para isso, busca-se compreender o comportamento do Estado com base na história e capacidades materiais de um povo, com a intenção de apontar recorrências de comportamento que permitam entender qual seria o objetivo que aquele determinado país possui. No contexto japonês, o país passou desde a sua revolução burguesa – a Restauração Meiji de 1868 – buscando consolidar mecanismos institucionais que objetivam a manutenção da soberania do Estado do Japão através de políticas que visem desenvolver a economia nacional via industrialização e forte investimento em tecnologia; a preservação da integridade de seu território através do investimento em forças armadas modernas; e a formação de alianças com Potências Ocidentais (Reino Unido, Alemanha e Estados Unidos) que corroborem a constituição do Japão como uma Potência Regional.

Palavras-chave: Japão. Estudos asiáticos. Grande estratégia. Economia política internacional. Realismo neoclássico.

ABSTRACT

This is an interpretative essay about Japan's Grand Strategy in conjunction with readings by Japanese researchers and professors who are working on this topic, inspired by the theory of Neo-Classical Realism. Grand Strategy is understood as the way in which the State employs its policies to achieve its national interests. that allow us to understand what would be the objective that a certain country has. In the Japanese context, the country has passed since its bourgeois revolution - the Meiji Restoration of 1868 - seeking to consolidate institutional mechanisms that aim to maintain the sovereignty of the State of Japan through policies that aim to develop the national economy through industrialization and strong investment in technology; preserving the integrity of its territory through investment in modern armed forces; and the formation of alliances with Western Powers (United Kingdom, Germany and United States) that corroborate the constitution of Japan as a Regional Power.

Keyword: Japan. Asian Studies. Grand Strategy. International Political Economy. Neoclassical Realism.

NOTA DE TRADUÇÃO

A presente obra adotará os nomes de pessoas japonesas pela ordem de grafia nipônica, onde o nome de família precede o nome próprio, por exemplo, o nome completo do atual Primeiro-Ministro do Japão será registrado como Suga Yoshihide. A exceção será aos nomes japoneses de pessoas de outras nacionalidades, como no caso do brasileiro Shiguenoli Miyamoto, que seguirá a ordem ocidental, onde o nome próprio precede o nome de família.

O nome de lugares e regiões será utilizado a grafia original do país, mesmo que estes possuam a transliteração latinizada, como no caso de Tokyo (Tóquio), Yokohama (Iocoiama) ou Beijing (Pequim), fez-se esta opção para evitar confusões pois tanto as cidades quanto a maioria das localidades asiáticas já são conhecidas do grande público.

Importante destacar que os japoneses possuem também um sistema de calendário anual referente ao Imperador sobre o Trono de Crisântemo. Algumas datas – particularmente quando fazem alusão a eventos internos ao país – puderam vir acompanhadas do ano ocidental e em parênteses, o ano Imperial correspondente, por exemplo “1868 (Meiji 1)” corresponde ao primeiro ano do Imperador Meiji. Adotou-se este modelo pois os documentos oficiais do governo japonês são registrados com a data Imperial até os dias de hoje e não necessariamente possuem alguma datação ocidental.

Também será observada a replicação dos ideogramas japoneses para especificar o termo empregado ou que o leitor possa buscar o termo no original para que tenha melhor tradução, alguns termos são frequentes na língua japonesa em obras acadêmicas ou culturais e um leitor que tenha mais familiaridade pode compreender melhor o conceito ou termo tratado, como no exemplo de *Yondai Zaibatsu* (四大財閥) e *Tokugawa Jidai* (徳川時代), entre outros. Todos os termos em língua estrangeira, quando escritos em alfabeto romanizado, serão grafados em itálico, salienta-se que todas as traduções do japonês na presente obra foram realizadas pelo autor, desta forma, eventuais erros de tradução, interpretação ou grafia que porventura possam ocorrer, são de inteira responsabilidade do mesmo.

NOTA DO AUTOR

Devido à conjuntura excepcional da pandemia global decorrente da disseminação do vírus de COVID-19 que assolou o mundo nos anos de 2020-2022, faz-se necessário tecer alguns comentários sobre conjuntura. A produção de uma tese não é algo fácil, a necessidade de estudos, pesquisas e leituras são inerentes à produção acadêmica, contudo, a pandemia e a consequente quarentena e processo de isolamento social que afetou o país, e o globo, também influenciou a produção da corrente pesquisa. Até o dia 4 de janeiro de 2023, o Brasil registrou oficialmente 694 mil mortes desta doença, colocando o país como o segundo em casos de óbitos globais decorrentes deste vírus, atrás apenas dos Estados Unidos levou à perda de 1 milhão de pessoas, a característica comum a estes dois países foram as condutas abertamente negacionistas de seus mandatários e a adoção da política de “imunidade de rebanho”, apontada como catastrófico pelos especialistas.

Estratégia, dentro do contexto das ações de Estado, é orquestrar as instituições públicas para atingir determinados fins. A pandemia levou aos governantes em adotar medidas de conter a disseminação do vírus, alguns países implementaram medidas de controle de circulação de pessoas, testagem e investimento pesado em ciência e tecnologia que permitiu a rápida recuperação, além de diminuir a perda de vidas, outros governantes apostaram em não conter a circulação de pessoas ou adotar medidas de *lockdown* ou até protelar a compra de vacinas para favorecer determinados compradores, como se observou na gestão de Bolsonaro, que levou a mortalidade de milhares de pessoas, em prol de uma ideologia que visava proteger mercados acima de vidas humanas. Estas escolhas não são ao acaso, elas são planejadas, deliberadas e organizadas em conjunto com demais burocracias do Estado. No Brasil, por exemplo, as Forças Armadas, que tiveram um papel central na desastrosa gestão de combate à pandemia. Em 8 de abril de 2021, registou-se a perda de 4.195 pessoas num único dia. A Índia, apesar de possuir 1,2 bilhão de pessoas – frente aos 210 milhões de brasileiros – e possuir uma maior miserabilidade que o Brasil, condições socioeconômicas e a inexistência de um sistema universal de saúde, perdeu 524 mil pessoas para este vírus. Mesmo que estes números estejam subdimensionados, não pode-se ignorar que no caso brasileiro também estão incompletos, como aponta o grupo de estudos da Universidade Federal de Pelotas, coordenado pela Prof. Dr. Pedro Hallal que aponta uma subdimensão de até 30% dos casos.

Há uma discrepância na forma como o Ocidente enfrentou a pandemia e como o Oriente lidou com o caso, a região de Taiwan, com 23 milhões de pessoas, registrou 15 mil óbitos, República da Coreia, com 51 milhões de pessoas, registrou 32 mil óbitos, Vietnã, com 98 milhões de pessoas, registrou 43 mil óbitos, Japão, com 125 milhões de pessoas, registrou 57 mil óbitos, todos estes países, até a presente data. Por outro lado, países como Espanha registraram 117 mil mortes; França 159 mil mortes; Alemanha 162 mil; Itália 169 mil; Reino Unido 213 mil, com exceção de Taiwan, todos estes países europeus possuem populações menores que os países asiáticos citados acima.

Historicamente, a Ásia foi vitimada por endemias virais nestes últimos anos: a Influenza A (H5N1) de 1997 tendo epicentro em Hong Kong, a Gripe Aviária (H9N2) de 1999 como epicentro o sudeste asiático, a Gripe do Camelo (MERS-Cov) de 2012 como epicentro o Oriente Médio além de outros casos, foram apenas situações em que o combate à doença foi controlado e evitado seu alastramento em proporções globais. Um dos principais motivos de que estas endemias possuam a tendência de surgirem ou de terem elevado grau de alastramento na Ásia decorre que este continente contém a metade da população humana – e por esta razão, possui a maior tendência para a disseminação de agentes patógenos – boa parte destes países ainda sofrem as mazelas da exploração e pauperização decorrentes dos períodos de ocupação colonial e ainda não conseguiram superar a pobreza extrema em muitas regiões. O que se aponta aqui é que as condições materiais para enfrentamento das adversidades não são por si só aspectos de resolução das problemáticas enfrentadas, é necessário, além de possuir meios de enfrentar dificuldades, interesse político e coletivo para combatê-lo. Se estes países asiáticos tivessem reproduzido o comportamento das lideranças liberais ocidentais, provavelmente aquelas endemias regionais dos anos 90 poderiam ter se tornado em pandemias.

O conceito Grande Estratégia, que é tema desta tese, é apontar as tendências de comportamentos dos Estados com base na história e capacidades materiais de seus povos, observar como os asiáticos enfrentam a pandemia hoje permite depurar como reagirão as próximas enfermidades que virão e espera-se que o exemplo daqueles países possa influenciar as medidas equivocadas tomadas pelo Ocidente no que se trata ao comportamento coletivo frente a catástrofes sanitárias.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADB	Banco de Desenvolvimento Asiático (Asian Development Bank)
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático, (Association of South East Asian Nations)
EUA	Estados Unidos da América
IED	Investimento Estrangeiro Direto
JETRO	Organização de Comércio Externo do Japão, (Japan External Trade Organisation)
JBIC	Banco para Cooperação Internacional do Japão, (Japan Bank for International Cooperation)
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão, (Japan International Cooperation Agency)
JSDF	Forças de Autodefesa do Japão; (Japan Self Defence Forces)
MOFA	Ministério de Assuntos Estrangeiros, (Ministry of Foreign Affairs)
ODA	Assistência Oficial para o Desenvolvimento, (Official Development Assistance)
ONU	Organização das Nações Unidas
PDJ	Partido Democrata do Japão
PLD	Partido Liberal Democrata
PIB	Produto Interno Bruto
PSDJ	Partido Social-Democrata do Japão
RCEP	Parceria Econômica Regional Abrangente, (Regional Comprehensive Economic Partnership)
RDPC	República Democrática Popular da Coreia
RPC	República Popular da China

Mapa Político do Japão



Fonte: Wikipedia Commons (commons.wikimedia.org/wiki/File:Regions_and_Prefectures_of_Japan_2_az.svg)

O Japão é um Estado Unitário que possui três níveis de divisão administrativa: (1) Nacional, (2) 47 Prefeituras (43 *ken* 県, 2 *fu* 府 [Osaka e Kyoto], 1 *dô* 道 [Hokkaido] e 1 *to* 都 [Tokyo]) e (3) 1719 Municípios. (1) Nacional se refere a entidade unitária nacional. (2) Prefeituras que possuem competências parecidas com os estados no Brasil. (3) Municípios possuem quase as mesmas competências que os municípios no Brasil. O país também apresenta divisão em oito regiões (vermelho Hokkaido; amarelo Tohoku; verde: Kanto; azul Chūbu; roxo Kansai; laranja Chūgoku; violeta Shikoku e cinza Kyūshū e arquipélago de Ryūkyū) assim como no caso brasileiro, estas divisões regionais não possuem personalidade jurídica própria.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	O QUE É GRANDE ESTRATÉGIA?.....	21
2.1	TEORIA DAS ELITES.....	29
2.2	REALISMO NEOCLÁSSICO.....	32
2.3	GRANDE ESTRATÉGIA NO JAPÃO.....	39
3	HISTÓRIA DA DIPLOMACIA JAPONESA.....	48
3.1	PERÍODO DO IMPÉRIO DO JAPÃO (1868-1945).....	50
3.1.1	Restauração Meiji (1868): aderindo ao sistema ocidental.....	52
3.1.2	Aliança anglo-japonesa (1902 ATÉ 1923).....	66
3.1.3	Diplomacia Shidehara (1922 até 1927).....	79
3.1.4	Diplomacia Tanaka (1927-1929).....	82
3.1.5	A Guerra de Quinze Anos (1931-1945).....	87
3.2	DA OCUPAÇÃO ATÉ O FIM DA ERA HEISEI (1945-1989).....	98
3.2.1	Doutrina Yoshida (1946): reestruturação.....	99
3.2.2	Doutrina Fukuda (1977): minimalismo econômico.....	107
3.2.3	Pós Guerra Fria.....	109
3.2.4	Japão hoje.....	116
4	AS TRÊS DIMENSÕES DA GRANDE ESTRATÉGIA.....	118
4.1	PERFIL DAS CAPACIDADES PRODUTIVAS NACIONAIS.....	119
4.2	RESPOSTA A CRISE DE 30 ANOS.....	128
4.3	DIMENSÃO SECURITÁRIA: SOBERANIA NO SÉCULO XXI.....	137
4.4	GEOPOLÍTICA.....	140
4.5	CAPACIDADES MILITARES.....	148
4.6	UMA DOUTRINA ABE?.....	160
4.7	REVISÃO CONSTITUCIONAL.....	167
	REFERÊNCIAS.....	187
	GLOSSÁRIO DE TERMOS.....	199

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é um ensaio interpretativo sobre a Grande Estratégia do Japão. Grande Estratégia é o emprego de mecanismos internos do Estado para atingir seus interesses nacionais, destacando-se a importância das decisões sobre sua política econômica, securitária e política externa. A Grande Estratégia é, em suma, as políticas pelas quais o Estado interagirá no conjunto de outros Estados – que compõem o Sistema Internacional.

Enquanto as Grandes Potências possuem como Grande Estratégia como eliminarão ameaças externas – coagindo ou coibindo adversários através de alianças e sanções – as Potências Regionais, onde podem ser categorizados o Japão, Alemanha, Índia ou até o Brasil, buscam manter sua soberania no Sistema Internacional aumentando sua autonomia.

No contexto japonês, o país passou desde a sua revolução burguesa – a Restauração Meiji de 1868 – buscando consolidar mecanismos institucionais que objetivam a manutenção da soberania do Estado do Japão através de políticas que visem desenvolver a economia nacional, via industrialização e forte investimento em tecnologia; a preservação da integridade de seu território através do investimento em forças armadas modernas; e a formação de alianças com Potências Ocidentais (Reino Unido, Alemanha e Estados Unidos) que corroborem a constituição do Japão como uma Potência Regional.

Kanehara (2017a) que aponta que a Grande Estratégia representa os valores que uma sociedade produz ou busca seguir ao longo do seu tempo, entendo que Grande Estratégia é uma política de Estado – não de Governo – faz-se necessário realizar um estudo sobre um longo período de tempo. Kanehara levanta assim a questão de quais eram as aspirações diligentes dos japoneses em 1868 e observa a recorrência destes anseios ao longo dos anos, apontando a busca do Japão para ser considerado um Estado e uma sociedade em pé de igualdade frente as Grandes Potências. Desfazer os tratados desiguais foi uma prioridade das elites japonesas e a aliança com o Reino Unido em 1902 foi o ápice da política externa da Era Meiji – pois esta aliança não apenas assegurou a preservação do país frente a ameaças como Rússia, França e Estados Unidos – mas também permitiu que o Japão atuasse da mesma forma que as Potências Ocidentais.

O longo período de análise decorre da sugestão do prof. Kanehara, que afirma que a Grande Estratégia de um país decorre da produção dos valores daquele Estado, o que levou à necessidade de se debruçar sobre períodos longos de análise. Apesar de a escolha desta

pesquisa abranger quase um século e meio, os eventos analisados são específicos e pontuais, objetivando elencar os eventos políticos que alteraram profundamente a história do Japão, tais como a Restauração Meiji que impulsionou à sociedade japonesa uma nova estrutura organizacional imprimida pela ascensão de uma nova elite buscando colocar o Japão feudal em pé de igualdade perante as potências imperialistas.

Desta forma, esta pesquisa será dividida em três capítulos: O primeiro será reservado para discussão da teoria de Grande Estratégia e seus debates dentro da academia japonesa, buscando destacar os atores principais deste tema na contemporaneidade. O segundo capítulo é destinado à análise da história do Japão, observando os eventos históricos, todavia, não será uma abordagem exaustiva, mas sim serão abordados os eventos relevantes que alteraram a política externa ou eventos da política externa que influenciaram a política nacional. Por fim, o terceiro capítulo trata da análise da Grande Estratégia do Japão, destacando principais demandas e anseios da elite nacional japonesa em três campos: política econômica, política externa e a questão securitária.

No **segundo capítulo**, será realizado o debate teórico do ponto de vista caráter interpretativo sobre a teoria do Realismo Neoclássico. Para isso, será debatido o conceito original de Grande Estratégia, definido por Hart (1967) que a estabelece como uma ação do Estado para estipular estratégias coordenadas de setores chaves – tais como política econômica, segurança e política externa – para atingir objetivos de como posicionar o Estado dentro do sistema internacional. Estes objetivos podem ser tanto uma ação de como obliterar ou sobrepor-se a rivais ou forjar alianças para conter a ação de outro Estado.

Neste capítulo serão apontados estes conceitos e como são empregados no Japão, destacando-se os trabalhos de Kanehara Nobukatsu, Kitaoka Shinnichi, Akimoto Daisuke, Nakanishi Terumasa e Hosoya Yuichi, todos professores de universidades japonesas e que possuem obras sobre o tema.

Kanehara (2017) aponta que a Grande Estratégia do Japão, desde que este iniciou seu processo de modernização – a Restauração Meiji (1868)¹ – o país busca construir mecanismos

1 A Restauração Meiji é definida como uma “revolução não-democrática” ou uma “revolução parcial”, sendo apenas concretizada plenamente após a adoção da Constituição Meiji em 1889 (Meiji 22), especialmente após a adoção do Código Civil, em 1898 (Meiji 31), que eliminou o sistema de nobreza ligada a terra (que até esta data, na prática já não existia) e eliminou os últimos resquícios da servidão feudal no país. Kitaoka (2019b) define este evento histórico como “hoje, a Restauração Meiji ou a Revolução Meiji está sendo reavaliada. Na verdade, está sendo elogiado como um evento histórico raro por promover uma sequência de grandes mudanças de longo prazo dentro de uma baixa taxa de baixas. (...) e a Revolução Meiji também pode ser definida como uma revolução democrática, uma revolução liberal e uma revolução de recursos humanos”.

institucionais que permitam ao Estado inserir-se no Sistema Internacional Ocidental como um Estado soberano e em condição de igualdade perante o Ocidente. Observa-se que este fato é uma questão presente na atualidade quando os últimos governos buscam reconstituir o Japão como um Estado Normal (KRAUSS; MAULL, 2020).

Hosoya (2011) aponta que a Grande Estratégia do Japão é tentar incorporar os valores ocidentais em uma sociedade asiática e criar um modelo de nação que possa amalgamar a arquitetura institucional do ocidente com o oriente. Já Nakanishi (1990) aponta que o emprego da Grande Estratégia do Japão ocorre em três níveis:

- a) Regionalmente: onde o país atua como um baluarte de prosperidade perante as demais nações da Ásia-Pacífico;
- b) Globalmente: como um intermediário entre Ocidente e Oriente;
- c) Securitária: onde o debate do emprego dos arsenais nucleares sempre deva ser uma discussão vital do Estado japonês.

Destaca-se entretanto que o termo Grande Estratégia possui algumas problemáticas, a primeira, o conceito ainda não possui uma interpretação definitiva, nem mesmo entre acadêmicos americanos – de onde a proposta fora idealizada – havendo divergências acerca do modelo e que elementos serem empregados para análise, visto que alguns autores empregam o conceito de Grande Estratégia como instrumento tático do país – e que pode retomar as obras clauzevitzianas que apontam o emprego de instrumentos não militares para operações táticas, tais como a diplomacia ou a economia. Outro dilema apontado é que o próprio termo ter sido pensado dentro do contexto estadunidense, Daisuke, por exemplo, aponta que para um país não ocidental – e logo, um país que não é componente original do sistema internacional moderno e westfaliano – o Japão, e provavelmente as demais nações periféricas, necessitam pensar uma Grande Estratégia como resposta à hegemonia ocidental.

O que os autores apontam é que a preocupação central das Elites nacionais japonesas era inserir o Japão no Sistema Internacional Ocidental de forma autônoma evitando que o país seguisse o trágico destino da totalidade dos Estados nacionais asiáticos observado após o início do Expansionismo Imperialista Ocidental, resultando na ocupação – parcial ou total – dos reinos e povos no continente asiático.

O **terceiro capítulo** versa sobre a história moderna do Japão, desde a Restauração Meiji (1868) até o final do governo Abe (2020). Para analisar o longo período temporal serão elencados os eventos que impactaram a história do Japão, contudo a definição de eventos

significativos não são valores mensuráveis, visto que se trata de eventos históricos produzidos por coletivos humanos, desta forma, não há como pré-definir o que é significativo ou não. Para sanar este impasse, os eventos analisados são aqueles que o autor, em conjunto com a literatura especializada sobre a história política do Japão define como significativos. Por exemplo, Kitaoka (2019b) levanta a indagação acerca da Restauração Meiji, alegando que esta pode ter sido uma “revolução não-democrática” ou uma “revolução parcial”, sendo apenas concretizada plenamente após a adoção da Constituição Meiji em 1889 (Meiji 22), especialmente após a adoção do Código Civil em 1898 (Meiji 31), que eliminou o sistema de nobreza ligada à terra (que até esta data, na prática já não existia) e eliminou os últimos resquícios da servidão feudal no país. Kitaoka (2019b) define este evento histórico como “hoje, a Restauração Meiji ou a Revolução Meiji está sendo reavaliada. Na verdade, está sendo elogiado como um evento histórico raro por promover uma sequência de grandes mudanças de longo prazo dentro de uma baixa taxa de mortes. [...] e a Revolução Meiji também pode ser definida como uma revolução democrática, uma revolução liberal e uma revolução de recursos humanos”, e com isto, ao afirmar que o evento de 1868 foi uma revolução burguesa, nos permite dar um novo olhar sobre o evento.

As alianças militares realizadas pelo país também produzem efeitos de interesse, visto que buscam reproduzir um objetivo político recorrente; para além da constituição de uma relação entre dois Estados que buscam assegurar mutuamente a sua soberania, há também um fator que se reproduz nas alianças que o Japão estabelece – primeiramente com o Reino Unido, depois com a Alemanha e por final com os Estados Unidos – cujo objetivo é alavancar a capacidade do Japão como potência regional.

E por fim, no **quarto capítulo**, será analisada a Grande Estratégia do Japão com base nos eventos históricos apontados, analisando o poder econômico, securitário e diplomático do país. No campo econômico, serão apresentados os dados socioeconômicos do país, tais como mão de obra, taxa de desemprego, trabalhadores sindicalizados, alocação da força de trabalho, média salarial, taxa de natalidade, pauta de exportação e produto interno bruto. Estes dados servirão para apresentar a capacidade produtiva do Japão nas últimas décadas com o intuito de compreender o prognóstico do país para os próximos anos. A proposta é que com base nestes dados, possa entender se a economia japonesa se manterá em estagnação – decorrente do estouro da bolha – ou se de fato as reformas recentes como o *Abenomics* estão produzindo alguma resposta, além de apontar as principais limitações das capacidades produtivas do país.

No campo securitário deste terceiro capítulo, serão discutidas as capacidades militares do país, apresentando as tabelas referentes aos limites territoriais oficiais do governo – e com isso compreender quais as áreas de disputa do país com seus vizinhos – as regiões de litígio, as zonas de identificação de defesa aérea (ADIZ), os gastos militares, as distribuições dos contingentes nas diferentes forças do Japão, a distribuição dos exércitos e suas subsequentes divisões e brigadas no território nacional, a composição dos contingentes pelas principais divisões do exército, a distribuição das áreas de ação das flotilhas japonesas das principais esquadras distribuições das naves de combate e suas classes e as zonas de ação das defesas aéreas. Estes dados servirão para compreender as capacidades militares do Japão e traçar as limitações e potências das forças do país.

E por fim, a última parte do terceiro capítulo versará sobre as instituições de cooperação, tais como a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA), investimentos público-privados via JBIC (*Japanese Bank for International Cooperation*) e investimentos de conglomerados nos países asiáticos. Apontando que o crescimento das capacidades produtivas do país também está atrelado à ampliação de investimento externo direto (IED) e ao tentar identificar as modalidades destes investimentos, destacar os setores e regiões em que o Japão teve maior incidência e analisar se isto produziu impacto na projeção de influência do país, fomento e diplomacia do Japão e entender a ação da política externa do país e a sua diplomacia de investimentos².

Nesta seção serão abordados os meios e principais ações pelos quais o país busca se inserir e interagir no sistema internacional, além do debate sobre as instituições multilaterais pelas quais o Japão busca atuar e aquelas em que ele agiu como protagonista. Pretende-se entender como o país interage no sistema nestas últimas décadas, através das o as políticas de cooperação regional via iniciativas institucionais, como por exemplo, a ASEAN+3, iniciativa Mekong e RCEP e; (3) abordará o peso do setor produtivo/industrial para discutir a aplicabilidade da teoria de Akamatsu (1962) para o Século XXI e seu impacto na formulação da Grande Estratégia.

² Conferir no Glossário de Termos: Assistência Oficial ao Desenvolvimento (*Official Development Assistance*).

2 O QUE É GRANDE ESTRATÉGIA?

“Sinto muito, mas foi necessário, Anjin-San. Salvei-lhe a vida, que você desejava acima do seu navio. Cinquenta vezes ou mais já tive que considerar a possibilidade de entregar a sua vida, mas até o momento, consegui dar um jeito de evitar isso. Espero continuar a fazê-lo. Por quê? Este é um dia para verdade, né? A resposta é que você me faz rir e eu preciso de um amigo. Não me atrevo a fazer amigos entre a minha própria gente, ou entre os portugueses. Sim, cochicharei isso num poço ao meio-dia, mas só quando tiver certeza de estar sozinho: preciso de um amigo. E também do seu conhecimento. Mariko-sama estava certa de novo. Antes de você partir, quero saber tudo o que você sabe. Eu lhe disse que nós dois tínhamos muito tempo, você e eu. Quero saber como navegar em torno da terra e compreender como uma pequena ilha pode derrotar um império imenso. Talvez a resposta se aplicasse a nós e à China, né? Oh, sim, o Taikun estava certo em algumas coisas.”

James Clavell, XÓGUM

Esta é uma pesquisa de caráter interpretativo sobre a Grande Estratégia do Japão, com inspiração na teoria do Realismo Neoclássico, isto é, um estudo sobre a interpretação do autor sobre os elementos que podem ser importantes ao se analisar o comportamento daquele Estado dentro do sistema internacional ao longo de um século e meio.

A primeira observação a ser apontada conforme destaca Said (1979) ao se realizar o estudo de um país estrangeiro é importante se apropriar do debate realizado pelos nacionais daquela sociedade. Mesmo que se afirme que não há interpretações neutras sobre os fenômenos, o emprego de obras realizadas pelos seus próprios nacionais diminui os níveis de vieses existentes no debate, por esta razão buscou-se utilizar diversos autores japoneses para discutir a Grande Estratégia do Japão.

Desta forma, o conceito de Grande Estratégia empregado nesta obra é aquela apresentada por Kanehara (2017a) que afirma que o meio de se entender o comportamento de um Estado é observar os valores que aquele Estado produz, isto é, a Grande Estratégia de um país é aquilo que seu povo busca ao longo de sua história e a sugestão de Kanehara é apontar o estudo de longo prazo, observando os dilemas recorrentes.

Desta forma, mesmo que se empregue um recorte histórico demasiadamente longo para esta pesquisa – de quase um século e meio – Kanehara aponta que o estudo de Grande Estratégia não é analisar um recorte da História do país, mas o estudo dos eventos decisivos que nortearam a ação do Japão e observar os valores existentes naqueles momentos.

Esta leitura não é exatamente aquela sugerida por Hart (1967) o autor americano aponta que a Grande Estratégia é o mais alto nível da ação do governo nacional e como suas

diligências modulam políticas e mobilizam suas fontes militares, diplomáticas, políticas ou econômicas para atingir seus interesses. A distinção de Kanehara é que, o estado moderno japonês é o resultado das disputas da reorganização de poder das elites nacionais, e por terem configurado uma nova elite e um novo Estado numa sociedade que já havia um povo e costume, a disputa desta nova elite é de constituir novos valores frente aos valores existentes, é por esta razão que se distingue a mudança após a Restauração Meiji.

Esta distinção é relevante, o fim da Era Edo (1600-1868) resultou numa significativa mudança perante a Era Meiji (1868-1912), mas este mesmo impacto não se observou na nova Era Taishou (1912-1926), que ao contrário, aprofundou e buscou aprofundar as mudanças iniciadas na era anterior. Isto é, para Kanehara, entender a Grande Estratégia é entender os valores produzidos e reproduzidos ao longo do tempo daquele determinado povo.

Nesta corrente pesquisa será empregado o método do Realismo Neoclássico, corrente das relações internacionais que tem como método a condição de que para compreender como um Estado interage no Sistema Internacional, é necessário compreender que, este mesmo sistema produz demandas externas ao Estado que são trazidos ao interior do Estado – na forma de *inputs* – e deliberados dentro da ação política interna que produzem respostas ao Sistema Internacional – denominado de *outputs*. O que esta corrente aponta é que, para compreender a política externa de um Estado, faz-se necessário levar em conta o fazer da política interna deste mesmo país.

Aqui, sugere-se duas observações na forma de desenvolver este debate teórico. O primeiro é no que diz respeito a esta interação desta política externa e interna. Aqui, sugere-se que, havendo uma convergência de pautas e interesses entre estes dois campos da ação do Estado, pode-se apontar que isto pode ser denominado como Grande Estratégia, isto é, quando a política externa, política econômica e a política securitária atuam como complementares e orientados sobre uma agenda programática dos atores nacionais, isto pode ser ponderada como uma ação estratégica.

Todavia, não se afirma que a existência de temas comuns entre estas três agendas – externa, econômica e securitária – são seguramente fatores de uma Grande Estratégia, mas, a formação destas três agendas, ponderas complementarmente, podem ser compreendidos como este elemento. O que define a diferença de um Estado possuir ou não uma Grande Estratégia é de observar se o interesse nacional deste Estado possui um objetivo em como interagir no Sistema Internacional.

Aqui então, surge uma outra problemática, como definir “interesse nacional” e “agenda programática de um Estado”? O que então se sugere é de se utilizar a Teoria das Elites, de Mosca e Pareto (1984), para compreender a inteligência que compõe os interesses nacionais. Não que a população, a classe trabalhadora, os indivíduos menos abastados, o proletariado não tenham importância na política ou até na composição da sociedade, ao contrário, a adoção da Teoria das Elites busca não somente evidenciar quem define as ações do Estado, sua economia e, inclusive, os interesses deste mesmo, que não necessariamente, são os interesses da classe trabalhadora, dentro do sistema produtiva capitalista, os símbolos pátrios são representações dos valores da burguesia, e não do proletariado.

Isto é, esta tese ancora-se na análise de que o Estado Nacional é produto de sua burguesia, que necessita controlar, domar, coibir, reprimir e, sobretudo, definir a agenda do Estado como se fosse de um interesse coletivo quando, de facto, o Estado Nacional existe para suprir e respaldar as capacidades de dominação da Elite nacional.

O que se sugere é que, utilizar a Teoria das Elites dentro da abordagem do Realismo Neoclássico é que a resposta do Estado – o *output* – é produto das ações das elites nacionais, isto é, a política externa é produto dos interesses das elites e que o interesse nacional é o interesse das elites nacionais. Desta forma, compreender o interesse do Estado no Sistema Internacional, segundo este recorte, perpassa pela compreensão do interesse dessa Elite.

Aplicando este debate ao caso japonês, deve-se levar em consideração que a preservação da soberania do Estado está intrinsecamente arraigada a preservação no poder de determinadas elites. O que se observa é que a finalidade primária da Restauração Meiji¹ é de preservar no poder e Elite aristocrática, militar e latifundiária no poder e compreendeu que, para se preservar como Elite, necessitava transformar-se em burgueses industriais, que levou ao direto confronto as elites que se recusaram a pagar o ônus da transformação de poder.

A grande estratégia é o mais alto nível de governo nacional que estabelece como os estados, ou outras unidades políticas, priorizam e mobilizam quais fontes militares, diplomáticas, políticas, econômicas e outras fontes de poder para garantir o que eles percebem como seus interesses, segundo Hart, pode-se entender estratégia como instrumento de ação do Estado.

Estratégia é a arte de controlar e utilizar os recursos de uma nação – ou de uma coalizão de nações – incluindo suas forças armadas, com o fim de que seus

¹ Consultar glossário de termos: Restauração Meiji.

interesses vitais sejam efetivamente promovidos e protegidos contra inimigos, reais, potenciais ou meramente presumidos. O tipo mais elevado de estratégia — às vezes chamado de grande estratégia — é aquele que integra de tal maneira as políticas e armamentos da nação que o recurso à guerra se torna desnecessário ou é empreendido com o máximo de chance de vitória.” [...] “A grande estratégia deve calcular e desenvolver os recursos econômicos e a mão de obra das nações para sustentar as forças de combate. Também os recursos morais – pois fomentar o espírito voluntário das pessoas é muitas vezes tão importante quanto possuir as formas mais concretas de poder... Além disso, o poder de luta é apenas um dos instrumentos da grande estratégia – que deve levar em conta e aplicar o poder da pressão financeira, da pressão diplomática, da pressão comercial e, não menos importante, da pressão ética, para enfraquecer o oponente. Deve não apenas combinar os vários instrumentos, mas regular seu uso de forma a evitar danos ao futuro estado de paz – de sua segurança e prosperidade. (HART, 1967, tradução nossa)²

Esta tese é um estudo interpretativo acerca da Grande Estratégia do Japão, isto é, uma interpretação do autor sobre como compreender a política de longo prazo daquele país com base em autores japoneses que tratam sobre o tema, em particular sobre a leitura do Prof. Kanehara Nobukatsu, que define Grande Estratégia como o comportamento histórico de um Estado, isto é, o comportamento de um país produz valores almejados ao longo da história daquele povo, e Grande Estratégia, sob sua perspectiva, é conseguir esclarecer que valores são almejados por aquele determinado povo.

Por esta razão, assume-se a premissa que todo Estado soberano pode ter uma Grande Estratégia, inclusive o Brasil, quando este assume que, segundo Amorim (2016) busca se inserir de forma proativa no processo de integração física, econômica, social e cultural da América do Sul. Pelo fato destes objetivos de política externa estão alinhados com políticas internas, então, segundo o autor, é possível afirmar que o país possui sim uma Grande Estratégia.

Eberhart (2009) define Grande Estratégia como objetivo de política externa que emprega coordenadamente diferentes recursos de Estado – notadamente, diplomáticos,

2 Strategy is the art of controlling and utilizing the resources of a nation — or a coalition of nations — including its armed forces, to the end that its vital interests shall be effectively promoted and secured against enemies, actual, potential, or merely presumed. The highest type of strategy — sometimes called grand strategy — is that which so integrates the policies and armaments of the nation that the resort to war is either rendered unnecessary or is undertaken with the maximum chance of victory.” (...) “Grand strategy should both calculate and develop the economic resources and manpower of nations in order to sustain the fighting services. Also the moral resources — for to foster the peoples’ willing spirit is often as important as to possess the more concrete forms of power. ... Moreover, fighting power is but one of the instruments of grand strategy — which should take account of and apply the power of financial pressure, of diplomatic pressure, of commercial pressure, and, not least of ethical pressure, to weaken the opponent’s will... It should not only combine the various instruments, but also regulate their use to avoid damage to the future state of peace — of its security and prosperity. (HART, 1967)

econômicos e militares. A Grande Estratégia se difere da política externa pois ela estabelece um horizonte de ação do Estado frente ao Sistema Internacional.

O autor aponta que a definição de Grande Estratégia, de acordo com o Código Americano do Departamento de Defesa³, o termo é utilizado de forma conjunta, e não raramente intercambiável, com os conceitos de Estratégia de Segurança Nacional, Política Nacional ou Estratégia do Nível da Guerra, que tem como ponto comum a orquestração dos recursos do Estado, e suas políticas nacionais, para atingir um objetivo definido da política externa daquele país, um processo contínuo de formulação e execução de políticas para atender aos objetivos e interesses vitais de longo prazo do Estado (RIBEIRO, 2019). A necessidade de definição de políticas conjuntas do Estado é realizada dentro das Elites que buscam ampliar suas capacidades de força econômica perante outras Elites nacionais através dos aparatos do Estado, apontando que a disputa entre Estados Nacionais é, em suma, a disputa entre Elites.

Grande Estratégia [...] mais concisamente como os princípios gerais pelos quais um tomador de decisão executivo ou órgão de tomada de decisão persegue seus objetivos políticos internacionais, muito parecido com a política externa, mas em um nível mais alto de abstração, focando em padrões gerais de comportamento em vez de decisões específicas. É estratégia no sentido mais puro da palavra. (EBERHART, 2009, tradução nossa)⁴

Waltz aponta que a relação entre Estados é uma relação de dominação, onde Estados detentores de maiores capacidades impõe sua vontade ou, conseguem coibir a imposição de interesses de outros sobre sua soberania, mas é Fiori (2008) quem explica a condição de mudança de relações entre Estados através da sua teoria de Círculos Econômicos Sistêmicos, apontando grandes mudanças do Sistema Internacional, entretanto, apesar de explicar as mudanças estruturais através da expansão das fronteiras do capitalismo, não é seu objetivo explicar a forma como o Japão aderiu ao sistema ocidental – a ordem capitalista – dentro das condições de mediação com o ocidente – uma condição ímpar – ao invés da imposição de subordinação, como ocorrera com as demais nações asiáticas.

A discussão deste capítulo é compreender métodos que permitam inferir o comportamento do estado japonês na política externa, empregando a Grande Estratégia como

³ Joint Publication 1-02, Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms (JP 1-02)

⁴ *Grand Strategy...most concisely as the general principles by which an executive decision maker or decision-making body pursues its international political goals...much like foreign policy, but at a higher level of abstraction, focusing on broad patterns of behavior rather than specific decisions. It is strategy in the purest sense of the word.* (EBERHART, 2009).

modelo de análise e apontando limites e potenciais aspectos que possam indicar recorrência do comportamento do país no cenário internacional.

O conceito Grande Estratégia apresenta uma diversidade de abordagens. Silove (2017) aponta três abordagens que este conceito pode ter. A primeira, que diz respeito à estratégia militar, em que denota busca aplicar o conceito clássico de estratégia – o planejamento do General no campo de batalha – e lograr este comportamento ao estadista no planejamento do Estado na disputa constante no sistema internacional. O segundo como organizador de princípios do Estado, que busca apontar valores que direcionam a política externa de um país e o terceiro como comportamento recorrente do Estado, que é onde está presente pesquisa irá se ancorar, visto que os autores japoneses que estão se debruçando sobre a Grande Estratégia do Japão – Kanehara e Hosoya – buscam apontar a Grande Estratégia através da abordagem da História da Diplomacia, destacando elementos recorrentes da política externa do país no passado para apontar questões de preocupação no presente.

Aqui, sugere-se duas observações na forma de desenvolver este debate teórico. O primeiro é no que diz respeito a esta interação desta política externa e interna. Aqui, sugere-se que, havendo uma convergência de pautas e interesses entre estes dois campos da ação do Estado, pode-se apontar que isto pode ser denominado como Grande Estratégia, isto é, quando a política externa, política econômica e a política securitária atuam como complementares e orientados sobre uma agenda programática dos atores nacionais, isto pode ser ponderada como uma ação estratégica.

O Japão apresenta-se como uma das sociedades em que o capitalismo tardio, ou o ultra-neoliberalismo, se encontra em seu maior estágio de desenvolvimento. A “portagiratória” existente entre os cargos do alto escalão administrativo do setor público que geralmente são ocupados por administradores do alto escalão do setor privado apenas reforça a tese de Fisher de que o setor privado não busca destruir o Estado, ao contrário, os conglomerados fomentam o fortalecimento da capacidade de coerção e tributação do Estado para com a intenção de colonizá-lo, de definir o propósito de função do Estado para atender o interesse destas empresas.

Não obstante, dentre os membros da OCDE, é o Japão o que apresenta o menor número de servidores públicos, (inserir número e referência aqui), mas não com isso, o país é desassistido de serviços sociais, que, sem obstante, são preenchidos por empresas privadas, e

não raramente, pelo Big-4 (ビッグ4)⁵, isto é, os principais conglomerados empresariais do Japão.

A postura fiscal japonesa de manter artificialmente a cotação da moeda elevada também permite criar políticas de subcontratação de estrangeiros para ocuparem setores menos interessantes da economia, em especial, no setor de construção civil e manufatura, logrando a classe menos abastada japonesa o setor de serviços. Para evitar a deterioração do tecido social japonês – isto é, desemprego, desamparo dos serviços sociais, assistência social – o país lança mão destas políticas de subcontratação, que permite empregar trabalhadores jovens e evita que o Japão tenha de arcar com encargos sociais, em particular, a previdência.

Em oposição à política econômica chinesa que mantém artificialmente o valor de sua moeda baixo, para com isso produzir o processo de subcontratação da sua própria população que nestas últimas quatro décadas, transforma-se aceleradamente de uma sociedade rural em uma sociedade urbana, não se pode ignorar o fato de que apenas em 2008 a população da China tornou-se majoritariamente urbana e o país necessita criar condições de empregabilidade para as novas gerações que estão migrando do campo.

Entende-se por Grande Estratégia o emprego de políticas internas que orientem a política externa de um país, com a intenção de orientar a forma de atuação do Estado frente ao Sistema Internacional. Esta inserção pode atender os mais diversos objetivos, como bandwagon – isto é, atuante dentro do sistema internacional através da baliza de outro ator no sistema e que busca ampliar suas capacidades dentro da ordem constituída – como potência desafiadora (BUZAN, 2003), ou como ator que busca construir sua ordem de influência dentro do Sistema Internacional evitando entrar em confronto com as Grandes Potências.

A constituição da Grande Estratégia é de constituir e assegurar a soberania de um Estado dentro da disputa de um Sistema Internacional anárquico. Objetivamente, a formulação de uma Grande Estratégia nada mais é do que a ação coordenada de política econômica e securitária em consonância com a política externa com a intenção de definir como um Estado pretende atuar no Sistema Internacional. Não necessariamente um país precisa enunciar que possui uma Grande Estratégia como procedimento anunciado, mas a existência de consonância de objetivos entre política externa e interna, nos permite identificar a existência de uma Grande Estratégia.

⁵ Ver glossário de termos: Big-4.

Por esta razão, assume-se a premissa que todo Estado soberano pode ter uma Grande Estratégia, inclusive o Brasil, quando este assume que, segundo Amorim (2016) busca se inserir de forma proativa no processo de integração física, econômica, social e cultural da América do Sul. Pelo fato destes objetivos de política externa estão alinhados com políticas internas, então, segundo o autor, é possível afirmar que o país possui sim uma Grande Estratégia.

Eberhart (2009) define Grande Estratégia como objetivo de política externa que emprega coordenadamente diferentes recursos de Estado – notadamente, diplomáticos, econômicos e militares. A Grande Estratégia se difere da política externa pois ela estabelece um horizonte de ação do Estado frente ao Sistema Internacional.

O autor aponta que a definição de Grande Estratégia, de acordo com o Código Americano do Departamento de Defesa⁶, o termo é utilizado de forma conjunta, e não raramente intercambiável, com os conceitos de Estratégia de Segurança Nacional, Política Nacional ou Estratégia do Nível da Guerra, que tem como ponto comum a orquestração dos recursos do Estado, e suas políticas nacionais, para atingir um objetivo definido da política externa daquele país. O autor aponta que a necessidade de definição de políticas conjuntas do Estado é realizada dentro das Elites que buscam ampliar suas capacidades de força econômica perante outras Elites nacionais através dos aparatos do Estado, apontando que a disputa entre Estados Nacionais é, em suma, a disputa entre Elites.

Grande Estratégia [...] mais concisamente como os princípios gerais pelos quais um tomador de decisão executivo ou órgão de tomada de decisão persegue seus objetivos políticos internacionais, muito parecido com a política externa, mas em um nível mais alto de abstração, focando em padrões gerais de comportamento em vez de decisões específicas. É estratégia no sentido mais puro da palavra. (EBERHART, 2009, tradução nossa)⁷

Waltz aponta que a relação entre Estados é uma relação de dominação, onde Estados detentores de maiores capacidades impõe sua vontade ou, conseguem coibir a imposição de interesses de outros sobre sua soberania, mas é Fiori (2008) quem explica a condição de mudança de relações entre Estados através da sua teoria de Círculos Econômicos Sistêmicos, apontando grandes mudanças do Sistema Internacional, entretanto, apesar de explicar as

6 Joint Publication 1-02, Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms (JP 1-02)

7 *Grand Strategy...most concisely as the general principles by which an executive decision maker or decision-making body pursues its international political goals...much like foreign policy, but at a higher level of abstraction, focusing on broad patterns of behavior rather than specific decisions. It is strategy in the purest sense of the word.* (EBERHART, 2009).

mudanças estruturais através da expansão das fronteiras do capitalismo, não é seu objetivo explicar a forma como o Japão aderiu ao sistema ocidental – a ordem capitalista – dentro das condições de mediação com o ocidente – uma condição ímpar – ao invés da imposição de subordinação, como ocorrera com as demais nações asiáticas.

O objetivo de estudar a Grande Estratégia é compreender como um país interage no Sistema Internacional e tentar prever como será a atuação das Elites nacionais daquele país em temas específicos. A noção de previsibilidade é sempre limitada, pois o Sistema Internacional é dotado de complexidades e variáveis imprevisíveis ou imensuráveis, entretanto, é possível identificar tendências de comportamento dos Estados dentro de determinados campos de ação.

Para isso, busca-se analisar pontos específicos da política de um país, notadamente, os campos da política econômica, política de segurança e política externa, para tal, faz-se necessário realizar os estudos da História contemporânea do país em questão e observar recorrências ou capacidades dentro destes três campos. Por exemplo, a política econômica de um país é determinada pelas capacidades produtivas, o acesso a determinados recursos, matéria-prima, sua demografia e desenvolvimento tecnológico. Países no leste asiático necessitam superar a disparidade das capacidades competitivas perante as economias industriais do Ocidente, isto permite compreender que o comportamento das economias do leste asiático possuem uma interação no Sistema Internacional diferente da forma como as economias do Ocidente incidiram.

2.1 TEORIA DAS ELITES

Aqui então surge uma outra problemática, como definir “interesse nacional” e “agenda programática de um Estado”? O que então se sugere é de se utilizar a Teoria das Elites⁸ para compreender a inteligência que compõe os interesses nacionais. Não que a população, a classe trabalhadora, os indivíduos menos abastados, o proletariado não tenham importância na política ou até na composição da sociedade, ao contrário, a adoção da Teoria das Elites busca não somente evidenciar quem define as ações do Estado, sua economia e, inclusive, os interesses deste mesmo, que não necessariamente, são os interesses da classe produtiva. A

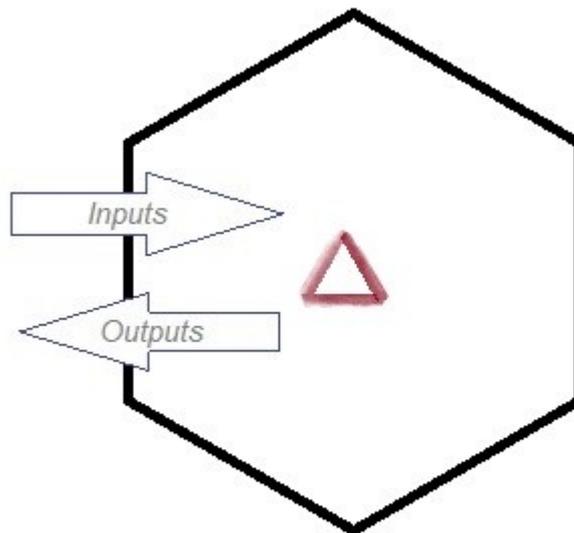
⁸ Pareto (1984) aponta que “elites” advém da classe dominante do Estado, aquela que, por circunstâncias econômicas, possui condições de determinar as ações e controle dos recursos do Estado. Dentro da leitura do materialismo histórico, o Estado é uma instituição supradoméstica de violência específica de classe, como forma de proteger a classe dominante (a elite) da classe dominada.

própria construção dos símbolos pátrios são produtos das representações dos valores destas classes dominantes.

Esta tese ancora-se na análise de que o Estado Nacional é produto de sua burguesia, que necessita controlar, domar, coibir, reprimir e, sobretudo, definir a agenda do Estado como se fosse de um interesse coletivo quando, de facto, o Estado Nacional existe para suprir e respaldar as capacidades de dominação da Elite nacional.

O que se sugere é que, utilizar a Teoria das Elites dentro da abordagem do Realismo Neoclássico é que a resposta do Estado – o *output* – é produto das ações das elites nacionais, isto é, a política externa é produto dos interesses das elites e que o interesse nacional é o interesse das elites nacionais (Figura 1). Desta forma, compreender o interesse do Estado no Sistema Internacional, segundo este recorte, perpassa pela compreensão do interesse dessa Elite.

Figura 1 - Modelo do Realismo Neoclássico



Fonte: Elaboração do autor.

Modelo do Realismo Neoclássico. Para representar, o hexágono representaria os limites do Estado nacional, que trazem demandas externas ao Estado (*inputs*) que pressionam as Elites Nacionais (representados como um triângulo) e produzem respostas perante o sistema em forma política externa (*output*).

Entretanto, é necessário estabelecer limites daquilo que deve-se ser analisado na política interna e são de relevância a ação do Estado no Sistema Internacional. Por esta razão,

lança-se mãos ao instrumento de *innenpolitik*⁹, isto é, levar como análise da política interna apenas os elementos que definem a manutenção e existência do Estado Nacional, por esta razão, ao se categorizar a Grande Estratégia dentro deste recorte de análise, apontou-se a política econômica e a política securitária como elementos de análise, excluindo outros debates inerentes da política nacional.

Para esta pesquisa, será colocada como variável independente a distribuição relativa de poder e a ordem internacional, como variáveis intervenientes, o poder político das elites nacionais e sua relação perante a produção de políticas dentro do Estado nacional e sua burocracia. A variável dependente será a produção da política externa por estas Elites. O que se busca observar é, a política de um Estado é determinada pela percepção da Elites sobre a posição relativa de seu país na estrutura do Sistema Internacional (RIBEIRO, 2019), desta forma, para se compreender a estruturação destes Elites, é necessário compreender a história política de um país, que será objeto de análise do segundo capítulo desta tese.

Esta discussão possui outra problemática, visto que parte da obra empregada será em idioma japonês – escrita nesta língua ou traduzida desta língua – o que pode incorrer a problemas de leitura teórica e que possam também estar lidando com o termo. O termo Grande Estratégia em japonês é *Daisenryaku* (大戦略), ou *Daisenryakuron* (大戦略論), Teoria da Grande Estratégia, que por vezes é empregado em algumas obras da área, além do termo *Kokka Senryaku* (国家戦略) que pode ser traduzido como “Estratégia Nacional”. Também é possível encontrar o termo como *Senryakuteki Teikei* (戦略的提携) que pode ser traduzido como “Estratégia de Alianças”.

Um dos problemas que é necessário observar quanto a tradução do japonês para línguas ocidentais é o emprego apropriado dos ideogramas. O exemplo do termo *Kokusai Koken* (国際貢献) e *Kokusai Kyôryoku* (国際協力) que ambos podem ser traduzidos como “Cooperação Internacional”. Entretanto, sua terminologia é distinta, a etimologia dos ideogramas *Koken* (貢献), que é composto pelos ideogramas, “dedicação” e “tributo”, que é distinta dos ideogramas do termo *Kyôryoku* (協力), que é composto pelos ideogramas “cooperação” e “força”, apesar de ambos os termos possam ser traduzidos como

9 De acordo com Clarke (2020) A diferença entre *Innenpolitik* e Política Interna é que o primeiro termo se refere a discussão securitária, tudo aqui que diz respeito a preservação da defesa do Estado e suas instituições, enquanto Política Interna é um termo mais abrangente, que versa sobre aspectos administrativos e de gestão dos recursos nacionais. Também é utilizado *Aussenpolitik* como distinção de Política Externa quando busca-se analisar elementos que concernem a disputa de poder do Estado no sistema internacional.

“cooperação”, o primeiro está mais atrelado ao significado de “relações mútuas entre as partes” e o segundo está ligado às capacidades de forças de uma aliança.

Isto não pode ser considerado uma questão menor, pois em 2006, quando Koizumi Junichiro expressou apoio japonês na cooperação com o Iraque, o gabinete americano compreendia que teria apoio militar, ou assistência militar, do arquipélago na guerra americano no Oriente Médio e que, conforme fora compreendido depois, pelos recursos disponibilizados por Tokyo, o país havia disponibilizado atendimento médico e outras ações sociais, nenhuma menção de apoio militar, nem de apoio logístico, foi ofertado pelo país (OKUDA, 2009). Desta forma, estes casos e outros são frequentes na leitura e interpretação de ações políticas japonesas, faz-se necessário uma certa preocupação quanto a tradução apropriada dos termos, que será de preocupação da pesquisa levar em consideração os problemas de interpretação do conceito, tanto em nível de distinção do emprego político do conceito quanto dos problemas decorrentes de tradução.

2.2 REALISMO NEOCLÁSSICO

A discussão teórica desta tese busca investigar, através da teoria do Realismo Neoclássico e dentro da discussão acerca da Grande Estratégia, investigar a ação do Japão que, neste momento, vinha sofrendo de constantes derrotas militares perante as potências ocidentais que contestavam a manutenção do sistema tributário centralizado neste país.

A teoria do Realismo Neoclássico como abordagem teórica, pois esta escola da centralidade e política nacional como autora do processo de constituição da política externa de um país e como forma de explicar a ação do Estado japonês de angariar condição de Estado-central¹⁰ na região do leste asiático.

O Realismo Neoclássico que incorpora tanto variáveis internas quanto externas, atualiza e sistematiza certos elementos do Realismo Clássico, com a intenção de compreender que Política Externa é produzida tanto por demandas e pressões internas ao Estado quanto por interação e respostas de outros Estados Nacionais. Como método de

10 De acordo com Stuart Hall (2003), a relação centro e periferia é uma condição relacional. Um estado pode ter o papel de centralidade e de periferia ao mesmo tempo, dependendo das relações dos Estados e da temporalidade que estão sendo realizadas. Neste caso, o Japão é um país central quando nos referimos ao sistema internacional na Ásia (e mais especificamente, dentro do período do início do século XX até a primeira década do século XXI), entretanto, seu papel de centralidade não é dado quando verificamos a situação do país dentro do sistema internacional quando relacionado com os Estados Unidos, por exemplo.

análise de Relações Internacionais, entende-se que os Estados buscam sempre aumentar suas capacidades – econômicas, militares ou diplomáticas – com o objetivo de ampliar sua autonomia frente aos demais Estados, como processo de manter ou aumentar sua soberania (KITCHEN, 2010).

O que torna a teoria Realista Neoclássica original nesta abordagem, é a de incluir na análise de Relações Internacionais questões referentes aos tomadores de decisões e estruturas inerentes ao Estado e, observar a complexidade deste ator como uma multiplicidade de interesses. Buscando desconstruir o erro sistêmico do analista da área de relações internacionais em considerar o Estado como um ator monolítico e destituído de conflitualidades internas.

Isto permite compreensão da ação do Estado dentro do Sistema Internacional, explicadas pela interação perante outros Estados (condicionantes sistêmicas) através da percepção que as Elites Nacionais possuem perante os demais Estados Nacionais (fatores internos) e como estas mesmas Elites produzem respostas frente as percepções de ameaças externas. O Realismo parte do pressuposto de que os Estados Nacionais buscam produzir condições de sobrevivência frente o Sistema Internacional, o Realismo Neoclássico entende que as Elites Nacionais, através do emprego dos Estados Nacionais, produzem respostas frente ao Sistema Internacional.

A premissa é que analisar a Política Externa como um processo constituído de interesses nacionais como resultado de demandas dos atores que compõem a disputa interna ao Estado e não apenas como ação responsiva de um estado para outro buscando se afastar da leitura tradicional de Relações Internacionais que por diversas vezes ignora os processos internos a da sociedade. A tarefa do Realismo Neoclássico, como método, é de entender que a Política Externa é formulada como uma disputa de Política Interna (KITCHEN, 2010).

Este esforço é de examinar variáveis de primeira e segunda imagem, o que inclui a política interna, a *Innenpolitik*, no impacto da ação do Estado, e para isto, busca-se empregar abordagens da história diplomática – e compreender a política do Estado ao longo tempo – do que focar em estruturas teóricas da imagem momentânea da política daquele Estado.

O Realismo Neoclássico pode ser entendido da seguinte forma: como as condicionantes do Sistema Internacional limitam, moldam ou orientam a composição da política nacional e a resposta destes fatores internos na forma de política externa, visto que a maioria das teorias das Relações Internacionais tendem a ignorar fatores internos (Figura 2).

A adoção desta teoria busca compreender o peso das tomadas de decisão interna e sua relação de inputs e outputs do Estado dentro do Sistema Internacional, conforme o quadro abaixo:

Figura 2 - Variáveis do Realismo Neoclássico



Fonte: Elaboração do autor.

Para fugir da armadilha da discussão acerca da compreensão dos “internacionais nacionais” dentro da discussão de tomadas de decisão dos fatores internos, será empregado, em conjunto, a Teoria das Elites que são detentores dos meios de produção. Tal leitura tem como fundamento as noções de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto de que, toda organização institucional de uma sociedade que se configure como detentora do controle de um território e os recursos nela contido – tanto materiais quanto recursos humanos – leva a formação de uma minoria que por controle de determinadas ferramentas – tais como riqueza ou instrumentos de força – lograram a se constituir como administradores de território. Estas minorias se consagram como atores políticos através da instrumentalização destes poderes e suas conversões em dominações – os três tipos puros de dominação propostos por Max Weber¹¹: Legal, Tradicional e Carismática – configurando em Elites. A pactuação do controle dos recursos destas Elites pode ser realizado ou por disputas ou por concertação de interesses, como aponta Tocqueville, a Democracia seria neste caso a forma de organizar e pacificar a violência das disputas entre Elites, configurando assim o Pacto de Elites¹².

Para compreender a formulação das políticas internas é necessário compreender o interesse de suas Elites, da construção de uma agenda programática de inserção e interação deste Estado no Sistema Internacional, utilizando-se da conjunção da política econômica, política de defesa e política externa. Desta forma, faz-se necessário compreender como se organizam as esferas do poder, que configuram as Elites nacionais, para se compreender, as

¹¹ Das tipologias de dominação de Weber.

¹² Consultar glossário de termos: Pacto de Elites

relações de força interna do Estado e sua forma de interação no Sistema Internacional (BUENO, 2009).

O que é apontado como matriz do processo de alteração de um Estado-nação da sua condição no sistema internacional é a forma como a elite nacional estabelece as condições de dominação dos processos produtivos, controle do aparato burocrático e a relação com as demais elites na disputa pelo controle deste Estado, isto é, o Pacto de Elites. Pacto de Elites se caracteriza pela forma como diferentes setores que possuem controle dos processos produtivos e como estes se relacionam entre si. Tocqueville¹³ aponta que, o processo do pleito eleitoral é o procedimento de civilizar e regular as disputas de poder, estabelecendo as regras, procedimentos e limites de como se portar quando determinadas elites compõem o poder e como são tratadas as demais elites que estão destituídas do controle do Estado nacional.

A composição e alianças políticas, formações partidárias e conglomerados burgueses são procedimentos de, ao mesmo tempo em que, compartilham do poder e também a coíbem poderes absolutos que levariam a constituição de poderes tirânicos que levariam a ameaça da existência das demais elites nacionais.

Para compreender a aplicação da análise de Grande Estratégia dentro da política externa japonesa, faz-se necessário assumir algumas premissas: Partindo do princípio de que o interesse nacional está correlacionado aos interesses das Elites daquele país e o modelo institucional de organização do Poder – através do seu sistema de organização, leis, divisão poderes e até as disputas organizadas da sociedade civil – é o arranjo das Elites nacionais.

A política securitária busca estabelecer processos de manutenção de defesa do país, é importante entender que a geografia pode até moldar um Estado – tais como o acesso ao mar, rios ou a existência ou não de barreiras naturais perante os vizinhos, definindo suas fronteiras, seus recursos naturais, sua demografia – mas não é um fator determinante. O engenho humano possui capacidades de suplantar fronteiras naturais ou até alterar uma geografia, mas a geografia é fator inerente da formulação da política de defesa.

Os Estados estão alocados no Sistema Internacional de forma determinada perante demais Estados – isto é – a história da política externa entre os povos produz uma materialidade da política entre Estados que são compostos pela trajetória de interação, que podem contar com fatores tais como, percepção de ameaça, invasões perante outros Estados,

13 Do clássico “Democracia na América”.

composição da geografia, litígios de fronteiras, entre outros. Desta forma, o que se observa é que a Política de Defesa possui uma recorrência e até uma certa previsibilidade nas interações entre Estados.

A distinção que Clausewitz (1984) tem sobre tática e estratégia. Tática é gerenciamento das tropas para vencer batalhas, Estratégia é gerenciar os recursos para atingir as metas da Guerra. Neste caso, Eberhart aponta que, a Grande Estratégia do Estado não diz respeito a administração do Estado e a diplomacia como processo burocrático, mas ao emprego desta diplomacia para atingir as metas do Estado. O autor aponta que, Grande Estratégia é um conceito derivado da Estratégia de Segurança Nacional, pois incide em adotar uma política externa mais assertiva na proteção dos interesses nacionais e ter um papel mais atuante na política internacional, buscando, como fim último, a preservação da soberania e autonomia do Estado frente as demais nações.

O conceito Grande Estratégia é derivado da interpretação do emprego de relação de forças de uma nação para coibir ou impor a sua influência sobre outra nação. Neste aspecto, pode-se retornar ao conceito de Grande Jogo (Great Game) empregado pelo Império Britânico e o Império Russo na disputa de influência sobre a Ásia Central (Figura 3). O Grande Jogo consistia no emprego da diplomacia, forças armadas e relações comerciais para influenciar os países da região, a Inglaterra busca bloquear uma saída para os mares quentes do Oceano Índico para a Rússia, e por outro lado, o Império Russo busca diminuir a influência britânica na região, buscando cortar as comunicações por terra entre o Raj Britânico e os territórios no Oriente Médio.

Figura 3 - Grande Jogo na Ásia Central



Fonte: Wikipedia Commons (commons.wikimedia.org/wiki/File:Persia_1814)

Mapa sobre a Pérsia mostrando a disputa entre sobre a região, onde o Império Britânico buscava negar o acesso aos mares quentes do oceano Índico para o Império Russo. Esta disputa sobre acesso ou negação de acesso era denominada de “Grande Jogo”.

O conceito Grande Estratégia seria a ampliação do processo do Grande Jogo, buscando empregar este processo de mitigar ou ampliar a influência de um Estado sobre o outro. Para esclarecer melhor este conceito, pode-se analisar as relações entre Japão e Taiwan. A assinatura de acordos comerciais e de investimento, além de outros procedimentos diplomáticos, são questões relacionadas a tática de interação entre estes dois governos, contudo, a política enfática da administração de Tokyo na adoção de uma cooperação de proteção frente a uma escalada de discursos protagonizadas por Beijing, diz respeito a Estratégia, que busca criar uma política externa de antagonismo a China, a Grande Estratégia, neste exemplo, é do Japão buscar consolidar parcerias estratégicas na região do leste asiático que venham a dirimir a influência chinesa sobre os países na região.

A análise da Grande Estratégia busca mediar três tipos de política operados pelo Estado:

- a) Política econômica;
- b) Política de defesa e;
- c) Política Externa.

O que diferencia a Grande Estratégia da política de Estado é que o Estado realiza estes tipos de política, mas o planejamento destes três tipos, ordenados como um objetivo coeso ou com intencionalidade ordenada entre si é que define a Grande Estratégia.

Milewski (2019) aponta a Grande Estratégia como forma de empregar a agenda do país e impor a vontade do mesmo frente aos demais sem ter de utilizar – mas não deixar de levar em consideração – a capacidade das forças armadas. Este conceito implica em empregar a força sem que, com isto, se utilize meios diretos de força. Isto é, analisar o Poder Duro como coação e não como emprego de facto, pois, é necessário realizar a distinção do processo do engajamento entre as nações e os objetivos práticos deste engajamento, compreender a distinção entre estratégia e tática¹⁴.

Clausewitz (1984) aponta que a guerra é a força empregada pelo Estado para impor aos demais Estados suas capacidades, mobilizando assim a totalidade de seus recursos neste engajamento. O que diferencia a concepção de Clausewitz sobre a teoria da Grande Estratégia é que o autor alemão aponta que a guerra é um instrumento de se fazer política, a Grande Estratégia aponta que a guerra não possui unicamente um aspecto militar, mas um poder econômico, político e diplomático, travar a Guerra – como instrumento político – é também travar uma disputa de produção industrial, tecnológica e a disputa do modelo de organização produtiva de uma sociedade perante outra. A estratégia é a mais vital e importante ação na guerra, conforme o autor, “O primeiro, o supremo, o ato de julgamento de maior alcance que o estadista e o comandante devem fazer é estabelecer o tipo de guerra em que estão embarcando; nem confundindo-o, nem tentando transformá-lo em algo alheio à sua natureza.”¹⁵

14 Neste caso, tática é a forma como o engajamento na guerra ocorre, estratégia é o objetivo do engajamento entre os beligerantes.

15 *The first, the supreme, the most far-reaching act of judgment that the statesman and commander have to make is to establish the kind of war on which they are embarking; neither mistaking it for, nor trying to turn it into, something that is alien to its nature.* Tradução e adaptação nossa.

Entretanto, a crítica sobre o conceito de Grande Estratégia nesta pesquisa é superar a interpretação ocidental do termo que possui dois vícios: a de justificar a ordem de poder da Superpotência, dentro da interpretação de Buzan (2003), ora de reiterar o Sistema Internacional constituído pelo modelo de Westfália (HOSOYA, 2011). Ao abordar o Japão, busca-se compreender o conceito de Grande Estratégia dentro da realidade de uma sociedade não-ocidental e de um país que busca ascender dentro da estrutura econômica internacional, e atuar como um Estado central dentro da sua região.

Para compreender o conceito de Grande Estratégia, é necessário entender que, quando se busca a forma como um Estado busca pode-se inserir no Sistema Internacional, não deve-se limitar a observação sobre as capacidades militares, mas também as capacidades produtivas de uma nação e o seu Poder Brando e, por segundo, é importante distinguir que a busca de imposição de uma agenda no Sistema Internacional vai para além da condição de impor a força de um Estado perante os demais, para um país como o Japão, que buscou desde a Restauração Meiji, a superação do atraso tecnológico e econômico, a identificação da agenda de interesse nacional – e a construção de poder por parte das suas Elites dentro do Estado-Nação – perpassa também pela condição de desenvolvimento nacional, fato este que não é apontado como um fator crítico ao se observar a Grande Estratégia dos Estados Unidos e Reino Unido, por exemplo (WU, 2002).

2.3 GRANDE ESTRATÉGIA NO JAPÃO

Aplicando este debate ao caso japonês, deve-se levar em consideração que a preservação da soberania do Estado está intrinsecamente arraigada a preservação no poder de determinadas elites. O que se observa é que a finalidade primária da Restauração Meiji é de preservar no poder e Elite aristocrática, militar e latifundiária no poder e compreendeu que, para se preservar como Elite, necessitava transformar-se em burgueses industriais, que levou ao direto confronto as elites que se recusaram a pagar o ônus da transformação de poder.

Transformação do processo produtivo nacional, necessitava de dois fatores: a centralização do poder do Estado e a mudança da cadeia produtiva de riqueza destes baronatos locais. Desta forma, o resgate da figura do imperador – Meiji – simboliza a centralização do Estado, uma centralização da tributação, a eliminação dos exércitos

regionais e engendrar os recursos nacionais num único palco produtivo, ao contrário da manutenção do modelo feudal vigente, que limita a interação de pessoas, bens e produtos entre diferentes províncias. Isto é definição real disputa das Guerras Boshin (1868-1869), a nacionalização da economia japonesa em oposição ao modelo feudal.

Estes mesmos grupos para se preservarem no poder, necessitam que o Estado em que estejam inseridos, tenham um certo grau de soberania, isto é, que os seus interesses – os interesses nacionais – não sejam afrontados pelos interesses de elites nacionais concorrentes, como pode ser observado no processo de modernização de Japão e China.

A principal diferença entre Japão e China neste período, é que a Elite que buscava nacionalizar a economia e transformar-se de elite militar e latifundiária para uma elite burguesa, foi a vencedora deste embate, utilizando os recursos nacionalizados do Estado para realizar a modernização da sua economia em forma de parques e complexos industriais – os Zaibatsus. Entretanto, este processo não sucedeu plenamente na China, frustrando o processo de modernização nacional – o movimento do auto-fortalecimento – que, no país continental, não conseguiu dar uma vitória assertiva a elite pró industrialização, tornando a modernização naquele país de forma mais morosa e que foi interrompida pelo embate da necessidade de expansão econômica do Japão, já que, como consequência a adesão e amadurecimento do capitalismo nacional, logrou-se a expansão imperialista.

É necessário entender que, soberania, não é um fator inerente a existência de um Estado nacional, podem existir estados sem soberania – como o caso de colônias, protetorados ou estados dominados, ou até, no fato de que a elite que define os interesses daquele povo está situada em outro Estado ou até que venha a compor outra nacionalidade. Soberania é um processo, que pode reduzir-se ou ampliar-se, decorrente da interação perante outros Estados ou até mesmo pela interação dentre as próprias elites – como nos casos em que o pacto entre elites é rompido e a preservação desse insulamento social passa por rupturas e desgastes, levando a erosão dos poderes nacionais que podem resultar em disputas destes grupos, disputas estas que podem ser armadas ou não.

Desta forma, a preservação das elites nacionais perpassa pela preservação do Estado, esta preservação pode ser lograda a condição de associação a outros Elites externos ou na forma de constituir mecanismos que tornem custosos os processos de contestação da ordem nacional perante atores externos. Para reduzir este debate dentro do contexto do leste asiático, pode-se afirmar que a constituição da aliança Japão-Reino Unido tinha como

objetivo, preservar que as elites japoneses deste período não seriam suplantadas por outros grupos – ou até por elites inglesas, como ocorrera na Índia – para isso, o país asiático atuaria no cenário regional em consonância com os interesses britânicos naquela área.

Isto é, soberania é a capacidade de um Estado nacional de planejar sua agenda de interesses e ter condições de empregá-la, um Estado que não possui autonomia para deliberar seus interesses ou não possui meios de empregar a defesa de seus interesses nacionais não seria soberano. A aliança com a Inglaterra, neste caso, seria a forma do país ter condições de executar sua agenda de política externa sem ter a retaliação de outros autores no cenário internacional, arrefecendo assim o interesse das lideranças americanas e francesas de impor sobre o país asiático lideranças que atuassem para atender os interesses desses países. Soberania não é um fator que se possui ou não se possui, soberania é um processo, um valor relacional perante outros, por esta razão, a aliança entre Estados Unidos e Japão, nos dias atuais, é desejada pelas Elites japoneses atuais, pois elas encontram respaldo – e ganhos – na sua condição associativa com as elites de Washington.

Em subsequência a análise do papel das Elites na formulação da Política Externa japonesa, será analisado a capacidade da economia como forma de força do Estado no sistema internacional, como instrumento de forças e seus impactos que moldaram as capacidades do país, será utilizado Torres (1992) para explicar o papel da Moeda Japonesa desde a crise do petróleo 1973 até os Acordos de Plaza de 1985 e como este período impactou o país. Após os Acordos de Plaza, será analisado o papel do Iene no cenário internacional e seu peso na capacidade de Moeda e sua relação com Moedas concorrentes, constituição do Banco de Desenvolvimento Asiático¹⁶ e mobilidades em outras instâncias multilaterais. A proposta é apontar que, a partir da instauração da Doutrina Fukuda, as saídas buscadas pelas Elites japonesas de se inserirem no Sistema Internacional foram através da via de investimentos e controle das cadeias globais de produção, via processos de subcontratação produtiva na Ásia (DRUCKER, 1981; FURUOKA, 2005).

Em suma, o que os autores modernos (HOSOYA; KANAHARA) apontam é que, estas doutrinas e princípios construídos no início do século XX retornam como opções de como deve o Japão deve constituir a estratégia de sua política externa neste século dada as suas devidas proporções e conjunturas atuais: Deve centralizar-se apenas em relações comerciais? Manter uma aliança com uma Potência Ocidental e mediar sua inserção no Sistema Internacional através de uma série de alianças defensivas? Deve agir sobre tensões

¹⁶ *Asian Development Bank* (ADB) no termo em inglês.

específicas contra adversários maiores – não necessariamente através de incursões militares, mas através de operações econômicas e de investimento, tornando custoso demais ao seu adversário a ação de tentar demovê-lo de uma guarnição avançada?¹⁷ Deve o Japão liderar os povos asiáticos através de valores contra os ideários de outras potências, enquanto os anos 30 liderava pela força, agora busca liderar pelos valores da democracia. Ou deve ter medidas mais agressivas – ainda no campo econômico – contra outros povos asiáticos para fins de converter seus interesses aos interesses japoneses, como se observa no comportamento dos investimentos de empresas japonesas em território chinês.

O que se propõe nesta tese é analisar estas semelhanças, diferenças e recorrências estratégicas dos períodos pós Segunda Guerra com os períodos Pré-Segunda Guerra, verificando o quanto a Doutrina Shidehara influenciou a adoção da Doutrina Yoshida e da Doutrina Fukuda, além de perceber o quanto Koizumi empregou da Doutrina do Caminho para o Norte em oposição a Abe que adotou a Doutrina do Caminho para o Sul, estas questões serão abordadas nos três capítulos seguintes, que analisaram o peso da Moeda como instrumento de Força, das capacidades de Segurança e por fim, das ações Diplomáticas.

A principal abordagem de Grande Estratégia empregada neste trabalho é a interpretação de Kanehara (2017) que apontou os aprendizados históricos para a construção da diplomacia, onde o autor aponta que a Restauração Meiji, em 1868, tornou-se um marcador do início da era moderna no Japão. Além disso, Kanehara aponta que os interesses do Japão, como estratégia regional, é o engajamento para a prosperidade econômica regional, o apoio de regimes democráticos industriais regionais, tais como República da Coreia e Austrália, permitirá a construção de uma opinião pública nas demais comunidades asiáticas que poderá estabelecer um governo mais centrado em disputas econômicas do que em interesses por empreitadas militares.

Necessidade de definição de Interesse Nacional e o objetivo do Estado é a sua sobrevivência. Kanehara adapta a leitura de Mencius como base de interpretação do Estado, nos Analectos é definido que “armamentos adequados”, “comida adequada” e “confiança no Mandato do Céu” é a chave para a prosperidade de um soberano. Em termos modernos, isso pode ser entendido como Segurança, Prosperidade e um Sistema de Valores, isso aponta que a essência do interesse nacional é constante, transcendente no tempo e espaço.

17 A instrumentalização política das ODA, ou os projetos organizados pelo ADB na Região do Rio Mekong como forma de contar o expansionismo de investimento chinês.

Em Mencius¹⁸, o interesse primário do Estado é a sua segurança, proteger-se contra ameaças externas e, como meio de garantir a defesa nacional, é necessário estabelecer uma economia industrial forte, esta afirmação é tão relevante hoje, no século XXI quanto no século IV AEC. Kanehara aponta que a Diplomacia é o primeiro instrumento para constituir a segurança nacional, é o mecanismo primário das relações entre Estados, sendo as capacidades de Forças um instrumento da diplomacia. A diplomacia pode constituir alianças, apoios e relações entre as forças. A derrota diplomática – frente a comunidade internacional – pode ser mais deletéria a longo prazo que uma vitória militar, como aponta Sun Tsu, “alcançar cem vitórias em cem batalhas não é atingir a excelência”, a maior excelência é vencer sem lutar pela estratégia. Ele também disse que, em tempo de guerra, é preciso primeiro minar a estratégia do inimigo, quebrar as alianças do inimigo e, em seguida, lutar apenas quando necessário.

O autor então busca definir o conceito de “Sistema de Valores”, em Analectos, Confúcio argumenta sobre a relação entre o povo e seu soberano está na questão que este último preservasse pelos interesses do povo e por esta razão terá investido do Mandato dos Céus (天命 Tenmei), em termos modernos, esta relação está definida pelos valores do sistema (justiça social, democracia, direitos humanos são formas de Valores do Sistema).

Outro autor relevante para leitura da Grande Estratégia do Japão é Hosoya Yuichi (2011), a Grande Estratégia do Japão presente é uma continuação da Doutrina Yoshida, estabelecida pelo Primeiro Ministro Yoshida Shigeru em 1946 que estabelecia as diretrizes centrais da diplomacia japonesa na redemocratização do país ocorrida no mesmo ano. Para Hosoya, todas as demais doutrinas de política externas subsequentes, tem como ponto de flexão o legado de Yoshida, inclusive as doutrinas que visam superar as limitações e orientações estabelecidas por estas diretivas.

Por fim, segundo sua definição, a Grande Estratégia é a capacidade de constituir um Sistema de Valores: Ocidentalização/Orientalização, Modernização, Democracia, Direitos Humanos, Estado de Direito, Justiça Social, Igualdade Social são meios de definir valores sobre povos e sociedades e influenciar outros povos destes valores, definir o que é legítimo e o que não é legítimo para o Sistema Internacional, isto só é possível pela adoção dos meios materiais de um Estado.

18 Latinização do nome Mengke (372–289 AEC), filósofo de quarta geração da Escola Confuciana que desenvolveu as primeiras teses sobre a natureza humana e sociedade na China, principal autor da compilação dos clássicos teóricos confucianos.

A segunda etapa desta pesquisa é de trazer o conceito de capacidade econômica e o Poder da Moeda (Fiori e Tavares) como instrumento de medida para analisar as capacidades de um país. A escolha do Japão para esta pesquisa é proposital, afinal, como um país com capacidades militares e projeção de força limitada e inferior comparada aos seus principais vizinhos – EUA, China e Rússia – pode desenhar uma agenda de Grande Estratégia que permita ao Estado projetar força e influência sobre a região?

Além da divisão dos três capacidades do Estado (economia, segurança e diplomacia), Nakanishi (1990) aponta que o emprego Grande Estratégia do Japão deve observar três dimensões:

- a) Dimensão Regional da Segurança Estratégica japonesa que deve se ajustar às mudanças da União Soviética;
- b) Desenvolver uma ideia de Segurança Global que leve em consideração não apenas a relação econômica do Japão com regiões distantes, mas também o potencial efeito de contágio da guerra ou as ações de forças hostis; e
- c) A Dimensão Nuclear deve incluída também, não apenas a construção de um próprio arsenal nuclear japonês, mas também de apoiar uma ordem estratégica que previna um ataque nuclear.

A posição geográfica do Japão no Extremo Oriente coloca o país numa condição ímpar na relação com os Estados Unidos, uma conjuntura que serve de apoio aos interesses mútuos entre Japão e Estados Unidos as frentes de competição, que serviu de apoio no conflito da Guerra da Coreia, nas disputas com a União Soviética e, agora com a China (o texto é de 1990, mas é possível adequar o argumento).

Para Nakanishi faz-se necessário constituir um sistema de defesa melhor para o país, dar mais autonomia, afinal, como o país pode desenvolver uma Grande Estratégia – que permite a sua atuação de forma soberana no sistema internacional – se o mesmo não desenvolver artefatos nucleares dentro da conjuntura do Século XXI.

Segundo Matsumura (2008), a situação do Japão no Leste Asiático é uma combinação de disputas de forças entre China e Estados Unidos. Por um lado, a aliança com a América coloca uma condição de segurança contra ações beligerantes de seus vizinhos, por outro lado, logra ao país a condição de tensões entre China e EUA. De fato, Japão e Estados Unidos vêm se beneficiando das relações comerciais com a China, contudo, a economia por si só não converterá o governo chinês em uma economia liberal na atual conjuntura da ordem

mundial. Washington e Tokyo facilmente podem convergir numa narrativa de consonância de interesses ao se oporem a Beijing, contudo, ao fazê-lo, cavaram sua própria cova. E controversamente ao adotaram uma narrativa de oposição conjunta a Beijing acabarão por criar uma profecia auto-realizável, pois emitir a mensagem de união de dois atores contra a China podem levar justamente a ação chinesa de tomar medidas para minar esta aproximação formada contra ela.

Entretanto, a aliança Japão-EUA torna-se uma ação de reciprocidade de interesses, um pelo Japão trazer os americanos para a balança de poder no leste asiático que possa coibir a ascensão chinesa, e aos americanos por terem um pretexto de coibir a ascensão chinesa no leste asiático para proteger um aliado. Matsumura se indaga, estaria o Japão preparado ao retorno de um mundo (ao menos, o pólo asiático) sino-cêntrico anterior a 1895? Quão semelhante é a Aliança (QUAD) ocidental com a Aliança das Oito Nações? Qual o grau de liberdade do Japão no cenário internacional com um sistema sinocêntrico?

Este autor faz um histórico das relações das Dinastias Qing (1644-1912) se comportaram com os Estados vizinhos e a construção do comportamento das elites chineses aos que aderiram ao seu sistema e aos que desafiavam a ordem chinesa. A relação com a construção do mundo também perpassa pela construção do valor nacional. Ocidentalização, niponismo (Japonização) e “Chinificação” são processos de constituir a estratégia de valores regionais, a Grande Estratégia também é uma disputa de valores.

A experiência geoestratégica macro-histórica japonesa sugere duas fontes independentes para determinar o comportamento geoestratégico do Japão: China e Estados Unidos. Para ser mais específico, os dois eixos para determinar o comportamento do Japão são (1) a resposta do Japão ao poder dos EUA e sua estratégia orientação e (2) a resposta do Japão ao poder da China e sua orientação estratégica.

Tudo perpassa a identidade nacional japonesa. O país se identifica como uma Potência Média ou Grande Potência? Sua capacidade de influência deve ser pensada de forma Regional ou Global? Deve agir como um pivot para os EUA ou uma balança entre China e EUA? O país conseguirá pensar numa política pós Yoshida? Como otimizar seus ganhos nesta relação? E, acima de tudo, o Japão não está tão próximo da China e nem tão distante dos EUA (MATSUMURA, 2008).

Alsina Jr. (2014) aponta que o debate sobre Grande Estratégia é um conceito em construção, tendo sua origem na explicação da atuação de projetos do Reino Unido e seus

desdobramentos na Ásia Central, naquilo que ficou denominado de o “Grande Jogo”. Entretanto, o que o diplomata aponta é que a formulação de uma Grande Estratégia não reside unicamente na atuação de Grandes Potências, Potência Hegemônica e muito menos, uma questão exclusiva dos Países Desenvolvidos. O que aponta é que a Grande Estratégia é o emprego de conceitos e a relações dos interesses nacionais e a relação do Estado perante o sistema internacional.

A proposta é ir além da proposta de Alsina Jr. A proposta é apontar a relação entre os interesses das Elites Nacionais e as capacidades dos Estados Nacionais em interferir no Sistema Internacional em busca de autopreservação, de que a questão militar não está no centro da formação da Grande Estratégia, ela é parte, mas não objetivo fim do Estado, outros instrumentos também são utilizados como forma de preservação no Sistema Internacional e, o que se observa pelos autores japoneses, é que o controle das Altas Finanças são parte da atuação do Estado – e suas Elites – no Sistema Internacional e um mecanismo de interferir na conduta de outros Estados. Além da capacidade econômica, o emprego da tecnologia, desenvolvimento social e poder brando são partes integrantes da formulação da Grande Estratégia.

Feng Zhang (2015) que aponta que a inter-relação de argumentos sobre as interações da Grande Estratégia e práticas institucionais fundamentais da política histórica do Leste Asiático. Primeiramente, é desenvolvido o conceito de *relacionalidade* nas Relações Internacionais e de construir uma teoria para explicar. Por *relacionalidade*, quero dizer os processos dinâmicos de conexões e transações entre atores em relações sociais estruturadas, ao contrário de suas substâncias e atributos. A perspectiva relacional necessita olhar além dos atributos dos atores para seus relacionamentos padronizados na explicação social.

Por exemplo, pode-se explicar a grande estratégia de um estado teorizando como sua capacidade ou ideologia relativa pode sugerir certas propensões estratégicas. Tal explicação ignora como as relações que o estado estabelece com outros atores podem afetar escolhas durante suas interações, independentemente dos atributos de capacidade ou ideologia. Uma explicação relacional, no entanto, foca nos aspectos estruturais e efeitos de relacionamentos padronizados na estratégia do ator.

O primeiro argumento é sobre a hierarquia na política regional, o autor diferencia a hierarquia entre:

- a) estrutura relacional da autoridade internacional;

b) a estratégia internacional chinesa.

O relacionamento político é anárquico entre unidades que não possuem nenhuma autoridade sobre si. E é hierárquico quando uma unidade possui autoridade sobre outra unidade. Mas a hierarquia também pode se tornar a estratégia do Estado para criar esta estrutura relacional nas Relações Internacionais.

Diversas teorias para explicar o processo das Relações Internacionais. A vantagem, apontada por Zhang, do relacionismo são três:

- a) Considerações práticas da área de relações entre países asiáticos e outros atores sempre foi tema central de estudos deste tema;
- b) *Relacionismo* possui uma intrínseca relevância para as ciências sociais, tendo em vista que a vida social se resolve em torno das próprias interações humanas. A teoria Relacional permitiria a construção de uma abordagem unificante na Ciência Política;
- c) E, mesmo sabendo que a esta teoria não é única na tradição intelectual do Ocidente, e alguns teóricos chegam a clamar que esta tradição é única derivada da tradição asiática, fato que é incorreto, mas sem dúvida, possui uma forte relação com a história intelectual deste continente visto a abordagem historiográfica e estrutural derivada da interpretação confuciana.

3 HISTÓRIA DA DIPLOMACIA JAPONESA

Um Sistema Internacional é aquilo de auferir legitimidade à soberania de um determinado povo e território. Esta legitimidade é um processo tanto produzido pelos demais Estados-membros constitutivo deste sistema como também algum princípio norteia a regulação do que é um Estado. Na modernidade, a legitimidade é consagrada por um somatório de fatores, desde internos – o princípio da Lei, a demarcação de fronteiras estáveis e até os limites de ação contra outros Estados soberanos – ou externos, que podem ser tanto o reconhecimento mútuo dentre os territórios, tendo como caso mais exemplar o reconhecimento do território da República Popular da China, para a maioria dos países, compreende a inclusão do território de Taiwan, ou sua participação em fóruns internacionais, tais como a sua inclusão como membro das Nações Unidas.

Dito isso, o Sistema Internacional Asiático foi uma ordem constituída pelas dinastias Ming (1368-1644) e Qing (1636-1912) que constituiu um modelo de reconhecimento dos reinos fronteiriços através do modelo tributário. Isto é, quem auferia a legitimidade de um determinado território como soberano era a corte chinesa de Beijing, que demandava tributos dos demais reinos em troca da preservação e proteção dos territórios, caso um território fosse violado, como ocorrera quando Toyotomi invadiu o Reino de Joseon (atual península coreana), as tropas Ming foram obrigados a agir em prol da preservação da corte de coreana.

Todavia, o Ocidente também possuía seu próprio sistema de legitimidade de Estados, que definia quais territórios eram soberanos e quais não eram. Esta atribuição perpassa pela relação entre as potências ocidentais e consagrado através do Sistema de Westfália, que definiu os limites territoriais dos Impérios europeus. Entretanto, este modelo de Sistema Internacional Ocidental não reconhecia a soberania de povos nativos das Américas, asiáticos e africanos, levando em direção de xoque entre o Sistema Internacional Asiático e o Sistema Internacional Ocidental, visto que ambos não reconheciam a soberania de seus participantes, este confronto pode ser observado não apenas na ocupação dos Reinos da Índia sobre a coroa inglesa e as expansões francesas e holandesas no sudeste asiático, mas atingiu seu ponto máximo de litígio nas Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860) que levou a derrocada do Império Qing e a subsequente manutenção do Sistema Internacional Asiático.

Inspirado pelo movimento de Autofortalecimento¹ chinês, iniciado em 1861, o Japão iniciou seu processo de transformação política nacional que, tinha por objetivo retirar do

¹ Consultar o Glossário de Termos: Autofortalecimento.

poder as velhas elites agrárias substituindo-as por uma nova elite burguesa industrial, com a criação de novos mecanismos de centralização do poder nacional frente a expansão ocidental no país. Após a instauração do novo governo, o Japão inicia seu processo para normalizar as suas relações exteriores com as Potências Ocidentais, iniciadas tratativas de aquisição de tecnologias e parcerias. Decorrente das disputas entre Reino Unido e Rússia, Londres inicia uma aproximação com Tokyo com a finalidade de buscar assistência mútua no Extremo Oriente, instaurando assim a Aliança Anlgo-Japonesa, o que permitiu ao Japão projetar-se como uma potência sobre a região.

Serão analisadas as propostas sobre de que forma o Japão se inseriu no sistema Internacional Ocidental, inicialmente através da cooperação multilateral, denominado de Diplomacia Shidehara, o que levou o país a atuar ao lado dos Aliados durante a Primeira Guerra Mundial.

Com o término dos conflitos, Rússia, França e Alemanha possuem capacidades limitadas de projeção de forças sobre a Ásia, levando ao acirramento das disputas entre Estados Unidos, Reino Unido e Japão sobre a região, com isto, o país adota posturas menos cooperativas e busca assegurar ganhos regionais em detrimento de uma melhor relação com o Ocidente.

Este processo foi denominado de Diplomacia Tanaka e levou o Japão a adotar um posicionamento menos simpático ao Ocidente durante a Segunda Guerra Mundial. As novas elites japonesas adotam a Doutrina Yoshida, que busca se recolocar no Sistema Internacional Ocidental dentro da conjuntura da ocupação americana sobre o país e trata de garantir apoio japonês às escaramuças americanas sobre a região. Com isso, o novo governo japonês consegue apoio de Washington para o processo de reindustrialização nacional através da concessão de patentes e tecnologias, desta forma, o Japão de se tornar uma colônia agrícola americana na Ásia².

Na primeira década da Guerra Fria, torna-se o período para o Japão se reinserir no Sistema Internacional, inicialmente adotando políticas de baixo impacto, centrando-se em relações econômicas e de investimento. Apenas na década de sessenta o país inicia processos modestos de maior peso diplomático na região, observa-se que são nas décadas de sessenta e

² Havia a proposta do Comando Supremo das Forças Aliadas, responsáveis pelas diretivas políticas durante a ocupação do Japão, de transformar o país em uma “segunda Filipinas”, isto é, transformar a economia do país em um agrário exportador sem condições industriais nacionais, tornando-o altamente dependente das importações americanas. Para mais informações, consultar o Glossário de Termos: Curso Reverso.

oitenta que o país atua com maior impacto na constituição de uma rede regional de produção e consolida seu Poder Brando no cenário internacional.

O capítulo apresenta os principais eventos e estratégias adotadas pelo país ao longo dos últimos cento e cinquenta anos na tarefa de realizar a migração do Sistema Internacional Asiático e se inserir no Sistema Internacional Ocidental de forma autônoma e soberana.

3.1 PERÍODO DO IMPÉRIO DO JAPÃO (1868-1945)

Esta subseção discutirá a história da diplomacia japonesa, desde a Restauração Meiji (1868) até o período pós-Guerra Fria (1989) com o intuito de abordar fatores importantes da diplomacia do país. Compreender se aconteceram eventos recorrentes que possam auxiliar na extrapolação de uma estratégia geral do Estado japonês e assim apontar tendências de comportamento e traçar aspectos que possibilitem permitir a compreensão da adoção da Grande Estratégia por parte desta nação.

Para este fim, serão abordados os fatores que levaram a revolução burguesa de 1868 retirar do poder a aristocracia feudal no país, resultando na centralização do poder num órgão burocrático e legal através da figura do Imperador. Possibilitou, igualmente, a implementação de reformas industriais ao país, seguindo o modelo administrativo prussiano e inglês de monarquias parlamentaristas, em oposição ao modelo feudal japonês onde coronéis locais detinham o poder dentro de um modelo ultrapassado mas que ainda buscou se preservar através das Guerras de Bonin (1868-1869).

Esta mudança interna permitiu aos japoneses negociar sua participação no modelo de Westfália, visto que sua soberania foi colocada em risco com a chegada da Grande Frota Branca em 1853; a negociação tratou de acertar as alianças e aproximações com as potências ocidentais e abandonar o modelo asiático que havia sido desmembrado com a derrota de Beijing perante o império britânico (1842) e o império francês (1856). Desta forma, o Japão passou a adotar a política externa de “abandonar a Ásia” e procurou financiar missões diplomáticas no exterior com a finalidade de adquirir o conhecimento do Ocidente, financiando o intercâmbio de estudiosos japoneses que viajaram para a Europa e Estados Unidos³.

³ A primeira missão oficial do governo japonês do período Edo para a Europa ocorreu em 1862, seis anos antes da Restauração. A missão liderada por Shibata Takenaka, possuía, entre seus membros, Fukuzawa Yukichi, que traduziu e apontou a defasagem tecnológica e militar do Japão frente ao Ocidente. Os relatórios desta missão foram cruciais para a elite japonesa iniciou se medidas de modernização do país.

A proposta neste estudo é salientar que, a implementação da Restauração Meiji contribuiu para transformar o Japão em um Estado Normal, adaptando as instituições governamentais japonesas e fazendo mudanças para se adaptar às instituições ocidentais. Salienta-se, a seguir, a busca do Japão para firmar aliança com a Inglaterra e garantir a condição de parceiro perante as nações ocidentais como forma de estabelecer uma relação de Balança de Poder frente as demais potências ocidentais.

Este realinhamento da centralidade do sistema internacional do Oriente para o Ocidente levou o Japão a assinar a sua primeira aliança militar: com a Inglaterra, o que permitiu ao país participar da corrida imperialista ocidental sobre o continente, travando a primeira guerra contra a China (1895) e contra o Império Russo (1905). Estes acontecimentos resultaram no convite feito por Londres para a participação do Japão nos confrontos da Primeira Grande Guerra (1914-1918) que colocou o país na condição de Estado vencedor da beligerância.

Este aspecto permitiu ao Japão adotar uma posição propositiva nas relações internacionais buscando uma melhor cooperação com o Ocidente através da Diplomacia Shidehara. Contudo, crises naturais (1923), crises políticas e a Grande Depressão (1929) eclodiram o pacto social interno japonês dando fim a primeira experiência progressista e democrática de um país asiático – a Democracia Taishou.

O fim deste regime levou ao recrudescimento tanto interno quanto externo gerando um afastamento das relações do Japão com o Ocidente, movimento que foi conhecido como Diplomacia Tanaka, que resultou num acréscimo de desentendimentos particularmente com os Estados Unidos, que via o Japão suplantar a sua área de interesse na Ásia, em particular após o início das hostilidades contra a China (1937) até eclodir nos confrontos entre os dois países na Segunda Grande Guerra (1942-1945).

A opção seguinte será adoção da Diplomacia Shidehara que tentará levar ao Japão a tomar uma conduta mercantilista com seu entorno, entretanto, devido a conjunturas internas, pressões externas e conjunturais, a via pela cooperação econômica e diplomática findará e o gabinete central japonês irá paulatinamente substituir o governo civil por militares de alta patente, o que culminará na adoção de uma atitude belicosa amparada em outra aliança, não mais com a Inglaterra, mas agora com a Alemanha.

3.1.1 Restauração Meiji (1868): aderindo ao sistema ocidental

“Na verdade, no decorrer do longo período de guerras, o bandoleirismo transformou-se em única opção de trabalho para os ronins, samurais errantes sem emprego ou suserano, indolentes e destemidos por natureza. Era uma realidade aceita pelo povo. Os senhores feudais, por seu lado, deles se aproveitavam durante as guerras, contratando-os para incendiar campos inimigos, espalhar boatos desorientadores ou roubar cavalos dos adversários. Caso não fossem procurados para esses serviços, restavam ainda aos bandoleiros diversas outras opções: saquear cadáveres, assaltar sobreviventes, reclamar o prêmio pela cabeça de um guerreiro famoso cujo cadáver encontrassem abandonado num campo de batalha, cada guerra proporcionando-lhes meios para sobreviver ociosamente por quase um ano.”

Yoshikawa Eiji, MUSASHI

Esta tese investigará esta recorrência, levando em consideração os fatores políticos somando-se à leitura da história diplomática recente, ou, ao menos, a política externa japonesa após aderir ao sistema internacional de ocidental (Tratado de Westfália), em detrimento do sistema internacional asiático, que entrou em franca decadência após a derrota da corte de Ming durante as guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860).

A derrota do Império Qing⁴ para as forças ocidentais nas guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860) levou à necessidade de reforma do Estado Chinês com o objetivo de dirimir as incursões estrangeiras sobre o país levando a Elite nacional daquele país a adotar mudanças ocidentalizantes⁵, o que foi conhecido como Movimento de Auto-Fortalecimento (*Shì qiáng Yùn dòng*)⁶ que perdurou de 1861 até 1895. Este Movimento teve objetivos de:

- a) modernizar as forças armadas;
- b) atualizar o progresso científico nacional e;
- c) reestabelecer e reorientar o sistema diplomático chinês⁷.

4 A dinastia Qing durou de 1644 até 1912, sendo a última dinastia imperial chinesa.

5 Como a própria crítica de Said (1979), busca-se evitar criar uma analogia que os termos “ocidente” e “modernização” sejam tratados como sinônimos, práticas ocidentais nem sempre são práticas modernas. Neste caso, o Movimento de Autofortalecimento, é considerado um projeto que busca adaptar as instituições chinesas as práticas ocidentais, logo, claramente o processo busca uma ocidentalização do Estado chinês, esta afirmação pode não parecer tão óbvia, pois, a modernização do Estado chinês neste último século - particularmente pós-Segunda Grande Guerra - é um processo de modernização e não, necessariamente, de ocidentalização da China.

6 Ver Glossário de Termos: Autofortalecimento.

7 Importante destacar que, das três questões, a última – reforma das instituições diplomáticas, foram as que produziram maior impacto sobre a região, o sistema regional asiático – centrado na doutrina de Sistemas Tributários – era impraticável dentro da conjuntura de relações com os Estados ocidentais. O Sistema Tributário partia do princípio de que o Império dos Han (China) atuava como ator político que auferia legitimidade para as cortes estrangeiras no entorno daquele país. Os reis da península coreana (Goguryeo, Baekje e Silla), o Reino de Ryūkyū (Okinawa) além das cortes do sudeste asiático enviavam emissários perante a corte de Beijing e em troca, estes recebiam a garantia de proteção contra incursões de outros Estados regionais ou outras ameaças, como os piratas Wako que assaltavam cidades costeiras de todo o leste asiático.

Desde a chegada dos portugueses em Goa na Índia, em 1510, até o bombardeio de Yokohama por Matthew Perry, em 1854, as forças ocidentais haviam ocupado todos os centros urbanos na Ásia, já tendo constituído, na época da Restauração Meiji, o Raj Britânico sobre a Índia⁸, a anexação da Indochina pela França⁹ e a expansão do Império Russo sobre o norte da fronteira da Manchúria.

Além destes fatos, a vitória da Inglaterra e França sobre a marinha chinesa na Primeira Guerra do Ópio (1839-1842) e Segunda Guerra do Ópio (1856-1860), demonstrou a evidência da inferioridade militar do grande império chinês terrestre contra as forças ocidentais. A manutenção do regime de isolacionismo¹⁰, conhecido como Sakoku (鎖国) limitava o contato e trocas tecnológicas, que, no seu início de implementação – século XVII – bloqueou a interferência externa em assuntos nacionais, e foi responsável pela defasagem tecnológica do país frente aos seus vizinhos. A existência da China blindou ou contribuiu para arrefecer o Japão da influência de outros povos sobre o país, desde a expansão mongol¹¹ e a guerra contra os reinos coreanos em 1596-1597¹² e os negócios com europeus – particularmente portugueses e holandeses – foram limitados devido ao isolamento político

8 O Raj Britânico, iniciou-se em 1858 e teve seu término apenas após o término da Segunda Guerra, em 1947, foi a maior ocupação de uma potência ocidental sobre um povo asiático, não apenas em extensão – que compreende o que podemos definir como os territórios modernos da Índia, Paquistão, Bagladesh, Myanmar, Nepal, Butão e Ceilão, além da ocupação da Malásia e Brunei, que não integravam o Raj Britânico, mas estavam subordinados a Londres. Esta ocupação britânica correspondia, aproximadamente, a 350 milhões de habitantes, considerando que a população global, neste período, era de aproximadamente 1,2 bilhão de pessoas, o que levava ao fato de que o Império Britânico na Ásia, dominava um quarto da população global. Esta proporção dominação de um país sobre um contingente populacional estrangeiro tão numeroso só havia se repetido durante a expansão do Império Mongol (1270-1309) que, com a ocupação do Império chinês (Dinastia Yuan, 1271-1368), que levou a dominação de 110 milhões de habitantes, que correspondiam a 25% da população mundial estimada naquela época.

9 A Indochina fora anexada 1887, após a vitória da França sobre o Reino de Nguyên, em 1862.

10 A restrição de livre navegação de cidadãos japoneses e a designação de portos específicos para o comércio exterior era uma herança do período Azuchi-Momoyama (*Azuchi-Momoyama jidai*, 安土桃山時代), que perdurou de 1568 até 1600, fase final do Período Sengoku, momento em que o país entrou em guerra entre os diversos líderes militares feudais (*Daimyō* 大名) entraram em guerra entre si pelo controle do poder central do país. No período, Portugal detinha a maior parte do comércio do ocidente com o país e disseminavam o cristianismo sobre a população local, contudo, os lusitanos apoiaram as lideranças que acabaram tendo pouca influência no território nacional após a unificação - particularmente o Daimyô de Otomo - o que levou a perda de força dos portugueses de manterem o monopólio do comércio com o país e a tolerância quanto a práticas religiosas ocidentais na ilha. Neste mesmo período, os holandeses, que estavam em guerra contra Portugal, apresentaram-se como alternativa do comércio com o Japão perante os mercados ocidentais. A proibição do contato com estrangeiros também decorre dos envoltimentos de comerciantes e religiosos que levaram à interferência no controle de Macau e Filipinas.

11 Apesar do Império Mongol ter realizado duas tentativas de invasão sobre o Japão, 1274 e 1281, estas expedições marítimas fracassaram pois os mongóis necessitavam despender a maior parte de seu contingente militar na sua expansão terrestre para o oeste.

12 O primeiro unificador do Japão, Hideyoshi Toyotomi, após centralizar o poder dos principais feudos, no período Sengoku (1467-1615) realizou uma incursão militar para ocupar os reinos da península coreana, que estavam sob protetorado do Império Ming, que levou a derrota do Japão sobre a região.

não intencional que a China impunha sobre o Japão. Este isolamento não deliberado perdurou enquanto vigorava o sistema tributário chinês e, de fato, findou apenas em 1854¹³.

Importante destacar que a política de auto-isolamento – *Sakoku* (鎖国) – adotado pelo Japão só foi possível tendo o consentimento chinês que também evitava criar desavenças diplomáticas com seu vizinho que atuava à parte do modelo tributário.

Entretanto, apesar da política de isolacionismo, o Japão não consegue mais evitar a interferência ocidental em assuntos internos; fato importante ocorreu em 1849, o capitão James Glynn, da marinha americana, aportou sobre Nagasaki exigindo o retorno de 15 marinheiros aprisionados pelo Japão, acusados de terem invadido águas nipônicas; contudo apesar das tentativas das forças locais, Glynn conseguiu romper o bloqueio naval e ancorar próximo ao porto, ameaçando utilizar a força para resgatar seus nacionais. A negociação foi frutífera para Glynn e, ao retornar à Washington, recomendou ao seu governo a necessidade de adotar a política de portas abertas contra o Japão, utilizando a força, se necessário. Este informe foi decisivo para a força da esquadra de Matthew Perry, que bombardeou o porto de Yokohama em 1853, forçando os japoneses a adotar a política de portas abertas com os estadunidenses, o que resultou no fim da política de *Sakoku*, que havia perdurado desde 1603.

Essa cadeia de eventos levou à rápida queda do poder local japonês e à necessidade de instaurar um poder central¹⁴, que levou a realização da Restauração Meiji em 1868. Foi necessário as elites japonesas reformulem o país aos moldes do desenvolvimento econômico, político, institucional e, particularmente, militar, do ocidente, este ponto foi assunto de debate no capítulo anterior.

Observa-se que após a dissolução do sistema internacional chinês o Japão, assim como os demais países asiáticos, buscou se inserir no sistema internacional ocidental, visto que o modelo de Estado e de política internacional asiático teve fim com a derrota japonesa perante a incursão do Comodoro Matthew Perry em Yokohama (1853), o Japão passou a realizar reformas internas e rapidamente estabelecer parcerias com países ocidentais.

13 A Esquadra de Matthew Perry.

14 Importante destacar que o governo xogunato do período Edo (1603-1867) era um sistema cujo poder se estruturava sobre a aristocracia e latifundiários locais, extremamente descentralizado e a principal meta da Restauração era de trazer de volta a capital, figurado pela representação do Imperador, o controle centralizado da política de defesa nacional.

A Restauração Meiji (1868) foi a resposta japonesa para adaptar o Estado às instituições ocidentais e estabelecer o país como um Estado Normal¹⁵ frente ao modelo ocidental, e o que se observa desde o início desta Restauração, que o Japão segue um caminho que perpassa até os dias atuais para se consolidar em um estado à frente das nações ocidentais, mimetizando o processo legal, organização da burocracia interna, modernização das forças armadas, organização financeira, adesão ao sistema financeiro global, ingresso nas organizações internacionais – tais como a Liga das Nações. Este percurso torna-se um desafio a uma nação não-ocidental para aderir aos regimentos estranhos à sua sociedade. As sociedades latino-americanas percorrem enfrentam dificuldades distintas, vistas que sua relação com o ocidente é embrionária e as sociedades africanas são incluídas dentro do sistema internacional ocidental¹⁶ através de mecanismos de violência, coesão e exploração.

A inclusão dos povos asiáticos ao sistema internacional ocidental ocorre em fases; o Império Turco-Otomano consegue realizar transformações que permitem a sua inserção sem ser submetido ao domínio ocidental de imediato, suas fronteiras são solapadas recorrentemente levando à redução de seu império ao longo dos anos; o Raj Britânico sobre a Índia (1858-1947) é a consolidação do domínio ocidental sobre a região do subcontinente indiano; a dominação francesa sobre a Indochina (1887-1954) e a constituição da Índias Orientais Holandesas (Indonésia) que, apesar de terem iniciado sua dominação em 1800, observa-se que apenas na metade do século XVIII, o governo holandês consegue consolidar sua dominação sobre as principais cidades do arquipélago.

Estes processos apontam que, tal como ocorrera no continente africano, o continente asiático é inserido no Sistema Internacional Ocidental via dominação e violência, sobrando apenas poucos lugares não ocupados pela expansão do ocidente. Importante destacar que o Sistema Internacional Ocidental não é, necessariamente, o modelo mais desenvolvido nem o único, pois a organização e interação entre povos surgiram ao longo da história entre vários

15 Necessário distinguir que a condição de “Estado Normal” possui dois momentos. O primeiro momento diz respeito ao período subsequente a Restauração Meiji e compreende as mudanças institucionais da burocracia japonesa para se adequar ao modelo burocrático ocidental. Já o segundo momento da construção de “Estado Normal” compreende o período posterior à Segunda Guerra Mundial e diz respeito às limitações das capacidades securitárias decorrentes das imposições legais advindas da Constituição Outorgada de 1945.

16 Não se ignora a tese do Sistema-Mundo de Wallerstein, entretanto, este conceito não é empregado aqui por trazer duas questões que não pontos que necessitam um melhor debate para o objeto de pesquisa desta tese. O primeiro é que define que o Sistema Mundo é inerentemente ocidental e se constitui, em seu germe embrionário a própria formação do capitalismo, que leva a segunda crítica da obra de Wallerstein, a formação do Sistema Mundo nucleada no ocidente ignora a formação dos demais sistemas Mundo, que aqui nesta pesquisa são categorizados como Sistema Internacional, que também produziam suas próprias dinâmicas econômicas e, que em alguns casos, também possuíam elementos de formação da organização capitalista, como no exemplo da ascensão da burguesia no final da dinastia Ming e início da dinastia Qing (século 16 ao 18).

modelos. O sistema internacional asiático, tal qual descrito, é consolidado apenas no final da dinastia Song (960-1279) como resposta da corte de Kaifeng em fortalecer o controle dos povos não Han em suas fronteiras. Entretanto, é com a constituição da dinastia Yuan (1271-1368), decorrente da consolidação da dinastia mongol sobre a China que surgem os sistemas tributários regionais centrados sobre Beijing, recorrentemente definido como “sistema tributário chinês”.

O sistema internacional surgiu em outras regiões do globo, tal como o modelo centrado no Império de Ghana anterior à islamização (1000-1500), ou o sistema do Grande Zimbabwe¹⁷ que centralizou o desenvolvimento do comércio e cultura sobre a região sul da África, ou os sistemas desenvolvidos nas Américas na Era Pré-colombiana, em destaque o do Império Asteca que estabeleceu uma relação de domínios regionais em boa parte da América Central. Destaca-se que estas organizações entre povos ocorreu de forma autônoma e mutável ao longo de toda a história humana, o próprio sistema internacional ocidental suplantou o sistema internacional mediterrâneo¹⁸. De forma alguma, não se pretende afirmar que o sistema internacional ocidental se coloca como imutável ou absoluto, a Guerra Fria foi a tentativa de criar uma alteração no sistema através da constituição de um sistema internacional soviético.

Com o crescimento econômico e político da Ásia neste século, pode-se cogitar a possibilidade de alteração do sistema internacional ocidental que incorpore elementos asiáticos, tal como vem propondo a China e a instauração do modelo da Nova Rota da Seda. Neste contexto, não apenas o Japão que busca se consolidar como um Estado Normal, frente ao modelo do sistema ocidental, mas os demais países asiáticos enfrentam a mesma dificuldade. A Coreia do Norte não realizou a migração do sistema soviético para o modelo ocidental e adotou um posicionamento de não inserção – imposta por atores internos ou externos – enquanto China¹⁹ e Vietnã realizam seu processo de inserção no Sistema Internacional Ocidental, ainda sofrem os constrangimentos de que estes países não são

17 Que teve início no século XI e findou por volta do Século XV.

18 O sistema de nações europeias perdurou até o século XV.

19 Pode-se observar que a China, após o fim da sua Revolução Internacional realizou mudanças para aderir ao Sistema Internacional Soviético e, a ruptura sino-soviético durante a década de 1960, foi um processo da China diminuir o interesse em se interconectar dentro das relações econômicas do Sistema de Moscou e adotou uma postura de maior isolacionismo. O país asiático não se isolou completamente do sistema internacional pois alguns atores ainda realizavam investimentos, transferência tecnológica, cooperação com o país além de transferir parte do seu parque produtivo em regiões muito específicas, com especial destaque da ação do governo e setor empresarial japonês, com os projeto Nippon Steel, em Shanghai, que permitiu a modernização da siderúrgica chinesa na década de 60 (SILVA, 2012).

considerados um Estado Normal e os demais países do sudeste e sul da Ásia foram inseridos no sistema internacional como atores periféricos.

Aqui é necessário explicar o que é o Estado Normal dentro do contexto da corrente pesquisa. Normalidade de um Estado, nas Relações Internacionais, é um governo dotado da plenitude de suas capacidades que possam assegurar sua soberania, que vão desde a constituição de forças armadas que possam preservar a integridade de seu território, meios econômicos que possam preservar a subsistência de seu povo ou até o controle e acesso aos recursos de seu território sem o constrangimento de um Estado externo. Desta forma, um país que estaria ocupado, como é o caso da China antes da reintegração de Hong Kong, é um país que sofre os constrangimentos de uma não normalidade, este fator é importante ao compreender a relação entre Beijing-Taipei, visto que a soberania do Estado chinês é colocada em dúvida pela atuação tanto das elites taiwanesas quanto por elites externas, particularmente estadunidenses. O Japão, neste contexto, também possui sua normalidade colocada sobre litígio quando as capacidades de exercício de suas forças armadas possuem constrangimentos legais que não existem em outros Estados semelhantes, levando suas elites a necessitar de apoio externo para projetar seus interesses nacionais. Ambos os países coreanos também possuem determinados constrangimentos que limitam sua normalidade. A República Democrática Popular da Coreia possui uma diversidade de bloqueios e sanções econômicas que dificultam sua inserção econômica plena no Sistema Internacional Ocidental que logra suas elites a atuarem a parte deste sistema e a República de Coréia, decorrente da não conclusão da Guerra da Coreia (1950-1953) cujo Tratado de Paz ainda não fora assinado, condiciona o controle do Estado-Maior sul-coreano ao comando do Estado-Maior das Forças Aliadas, em particular, o comando estadunidense.

Esta doutrina tornava-se apenas aplicável pois o Império chinês²⁰ possuía uma força militar e tecnológica superior perante os demais estados asiáticos pré-modernos, produzindo algo que poderia ser assemelhada a uma *pax sinica* sobre a região. Entretanto, a chegada dos britânicos e franceses durante as Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860) colocou em xeque a manutenção do Império Chinês dos Han como fiadores da estabilidade regional levando à queda da dinastia Qing como ator da legitimidade do Sistema Internacional Asiático, sendo suplantado pelo sistema ocidental que, apresentava um condomínio de atores

20 Notadamente, o Sistema Tributário Chinês, que criava o modelo de legitimidade das soberanias regionais, assegurados pela Corte de Beijing, consagrou o que é denominado o Sistema Internacional Asiático. Este sistema tributário, apesar de ser anterior à dinastia Qing (1636-1912), foi neste período que teve maior dimensão.

estatais – que possuía a predominância dos Impérios Britânico e Francês, além de outros estados. O princípio de que Westfália instituiu que o sistema internacional ocidental era composto por atores iguais e soberanos era aplicado apenas sobre os povos da Europa Ocidental, desta forma, para a corte de Beijing.

Em 1868, as elites japonesas instauram a Restauração Meiji, com a pretensão de realizar a modernização do país para um modelo ocidental de gestão do Estado levando ao poder uma nova elite, ao mesmo tempo retirar do centro do governo a elite rural. É necessário entender que a Restauração Meiji pode ser descrita como uma mudança de regime que demoveu a classe agrária – os *genro* (元老)²¹ – e aristocrática japonesa levando ao poder central uma nova classe burguesa – *zaibatsu* – que tratou de gerar processos de modernização instituindo um poder nacional centralizado na figura do Imperador, contra os caudilhos regionais. Matsumura (2008) aponta que a Restauração Meiji, entre outros fatores, permitiu à construção de uma nova identidade das elites japonesas nessa fase. Durante o período do Generalíssimo (Shogun) Tokugawa (1614-1868) a elite nacional considerava-se destituída e avessa às influências externas e que os valores vindos do exterior causavam perturbação da ordem e na coesão da sociedade japonesa. O novo regime Imperial teve de reverter essa conjuntura, a ascensão burguesa percebeu que a relação com o exterior não apenas era inevitável, mas também almejada, enfim, pensar o Japão na relação com o exterior era a forma de preservar a unidade nacional, especialmente preservar a soberania do país.

A transformação do processo produtivo nacional, necessitava de dois fatores: a centralização do poder do Estado e a mudança da cadeia produtiva de riqueza destes baronatos locais, o resgate da figura do imperador – Meiji – simbolizou a centralização do Estado, tributação, eliminação dos exércitos regionais, organização dos recursos nacionais num único palco produtivo. Este conjunto de ações surgiu contra a manutenção do modelo feudal vigente, que limitava a movimentação entre pessoas, bens e produtos entre diferentes províncias. Entretanto, as Elites agrárias, que perderam poder para na estrutura do novo regime, produziu resistência por parte deste, que pegaram em armas e travaram a Guerra de Boshin (1868-1869) que também foram derrotados em campo, que acelerou o desmonte do sistema feudal.

A principal diferença observada entre Japão e China nesse período, foi que a elite que buscava nacionalizar a economia e transformar-se de elite militar e latifundiária para uma elite

²¹ Na sociologia, os *genro* podem ser descritos como aristocracia latifundiária.

burguesa, passou a ser a vencedora deste embate, utilizando os recursos nacionalizados do Estado para realizar a modernização da sua economia em forma de parques e complexos industriais – os Zaibatsus. Entretanto, este processo não ocorreu plenamente na China, frustrando o processo de modernização nacional – o movimento do auto-fortalecimento – que, na China, não conseguiu dar vitória assertiva à elite e pró industrialização, tornando a modernização naquele país um processo mais lento, interrompido pelo embate da necessidade de expansão econômica do Japão.

Um dos objetivos do presente estudo, é demonstrar como um país, que no final do século XIX encontra-se na periferia do sistema capitalista ocidental, governado por uma elite agrária e aristocrática busca se inserir no sistema, realizando rápidas mudanças, mantendo a preocupação de não tornar-se um país subordinado às potências ocidentais. Os estudos apontam que as elites japonesas realizaram a Restauração Meiji, constituindo uma elite burguesa industrial – os Zaibatsus – realizou reformas institucionais de sufrágio universal feminino em 1922 – a Democracia Taishou.

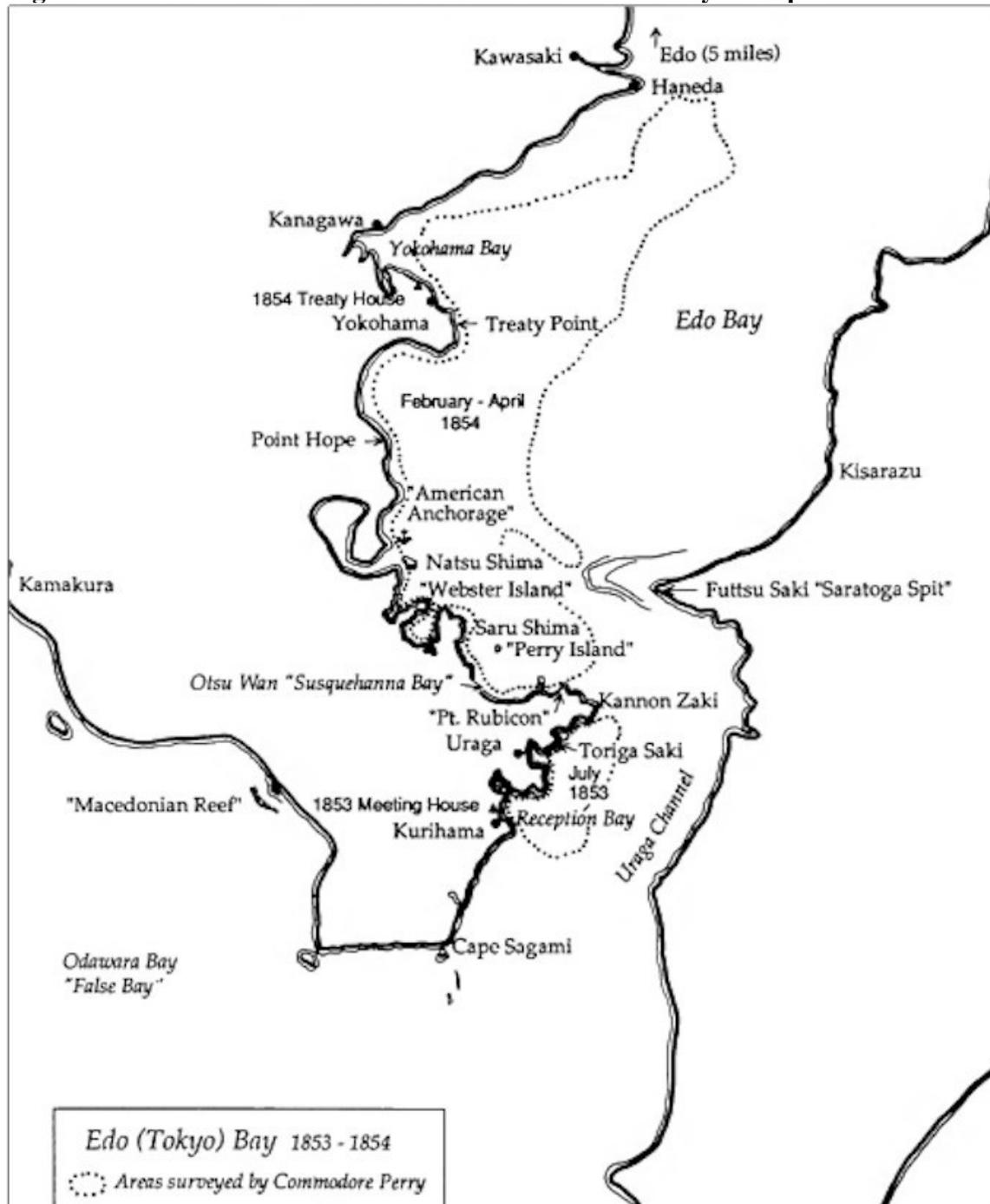
Para o Japão se inserir no Sistema Internacional Ocidental, iniciou seus processos de integração regional – seja pelas vias das armas ou pela via dos investimentos – que contou com apoio da aliança do Japão com as potências ocidentais – primeiramente com a Inglaterra, depois com a Alemanha e, no pós-guerra, conseguiu construir uma aliança com os Estados Unidos após este ter adotado a política de “caminho reverso” com o país asiático.

O que se busca apresentar nesta tese é que, desde a chegada belicosa do expansionismo do Ocidente – a frota estadunidense de Matthew Perry – que apontou com suas canhoneiras ao Japão em 1853, o país vem buscando meios de ingressar no sistema internacional ocidental de forma autônoma, para isso, utilizou a ação coordenada das suas capacidades econômicas, militares e diplomáticas, elaborando a formulação de um projeto nacional destas recursos, para atingir um fim – neste caso, a manutenção da soberania – num processo de construção que pode ser categorizado como uma Grande Estratégia.

A Restauração Meiji impôs um desafio às elites japonesas de como se inserir no Sistema Internacional? Uma questão era sabida: as Potências Ocidentais já estavam em seus portos, sempre estiveram, mas de forma controlada pelas autoridades do arquipélago, visto as concessões de comércio restrito realizadas com portugueses e holandeses ao longo dos últimos quatro séculos. Entretanto, a expansão ocidental e a disputa de influência finalmente atingiu a região nordeste da Ásia e uma resposta era necessária, a incursão do Comodoro

Matthew Perry em 1853 mostrou quão debilitados e ultrapassados estavam os japoneses diante das nações ocidentais (Figura 4), o bombardeio contra o porto de Yokohama forçou o país a abrir suas portas ao comércio com os EUA, que logo foi seguido por outras Potências Ocidentais.

Figura 4 - Incursão marítima do Comodoro Matthew Perry no Japão



Fonte: Artifacts from Commodore Matthew Perry's Expedition of 1853-54.

Mapa da rota do Comodoro Matthew Perry na baía de Edo (atual Tokyo). A capital japonesa se encontra a 8 km a norte de Haneda.

Este fato levou à queda do *Bakufu* (Reinado) do período Tokugawa (*Tokugawa Jidai* 徳川時代) e à ascensão do Imperador ao governo, que simbolizava a centralização e unificação das elites aristocráticas, agrárias e militares do país, além de permitir a rápida conversão destes setores em burgueses industriais amparados pelos capitais do Estado

japonês. Muitos casos conhecidos mantêm o nome tradicional das famílias como logomarca das empresas modernizadas levando à constituição dos *Zaibatsu* (財閥), ou Grupos Econômicos. Os casos mais notórios exemplificam a situação e que estão em existência até hoje são Mitsui, Mitsubishi, Sumitomo e Yasuda, que constituem o G-4, os quatro maiores conglomerados empresariais do país na atualidade. Igualmente importantes são empresas como *Bridgestone* (do clã Ishibashi²²), Fujita (empresas de construção e mineração e futuramente incorporada pela Mitsubishi), Shibusawa (que tornou-se o primeiro banco nacional do país) entre outros.

No mesmo ano em que reformou a lei dos “bancos nacionais”, o governo também iniciou o reconhecimento, como bancos privados, das “casas mercantis-financeiras”. A primeira a ter autorização para usar o nome de *ginko* - termo inventado para denominar “banco ao estilo ocidental” - foi a Mitsui, grupo que havia se consolidado ainda no período Tokugawa. Graças a suas relações próximas com o governo e à riqueza acumulada ao longo de quase cem anos de existência, a Casa Mitsui, a partir de seu banco, começou a diversificar seus interesses, comprando inicialmente minas de carvão e, nos anos 1880, estabelecendo-se na indústria, a partir da têxtil do algodão. Era o início da montagem do primeiro e mais importante *zaibatsu*. (TORRES, 1999)

Frente a esse desafio, o novo governo japonês tornou-se o principal empreendedor do processo de modernização do país, passando a ser o principal credor dos empreendimentos da aristocracia modernizante; ao mesmo tempo financiou as missões modernizadoras do país, enviando emissários, técnicos, acadêmicos e intelectuais para aprenderem novas tecnologias e trazerem ao país respostas ao desafio da superação do subdesenvolvimento do Japão. As missões modernizantes conseguiram apontar mudanças não apenas em aspectos das capacidades técnicas, mas também no setor legal, político e administrativo e a constituição adotada teve forte influência do Império Prussiano, uma monarquia constitucionalista centralizada. O exército teve influência da formação francesa e as técnicas de navios tiveram influência da Inglaterra, o que permitiu ao país a constituição da Marinha Imperial do Japão, em que Londres realizou a primeira venda de navios modernos ao arquipélago, em 1869, o Ryûjô, uma Corveta *Ironclad*. Esta venda tornou-se um instrumento importante tanto para a política japonesa quanto para a britânica em estabelecer uma relação estratégica em um futuro próximo.

A experiência chinesa não foi em vão, os processos de se apropriar da tecnologia ocidental e realizar reformas institucionais e diplomáticas repercutiram sobre a corte de

22 O sobrenome Ishibashi é transcrito pelos ideogramas 石橋 que tem o significado de “ponte de pedra”.

Tokyo. A derrota japonesa contra a incursão do Comodoro Matthew Perry em 1853 e a retumbante discrepância do poderio naval do arquipélago frente as forças americanas, levaram as elites nacionais à busca de mudança das suas capacidades. Buscando parcerias de treinamento e aquisição naval, o Japão iniciou tratativas tanto com os britânicos quanto com os franceses e, a adesão nas parcerias tecnológicas e militares levaram ao fim da atitude de isolamento diplomático do país.

O governo Meiji deu prioridade não apenas à construção de embarcações modernas, mas também ao incentivo ao desenvolvimento nas áreas relacionadas de transporte marítimo, comércio e indústria. No campo do transporte marítimo, por exemplo, deu tratamento preferencial à Mitsubishi, que, como resultado, foi capaz de tirar embarcações estrangeiras das águas costeiras japonesas e expandir para rotas marítimas na Ásia. Ao mesmo tempo, o governo incentivou as exportações diretas com a intenção de garantir que os lucros do comércio fossem para os bolsos japoneses. Bem no meio da rebelião de Satsuma, Toshimichi Ōkubo corajosamente decidiu realizar a primeira exposição industrial doméstica do Japão; isso demonstra que Ōkubo não estava apenas satisfeito em pacificar o país, mas também estava determinado a promover seu desenvolvimento industrial (KITAOKA, 2003, tradução nossa)²³.

A assinatura dos tratados desiguais do governo Tokugawa tornou evidente o retumbante atraso tecnológico e militar do Japão frente as potências ocidentais, as lideranças nacionais perceberam que o destino do país poderia seguir o mesmo rumo que os seus vizinhos, assim sendo, o generalíssimo, Tokugawa Iemochi, iniciou uma série de reformas trazendo técnicos estrangeiros para treinamento e aquisição de tecnologia. Entretanto, os caudilhos regionais que por dois séculos possuíam pouca força política frente ao governo central, se mobilizaram e realizaram um movimento para dar apoio ao retorno da importância do Imperador como figura de maior força, sobre o pretexto de que o país necessitava de um símbolo da unificação nacional. Neste momento de crise, iniciou-se o movimento para retirar do poder o clã Tokugawa e terminar com o regime militar, iniciando o *Bakumatsu* (幕末), período de transição que perdurou de 1853 até 1867 que desconstituiu o

23 *The Meiji government gave priority not just to constructing modern vessels but also to encouraging development in the related fields of sea transport, trade and industry. In the field of sea transport, for example, it gave preferential treatment to Mitsubishi, which as a result was able to drive foreign vessels out of Japanese coastal waters and expand to shipping routes in Asia. At the same time the government encouraged direct exports with the intention of ensuring that the profits from trade went into Japanese pockets. Right in the middle of the Satsuma Rebellion, Toshimichi Ōkubo boldly decided to hold Japan's first domestic industrial exhibition; that demonstrates that Ōkubo was not merely satisfied with pacifying the country but was also determined to promote its industrial development.* (KITAOKA, 2003).

poder feudal japonês e adoção de uma monarquia constitucionalista que levou à instauração do Imperador Meiji em 1868²⁴.

A derrota do antigo regime e a instauração de um novo poder centralizado permitiu ao governo reformular suas relações diplomáticas e, principalmente, findar com a postura de isolamento político; desta forma, o novo gabinete começou a reconstruir as relações com o ocidente. Dentre os nomes envolvidos na formulação de inserção do Japão no contexto de dominação ocidental sobre o extremo oriente, destaca-se o nome de Fukuzawa Yukichi, que apontou formulações de que não apenas o país deveria buscar uma aliança com as potências ocidentais, mas também deveria abandonar de vez o modelo asiático de política regional. O que era veiculado regularmente nos grandes jornais de Tokyo, exemplo o publicado em 16 de março de 1885, no editorial do Jornal de Tokyo – Jiji Shimbun – o ensaio *Datsu-A-Ron* (脫亞論), que pode ser traduzido por “sair a Ásia”, ou, sair do modelo asiático, abaixo parte do artigo escrito em 1885 na obra:

Nossa política imediata, portanto, deve ser não perder tempo em esperar pelo esclarecimento de nossos países vizinhos (Coréia e China) para se juntar a eles no desenvolvimento da Ásia, mas sim sair de suas fileiras e lançar nossa sorte com os países civilizados do Ocidente [...] Devemos lidar com eles exatamente como os ocidentais fazem. (FUKUZAWA In: NISHIKAWA 2000, tradução nossa)²⁵

Fukuzawa apontava a necessidade de intervenção na China e buscava, acima de tudo, a constituição de uma aliança com o Ocidente, a fim de garantir o reconhecimento da soberania do país frente as novas potências, em busca de evitar que ocorresse no Japão o que vinha acontecendo na China, apontando as falhas dos demais países asiáticos em realizar reformas modernizantes em particular, o fracasso da reforma do Reino da Coreia e o fracasso do Movimento do Auto Fortalecimento (*Ziqiang yundong* 自強運動) da corte da Imperatriz Cixi (Tseu-Hi), iniciado em 1861 e findado com o eclodir da Primeira Guerra Sino-japonesa em 1895. Essa data em questão não é coincidente, o engajamento do Japão contra seu vizinho ocorreu com a derrota da proposta dos setores que buscavam uma relação de cooperação com a China, vencendo a proposta, dentro do Gabinete japonês, daqueles que

24 Esta transição não foi pacífica e possui grande resistência de alguns caudilhos que iniciou uma série de guerras internas e rebeliões que foram denominadas de Guerras de Boshin (1868-1869), entretanto, este ponto não é objeto da análise desta tese.

25 *Our immediate policy, therefore, should be to lose no time in waiting for the enlightenment of our neighboring countries [Korea and China] in order to join them in developing Asia, but rather to depart from their ranks and cast our lot with the civilized countries of the West [...] We should deal with them exactly as the Westerners do.* (FUKUZAWA In: NISHIKAWA 2000).

defendiam que o Japão deveria criar zonas de influência colonial, tal qual as Potências Ocidentais.

O conceito de modernização no contexto japonês foi associado a uma orientação de “ocidentalização”. No terceiro quarto do século 19, quando o Japão lutava para se modernizar, a ideia era superar a “irracionalidade” convencional nas relações sociais e culturais feudalistas e autoritárias, transplantando o pensamento do “iluminismo” para o estabelecimento de instituições modernizadas. Os líderes dessa orientação enfatizaram a importância de abraçar o “Ocidente”, afastando-se da “Ásia”, como afirma Yukichi Fukuzawa, fundador da Universidade Keio Gijuku, uma das mais antigas universidades privadas modernas do Japão. (ISHIKAWA, 2002, tradução nossa)²⁶

Dentro das propostas apresentadas, Fukuzawa argumentou que a aliança com a Inglaterra, em detrimento da aliança com a França que também estava em curso, seria mais vantajosa, pois não só colocaria o país em oposição a um adversário comum, pois tanto Japão quanto Inglaterra viam com temeridade o aumento da influência americana sobre a região, em particular após a vitória de Washington sobre a Espanha que concedeu a este o controle sobre as Filipinas. Essa aliança com a Inglaterra, também permitiria trazer ao Japão os mais modernos armamentos militares para a marinha, que após o incidente contra Matthew Perry, alertou os japoneses sobre a necessidade de investir pesadamente nesta Força criando uma “Balança de Poder” frente às demais nações ocidentais (KITAOKA, 2003).

²⁶ *The concept of modernization in the Japanese context was associated with an orientation of “Westernization.” In the third quarter of the 19th century, when Japan was struggling to modernize, the idea was to overcome conventional “irrationality” in feudalistic and authoritarian social relations and culture by transplanting the thought of “enlightenment” for establishing modernized institutions. The leaders of this orientation stressed the importance of embracing the “West” by getting away from “Asia,” as asserted by Yukichi Fukuzawa, founder of Keio Gijuku University, one of the oldest modern, private universities in Japan (ISHIKAWA, 2002).*

3.1.2 Aliança anglo-japonesa (1902 ATÉ 1923)

Nossos inimigos que se aglomeram em todo o Hall da Nuvem Descendente inventaram recentemente um novo tipo de bala “dumdum” que eles disparam impiedosamente na parte norte do espaço aberto, não apenas durante o intervalo de dez minutos entre as aulas, mas também após o término do horário escolar. Este novo “dumdum” é aparentemente chamado de “bola” e é descarregado no inimigo ao ser atingido por um objeto parecido com um pilão inchado ou um rolo. No entanto, por mais poderosa que essa arma possa ser, o alcance desde o ponto de disparo no playground do Hall até o escritório onde meu mestre está normalmente entrincheirado é muito longe para ele estar em perigo pessoal. Nossos inimigos estão, é claro, plenamente conscientes do problema do alcance e desenvolveram uma tática que explora as limitações de suas armas. Entendo que o triunfo japonês na batalha de Port Arthur se deve em grande parte ao tiroteio indireto de nossa Marinha. (Soseki Natsume, EU SOU UM GATO)

Depois da Restauração Meiji, o governo estabeleceu uma série de embaixadas, inclusive, através da política de “modernização defensiva”, assinou alguns acordos comerciais iniciais e diplomáticos com poucas nações africanas e asiáticas neste período, tais como Tailândia, Afeganistão e Etiópia²⁷. Apesar dos esforços em manter relações com os demais países, o governo lançou mão da estratégia da dominação do norte da China. A vitória japonesa e a assinatura do Tratado de Shimonoseki em 1895 (Meiji 28) concedeu ao país a Península de Liaodong e a ilha de Formosa (atual Taiwan) (Figura 5). Nesse contexto, foi realizada a troca de mãos sobre a península coreana, a região deixava de ser um protetorado chinês e tornava-se um protetorado japonês, estas conquistas transformaram Tokyo em um pretendente significativo parceria com o Reino Unido, pois, ambos países buscavam coibir a expansão russa sobre o oriente.

²⁷ Em 1931, o Reino da Etiópia utilizou a constituição do governo Meiji como base do processo de modernização de seu país.

Figura 5 - Reivindicações do Tratado de Shimonoseki



Fonte: Elaboração do autor a partir de adaptação de imagem de Wikipedia Commons (commons.wikimedia.org/wiki/File:World_pacific_centered.svg). Tratado de Shimonoseki (1895) em que o Império Qing (em amarelo) entrega para controle do Japão (em rosa) a ilha de Formosa, ou Taiwan (em verde) e o Porto Arthur, no extremo sul da Península de Liaodong (circulado em vermelho) e a península coreana (em roxo). (Mapa criado pelo autor)

Após as vitórias sobre a China (1894-1895) que levaram à conquista da Península coreana e a Ilha de Taiwan, decorrentes do Tratado de Shimonoseki (1895), a vitória sobre Beijing permitiu ao Japão ser parte integrante da Aliança das Oito Nações Amigas (1900) nas incursões estrangeiras compostas pelas principais Potências Ocidentais contra as forças nacionalistas chinesas, esta participação permitiu às elites japoneses obter maiores participações em conjunto com os ocidentais.

A Inglaterra percebeu que o Japão poderia ser uma opção estratégica para o Reino Unido, pois, percebendo que os EUA estavam conseguindo angariar mais espaço sobre o leste asiático, decorrente da vitória americana na guerra contra as Filipinas (1899-1902), os britânicos viram a disputa sobre a China ser perdida para Washington. Desta forma, foi

interessante tanto para Londres quanto para Tokyo a formulação de uma aliança em 1902, que permitiria aos britânicos criar um rival aos americanos e que não levasse a contestação dos territórios britânicos sobre a Ásia, visto que os interesses da Inglaterra estavam na região de *Guangdong* (Cantão) e *Hong Kong* (províncias do sul) e o Japão tinha interesses sobre *Heilongjiang* (também disputada pela Rússia), *Jilling* e *Liaodong* (províncias do norte), também é necessário destacar que a aquisição de Taiwan frustrou os interesses americanos sobre a ilha (Figura 6).

Figura 6 - Ocupação estrangeira na China



Fonte: Elaboração do autor a partir de imagem de Wikipedia Commons (commons.wikimedia.org/wiki/File:China_blank_map.svg). Disputas de interesses das potências estrangeiras sobre o território chinês (em amarelo) na data da iminência do confronto entre Rússia e Japão em 1905. A província de Guangdong (em verde) é reivindicada pelos britânicos, por estar ao lado de sua colônia na China, a ilha de Hong Kong. No norte, Japão e Rússia disputam a província de Heilongjiang (em laranja) e o Japão reivindica o controle sobre as províncias de Jilling e Liaodong (em marrom), que futuramente, ao cair sob o controle japonês, irão compor o estado da Manchúria (Manchukuo). Além destas possessões, o Porto Arthur (Dalian) estava ocupado pelo Império Japonês, Macau pelo Império Português, Tsingtao pelo Império Alemão e Tianjin pelo Império Russo.

O relatório produzido por George Curzon para a corte inglesa cujo título “Problemas do Extremo Oriente”, apontava que o Japão tornava-se a Bretanha do Oriente, devido a conjuntura de ambos países serem um império marítimo, ilhado, enfrentando potências territoriais muito maiores e populosas no continente e protagonizar uma disputa entre a potência do mar contra uma potência territorial.

Em 1897 a Alemanha toma o controle da península de Shantung, decorrente da morte de dois missionários alemães assassinados, fato que tornou-se pretexto para uma ação de Berlim. A ocupação da região pela Alemanha, território estratégico para o comércio com o norte chinês²⁸, colocava mais uma potência estrangeira disputando o controle territorial da China, numa região muito próxima aos interesses japoneses (Manchúria).

A concessão chinesa de Dalian (Porto Arthur) para os russos geraram um mal-estar nas relações nipo-russas e colocava em risco o comércio com a China, pois Dalian é a parte sul da península de Liaodong, que divide o mar Amarelo e o mar de Bohai (Figura 7), enquanto Shantung é a península que compõe a parte sul desta fronteira marítima. Para os japoneses, o controle destas duas províncias por potências ocidentais criava uma situação de instabilidade face às pretensões nipônicas no norte da China.

28 A província de Shantung (ou Shandong) é uma península que se projetou entre o mar Amarelo (costa oriental da península coreana) e o mar de Bohai, que banha a cidade de Qinhuangdao, que é a conexão marítima mais próxima de Beijing. O dilema era que, com o controle da parte ocidental do mar Amarelo, a Alemanha poderia bloquear o comércio com a capital chinesa.

Figura 7 - Dalian no centro do mar de Bohai



Fonte: Elaboração do autor a partir de imagem de Wikipedia Commons (commons.wikimedia.org/wiki/File:Bohaitunnel.jpg). Mar de Bohai e Mar Amarelo, a província de Shantung corresponde à parte ocidental do mar Amarelo e a península de Liaodong corresponde à parte leste do Mar de Bohai.

O Secretário Colonial do Reino Unido, Joseph Chamberlain, sugeriu a concessão de um empréstimo conjunto entre Rússia e Inglaterra para a reconstrução econômica da China, a intenção do secretário inglês era de que, a dívida contraída por Beijing perante os russos e britânicos, inibiria a contínua expansão russa sobre a China, entretanto a proposta foi negada por Moscou, que levou Chamberlain a buscar outra opção a fim de fazer com que e a China – ou ao menos, o norte do país – caísse completamente sobre o subjugo russo.

Chamberlain apontou que o Japão poderia ser um aliado potencial aos britânicos para coibir os russos e sugeriu a Balfour²⁹ que propusesse uma aproximação com Estados Unidos e Alemanha, para garantir a política de portas abertas na China, política que possuía grande oposição russa. A aproximação entre Reino Unido, Alemanha e Estados Unidos deveria atender a manutenção de portas abertas, ao mesmo tempo em que era necessário barrar a percepção de que era uma aliança anti-Russa, pois sabia Chamberlain que as relações de

²⁹ Arthur Balfour, Primeiro-Ministro inglês de 1895 até 1903.

forças destes três países na região eram inferiores ao armamento russo no norte chinês. E para evitar uma hostilidade direta com Moscou, buscou-se incluir o Japão nesta articulação.

Contudo, a vitória americana sobre a Espanha, em 1898 concedeu à Washington o controle sobre as Filipinas, o que arrefeceu o interesse americano em buscar uma conduta de oposição aos russos, visto que o arquipélago não apenas era uma zona resguardada e distante das disputas europeias ao mesmo tempo, era um porto seguro e estável pois estava localizado no continente asiático ainda não atingido pelos recorrentes tumultos e rebeliões existentes na China³⁰.

O governo chinês buscou contrabalançar as presenças russa e alemã no norte do país concedendo o porto de Weihai³¹, na península de Shantung, para os britânicos, criando uma fronteira entre a ocupação alemã e britânica, entretanto, o Japão ocupava o porto e demandava o pagamento das compensações do Tratado de Shimonoseki antes de devolver o porto para a administração chinesa.

O arrendamento de Wei-hai-Wei afetou a política britânica em relação ao Japão. O Gabinete se reuniu em 14 de março de 1898, mas não pôde tomar qualquer decisão sobre Wei-hai-Wei devido à ausência de Salisbury. Após esta reunião, Curzon, então subsecretário parlamentar para as Relações Exteriores, avançou o argumento pró-Wei-hai-Wei, enfatizando a necessidade do porto com o propósito de fortalecer a presença da Grã-Bretanha no norte da China. Além disso, a atitude firme da Grã-Bretanha em relação à Rússia e Alemanha, defendeu Curzon, daria certo continuou gravando sobre a confiança e, quando necessário, sobre a aliança do Japão (SUGAWARA, 2014, tradução nossa)³².

O que se percebeu é que, ao invés da concessão do porto de Wei-hai-wei gerar um atrito entre Reino Unido e Japão, produziu a necessidade de Londres tratar diretamente com Tokyo a política colonial sobre a China, frustrando o plano de Beijing, pois, sem o apoio dos Estados Unidos e o crescimento da capacidade logística russa através da conclusão da ferrovia Trans-siberiana, o Reino Unido necessitou revisar sua relação de alianças na região.

30 A situação americana sobre a Ásia não sofreu grandes disputas, além das Filipinas, os Estados Unidos foram vitoriosos na batalha de Wilcox (1895) que derrubou o Reino do Hawaii e instaurou a República Havaiana. A vitória retirou a possibilidade de reivindicação de Japão e Reino Unido sobre a soberania do arquipélago e abriu a possibilidade da anexação das ilhas pelos Estados Unidos em 1900.

31 Durante a ocupação britânica (1898 até 1930), Wei-hai-wei ou Weihai, também foi denominado como Porto Edward.

32 *The lease of Wei-hai-Wei affected British policy towards Japan. The Cabinet gathered on 14 March 1898, but could not make any decisions on Wei-hai-Wei due to Salisbury's absence. After this meeting, Curzon, then Parliamentary Under-Secretary for Foreign Affairs, advanced the pro-Wei-hai-Wei argument, emphasizing the necessity of the port for the purpose of strengthening Britain's presence in North China. In addition, Britain's firm attitude towards Russia and Germany, Curzon advocated, would give 'a continued lien upon the confidence and, when required, upon the alliance of Japan.* (SUGAWARA, 2014).

Balfour apontou que uma aproximação com o Japão poderia ser a saída para compensar as forças anti-britânicas na região (chinesas, russas e francesas) e iniciou a tratativa de Wei-hai-wei com Nishi Tokujiro, Ministro das Relações Exteriores do Japão, que apostava numa aproximação com este país para manter uma conduta de cooperação entre Reino Unido e Japão (Figura 8).

Figura 8 - Ocupação estrangeira no norte da China



Fonte: Elaboração do autor a partir de imagem Wikipedia Commons ().

Portos ocupados por potências estrangeiras e suas zonas de exclusão. Tsingtao ocupado pelo Império Alemão e sua respectiva zona de exclusão, Weihaiwei ocupado pelo Império Japonês, mas cedido pelos chineses ao Império Britânico e concedia a este último a zona de exclusão britânica e o porto de Dalian, ocupado pelo Império Russo e sua zona de exclusão. Observa-se que estes portos se encontram no Mar Amarelo, que é a saída ao mar para a cidade de Beijing, capital do Império Chinês.

A atitude de cooperação mútua entre os dois países assumiu um caráter de oposição à Rússia quando estes decidiram não apenas ocupar militarmente a península de Dalian (Porto Arthur), mas também construir uma ferrovia até a região, ligando o porto com a região sul da Sibéria, que daria uma capacidade de deslocamento de forças russas para região com muito mais rapidez e poderia ameaçar os interesses japoneses e britânicos.

Balfour contudo não via o Japão como forte candidato para uma aliança e indicou que Chamberlain buscasse o governo alemão para assinar uma cooperação conjunta nas operações do extremo oriente. O Secretário acreditava que a Alemanha se juntaria ao Reino Unido em uma eventual confrontação com França ou Rússia pois, caso o Reino Unido fosse derrotado, a Alemanha seria o próximo alvo. Contudo, as negociações entre os dois países não prosperaram, fazendo-se, para firmar esta cooperação, que Berlim e Londres reconhecessem suas respectivas áreas de influência sobre a China, ponto que resultou em um impasse³³.

A modernização da marinha japonesa levantou alertas sobre a corte de Londres que entendeu que suas possessões na China poderiam estar em perigo, somado ao fato de que os alemães não conseguia ampliar suas forças em Tsingdao, fez com que os ingleses não poderiam contar com Berlin caso o Tokyo pretendam expandir sobre os territórios chineses ocupados pelos ocidentais. Desta forma, o Gabinete inglês reavaliou sua relação com os japoneses e em vez de colocá-los como adversários, optou pela possibilidade de realizar um tratado de cooperação com eles. Em 30 de janeiro de 1902, em Londres, onde Balfour se pronunciou ao Parlamento no dia 13 de fevereiro sobre o tratado:

Não tenho a pretensão de que seja [o Acordo Anglo-Japonês] uma das transações diplomáticas comuns e cotidianas entre o Poder e o Poder. Mas as razões para isso me parece não estar nos arquivos secretos deste ou de qualquer outro Ministério das Relações Exteriores, mas nos fatos gerais e nas grandes necessidades de nossos interesses e nossa política no Extremo Oriente (SUGAWARA, 2014, tradução nossa)³⁴.

A aliança Anglo-Japonesa permitiu a entrada do Japão na guerra contra a Rússia alterando a balança de forças, pois, de acordo com os tratados entre Londres e Moscou, nenhuma das partes recorreria à sua aliança defensiva pois implicaria trazer para a guerra França e Reino Unido. Esta situação poderia ser um fator extremo para o período pois havia acordado que as beligerâncias seriam realizadas unicamente no palco de guerra do Extremo Oriente, e a entrada destes dois atores (Inglaterra e França) não interessaria à Inglaterra, que

33 A proposta era que o Reino Unido reconheceria o controle da Alemanha sobre a península de Shantung, entretanto, o governo alemão era reticente em assinar o reconhecimento da inviolabilidade do rio Yangtze – também conhecido como Rio Amarelo cujo delta é localizado as margens da cidade de Shanghai – contudo, Berlim se recusava em assinar estes termos pois considerava desproporcional a zona cedida a Inglaterra.

34 *I do not at all pretend that it [the Anglo-Japanese Agreement] is one of the ordinary, everyday diplomatic transactions between Power and Power. But the reasons for it seem to lie not in the secret archives of this or any other Foreign Office, but upon the broad facts and the large necessities of our interests and our policy in the Far East* (SUGAWARA, 2014).

teria de fazer frente a França e Rússia no palco europeu por uma questão de disputa no Extremo Oriente. A Rússia possuía diversas vulnerabilidades em outras frentes de combate, como a fronteira Indo-afegã que poderia culminar em um envolvimento do Império Otomano na disputa fronteira russa na região.

Balfour enviou uma carta ao imperador da Rússia, Nicolau II, sinalizando que o Reino Unido não entraria na guerra desde que a França não se junte a Rússia na guerra contra o Japão - visto que o tratado Rapprochement, que perdurou até 1917, estabelecia cooperação e assistência militar mútua entre Rússia e França - e apontava que o Reino Unido apenas interferiria no combate caso o Império russo tivesse intenção de ocupar o Império japonês.

A participação britânica seria mediar um acordo entre Japão e Rússia e ser responsável por oferecer créditos de recuperação econômica aos japoneses, este último ponto foi apontado como a vantagem da aliança Anglo-Japonesa para a corte do Imperador Meiji e que Balfour garantiria a independência japonesa em caso de derrota, para compensar o não envolvimento militar britânico.

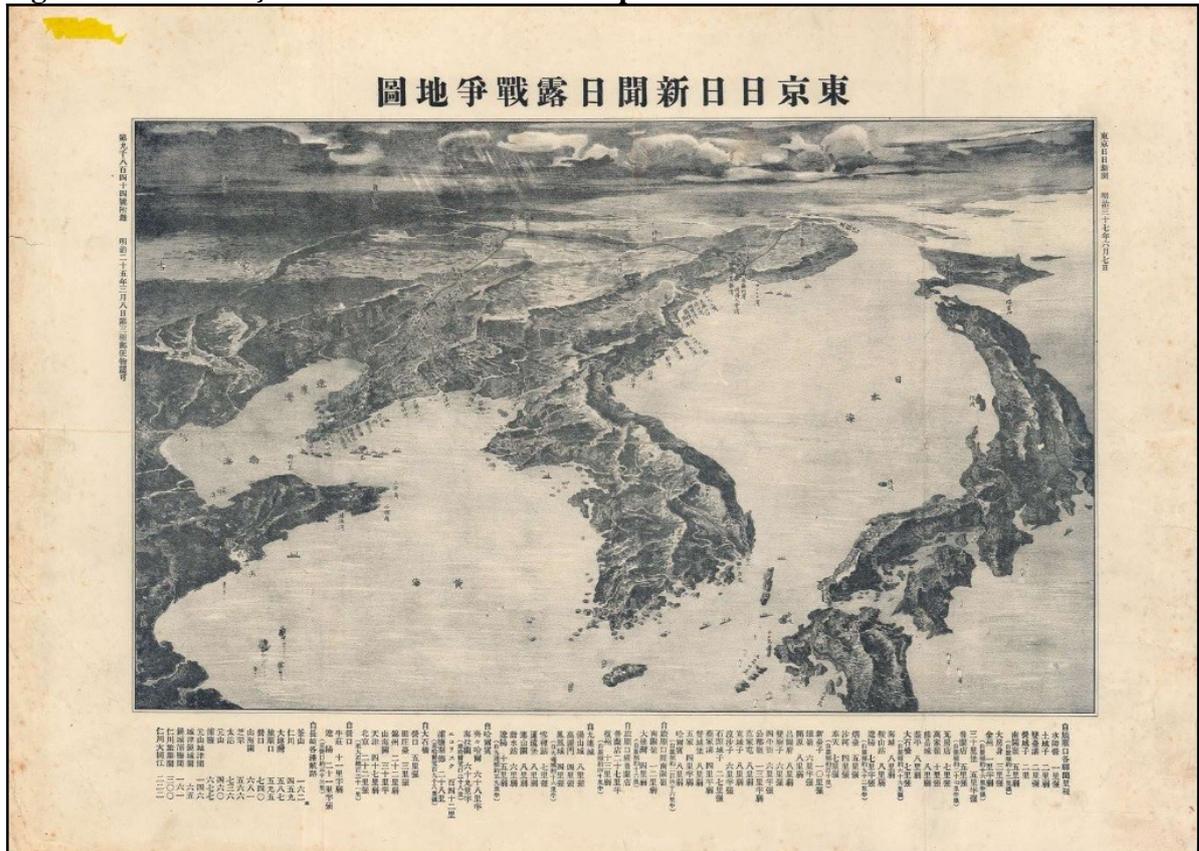
A vitória japonesa na guerra contra a Rússia em 1905 - a vitória de uma nação asiática contra uma nação europeia, um fato inédito na história - angariou uma série de aprendizados para a elite japonesa; a mediação britânica aproximou a relação entre Japão e Reino Unido, mostrando que a aproximação com as Potências ocidentais não só era vital para a manutenção da soberania do país, mas também era necessário fazer-se impor sobre a região que era disputada por estas mesmas forças ocidentais.

A assinatura da Aliança Anglo-Japonesa preveniu a entrada da França ao lado dos russos na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) (Figura 9) gerando mais tensões aos estadunidenses perante Inglaterra e Japão, levando os americanos a desenvolverem seus Planos Coloridos (*Color-Code War Plans*) na década seguinte³⁵. A visita da Frota Branca (Frota do Pacífico) americana produziu uma mensagem para as elites japonesas, que o país ainda se encontrava vulnerável à a incursão de forças ocidentais em sua costa e que deveria observar não apenas o expansionismo russo vindo do oeste, mas também deveria olhar com mais atenção para o expansionismo americano vindo do leste. Esta leitura levou à assinatura

35 A inteligência americana traçou uma diversidade de planos de operações de guerra caso o país se engajassem contra uma ou mais potências estrangeiras, designando cores para cada país. O Plano Vermelho é a designação para um confronto perante a Inglaterra e suas colônias; o Plano Laranja designava o plano de ação num eventual embate contra o Japão, entretanto, tendo em vista a aliança Anglo-Japonesa, Washington elaborou o Plano Vermelho, num eventual confronto entre duas frentes marítimas forçando o país a adotar posturas defensivas contra as duas marinhas rivais. Com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra, o Plano Vermelho, que serviu como base para o “*Plan Dog Memorandum*”, estabeleceu os engajamentos do contra Alemanha e Japão durante o conflito.

de reconhecimento mútuo entre os domínios americanos (Filipinas e Havai) e japoneses (Taiwan, Coréia) na região, entretanto, apesar das negociações, o reconhecimento sobre o controle das possessões na China não estavam sanadas, fato que colocou Japão e Estados Unidos em rota de colisão nos anos seguintes.

Figura 9 - Declaração de Guerra contra o Império Russo



Fonte: Mainichi Shimbun <https://mainichi.jp/>

Capa do jornal *Tokyo Nichi Nichi* (東京日日新聞) no ano de 1904 (Meiji 37) sobre a declaração de guerra entre Japão e Rússia.

O término da Primeira Guerra Mundial levou ao Japão reclamar pelos espólios da guerra por estar ao lado das nações vencedoras, uma que o país se envolveu no confronto ao lado das forças Aliadas decorrente da aliança com a Inglaterra. Entretanto, o país obteve poucas possessões em troca, como o controle das ilhas do pacífico sul (ilhas Mariana, ilhas Marshall e Carolinas), que possuíam pouco valor comercial ou estratégico, entretanto, durante a beligerância, o Japão colocou sob seus domínios a província de Shantung, que estava sobre controle alemão (Figura 10).

Figura 10 - Qingdao e os territórios japoneses



Fonte: Elaboração do autor a partir de imagem Wikipedia Commons (https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Qingdao_in_NEA.svg). Ocupação japonesa na região de Qingdao (destaque em vermelho), na província de Shantung em 1919.

O norte da China cada vez mais recai sobre o domínio do Japão, pois, desde a derrota Russa em 1905, a Revolução Soviética em 1917 e a subsequente intervenção no Extremo Oriente³⁶, os russos estavam fora da capacidade de disputa sobre a China e, agora, com a derrota alemã – que perdera todas suas possessões no extremo oriente, permanecia apenas Reino Unido, França e Japão para disputar com os Estados Unidos a influência sobre a China.

Como forma de diminuir a capacidade de competição japonesa, os Estados Unidos impuseram o embargo de Aço para o Japão em 1917, alegando a ocupação ilegal da península de Shantung.

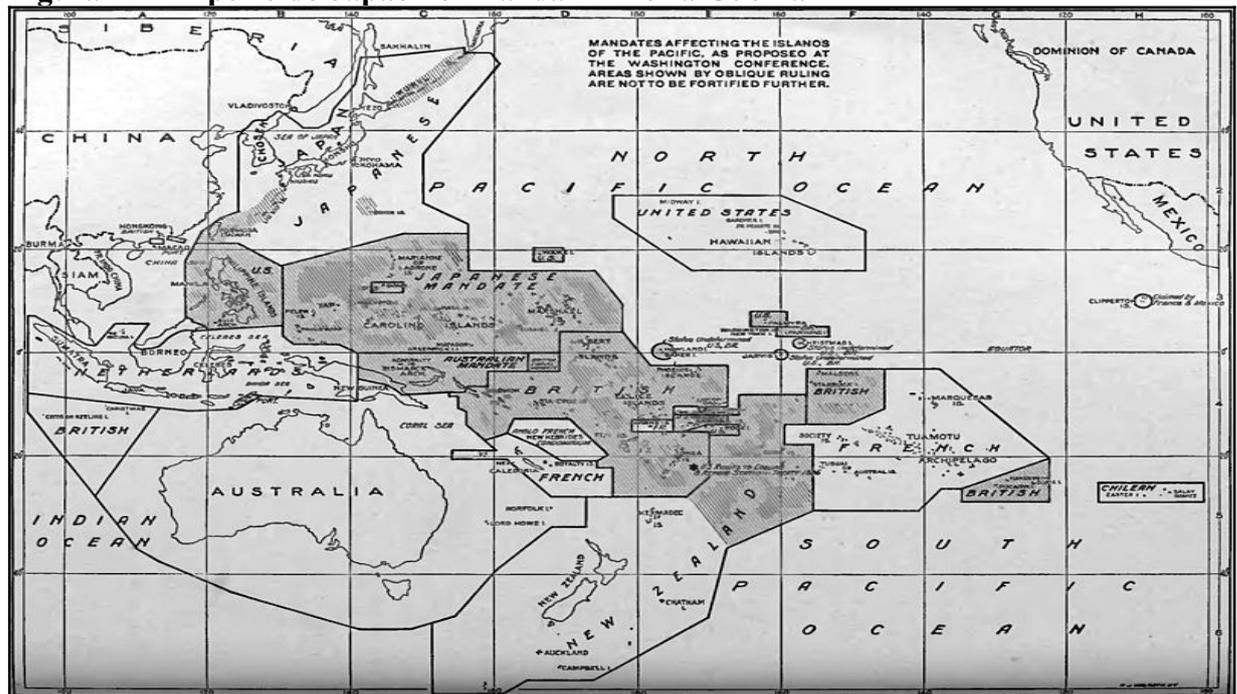
A província de Shantung fora entregue aos japoneses pelo tratado de Versalhes (1919), contudo o governo chinês entrou com o pleito do retorno da soberania da província na

³⁶ Operação de forças contrárias ao movimento soviético que apoiaram os Brancos na Rússia que intervieram tanto na Tchecoslováquia quanto na região de Vladivostok, no extremo oriente russo. A operação contou com apoio do Reino Unido, Estados Unidos, França, Japão, Grécia, Estônia, Sérvia e Itália e perdurou de 1918 até 1925, quando as forças aliadas se retiraram do confronto. O Japão foi a última força a se retirar do território russo pois pretendia manter o controle oriental da transiberiana.

conferência de paz de Paris em 1920 e solicitou o apoio de Woodrow Wilson, presidente estadunidense, entretanto, os Estados Unidos viram-se isolados no pleito perante as demais potências, Japão, Reino Unido e França e retiraram o apoio chinês. Entretanto, durante a Conferência das Nove Potências³⁷, a arbitragem estadunidense decidiu em favor da delegação chinesa, decidindo a favor da devolução de Shantung para China, mas reservava ao Japão o direito de monopólio do comércio férreo por toda a província.

Contudo, a Conferência de Washington, buscou evitar uma ação beligerante entre Japão e Estados Unidos, apesar de ter evitado uma ação imediata, não sanou a crescente rivalidade por disputas no nordeste asiático entre os dois países. A assinatura do Tratado das Quatro-Potências³⁸ tornou-se a aliança Anglo-Japonesa obsoleta em dezembro de 1921, mas apenas em 1923 ambas as partes firmaram um para não renovar o tratado (Figura 11).

Figura 11 - Império do Japão no final da Primeira Guerra



Fonte: Wikisource, termo: Washington Conference.

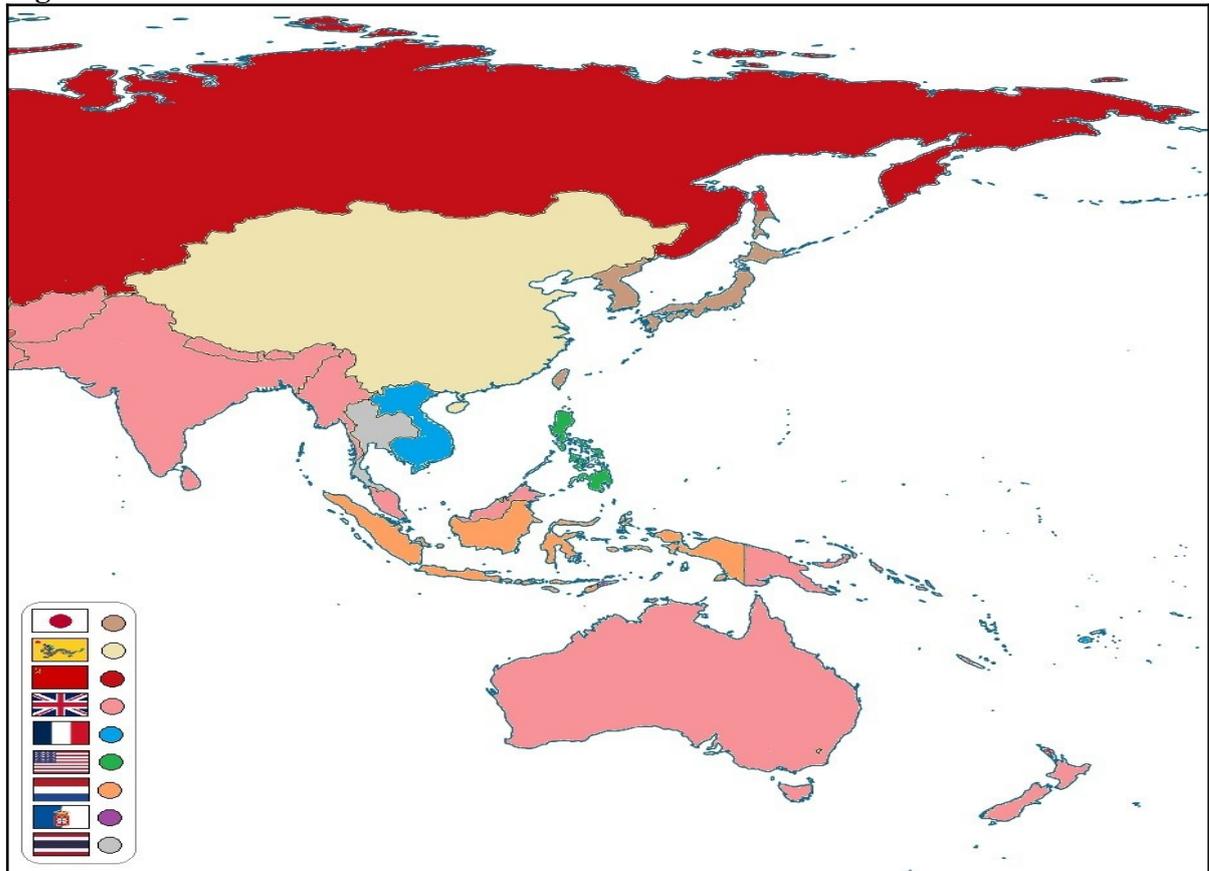
Tratado das Quatro Grandes Potências após o fim da Primeira Guerra e a divisão dos territórios alemães no Pacífico (exceptuando a questão de Tsingtao) pelo Japão, Estados Unidos e Reino Unido.

37 Conferência realizada em 6 de fevereiro de 1922, em Washington, que tinha por objetivo discutir as disputas de soberania sobre a China e a adoção de políticas abertas na região. Os participantes da conferência eram, Estados Unidos, China, Bélgica, França, Reino Unido, Itália, Japão, Holanda e Portugal.

38 Tratado das Quatro-Potências, assinado em 13 de dezembro de 1921 por Japão, França, Reino Unido e Estados Unidos que definia a política de Portas Abertas sobre os territórios chineses ocupados e definia a manutenção do status quo sobre a Ásia, particularmente sobre a China, onde as partes não buscaram futuras expansões.

O principal motivo do término da aliança foi que os dois países buscavam garantias mútuas de assegurar a proteção de suas possessões sobre a Ásia, buscando socorrer-se mutuamente – dentro do teatro do extremo oriente – já que o Tratado das Quatro-Potências determinava o congelamento das fronteiras na região, e seus signatários eram os únicos que possuíam territórios coloniais na região³⁹, logo, este tratado suplantava as atribuições da Aliança (Figura 12).

Figura 12 - Sistema Colonial na Ásia



Fonte: Elaboração do autor a partir de imagem Wikipedia Commons (https://commons.wikimedia.org/wiki/File:World_location_map.svg). Sistema Colonial na Ásia em 1920 após o término da Primeira Guerra. Os portos e territórios chineses ocupados foram suprimidos desta representação, são limites são ilustrados com mais detalhes em outras imagens. Chama a atenção na representação acima que todas as nações e territórios da Ásia foram ocupados por potências estrangeiras, com exceção do Japão (até 1945), Tailândia e União Soviética, a China, como visto anteriormente neste capítulo, estava parcialmente ocupada por diversas potências. Legenda dos países, de cima para baixo: 1. Império do Japão; 2. Império da China; 3. União Soviética; 4. Reino Unido e Commonwealth; 5. Império da França; 6. Estados Unidos da América; 8. Reino dos Países Baixos; 9. Império de Portugal e 10. Reino da Tailândia.

A Aliança Anglo-Japonesa (1902-1923) mostrou ser um instrumento de constituição da política externa japonesa, a aproximação com uma potência ocidental não apenas garantia

³⁹ As únicas exceções eram Portugal, com o território de Macau (China) e Holanda (Indonésia).

o status de um Estado entre pares no Sistema Internacional Ocidental, mas também servia como mecanismo para preservar a soberania do país frente a adversários e rivais próximos, esta estratégia se repetirá na Aliança Germano-Japonesa (1936-1945) na Aliança Nipo-Americana (1952-até a presente data).

3.1.3 Diplomacia Shidehara (1922 até 1927)

“Olhei para cima para ver se havia uma linha de energia que levava ao prédio de algum lugar. Provavelmente vou aplicar uma corrente elétrica que não a mate, e tirarei a vitalidade trêmula. Caso contrário, o efeito do Rokujinmaru finalizado seria bastante pequeno, mas - continuei pensando enquanto subia as escadas - Rokujinmaru, o elixir do renascimento, era, no início de sua produção, só pode existir traindo a recuperação ou continuação da vida, que é a maior e única razão de sua existência e em vez disso, abatendo-a. Se sim, ”Como é o próprio Rokujinmaru?” e “Para que você precisa disso?” Não é exatamente como a organização social de hoje? Assim como a vida da burguesia que exige a privação da vida do proletariado.”

Yoshiki Hayama, A PROSTITUTA⁴⁰

Em 1920, com o propósito de mediar as disputas entre as potências, foi criada a Liga das Nações onde o Japão foi um dos membros fundadores, as operações militares obtiveram sucesso por parte do país e o gabinete do Primeiro-Ministro Katô Takaaki⁴¹ buscou garantir o reconhecimento das possessões japonesas, visto o fracasso na questão de Shantung, apontando que era necessário o Japão agir de forma a obter maior engajamento de reconhecimento dentro das instituições multilaterais ocidentais e fortalecer a parceria com o Reino Unido, colocando como centralidade da operação da política externa do país, o diplomata Shidehara Kijuro.

Shidehara atuou como Ministro de Relações Exteriores durante a Democracia Taishou⁴², de 1924 a 1927, defendia que a participação do Japão na região seria ampliar e promover a cooperação comercial perante os países vizinhos, advogando que uma

40 As obras de Yoshiki Hayama fazem parte da coletânea da “literatura do proletariado”, muito popular nos anos 20 e 30. Este texto pode ser lido, na íntegra (em japonês), no endereço eletrônico: https://www.aozora.gr.jp/cards/000031/files/397_21662.html

41 Katô Takaaki, Primeiro-Ministro de 1924 até 1926, membro do partido *Kensei Kai* (憲政会), cuja agenda era de ser opositor a aristocracia e defensor do sufrágio, o partido fez forte oposição a intervenção na Sibéria e buscou maiores direitos aos sindicatos. Katô faleceu de pneumonia aos 66 anos, enquanto exercia o mandato, no dia 28 de janeiro de 1926.

42 Primeira experiência democrática na Ásia, seguindo o molde do parlamento inglês, realizou reformas econômicas, voto, direitos civis e reformas trabalhistas e direito das mulheres. A Democracia Taishou foi desconstituída paulatinamente com a substituição de cargos de liderança e ministros civis por militares. Ver Glossário de Termos: Democracia Taishou.

intervenção militar sobre a China traria desgastes a longo prazo, visto que a China contempla quase 70% das exportações do Japão. Shidehara buscou reverter as tensões causadas com as potências ocidentais, em particular, com os Estados Unidos com intenção de recolocar o Japão dentro do jogo das Grandes Potências sem obter o apoio da aliança com Londres.

Desta forma, uma ação militar colocaria em risco os negócios do país e não traria retornos apropriados, já que, devido não somente à proximidade geográfica mas com a proximidade cultural, o Japão possuía vantagens na disputa do mercado chinês frente as demais potências ocidentais.

A proposta de Shidehara se baseava nas reações negativas que os chineses produziam contra os japoneses, como ocorrera no Movimento de 4 de Maio⁴³ que prejudicou os comércios entre os dois países (HOSOYA, 1992). Um grande problema que o país possuía após iniciar o seu processo de industrialização, que tornava o país extremamente dependente do mercado externo.

Ao contrário da industrialização inglesa e francesa, que já contavam com territórios estrangeiros ocupados por suas forças, o Japão necessitava ampliar o acesso cativo de seus recursos, tendo em suas mãos duas opções: aderir ao modelo imperialista e adotar os mesmos processos de anexação e ocupação de territórios de outros povos ou buscar acesso aos recursos naturais no exterior através do comércio.

A diplomacia Shidehara optou pela segunda opção, contudo, enfrentou dificuldades em possuir acesso aos mercados estrangeiros devido à manutenção do regime colonial, que teve como objetivo favorecer acesso de matéria prima e manter um mercado cativo à metrópole estabelecida. A forma de contornar esta limitação, seria de constituir uma relação mais próxima com Washington e tentar emplacar um sistema econômico de livre mercado.

Após o Incidente de Nanquim⁴⁴, em 24 de março de 1927, causou um grande alvoroço entre as potências ocidentais, tanto a Inglaterra quanto os Estados Unidos enviaram fragatas de guerra que bombardearam a cidade a cidade a fim de coibir as forças chinesas. A marinha japonesa não chegou a atuar, contudo, chegaram a enviar um contingente de 2000 marinheiros para proteger os negócios no território chinês.

43 Movimento 4 de Maio de 1919, encabeçado por estudantes chineses que demandam a abolição dos Tratados Desiguais, e teve seu epicentro na província de Shandong, que na época estava ocupado pelo Japão.

44 O Incidente de Nanquim, de 1927, o Exército Revolucionário Nacional, liderado por Chiang Kai-chek, tomou a cidade e, para conter as depredações e saques de chineses opositores a ocupação estrangeira no país contra propriedades destes estrangeiros, a marinha real britânica e a marinha americana, realizaram uma força de resgate para retirar os estrangeiros na cidade.

Os ministros estrangeiros dos três países – Inglaterra, Estados Unidos e Japão – deliberaram sobre as sanções que aplicariam contra o governo chinês. O ministro inglês demandava uma forte sanção contra o país, entretanto, demovido pelo ministro de relações exteriores japonês, Shidehara Kijuro, os Estados Unidos defendiam uma sanção mais branda, com risco de debilitar Chiang Kai-shek frente às demais forças revolucionárias chinesas, além do fato de que um enfraquecimento do comércio com a China prejudicaria mais o Japão do que as duas outras potências.

As negociações e a decisão conjunta para abrandar os atritos na China – e diminuir a campanha de boicote contra produtos estrangeiros – não prosperou e a delegação britânica apresentou a proposta de enviar uma força tarefa conjunta para diminuir os distúrbios em Shanghai. O governo japonês, com objetivo de manter boas relações com Londres e evitar um atrito com aquele país, endossou a proposta do envio de forças. Neste momento, Japão, Reino Unido e Estados Unidos moviam-se para a mesma posição, buscavam dar suporte mútuo contra as ações do Kuomintang (HOSOYA, 1992).

Shidehara opunha-se a aplicar sanções contra a China ou movimentos nacionais, pois isso minaria as mediações de conciliação entre as partes, o que não era frutífero para o Japão, segundo o diplomata, escalar as tensões com o continente. Contudo, a facção militar do Alto Comando japonês buscava o contrário, aproveitava-se das tensões para ampliar sua influência dentro do território chinês e sequestrar a política externa japonesa, esta ação foi um dos fatores que levaram ao fim da Democracia Taishou, onde o gabinete civil era paulatinamente ocupado por militares, o que levou a uma política externa mais hostil aos seus vizinhos nas décadas seguintes.

Esta ação termina por alterar as intenções de Shidehara, que continuou a dar prioridade à manutenção na cooperação com o ocidente, entretanto, ao dar suporte para uma ação militar conjunta, a Diplomacia Shidehara começou a caminhar lentamente em direção ao projeto britânico, apesar disso as relações do Japão com Reino Unido e Estados Unidos

começaram a se deteriorar. A negativa da proposta⁴⁵ de Igualdade Racial japonesa apresentada na Liga das Nações em 1919, a manutenção do Embargo do Aço americano, o limite diferente de toneladas de navios colocou em dúvida, perante a elite japonesa, se o país seria reconhecido como um dos pares entre as potências ocidentais.

A aliança com a Inglaterra possuía como objetivo conferir ao Japão o status de Estado em pé de igualdade perante as Nações [Ocidentais], tanto que, o principal motivo de ruptura da nação: reconhecimento das pretensões nipônicas na China no início do século XX – que também cobiçada pelas outras Potências – apontou o limite da condição de igualdade, além das limitações de investimentos japoneses nos Estados Unidos e Inglaterra, decorrente das leis raciais naqueles países.

3.1.4 Diplomacia Tanaka (1927-1929)

“- Será que afundou mesmo? - Indagou a si mesmo. Não conseguia deixar de pensar no ocorrido. Deu-se conta que eles próprios estavam embarcados numa lata-velha como aquela que afundara. Todos navios-fábricas de caranguejos eram velharias. Os altos executivos - que naquele momento estavam no prédio Marubiru - pouco se importam se os operários morreriam no norte de Okhotsk. Quando os lucros previstos pelo capitalismo se estagnavam, quando as taxas de juros abaixavam ou quando havia capital em excesso, eles faziam praticamente qualquer loucura e iriam a qualquer lugar para encontrar desesperadamente uma saída. Para piorar a situação, eles ganhavam astuciosamente centenas de milhares de ienes à custa de apenas um navio-fábrica. Desnecessário dizer como se entusiasmaram com aquilo tudo.”

Kobayashi Tajiki, O NAVIO-FÁBRICA CARANGUEJEIRO

O fracasso em lidar com os atritos regionais através de investimentos econômicos e adotar práticas de apaziguamento, levou à mudança da política externa japonesa, o novo gabinete Wakatsuki Reijiro⁴⁶, em 20 de abril de 1927, indicou Tanaka Giichi para assumir a chefia da política externa, adequando a necessidade de uma política dentro do sistema de

45 O texto apresentado na conferência da Liga das Nações, em junho de 1919 foi: *“The equality of nations being a basic principle of the League of Nations, the High Contracting Parties agree to accord as soon as possible to all alien nationals of states, members of the League, equal and just treatment in every respect making no distinction, either in law or in fact, on account of their race or nationality.”* A intenção do governo japonês era de eliminar as restrições raciais às pessoas de cor, que impunha limitações a de abertura de empresas, assinaturas de acordos e negócios e que impactava diretamente a crescente imigração japonesa para os países das Américas. A proposta de derrubar as limitações raciais foi duramente rechaçada por Austrália e Estados Unidos. Foi devido à manutenção desta lei que o governo japonês buscou outro país para realizar a emigração e investimento no exterior. Dentro desta conjuntura, Peru, e logo em seguida, o Brasil apresentaram-se como alternativas menos restritivas a emigração japonesa, isto explica do porque a emigração asiática na América do Sul é majoritariamente japonesa, ao contrário do que ocorre na América do Norte, que, devido os acordos entre Estados Unidos e o Império Qing, gerou preferência a emigração chinesa.

Washington⁴⁷ e a busca por adequação da política externa japonesa dentro do Tratado das Quatro Potências. A Diplomacia Tanaka possuía como características buscar a cooperação do Japão com Reino Unido e Estados Unidos ao mesmo tempo, dirimir as tensões com os movimentos nacionalistas chineses e coreanos e alinhar o país na relação com a União Soviética⁴⁸, que na década de 1920 sofreu severos desgastes.

A diferença entre Shidehara e Tanaka é que, o governo de Shidehara buscava uma relação amigável com os Estados Unidos, que resultou em poucos avanços ou questões sensíveis à política externa japonesa – tais como as tarifas de aço americano e a limitação dos povos de cor⁴⁹ para abrir negócios ou compra de terras no país americano – Tanaka por sua vez, optou por centralizar as relações dos membros do Tratado das Quatro Potências em mediações bilaterais, com o intuito de restaurar a relação de cooperação com o Reino Unido a fim de contornar as limitações impostas pelo Tratado.

O apoio do gabinete japonês, negociado em comum acordo entre Tanaka e o general Sir George Milne, Chefe do Estado-Maior britânico, em junho de 1927, de transferir as tropas situadas em Porto Arthur (Dalian) para Qingdao, na província de Shantung serviu para demonstrar boa vontade de Tokyo em relação à preservação das relações com Londres, visto que a presença japonesa em Shantung era mínima desde o Tratado de Washington (1922). As forças militares japonesas em Shandong bloquearam a entrada das forças da Expedição do Norte de Chiang Kai-shek.

Tanaka demonstrou menos interesse em manter o Sistema de Washington que seu antecessor e buscou apoio inglês para reabrir as negociações das relações – e congelamento de

46 Wakatsuki Reijiro, Primeiro-Ministro de janeiro de 1926 até abril de 1927. Wakatsuki teve um mandato curto visto o súbito falecimento do Primeiro-Ministro Katô. Wakatsuki renunciou ao cargo devido ao agravamento da Crise Econômica japonesa de 1927, a crise financeira sofreria uma maior gravidade em 1929. Wakatsuki retornaria ao comando do governo, em abril de 1931, contudo, com a incapacidade de controlar a empreitada do exército japonês no incidente de Mukden, renunciaria ao cargo em dezembro do mesmo ano

47 Referente a Conferência de Washington de 1922 que adotou o equilíbrio das potências no leste asiático.

48 Tanaka enviara para a URSS, no final de outubro de 1927, um influente líder do partido Seiyukai, Kuhara Fusanosuke, em missão especial. Kuhara e Stalin buscaram assinar um acordo para criar uma zona neutra no extremo oriente. O ex-ministro de Relações Exteriores, Gotô Shimpei, chegou em Moscou no final deste mesmo ano para assinar um tratado de cooperação entre os dois países. Gotô buscava normalizar as relações com os soviéticos – e buscava apoio destes para diminuir as tensões das revoltas chinesas, visto que ambos percebiam com preocupação os movimentos nacionalistas que poderiam criar tensões na região nordeste da China. Gotô buscava contar com mais parceiros estratégicos, visto que a diplomacia nipônica estava, nesta década, extremamente dependente do Reino Unido para dirimir os humores americanos (HOSOYA, 1992).

49 Nos Estados Unidos, a lei de segregação racial, a Lei Jim Crow, proibia que pessoas de cor - que são todas as pessoas “não-brancas” - pudessem abrir negócios ou grandes estabelecimentos comerciais. Na época, a Suprema Corte americana classificou que asiáticos eram pessoas de cor e por esta razão, a lei de segregação racial também se aplicava. Esta postura discriminatória legalizada pelo governo dos Estados Unidos apenas terminou após os movimentos civis em 1968.

fronteiras – entre as potências na região. Dentro das forças armadas, havia um grande apoio ao retorno da coalizão Anglo-Japonesa, visto que o exército e a marinha japonesa tiveram especial acesso a tecnologias e armamentos por parte de Londres nestas duas últimas décadas.

Essa conferência realizada em entre as principais lideranças do governo japonês, em 1928, que contou com a presença de Yoshida Shigeru⁵⁰ Cônsul Geral de Mukden (Fengtian); Hata Eitaro, Vice Ministro da Guerra; Minami Jiro⁵¹; Vice Ministro do Exército; Abe Nobuyuki⁵², Chefe do Bureau de Assuntos Militares do Ministério da Guerra; Mutô Nobuyoshi⁵³, Comandante do Exército de Guangdong; Matsui Iwane⁵⁴, Chefe da Segunda Seção do Estado-Maior do Exército Imperial; Nomura Kichisaburo, Vice Chefe do Estado-Maior da Marinha e; Mori Kaku⁵⁵ Vice Ministro de Assuntos Estrangeiros.

Na conferência, foi decidido que o Japão não deveria tomar parte na guerra civil chinesa, mas tomar medidas para preservar a ordem para garantir a segurança de suas possessões no continente. Referente à Manchúria, o país deveria buscar manter a decisão soberana da escolha chinesa em apontar uma representação, contudo, o que foi sinalizado era que o território já não mais fazia parte da nação chinesa e sim era um protetorado, questão que influenciava diretamente o governo de Beijing, esta medida em particular, caminhava em direção contrária à proposta de Shidehara (UNOKI, 2016).

Mori Kaku, vice-Ministro de Relações Exteriores, com apoio de Yoshida Shigeru e outras lideranças expressou forte apoio à Diplomacia Tanaka, em oposição à a Diplomacia Shidehara de não intervenção, apontando que o antecessor falhou em manter as vantagens das relações com Londres ao aderir ao Sistema de Washington. Para Mori, ao invés de incluir o

50 Yoshida se tornará Primeiro-Ministro após o fim da guerra, em 1946. Ele foi uma das principais lideranças, junto a Hatoyama Ichiro, de se oporem às ambições militares dentro do gabinete e se opuseram à postura hostil do país perante as potências ocidentais na década de 1930 e 1940.

51 Minami tornou-se comandante do Exército de Chosen – responsável pela defesa da península coreana – no ano seguinte, durante 1934 e 1936 tornou-se embaixador japonês no Estado de Manchukuo e Governador Geral da Coreia de 1936 até 1942.

52 Abe tornou-se Primeiro-Ministro de agosto de 1939 até janeiro de 1940, fazendo parte de uma série de militares que assumiram o comando do governo japonês após o fim da Democracia Taishou.

53 Mutô, comandante militar do exército de Kwantung, foi o responsável pela assinatura do Protocolo de Entendimento Mútuo entre Japão e Manchúria, em 1932, que oficializou o controle da região para os japoneses, vindo a falecer um ano depois de icterícia.

54 Matsui foi um defensor do ideário do Pan-asianismo e fez parte do grupo que concebeu o princípio da Grande Esfera de Coprosperidade da Ásia e foi um grande apoiador do movimento nacionalista de Chiang Kai-chek, em sua luta contra o domínio ocidental na China. Contudo, a invasão da Manchúria e o massacre de Nanjing tornaram inviável qualquer proposta de cooperação com as lideranças chinesas.

55 Mori foi um ferrenho crítico da política externa de Shidehara e apontou que o país concedeu demais para as potências ocidentais sem obter nem garantias e nem vantagens e que o país deveria mudar sua postura de “política de cooperação” para uma “política propositiva”, para fazer impor os interesses perante as forças ocidentais.

Japão nas relações entre as nações ocidentais, Shidehara acabou por isolar o país, visto que não possuía mais apoio confiável do Reino Unido, que permitia que Tokyo pleiteasse uma maior participação nas relações de forças na Ásia. Dentro de suas propostas de maior engajamento internacional, Mori defendia que a Manchúria deveria ser retirada da administração chinesa.

E alguns deles também foram prescientes a considerar o impacto grave e duradouro que as posições políticas derivadas da Conferência Leste teriam mais tarde nas relações Japão-Estados Unidos. Muto Nobuyoshi, que era um dos generais mais moderados do Exército Imperial, perguntou a Tanaka sobre a Conferência, se ele tivesse certeza do que estava dizendo, isto é, se os “interesses especiais” do Japão na Manchúria estivessem em perigo, o Japão não hesitaria em tomar “medidas apropriadas” para proteger a região. Muto expressou preocupação de que se “este programa é realizado, está fadado a precipitar uma guerra entre o Japão e os Estados Unidos”. Ele então perguntou a Tanaka se ele estava “preparado para arriscar uma guerra com os Estados Unidos, ou mesmo uma Guerra Mundial”. Tanaka respondeu que estava “determinado a quaisquer consequências que esta política possa trazer”. Certeza de que [sua] determinação não vacilará”, respondeu Tanaka, “não vacilarei”. Considere que Tanaka havia escrito em 1906, quando ainda era Coronel sob a asa de Yamagata, que o Japão “deveria romper sua posição insular, tornar-se um estado continental e estender com segurança seu poder nacional”, a resposta de Tanaka era talvez esperada. Muto, aparentemente tranquilizado pela resposta de Tanaka, respondeu: “Já que o governo tem determinação, obedeceremos às ordens e não diremos nada”. (UNOKI, 2016, tradução nossa)⁵⁶

O que se assinalava é que as tentativas de ganhar espaço numa relação de cooperação com os Estados Unidos nas questões asiáticas vinham fracassando. O governo Tanaka buscou reverter a conduta do governo anterior acreditando que o país perdera espaço nas disputas locais, para Tanaka, o Japão já havia cooperado demais com um sistema internacional que concedeu mais aos ocidentais do que ao país, o governo obteve mais ganhos numa relação bilateral com o Reino Unido do que com um sistema multilateral de interesses.

56 And some of them were also prescient to consider the grave and lasting impact the policy positions derived from the Eastern Conference would later have on Japan-US relations. Muto Nobuyoshi, who was one of the more moderate generals of the Imperial Army, asked Tanaka after the Conference if he was sure what he was saying, that is, if Japan's "special interests" in Manchuria were in danger, Japan would not hesitate to take "appropriate measures" to protect the region. Muto voiced concern that if "this program is carried out, it is bound to precipitate war between Japan and the United States." He then inquired of Tanaka whether he was "prepared to risk a war with the United States, or even a World War." Tanaka replied that he was "determined whatever consequences this policy may bring." When Muto pressed Tanaka on whether he was "sure that [his] determination will not falter," Tanaka answered, "I will not falter." Given that Tanaka had written back in 1906, when still a colonel under the wing of Yamagata, that Japan "should break from its insular position, become a continental state, and confidently extend its national power," Tanaka's response was perhaps to be expected. Muto, apparently reassured by Tanaka's reply answered, "Since the government has the determination, we will obey orders and say nothing." (UNOKI, 2016).

Apesar dos esforços, o gabinete Tanaka caiu em 1927, decorrente de uma crise econômica interna. A crise de 1929 agravou a situação no país e os planos de atuação de política externa traçados por Tanaka não apenas perdurou, mas também recebeu uma roupagem reacionária em consequência das novas forças que levaram ao desmantelamento da Democracia Taishou. Este novo governo iniciou a invasão sobre a Manchúria em 1931 que levou o Conselho de Segurança da Liga das Nações a mover uma ação contra o Japão criticando esta ação que resultou na adoção de embargos entre os membros da Liga e Tokyo, que acelerou o rompimento com o sistema multilateral.

Em 1933 o gabinete japonês decide por se desligar da Liga das Nações, dando fim ao Sistema de Washington e criou uma pressão maior ainda sobre o gabinete de relações internacionais na busca por estabelecer tratados bilaterais a fim de criar mecanismos de balança de poder, como fora articulado três décadas atrás.

Contudo, a crise global também gerava uma pressão às potências ocidentais para buscar extrair mais recursos e capitais de suas metrópoles e, desta vez, o Reino Unido não estava tão vulnerável – ou não possuía tantos correntes – na região do leste asiático. A relação britânica com os americanos, apesar de possuir desgastes, não se assemelhava à competição existente entre Reino Unido e Rússia no início do século, a falha do governo japonês com esta escalada no norte da China, se torna, nos anos de 1930, a ameaça que os britânicos tanto recebavam dos russos no início do século.

Durante o congresso parlamentar de janeiro de 1934, Hirota Koki, ministro de Relações Exteriores proclama que é dever do Japão buscar “uma paz edificante no Leste Asiático” e tentar “recair ao país a responsabilidade pela estabilidade regional” buscando mimetizar o princípio da Doutrina Monroe no leste asiático e, subsequentemente os japoneses denunciaram o Tratado Naval de Washington⁵⁷ depois de treze anos de existência.

A denúncia do tratado resultou numa corrida armamentista entre Japão e Estados Unidos, o congresso americano aprovou o Vinson-Trammell Act, em março de 1934, que autorizava a construção de 102 navios de guerra e 1184 aviões de combate, para o período de oito anos. A Marinha Imperial japonesa anunciou, no mesmo mês, uma verba suplementar de

57 O Tratado Naval, assinado em 1922 durante as conferências em Washington, determinava o limite de tonelagem das embarcações de guerra dos Estados Unidos, Reino Unido, Japão, França e Itália. O tratado definia que a proporção de toneladas de navios, obedecendo o seguinte cálculo. Reino Unido e Estados Unidos possuíam o mesmo número de toneladas, o Japão poderia ter até dois terços da tonelagem americana ou britânica e França e Itália possuíam o direito de um terço da tonelagem do primeiro grupo. A aceitação japonesa de uma categoria de desproporção de toneladas entre os seus signatários tornou-se uma grande crítica contra a postura de Shidehara em aderir a um sistema de cooperação com o Ocidente.

três para construção de 48 navios de guerra e oito esquadrões aéreos, em 1936, o Japão já atingia a proporção de 80% da marinha americana.

3.1.5 A Guerra de Quinze Anos (1931-1945)

“No registro escrito na época, esse incidente foi descrito da seguinte forma: “O regimento número XXX, aproximando-se constantemente do portão da fortificação sob o manto da escuridão, foi subitamente submetido a pesado fogo chinês do hospital T ao norte, colocando-o em extremo perigo. Mas, considerando a natureza do referido edifício como hospital, surgiu um dilema temporário sobre as contramedidas apropriadas. A situação se agravando, no entanto, e ciente de que a hesitação inevitavelmente resultaria em inúmeras baixas por fogo aleatório, o capitão N empregou uma seção da unidade para destruir elementos inimigos. Em vista das condições agudas, as medidas tomadas eram realmente inevitáveis”. E assim por diante. Trinta minutos depois, os soldados saíram do hospital, memórias desagradáveis gravadas em seus cérebros. Durante todo o dia seguinte, eles não conseguiam parar de pensar nisso. No dia seguinte também, eles não conseguiam parar de pensar nisso. Kakimoto se movia lentamente, seu coração obviamente não estava mais nele. Estava absorto em pensamentos que ele mesmo mal conseguia entender. “Uma criança doente foi esfaqueada contra a parede. E então com o sangue jorrando de seu peito, a criança cambaleou e se agachou no chão. Essas coisas podem ser feitas! Essas coisas podem acontecer!” Ele foi atormentado por algo como remorso. “Aquela mulher pálida estava dormindo na cama, de boca aberta, sem saber de nada... Um pequeno buraco triangular se abriu em seu cobertor. E a mulher está dormindo, para nunca mais acordar... Minhas mãos tremeram então. Meus braços foram subitamente drenados de força! Mesmo essas coisas fomos obrigados a fazer!”

Kuroshima Denji, O MASSACRE DE INOCENTES⁵⁸

No início do século XX, o Japão vivia uma rápida transformação e modernização industrial decorrentes da Democracia Taishou (1912-1926) que permitiu realizar rápidas mudanças na sociedade, adotando agendas de caráter progressistas e modernizantes na sociedade japonesa que, até cinquenta anos atrás, vivia em condições próximas ao feudalismo asiático e que revolucionaram o país, tanto nas áreas econômicas, sociais e institucionais nestas duas primeiras décadas do século XX. Entretanto, o Japão apresentou revezes que ceifaram o otimismo da primeira década: devido à maior interação do país com outras nações, sofreu as vulnerabilidades decorrentes do aumento do fluxo de pessoas, tais como a Pandemia Influenza de 1918⁵⁹, e tragicamente, durante sua fase de recuperação econômica, o país viu-se assolado pelo Grande Terremoto de Tokyo (Figura 13), de 1923 que teve como epicentro o maior centro econômico, urbano e industrial do país, justamente

⁵⁸ Grande parte dos textos do escritor Kuroshima Denji, que lutou intervenção japonesa na Sibéria e na Segunda Guerra Sino-Japonesa, podem ser encontrados no endereço eletrônico do *The Asian Pacific Journal*: <https://apjpf.org/-Zeljko-Cipris/2243/article.html>

quando o governo passava pelos desgastes e custos econômicos e políticos para realizar os processos de modernização.

Assim como ocorrera com a República de Weimar, na Alemanha (1918–1933), da mesma forma que o país teve um período de fortes mudanças sociais e adoção de profundas mudanças progressistas durante a democracia Taishou, o Japão também sofreu respostas de setores reacionários que buscaram adotar agendas conservadoras em oposição às mudanças na sociedade. A derrota das forças Russos Brancos para os bolsheviks na Sibéria, em 1922, que tinha forte apoio das forças militares japonesas trouxe para as forças armadas o temor de que a revolução soviética pudesse se espalhar sobre o país ou sobre os territórios ocupados - tais como Coreia e Manchúria – o que levou à mobilização dos partidos conservadores para a adoção da Lei de Preservação da Paz (治安維持法) que estabeleceu a polícia Política (Kokutai). Essa Polícia serviu para suprimir movimentos socialistas e comunistas no país, movimentos sindicais e de outros grupos críticos ao governo que produziram respostas nas eleições nacionais que levou ao poder políticos de caráter reacionário dando fim ao período reformista do Japão.

Esta tragédia foi tão profunda que levou à Crise Econômica de Shôwa em 1927, onde a crise financeira decorre da instabilidade de créditos financeiros concedidos para recuperação dos centros urbanos após o Grande Terremoto de Tokyo, que destruiu grande parte da capital japonesa e os centros comerciais e a própria sede da bolsa de Tokyo. Os créditos para recuperação começaram a vencer, mas a economia japonesa não conseguiu a

59 Estima-se que o vírus tenha chegado no país pelo porto de Fukuoka, trazido por um regimento de soldados que realizavam a guarnição dos territórios na China. O primeiro relato na imprensa é realizado pelo Fukuoka Nichinichi (Diário de Fukuoka, tradução livre) em 27 de junho de 1918, onde era atribuído a um surto a uma variedade de cólera suína sobre a região. A princípio, o caso não teve grande repercussão, pois os porcos eram resistentes ao vírus e as mortes ocorridas na cidade de Saga, próximo a Fukuoka, também foram atribuídas à disseminação de cólera. Apenas em outubro chegou os relatos de mortes coletivas atribuídas a disseminação de influenza em outros países: 5000 trabalhadores da linha férrea na África do Sul, 100 trabalhadores da construção civil na Singapura e 700 fatalidades em Bombaim, foram os primeiros registros no Japão de que havia uma causa comum nestas mortes e as autoridades começaram a rever a questão do surto de cólera. Em novembro deste ano foi registrado, formalmente, as primeiras mortes atribuídas a influenza, de 1500-1700 trabalhadores do Escritório de administração da ferrovia de Kyushu. Devido a deterioração da saúde dos mineiros e aumento constante da mortalidade destes trabalhadores em particular, a taxa de produção de carvão na ilha de Kyushu reduziu-se para 40%. Apenas em 13 de novembro, o laboratório hospitalar da Universidade de Kyushu conseguiu isolar o patógeno que acometia o país, descartando de vez a dúvida de cólera e confirmando que as mortes decorreram de uma vírus influenza, que levou o governo a mudar suas medidas de controle sanitário. Os casos atribuídos a influenza começaram a ser registrados apenas em novembro, e tiveram menor impacto nas outras ilhas, de sorte, as demais regiões começaram a sofrer maiores casos de disseminação apenas no final do ano de 1918, quando o governo já possuía a confirmação de que se tratava de influenza e não de cólera, que permitiu conter e reduzir o impacto no resto do país. No final do ano de 1919 o país registrou, oficialmente, 257.000 mortes atribuídas a influenza, para uma população de 55.663.000 de pessoas (1920), a taxa de infecção geral foi estimada em 38% da população e uma mortalidade de 12,1 para cada mil entre os infectados, a mortalidade para a população geral foi de 4,6 para cada mil. Para mais informações, consultar a pesquisa de Hayami (2015).

recuperação econômica esperada após quatro anos do incidente. Com o vencimento dos títulos, muitas empresas decretaram moratória ou inviabilidade de recuperação, levando à crise de créditos. Desta forma, quando o setor financeiro estava se estabilizando e novas moratórias estavam sendo negociadas aos grandes conglomerados financeiros e bancários, o país foi vítima da Crise Econômica Global de 1929, não possuindo reservas para mitigar os efeitos deletérios da crise internacional.

Figura 13 - Grande Terremoto de Tokyo



Fonte: [Wikipedia Commons](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Yurakucho_after_Great_Kanto_earthquake.JPG) (https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Yurakucho_after_Great_Kanto_earthquake.JPG). Cidade de Tokyo, da Região de Kanto, em setembro de 1923. O terremoto atingiu a magnitude de 7,9 tendo o epicentro do tremor na Baía de Sagami, a 40 km de distância ao sul da capital japonesa. Estima-se que 38 mil pessoas tenham perdido suas vidas soterradas e pelo fogo subsequente ao desastre.

Para dar resposta à escalada da crise financeira global, o setor militar dentro do gabinete japonês acentua as medidas de controle sobre os territórios na Ásia. O Estado de

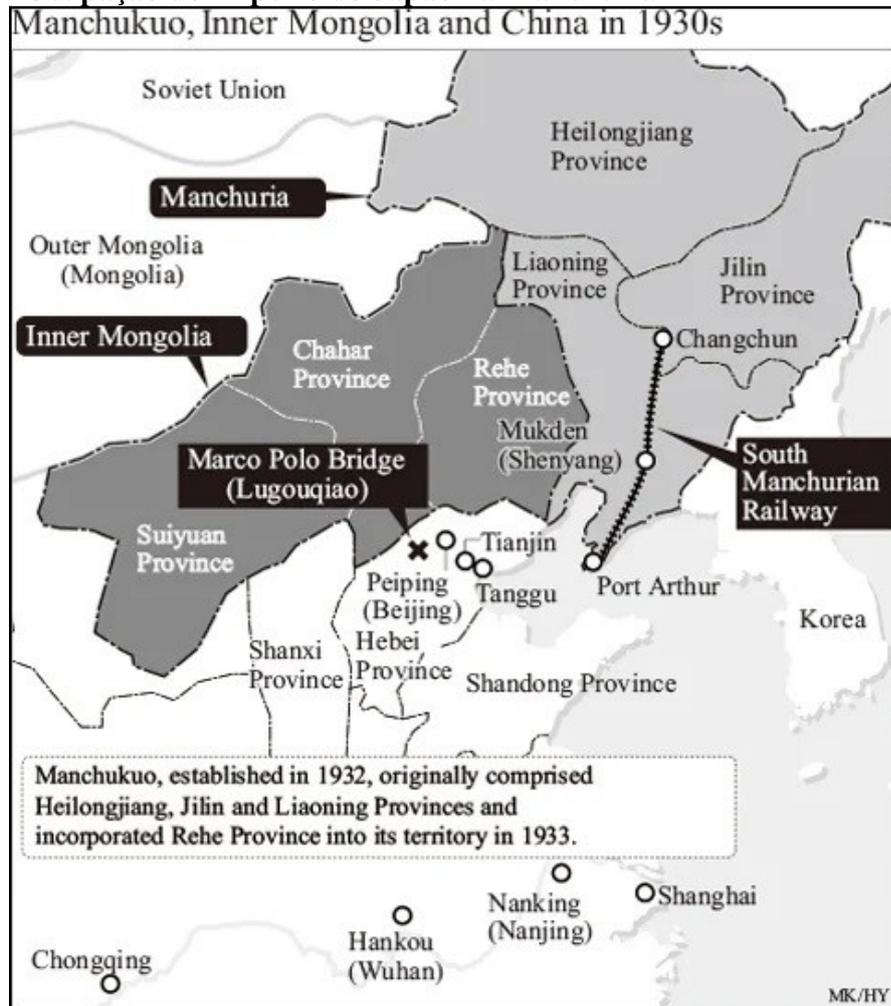
Manchúria (*Manchukuo*) foi estabelecido como um projeto do Exército de Kwangtung⁶⁰, que contou com apoio de alguns *Zaibatsu*, em 1931⁶¹, com a finalidade de instalar lá fábricas do setor extrativista – carvão e ferro especialmente – que não estivessem dentro do debate de política de “Portas Abertas” sobre a China. Um estado descolado da administração de Beijing permitirá a Tokyo estabelecer tratados e acordos comerciais de exploração a parte dos interesses da corte chinesa, mas também permitiria retirar as interferências da Inglaterra e Estados Unidos, que vinham ocorrendo cada vez mais. Numa forma de reverter a crise econômica e a decadência dos setores capitalistas nacionais, o exército inicia sua fase de expansão imperialista, estabelecendo o Estado de Manchukuo que inicia a fase dos “Quinze Anos de Guerra”⁶² com a China, decretando terminantemente a possibilidade de cooperação entre Tokyo e Beijing (Figura 14).

60 O Exército de Kwangtung é uma divisão do Exército Imperial japonês fundado em 1919, composto pela divisão de seis batalhões de guarnição que tinham a incumbência de proteger a linha férrea do sul da Manchúria até os territórios da Coréia, sua composição inicial contou com 300.000 soldados chegando ao ápice de 763.000 em 1941 e dissolvido em 1945. Apesar de ser subordinado diretamente ao Quartel General Imperial, atuava de forma autônoma e independente na década de trinta e quarenta.

61 O Exército de Kwangtung tentou incitar a população local para um conflito aberto em 1928 com o assassinato do líder local chinês Chang Tso-Lin.

62 O termo está entre aspas pois, ao se iniciar o confronto não se sabia a duração deste, a sua denominação é dada a posterior e se utilizou este termo devido este título ser designado entre os historiadores para descrever este momento.

Figura 14 - Ocupação do Império do Japão na Manchúria



Fonte: Yomiuri Shimbun.

Mapa da região de Manchukuo, Mongólia Exterior e China de 1930.

Como consequência destes eventos turbulentos, aumentaram os índices de desemprego nacional e a disparada da inflação, acompanhados por movimentos grevistas organizados por lideranças sindicais que possuíam forte influência socialista, comunista e anarquista. Este momento de crise levou à ascensão dos militares ao governo, dotados de inclinação fascista, adotando uma forte retórica de eliminar a corrupção e acabar com os distúrbios sociais. Dentre os movimentos políticos mais influentes entre a ala militar, destacam-se as facções: o Caminho Imperial (*Kôdôha* 皇道派) e o Grupo do Controle (*Tôseiha* 統制派), ambos de inspiração fascista, militarista e reacionárias; eram opositores da Facção do Tratado (*Jôyakuha* 条約派), que contava com apoio do governo civil e políticos moderados, advogam que o país deveria retornar ao Tratado de Washington e evitar uma guerra com o Ocidente neste momento. Estas facções começaram a ocupar os principais postos políticos

do governo central japonês, dando fim à Democracia Taishou, que foi um momento de alto desenvolvimento de liberdades sociais e ideias progressistas.

O Caminho Imperial (*Kôdôha*) encabeçada pelo Ministro da Defesa Araki Sadao⁶³ e Jinzaburô Masaki defendia a expansão militar do Império através de ações limitadas e centralizadas contra seus adversários, tentando estabelecer Guerras Limitadas contra seus adversários, tais como o país executou na conquista de Seoul, no confronto contra a marinha chinesa em Shandong e nos engajamentos contra o Império Russo em Port Arthur e Tsushima. O objetivo do movimento era salientar que o Japão perderia sua identidade nacional ao buscar a influência ocidental e deveria retornar aos valores pré Restauração Meiji. A ação de Araki seria de que o país devesse realizar uma incursão rápida e decisiva tomando pontos estratégicos contra adversários maiores realizando uma defesa em profundidade contra os inimigos. Para Araki, o país não deveria se envolver com questões externas de outros países, tais como a disseminação da influência comunista na União Soviética, desde que ocorresse a reciprocidade e que estes ideários não atingissem o Japão. O país deveria, isto sim, é de maximizar suas capacidades, independente dos blocos vigentes e não se envolver em guerras que levassem ao beneficiamento de outros.

Por outro lado, a facção Grupo do Controle (*Tôseiha*), liderada pelo general Nagata Tetsuzan, também tinha inspiração fascista e apoiava o princípio da Doutrina de Expansão ao Norte (*Hokushinron* 北進論), que defendia a ideia de realizar uma ação preemptiva sobre a União Soviética e assegurar a zona de influência sobre a Manchúria ocupando partes da Sibéria. Por fim, sobre influência da tese do ultra-nacionalista Kita Ikki⁶⁴, em particular a obra Teoria do Corpo Nacional e do Verdadeiro Socialismo (*Kokutairon oyobi Junsei Shakaishugi* 国体論及び純正社会主義) a facção advogava que o Imperador deveria exercer o papel do “Pai da Nação” apontando que o socialismo Marxista destruiria os valores da nação e era necessário resgatar o valor da identidade nacional, o que serviu de escopo ideológico do Fascismo japonês que teve rápida adesão às elites militares após o enfraquecimento da Democracia Taishou.

63 Ocupou a pasta de 1931 até 1934.

64 Kita Ikki também foi responsável “Incidente de Fevereiro 26” (*Ni Ni-Roku Jiken* 二・二六事件) que foi uma tentativa de golpe de Estado em 1936 organizado por jovens membros do Exército Imperial do Japão e tinha como objetivo realizar a Restauração Shôwa – repetindo o processo da Restauração Meiji – buscando concentrar o poder do governo sobre o comando do Imperador, o que levaria ao expurgo da Grupo do Controle (*Tôseiha* 統制派) do governo, anulação das políticas progressistas da Restauração Meiji e abolição do sistema Parlamentar. Apesar da derrota dos rebeldes, o governo levou ao acréscimo da presença militar no gabinete com o pretexto de controlar oposições de outros setores das forças armadas.

Seu ideal influenciou Ishikawa Kanji, Comandante Geral das Operações do Exército (1935-1937) que adotou forte influência do Pan-Asianismo, entretanto, em vez de atuar como conciliador entre os vizinhos, os militares adotam uma leitura chauvinista que buscou justificar a expansão militarista. Propunha a Doutrina de Expansão para o Norte (*Hokushin-ron* 北進論), onde o Japão deveria liderar uma união contra um inimigo ideológico – a União Soviética – que poderia ameaçar o status quo dos líderes das outras nações asiáticas. Tais ideias foram confrontadas pela doutrina da Expedição para o Sul (*Nanshin-ron* 南進論) que defendia que primeiro era necessário unir os povos sobre a mesma bandeira (subjugando-os pela força e ocupação se necessário) para depois constituir uma força de defesa contra agressões externas do Ocidente.

As teses do Pan-Asianismo no Japão, conforme Hotta (2007), tinham como objetivo constituir uma aliança de povos asiáticos contra a expansão ocidental, uma Aliança Pan-Asiática que se tornasse mecanismo de transformação dos valores regionais do Japão frente seus vizinhos através da propaganda da Grande Esfera de Co-Prosperidade Asiática. Entretanto, o debate político seria sobre a natureza desta aliança, se os demais povos seriam vistos como parceiros neste processo de oposição a exploração ocidental, ou deveriam constituir-se de uma rede de sustento ao Império japonês e, desta forma, haveria a formulação de uma hierarquia social entre povos e nações, onde o Japão deveria agir como protetor da Ásia, justificando a implementação do imperialismo do país sobre a região.

Destaca-se que, não é a ideologia Pan-Asiática⁶⁵ que levou à formação do imperialismo japonês, mas a necessidade do Imperialismo japonês de buscar ter bases morais para sua empreitada expansionista. Também é necessário destacar a disputa do conceito de Pan-Asianismo, os setores políticos do campo militar e reacionário entram em confronto direto com outros grupos que também buscam desenvolver este ideário. Uma das principais figuras de oposição ao grupo de caráter autoritário é Morinosuke Kajima, que possui grande influência das teses de Coudenhove-Kalergi que buscava constituir uma união de cooperação conjunta entre os povos asiáticos. Importante destacar que Coudenhove-Kalergi é considerado o “pai da União Europeia”, possui mãe japonesa e nasceu em Tokyo e, por esta razão, uma de suas obras de maior influência: Pan-Europa, escrita em 1923 em Berlim, rapidamente é traduzida para o japonês e ganha rápida aceitação nos círculos acadêmicos japoneses em 1927.

65 Consultar Glossário de termos: Pan-asianismo.

Em 26 de fevereiro de 1936 grupos de jovens soldados, apoiadores da Facção do Caminho Imperial (*Kôdôha*), de inspiração fascista, lançam uma ação para assassinar o Primeiro-Ministro Okada Keisuke, militar que apoiava a Facção do Tratado (*Jôyakuha*), objetivam demover do governo central o grupo que pretendia evitar uma guerra com o Ocidente e eliminar todos os grupos de oposição no governo. A tentativa de assassinato fracassa, a facção Caminho Imperial (*Kôdôha*) é responsabilizada por motim e suas lideranças são presas e executadas e Okada renuncia, assume ao governo Hirota Kôki, chanceler de Okada. Entretanto, a Facção do Tratado (*Jôyakuha*) se encontra enfraquecida, aumentando a presença dos militares no comando central do país. Tanto que, o general Hisaichi Terauchi, Ministro da Guerra e apoiador do Grupo do Controle (*Tôseiha*), pressiona Hirota a escolher Hachiro Arita no lugar de Shigeru Yoshida⁶⁶ como seu ministro de Relações Exteriores.

Com a queda da Facção do Caminho Imperial (*Kôdôha*) e a fragmentação da Facção do Tratado (*Jôyakuha*), o Grupo do Controle (*Tôseiha*) amplia seu poder e prepara-se para executar a Doutrina de Expansão ao Norte e em outubro de 1936, Japão e Alemanha assinam o Tratado Anti-Comintern, com a intenção de realizar oposição à União Soviética.

A ascensão do Regime Nazista, de caráter fascista e ultra-nacionalista, gerou simpatia por parte do Grupo do Controle (*Tôseiha*) pelas decisões daquele país tanto em nível interno quanto em nível externo. As respostas do governo alemão frente as crises internas – desemprego, greves, ascensão de movimentos de esquerda e crise no setor produtivo – assemelhavam-se ao que o Grupo do Controle (*Tôseiha*), abertamente reacionário e fascista, buscava construir e a política externa alemã do Terceiro Reich buscava fazer oposição tanto ao governos comunista quanto as democracias liberais. O sentimento era de que o Reino Unido foi um atraso ao projeto nacional japonês fortalecia-se cada vez mais, havendo a percepção de que numa disputa de interesses entre Estados Unidos e Japão, Londres tenderia a favorecer o primeiro, visto que os americanos eram considerados um povo branco e ocidental, mais próximos aos valores britânicos.

Além do mais, a manutenção das leis raciais dentro do Império Britânico e as leis contra os povos de cor dentro dos Estados Unidos, não apenas reafirmava a ideia de que os japoneses seriam enquadrados dentro das leis raciais – um acinte aos movimentos chauvinistas militares – mas também sofriam as mesmas restrições legais para abertura de negócios dentro destes países decorrente das imposições raciais. No âmbito externo, as

⁶⁶ Que se tornará o Primeiro-Ministro após o final da Grande Guerra, de 1946 até 1947.

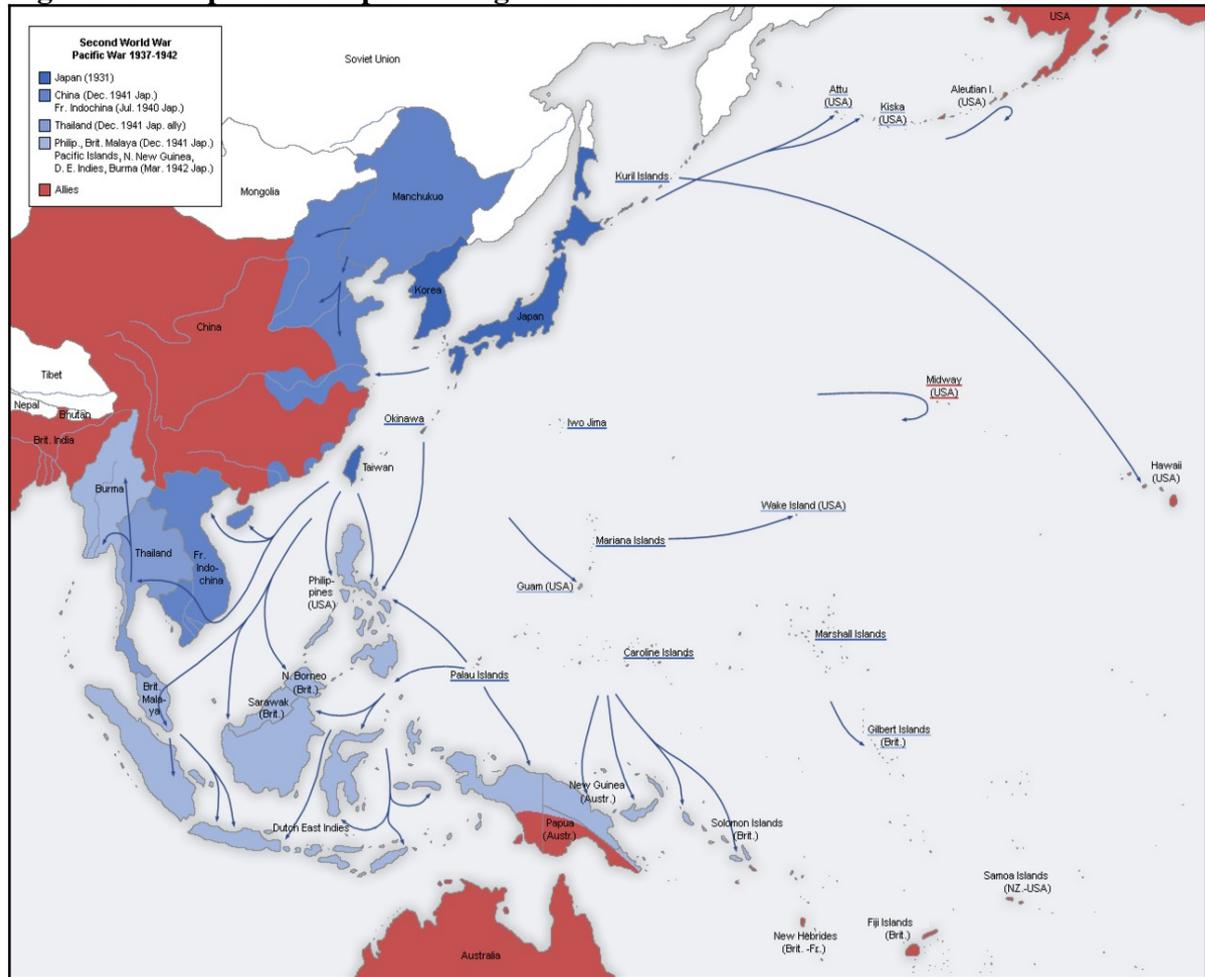
relações entre Tokyo e Londres estavam profundamente desgastadas com a moção de não reconhecimento do Estado de Manchukuo na Liga das Nações, além do apoio inglês à manutenção do embargo de aço americano contra o Japão.

Devido a esse cenário surge a necessidade de dar uma resposta na interação com a China, que levou o Japão, no século XX, a entrar em colisão com outras potências. A expansão para o Oeste americano não findou com a superação da Montanhas Rochosas e a chegada até São Francisco, é importante compreender que a anexação do Hawaii em 1898 – disputados por britânicos e japoneses – além da concessão das Filipinas em 1899 é parte desta empreitada americana de seguir para o oeste e que, tem como horizonte, a entrada e controle no mercado chinês, mesmo objetivo que o Japão vem buscando no período moderno. Desta forma, a relação do Japão com os Estados Unidos vem num crescendo de rivalidade sobre o acesso ao mercado chinês.

O incidente da Ponte Marco Polo, em junho de 1937 inicia a Segunda Guerra Sino-Japonesa e atrela todas as demais ações da política externa japonesa por mais de uma década, o país adota a economia de guerra e em menos de um ano já está engajado em uma Guerra Total contra o país vizinho. Contudo, a aliança com a Alemanha também apresentou limitações; a Expedição para o Norte, apesar das vitórias na Mongólia Exterior, fracassa por ocasião da invasão da Sibéria em 1939 na Batalha de Nomonhan (termo pela historiografia japonesa) ou Batalha de Khalkhin (termo dada pela historiografia russa), arrefecendo o ímpeto do Exército japonês de Kwantung de seguir para o norte.

A assinatura do tratado Molotov-Ribbentrop entre a Alemanha e a União Soviética em 1939 decreta o fim das pretensões do Grupo de Controle em seguir ao norte e a doutrina de expansão foca-se em direção à China. A operação no continente leva o país até o limite de invasão, a cidade chinesa de Changsha, uma importante interseção férrea do interior da China que permitiria interligar as regiões do sul e do norte ocupada pelo Japão através de uma rede de trens no interior do país. A não captura deste entroncamento limitava o fornecimento de suprimentos e a manutenção de uma guerra no interior do país ocasionando o fracasso na operação, em consequência, o governo japonês decidiu criar um perímetro defensivo sobre a China e cortar qualquer apoio logístico externo contra aquele país. Em dezembro de 1941 o país declara guerra aos Estados Unidos, Países Baixos e Reino Unido com o objetivo de cessar o apoio logístico destes países à China (Figura 15) (MAGNO; BUENO; CHIARELLI, 2010).

Figura 15 - Império do Japão na Segunda Guerra



Fonte: Wikipedia Commons (https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Second_world_war_asia_1937-1942_map_en6.png). Mapa da expansão do imperialismo japonês durante a Segunda Guerra Mundial.

Apesar das vitórias da Marinha Imperial nos primeiros meses e a rápida expansão do Japão sobre os territórios do Pacífico, que chegou ao limite de no oeste ocupar as províncias lestes da Índia Britânica (atual Myanmar), ao sul atingiu a Papua Nova Guiné em confronto com as forças conjuntas da Austrália e Estados Unidos e ao leste, até a ilha de Midway, o país atingiu o limite da sua expansão e desgaste. A derrota do Japão decorreu da limitação do país em extrair as matérias primas que eram carentes para sua produção industrial, mas principalmente pelas escolhas políticas dos militares, o que levou a uma implosão das relações externas do país, provocando não apenas isolamento no plano internacional, mas também transformando seu aliado estratégico – o Reino Unido – em um inimigo. A manutenção da aliança entre Japão e Reino Unido foi central para a manutenção da balança de poder no Extremo Oriente entre as potências ocidentais.

Se isso não fosse o suficiente, os militares japoneses – embebidos de uma ideologia chauvinista - conseguiram lançar o Japão numa guerra simultânea contra o país com maior população e território que o seu: a China; contra um país com maior reserva de soldados e recursos que o seu: o Reino Unido (e o sistema de alianças da Commonwealth) e uma guerra contra um país com um parque industrial e maiores reservas de petróleo que o seu: os Estados Unidos.

Além do mais, o governo dos militares que tomaram o comando do país, levou a uma série de escolhas desastrosas, o que ceifou o projeto de desenvolvimento econômico e social que o Japão vinha percorrendo nas duas primeiras décadas do século XX. A perseguição a movimentos sociais e lideranças sindicais levou à adoção de políticas retrógradas e no plano social, além de impor um controle policialesco a sua própria população, encabeçado pela *Kempeitai* (憲兵隊), a política militar, de fato, implantou o fascismo no país.

O *Kempeitai* contribuiu para implodir a imagem de um país modelo que poderia liderar o processo de industrialização e modernização de um país não-ocidental. Sun Yat Sen, pai da República chinesa que derrotou a aristocracia agrária e feudal, mirava na Restauração Meiji como modelo de desenvolvimento do seu país. O imperador Haile Selassie, da Etiópia, promulgou a constituição de 1931, buscando empoderar a burguesia nacional e realizar processos de modernização econômica e social do seu país. O próprio imperador Haille afirmava que sua constituição tinha como inspiração a Restauração Meiji de 1868, visto que este era o modelo de desenvolvimento das nações não-europeias frente à expansão do imperialismo ocidental (KEBEDE, 1997), além de outros exemplos que se sentiram traídos pela ação hostil que o comando japonês teve em outros países, tais como a Indonésia, os lideranças Vietnamitas e Filipinas, que, observavam o projeto japonês como uma resposta ao imperialismo. Entretanto, a transformação do projeto de cooperação entre os povos asiáticos idealizada pela Diplomacia Shidehara e sequestrada pela cúpula militar para um projeto de poder, através da Esfera de Co-Prosperidade Asiática, produziu um efeito deletério à diplomacia e ao poder brando japonês que são sentidos até os dias de hoje, quase um século depois do início da segunda guerra contra a China.

3.2 DA OCUPAÇÃO ATÉ O FIM DA ERA HEISEI (1945-1989)

“Em setembro de 1944, o ano anterior ao final da guerra, graduei-me na escola que frequentava desde a infância e ingressei numa universidade. Como meu pai não me deixou alternativa, entrei para o curso de direito. Mas não me aborreci muito com isso, porque estava convencido de que logo seria convocado e morreria em combate, e de que minha família também seria misericordiosamente morta pelos ataques aéreos, sem que restasse um único sobrevivente.”

Mishima Yukio, CONFISSÕES DE UMA MÁSCARA

Esta subseção analisa a inserção do Japão após o fim da Segunda Guerra apresentando dois pontos iniciais: 1. A redemocratização do país e 2. a ocupação das Forças Aliadas até 1951, dentro deste contexto as lideranças civis japonesas retornam ao poder e buscam dar uma nova orientação da política externa japonesa, o que leva à adoção da Doutrina Fukuda em 1946 que reduz a atuação japonesa no exterior. A discussão da formação de um Estado Normal perde força nas primeiras duas décadas pós-guerra e só retoma ao cenário nacional após 1964, em 1972, é estabelecida a Doutrina Yoshida que busca reconstituir uma maior participação do país no exterior.

Após a derrota japonesa em agosto de 1945, o Japão é ocupado pelas Forças Aliadas que tratam de orientar o processo de reconstrução do país, que inicialmente buscava desindustrializar e desmilitarizar as ilhas, contudo, em decorrência de eventos regionais, o Japão recebeu uma série de investimentos, concessões de patentes e créditos que lograram ao rápido crescimento econômico nos anos 60.

Entretanto, apesar do desenvolvimento econômico, as elites – em particular, os setores conservadores do Partido Liberal Democrata (PLD) - buscam estreitar os laços com Washington, que resultou num tratado de aliança com os Estados Unidos, e por fim, numa série de protestos nacionais contra a manutenção da presença militar estrangeira no país. Estes protestos foram conhecidos em “movimentos anti-ANPO” e o movimento teve seu ápice na tomada das ruas de Tokyo em junho de 1960.

O Japão buscou evitar confrontos diretos com a URSS durante a Guerra Fria adotando uma postura menos propositiva e ativa na política externa, centralizando seu papel de inserção internacional através de projetos de fomento e cooperação técnica, que foram denominados de “minimalismo diplomático”, que caracteriza a Doutrina Yoshida.

Contudo, em 1985, decorrente do constante crescimento econômico, Washington retira-se do sistema de Bretton Woods e tenta desvincular o dólar ao ouro, adotando um

câmbio flutuante forçando as demais moedas do modelo a seguirem o mesmo – a libra inglesa, o iene japonês, o franco francês e o marco alemão. Dentre estas moedas, é o Japão quem mais sofre o impacto da adoção da flutuação monetária que leva ao encarecimento da sua moeda no mercado internacional e produz o efeito de “iene forte” (Endaka) que resulta no estouro da bolha imobiliária de 1995 e a estagnação econômica que perdura por mais de três décadas. Estes são os principais temas abordados neste capítulo e que serviram para compreensão da história da diplomacia japonesa que serão basilares para desenhar o que poderia ser compreendido como Grande Estratégia do Japão no capítulo terceiro.

3.2.1 Doutrina Yoshida (1946): reestruturação

Após a rendição incondicional do Japão em 26 de julho de 1945 e no período logo após a guerra as forças aliadas tomam controle da política nacional do país através do Comando Supremo das Forças Aliadas que tinha o General MacArthur à frente. Inicialmente a decisão de Washington seria desmontar os conglomerados industriais (Zaibatsu), desmilitarizar o Japão, restabelecer a democracia e retirar do poder os militares e apoiadores da guerra contra o Ocidente.

Em 1948 o Japão realiza eleições gerais e assume o governo Yoshida Shigeru (1948-1954), com o objetivo de reconstruir o país e restaurar a democracia. Seu governo foi marcado por uma série de reformas e mudanças que mais tarde foram definidas como Doutrina Yoshida⁶⁷. De acordo com o historiador Nishihara Masahi, os princípios desta doutrina possuíam os seguintes pontos:

- a) honrar o princípio pacifista da constituição⁶⁸;
- b) encorajar o estabelecimento de uma Ásia economicamente viável; e
- c) apoiar o fortalecimento das Nações Unidas.

Contudo, estes pressupostos eram mais do que princípios, mas objetivos da condução do governo em questões internas e seu impacto na política externa, que induzem a cinco regras:

67O termo “Doutrina Yoshida” (*Yoshida Dokutorin* 吉田ドクトリン) ganhou a concepção política atual por Masahi Nishihara (ex-presidente da Academia de Defesa Nacional) e levou a constituição do termo como projeto de governo, contudo, quem iniciou o processo de categorização dos princípios da doutrina em sua coletânea de obras em *Gendai to Senryaku* (1985). Para mais informações, consultar o Glossário de Termos: Doutrina Yoshida.

68 Referência ao artigo nº 9 que nega o emprego das forças armadas, a interpretação da restrição foi registrada ao longo dos anos, já na década de sessenta foi entendido que as Forças de Autodefesa não são uma contrariedade deste artigo. Ver o glossário de termos: Artigo 9º.

- a) expandir do mercado externo;
- b) evitar destinar mais do que o necessário mínimo para a área de defesa;
- c) evitar o envolvimento de disputas internacionais;
- d) evitar utilizar o emprego das Forças Armadas em disputas internacionais;
- e) reduzir a atual ou potenciais tensões internacionais através de meios diplomáticos.

Nishihara aponta que estes princípios são pontos que coordenam entre uma política de passividade e um engajamento pró-ativo econômico (KAWASAKI, 2005).

Kanehara (2011) aponta que a gestão Yoshida buscou fortalecer a aliança Japão-EUA como saída para evitar uma ocupação por parte da União Soviética e assim levar à divisão da administração do país tal qual ocorrera com a Alemanha, recusou-se a assinar um tratado de paz com Moscou alegando que a rendição incondicional já definia os termos de relações com as forças Aliadas. A estratégia de Yoshida surtiu efeito, a divisão da administração entre Estados Unidos e União Soviética foi transferida para a península coreana, preservando a integridade do Japão sob um único governo, com exceção da ilha de Sakhalin que acabou sendo incorporada à Rússia.

O estreitamento com Washington permitiu à administração Yoshida arrefecer as intenções de MacArthur, General Supremo responsável pela coordenação das forças de ocupação aliada. O governo americano pretendia desmontar o parque industrial japonês convertendo a economia em uma economia de produção agrícola. As lideranças japonesas da época agiram rapidamente, pois, tal projeto levaria o país de volta à condição pré-Restauração Meiji de 1868, um país baseado em economia primária, dependente da tecnologia e capacidade industrial do exterior e sem condições de fazer frente as forças militares estrangeiras.

Contudo, a vitória de Mao Tse Tung sobre Chiang Kai-chek em 1949, levou à consolidação das forças comunistas sobre o controle da China Continental e o eclodir da guerra na península coreana em 1950 levou Washington a repensar a posição estratégica do Japão: sem este país, a única economia aliada americana na região que poderia dar apoio à frente sino-soviética seria a Austrália, um país muito distante da zona de fronteira e população muito menor que a japonesa. Por esta razão, o governo americano destituiu MacArthur do comando e inicia o processo de concessão de tecnologias, empréstimos⁶⁹ e financiamentos que permitiram ao governo japonês reativar a sua indústria para dar apoio às forças armadas americanas no Extremo Oriente.

⁶⁹ Consultar Glossário de Termos: Plano Colombo.

O processo de concessão tecnológica e a reindustrialização japonesa permitem ao país uma rápida recuperação que recebeu denominação de “milagre japonês”, constituindo-se em um somatório de fatores da conjuntura regional entre Ocidente e Oriente, a concessão de patentes e políticas nacionais que lograram à construção de conglomerados nacionais.

Dentro desta conjuntura, Akamatsu (1962) elabora a tese de que o parque industrial japonês poderia buscar uma maior complexidade produtiva e mudar as economias regionais menos desenvolvidas outros segmentos do seu parque industrial, aproveitando-se de que o custo produtivo nos demais estados nacionais asiáticos eram mais baratos, com um baixo custo de mão de obra, baixo custo operacional e instalação de setores produtivos próximos às fontes de matéria-prima, levando ao que foi denominado de “subcontratação japonesa”.

Além do capital de investimento direto privado, as empresas japonesas também contaram com aporte do Estado para sua internacionalização, tanto por garantias de créditos de bancos nacionais quanto por investimentos governamentais em economias regionais e capacitação de pessoal. Esses créditos eram concedidos através de facilidades de empréstimos ou por investimento de fundo perdido via instituições governamentais, tais como a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), principal instituição responsável pelo emprego da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento⁷⁰.

A tese não é nova, ela já havia sido formulada pelo próprio Akamatsu em 1935, entretanto, o contexto regional e a política interna japonesa impediam a adoção de um sistema distributivo que permitisse criar uma rede colaborativa de produção. A principal distinção entre a proposta de Akamatsu (1962) dos anos trinta e a nova reformulação nos anos sessenta é a ideia de que o Japão atuaria como um guia dos investimentos e desenvolvimentos regionais e não mais como um ator colonial; esta distinção permite inclusive pensar numa relação de que outros países poderiam assumir a liderança do desenvolvimento regional, o que lograria ao desenvolvimento do próprio Japão, este tipo de liderança flexível recebeu a denominação de “gansos voadores” (FURUOKA, 2005).

A administração Yoshida Shigeru (1948-1954), político que atuou, em conjunto com outras lideranças, para evitar ou arrefecer as expansões militares japonesas no período da Guerra. Com o fim de seu mandato, Hatoyama Ichiro (1954-1956) é eleito e fórmula a teoria

⁷⁰ Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, da *Official Development Assistance* (ODA), esta modalidade de investimento foi objeto de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso em minha graduação, para informações mais aprofundadas consultar Chiarelli 2009 e Fujita 2000. Ver glossário de Termos: Assistência Oficial ao Desenvolvimento.

do Yuai (Fraternidade) que dá base para a inserção do Japão na comunidade internacional através da cooperação e desenvolvimento mútuo entre os países asiáticos.

Ideal inspirado nos trabalhos de Coudenhove-Kalergi, o pai do pan-europeu, o Yuai é a fraternidade como elemento de equilíbrio entre a liberdade e a igualdade, tornando a preservação da vida e a dignidade humana o objetivo principal e final do Estado. A “revolução pela fraternidade” é um ideal que só pode ser alcançado por meios democráticos, redefine a relação entre o Estado e a sociedade e lança as bases para a superação da estrutura estatal através de organizações supranacionais. (MAGNO; BUENO; CHIARELLI, 2010).

A assinatura do Tratado de São Francisco, em 1951 levou ao fim da ocupação estrangeira nos territórios japoneses⁷¹. Contudo, este Tratado não especificava o término da presença das tropas estadunidenses em solo nipônico, o que levou ao aumento do sentimento antiamericano, desta forma, o governo japonês buscou negociar com Eisenhower a presença das bases nos centros urbanos até que a situação fosse controlada.

Entretanto, fatores regionais ampliaram o descontentamento dos civis com a manutenção das forças militares, como por exemplo, a expansão da base aérea em Sunagawa (1955) levou ao confronto dos moradores que seriam deslocados e as lideranças sociais geraram conflitos diretos com as autoridades americanas. A morte de Naka Sakai, em 1957, baleado por um soldado americano na vila de Shintô, na prefeitura de Gunma⁷² repercutiu no país pois o soldado estadunidense foi julgado por um tribunal americano que determinou três anos de suspensão como medida disciplinar.

O crescente descontentamento entre civis japoneses e militares americanos levou ao aumento da pressão política no país, o que levou as autoridades de Washington a reverem o tratado, que seria discutido entre Eisenhower e o primeiro-ministro japonês, Nobusuke Kishi (1957-1960).

Contudo, as principais lideranças de oposição – o Partido Socialista e o Partido Comunista – buscavam retirar da pauta da Dieta a aprovação do encontro entre Eisenhower e Kishi, visto que boa parte da opinião pública buscava manter o Japão neutro nesta escalada da Guerra Fria. Neste mesmo período, a República da Coreia (Coreia do Sul) vinha sofrendo uma onda de protestos decorrente do governo de Syngman Rhee, que estava mudando a

71 A ocupação americana no Japão termina com a assinatura do Tratado de São Francisco que retorna a soberania do país pertencente ao governo de Tokyo, que estabelece a concessão do sul de Sakhalin e as ilhas Kurilas para a URSS, a ilha de Taiwan para a República da China. A única região que permanece sob ocupação estrangeira é o arquipélago de Okinawa, que se mantém sob a administração de Washington até 1972.

72 A vila Shintô, do distrito de Kitagunma, fica na prefeitura (o que seria equivalente aos estados no sistema brasileiro) de Gunma, vizinha à prefeitura de Tokyo. Este caso ganhou mais notoriedade por ter ocorrido próximo à capital do país.

administração daquele país, adotando reformas mais autoritárias e levando à prisão de lideranças de esquerda, amplamente apoiadas pelo governo americano. Tal conjuntura ampliava o temor que Kishi seguisse pelo mesmo caminho no Japão.

Em 19 de maio de 1960, a Dieta Nacional votou pela ratificação do tratado militar entre Japão e EUA, o Partido Socialista, que compunha apenas uma pequena parte da Câmara Baixa, busca atrasar o debate para depois de 19 de junho, que seria a data da visita de Eisenhower, na esperança de revisar os termos durante a visita do presidente americano. Kishi era visto como a liderança mais pró-americana naquele momento e poderia levar o Japão a tomar partido na conjuntura de disputas entre URSS e EUA, fator este incerto e tomado como insensato, visto que a beligerância entre estes dois países na península coreana provou que não havia uma definição assegurada de predomínio de nenhuma parte.

Kishi então, rompendo com a administração democrática, aprova unilateralmente, a extensão da sessão por 50 dias, até que o tratado fosse ratificado. Hidaka Rokuro, intelectual de esquerda, classificou a manobra de Kishi como uma “ataque surpresa”, numa clara alusão ao ataque de Pearl Harbour, que até poderia ter sucesso em sua ação inicial, mas geraria uma resposta sem precedentes por parte dos opositores à manobra do governo. Em resposta, os membros socialistas da Dieta e seus secretários ocuparam as escadarias da plenária para impedir a passagem de Kiyose Ichirô, Presidente da Câmara e aliado de Kishi, de ir até a Câmara Baixa para que ele anunciasse a extensão do período de votação. Apesar dos esforços, Kiyose chamou os guardas da plenária e cerca de 500 policiais expulsaram os membros da oposição da Dieta. Em frente às câmeras do maior serviço de televisão nacional, a NHK⁷³, a remoção dos políticos socialistas da Dieta foram divulgadas nacionalmente. Sem a presença da oposição, Kiyose conseguiu aprovar a extensão da sessão e, à meia-noite de 20 de maio de 1960, chamou pela abertura da sessão para votar a ratificação do tratado.

Neste momento, a NHK transmitiu a imagem da Dieta, mostrando os membros do Partido Liberal Democrata (PLD) levantando as mãos a favor do tratado, unanimemente, em oposição a uma outra metade da plenária de assentos vazios. Esta imagem abalou a credibilidade da Dieta, inclusive perante os aliados de Kishi, muitos perceberam que Kiyose utilizaria este momento de ausência da oposição para ampliar o período de votação, mas

73 NHK, sigla de *Nippon Hōsō Kyōkai* (日本放送協会) que significa Sistema de Televisão Japonês, é um sistema de transmissão do governo é responsável por transmitir as principais notícias de caráter político e da administração do país. Fundada em 1924, durante as reformas progressistas da Democracia Taishou, a empresa seguiu o modelo da BBC inglesa.

poucos acreditavam que o governo utilizaria este momento de plenária vazia para votar o tratado de aliança entre EUA e Japão (KAPUR, 2020).

Esse momento, tornou-se conhecido pela literatura como o “Incidente de 19 de maio” que deteriorou em muito a imagem do governo. Esta manobra foi duramente criticada e apontada como anti-democrática, visto que a população também não via com bons olhos a manutenção das bases militares no país. A forma como o projeto foi votado, aprovado e, em particular, transmitido, gerou uma repercussão que disseminou a ideia de que Kishi deveria renunciar. A Federação de Trabalhadores (Sôhyô) programou três grandes manifestações nacionais contra Kishi e o Tratado, agendadas para os dias 4, 15 e 22 de junho daquele ano.

Desta forma, iniciou-se uma série de protestos públicos exclamando “Anpo hantai!”, abaixo ao Anpo⁷⁴; o Yomiuri Shinbun, um grande jornal de Tokyo, alertou que as manifestações eram uma resposta à ação antidemocrática de Kishi. Além deste fato, o anúncio público da visita de Eisenhower ao país ocorreu após a ratificação do Tratado, que acentuou o sentimento antiamericano. Em 10 de junho de 1960, seis mil manifestantes ocuparam o aeroporto de Haneda (Prefeitura de Tokyo) impedindo a chegada do embaixador americano, Douglas MacArthur II (sobrinho do general) e do secretário de imprensa de Eisenhower, James Hagerty. Este incidente acabou recebendo fortes críticas da imprensa, que até então vinham apoiando os movimentos anti-Kishi, e alegando uma “descortesia” contra a visita de um hóspede, a imprensa começa a criticar as manifestações anti-ANPO (Figura 16).

74 ANPO deriva da sigla *Anzen Hoshō Jōyaku* (安全保障条約), que significa “tratado de assistência e segurança mútua”. Consultar o glossário de termos: ANPO.

Figura 16 - Protestos anti-ANPO



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:1960_Protests_against_the_United_States-Japan_Security_Treaty_07.jpg. Manifestações anti-ANPO em 18 de junho de 1960, Tokyo. Milhares de estudantes e movimentos de esquerda ocuparam as ruas contra a assinatura da aliança militar com os Estados Unidos. No topo da foto, encontra-se o prédio da Dieta japonesa. Commons

Como consequência da segunda paralisação nacional, no dia 15 de junho 1960 ocorreu a adesão de 6,4 milhões de trabalhadores⁷⁵. Entretanto, ao contrário das manifestações anteriores, os estudantes secundaristas e universitários dirigiram-se à Dieta e tentaram invadir o portão sul, onde foram duramente expulsos por canhões de água. A manifestação foi o maior movimento popular do país na era moderna.

Na época, os jornais de oposição criticaram a atitude do Primeiro-Ministro japonês, Nobusuke Kishi (1957-1960), de levar adiante a assinatura de um tratado com os estadunidenses, a despeito de seu próprio povo, o que reproduzia o comportamento do presidente conservador sul-coreano, Syngman Rhee, que levou o seu país à ditadura militar em 1963 (ESSELTROM, 2012).

A grande preocupação da população era que a assinatura de um tratado militar, com a principal potência desafiadora do sistema internacional na Ásia – os Estados Unidos – levasse o Japão à necessidade de se envolver militarmente na região, especialmente com o aumento das tensões do país ocidental com a URSS e a República Popular da China.

Em resposta à pressão popular, o sucessor de Nobusuke, Ikeda Hayato (1960-1964) adotou uma série de reformas econômicas e trabalhistas, conhecidas como Plano de Duplicação da Renda (*Shotoku Baizō Keikaku* 所得倍増計画) que foi responsável pela imagem do “milagre japonês” nos anos sessenta. O Plano tinha como fundamento a “Teoria de Shimomura”⁷⁶, que estabeleceu o comportamento da política econômica do estado japonês nas décadas subsequentes, que consistia em altos investimentos por parte do Estado e fortes mecanismos de controle da inflação. Shimomura buscou reproduzir a teoria Keynesiana no Japão, mas adaptando a conjuntura institucional do país, criando créditos de investimento, baseado em capital abundante, e fortemente regulado pelo Banco do Japão, de baixo custo reembolso para investimento na indústria privada.

Shimomura estabeleceu as regulações monetárias - fato que reorganizou a cultura de comportamento econômico da população japonesa nos dias de hoje - que permitem a criação de poupança antes do retorno dos investimentos. Os investimentos financiados por dinheiro criado pelos bancos podem preceder a poupança, permitindo que o Banco Central possa comprar ativos sem dívida fazendo reivindicações contra si mesmos, isto é, o setor financeiro pode ele mesmo aumentar seus investimentos - e realizar seu pagamento futuro ao Banco

75 De acordo com os dados do Banco Mundial, o Japão possuía na época 93 milhões de habitantes. <https://data.worldbank.org/indicador/SP.POP.TOTL?locations=JP>

76 Referência ao economista Shimomura Osamu.

Central - estabelecendo uma reivindicação contra si mesmo, isso permite que o setor financeiro japonês atue como agente privado e tenha como credor a finança pública. Isto é central para a preservação da autonomia dos *Keiretsus*⁷⁷, que realizam investimentos dentro de seus interesses, mas ao mesmo tempo são contidos a realizar investimentos perante a economia japonesa a condicionalidade de créditos do Estado nacional. Estes créditos são criados como ativos, e não dívidas, e entram como poupança destas empresas com a intenção de preservar a natureza da escrituração nacional. Este comportamento pode ser observado no estado chinês que adotou práticas parecidas da década de setenta até os dias de hoje e permite criar crédito ao setor produtivo e ao mesmo tempo preservar o capital dentro da economia nacional.

Estes pesados fundos permitiram ao setor privado japonês – especialmente a área de construção civil e manufatura pesada – expandir sua capacidade de produção e pesquisa. É decorrente da Teoria Shimomura os subsídios que permitiram o acelerado desenvolvimento do Trem Bala (*Shinkansen* 新幹線) e o pesado investimento em infraestrutura urbana – tanto em mobilidade quanto em comunicação e serviços – e maior integração entre os principais centros urbanos, Tokyo, Nagoya e Osaka, que compreendiam a quase 1/3 da população japonesa, tendo como respaldo a oferta de créditos a Olimpíada de Tokyo em 1964.

3.2.2 Doutrina Fukuda (1977): minimalismo econômico

A expansão do parque produtivo japonês para os demais países asiáticos e a subsequente constituição de uma rede produtiva levou ao fortalecimento do regionalismo da Ásia-Pacífico⁷⁸. O Ministro de Relações Exteriores Miki Takeo⁷⁹, foi o primeiro político a utilizar o termo em declarações oficiais. Em seu discurso, cujo título foi “Diplomacia da Ásia-Pacífico e a Cooperação Econômica japonesa” em 1967, definiu o conceito de que as ações de investimento do Japão deveriam incluir as nações do Pacífico, que eram nações

77 Não pode-se ignorar que todos os *Keiretsus* possuem uma extensão financeira, todos os principais bancos privados japoneses são atrelados a estes conglomerados, que os compõem de forma simbiótica. Notadamente, os principais bancos japoneses são Banco de Tokyo/Mitsubishi, atrelado ao conglomerado Mitsubishi; Grupo Financeiro Mizuho, atrelado ao conglomerado Mizuho; Corporação Bancária Sumitomo Mitsui, atrelado ao grupo Mitsui e outros.

78 Notadamente, o termo “Ásia-Pacífico” foi concebido nos anos sessenta, que denota a importância de que as políticas regionais asiáticas deveriam se direcionar ao Pacífico – buscando uma maior relação comercial dentre os países destas regiões – que se tornaram o pivô de orientação comercial da ASEAN nesta década.

79 Posteriormente, Miki tornou-se Primeiro-Ministro de 1974 até 1976.

igualmente em desenvolvimento, até então não incluídas sobre o mesmo pé de igualdade perante as demais nações asiáticas (YOSHIDA, 2004).

A influência americana sobre o sudeste asiático sofreu um revés decorrente da guerra contra o Vietnã, o forte impacto econômico dos “choques de Nixon” em 1973 que levou a um vácuo de poder sobre o sudeste asiático. Dentro desta conjuntura, em 1977, o Primeiro-Ministro Fukuda Takeo anuncia a “Doutrina Fukuda” nas Filipinas durante a conferência da ASEAN, apontando que o Japão se engajar de forma mais efetiva para a melhora da cooperação e compromisso ao desenvolvimento regional. A Doutrina Fukuda é uma mudança na política externa japonesa, pois, até então, apesar da constituição de uma rede produtiva regional, a orientação política, econômica e militar do país era voltada para as relações entre Tokyo e Washington, decorrentes dos princípios da Doutrina Yoshida (YOSHIDA, 2004).

Contudo, a Crise do Petróleo de 1973 e a crise de 1979 apontaram novamente a vulnerabilidade do Japão frente a economia global, a primeira crise levou a necessidade do país em rever suas relações no Oriente Médio, principal região oriunda do petróleo para o Japão, que impactou o crescimento econômico japonês e o custo de suas importações.

Nos dois momentos da Crise do Petróleo, a política do *Endaka*⁸⁰, ficou em xeque, pois levou a uma forte balança deficitária no comércio exterior, apesar das políticas econômicas protecionistas. Os investimentos externos despencaram, ocorreu redução de abastecimento de matéria-prima e a política macroeconômica americana que unilateralmente decidiu elevar as taxas de juros para valores nunca antes atingidos (TORRES, 1992).

A crise de petróleo gerou um forte processo inflacionário na economia americana. Com o objetivo de reduzir os processos deficitários com seus principais parceiros econômicos, os Estados Unidos assinam com o Japão a adoção de uma moeda flutuante entre Dólar e Yen através do Acordo de Plaza⁸¹, que permitiria amortecer o impacto deficitário das relações comerciais entre Estados Unidos e Japão. Os economistas japoneses esperavam apenas uma leve desvalorização da moeda.

80 *Endaka* significa Yen Forte, é uma política econômica estabelecida em 1971 que tinha como objetivo de artificialmente valorizar a moeda japonesa para valorizar as exportações japonesas e assim proteger a indústria nacional. Ver Glossário de Termos: *Endaka*.

81 Ver Glossário de Termos: Acordo de Plaza.

3.2.3 Pós Guerra Fria

O fim da Guerra Fria coloca em teste a atitude da política externa japonesa, os limites da conjuntura “pacifista” japonesa já não se adequaram ao sistema mundial multipolar. As ações do governo norte-coreano evidenciaram que o país precisava se repensar, pois sem o guarda-chuva de Moscou, Pyongyang necessitava criar mecanismos de coação contra qualquer empreitada de Washington. A invasão do Iraque e as tensões sobre Irã levaram ao governo Norte Coreano a realizar diversos testes balísticos e detonações nucleares sobre a região que evidenciou as limitações das capacidades defensivas japonesas. O Incidente de 11 de Setembro de 2001, e a subsequente Guerra ao Terror e o crescimento da economia chinesa e a revisão das relações com Taiwan no final do século XX também abriram mais um ponto de tensão e o país necessitava rever as limitações dos investimentos em segurança (MOCHIZUKI, 2007).

A mudança do contexto internacional permite ao Japão alterar sua conduta em relação ao cenário regional da Ásia, sem mais de fazer cumprir o papel de ser a frente ocidental contra o sistema soviético na Ásia, o país busca readequar suas relações. As relações com a China atingiram a maior proximidade na primeira década do século XXI e permite o país repensar sua estratégia de inserção regional, a administração de Koizumi (2001-2006), Hatoyama (2009-2010) e Abe (2006–2007; 2012–2020) foram marcantes para a reabertura do debate da revisão do artigo 9^o⁸² e a reconstituição de um “Estado Normal” dentro do sistema internacional.

Após a adoção da Doutrina Tanaka, 1972, o Japão aderiu como orientação de inserção no Sistema Internacional a adoção da política de investimentos, créditos e assistência. Uma miríade de instituições foram criadas ou reformadas com o intuito de projetar as capacidades de influência japonesa: o JBIC tinha como finalidade conceder créditos ao setor público ou privado para promover o desenvolvimento econômico dos países asiáticos, a JICA tem como finalidade empregar a ODA do Japão, além de capacitar os recursos humanos e outras instituições. A constituição de capacidades de influência através do poder econômico colocou o Japão numa situação de ser considerado a “superpotência econômica”, essa

82 O artigo 9º da constituição do Japão restringe o montante do orçamento do Estado nos dispêndios com o aparato de Defesa, numa restrição de até 1% do Produto Interno Bruto. Por diversas vezes, desde quando implementado, em 1946, o governo japonês vem tentando alterar ou abolir esta restrição legal. Este debate, apesar de ter sido retomado durante a gestão de Junichiro Koizumi (2001-2006), tomou mais força no segundo mandato de Shinzo Abe (2012-2020). Ver glossário de termos: Artigo 9.

política ganhou maior capacidades através do Endaka, 1986 e perdurou até o estouro da Bolha Imobiliária em 1995, fato que levou à estagnação da economia do país.

A capacidade de influenciar a política externa regional através de políticas econômicas, levou a maior inserção de empresas do país no mercado de consumo regional, difundindo marcas de empresas de eletrônicos, automóveis e cultura de massas que permitiu reverter o conceito de “*made in Japan*”, associado a produtos baratos nos anos 20 em produtos de qualidade e alta tecnologia nos anos 60. Este aspecto também afetou diferentes países asiáticos em seu processo de desenvolvimento, como pode se observar, por exemplo, a Coreia do Sul realizou a mudança do seu parque industrial nos anos 90 e atualmente, é possível ver a China criando uma nova marca para os produtos produzidos nacionalmente. Produtos, que antes eram percebidos como de baixa qualidade e baratos e agora estes itens, em particular, os eletrônicos “*made in China*” estão tornando-se cada vez mais associados a equipamentos de alta qualidade e tecnologia de ponta.

A política econômica como centralidade da diplomacia, amparada por políticas públicas de investimentos, fomento e capacitação, aliada à indústria de entretenimento (videogames, mangás, animes e outros) levou o país a ser considerado “uma potência do Poder Brando” (NYE), ao contrário do que se configurava no contexto da Guerra Fria, onde União Soviética e Estados Unidos ampliaram sua influência através das capacidades militares e securitárias (Poder Duro).

Drucker (1998) aponta que a estrutura de governo central do Japão é constituída pela composição entre políticos (em particular o Partido Liberal Democrata (PLD)⁸³) devido a sua composição de partido “*catch all*”), burocracia e executivos de grandes conglomerados empresariais (*zaibatsus*), que recebem a denominação de Triângulo de Ferro. Esta composição permite acomodar os interesses da elite empresarial e a estrutura de poder no país, processo em que não raras vezes, as lideranças de setores privados compõem o setor público e vice-versa.

Neste aspecto, faz-se necessário aplicar o conceito de Elite Nacional dentro do contexto japonês, processo este já parcialmente realizado em pesquisas anteriores pelo autor e que agora necessita ser revisitado não apenas para atualizar os acontecimentos desta última

83 Partido Liberal Democrata (PLD), partido fisiológico do país, desde a reforma eleitoral de 1955, esteve no poder de 1948 até 1993 quando perdem as eleições para o Novo Partido do Japão (1993-1994), Partido da Renovação (1994) e o Partido Socialista do Japão (1994-1996) quando retornam ao governo de 1996 até 2009, quando perdem o governo para o Partido Democrata do Japão (PDJ) (2009-2012) e retornam ao governo central de 2012 até a presente data, totalizando 67 anos no controle do governo central do país. Ver glossário de termos: Sistema de 1955.

década, mas também para analisar o papel das Elites dentro do contexto da Teoria do Realismo Neoclássico.

Para a presente pesquisa, será necessário mapear quais são os grupos que compõe as Elites daquele país, o que podem ser caracterizados em três segmentos: a Elite Política (apropriadamente, o Partido Liberal), a Elite Empresarial (*Keiretsu* 系列) e a Elite Burocrática, o denominado Triângulo de Ferro. Relação imbricada de interesses das Elites japonesas que fora consolidada durante o governo de Tanaka Kakuei (1972-1974) e tornou-se pilar da política externa de um de seus sucessores Fukuda Takeo (1976-1978), que instaurou a Doutrina Fukuda (1977), que estabelecia as diretrizes do “minimalismo economicista” de diplomacia japonesa, ampliando as relações de investimentos públicos e privados nas relações externas daquele país. A necessidade de analisar o Triângulo de Ferro dentro do Realismo Neoclássico permitirá selecionar os fatores que impactaram a política externa daquele país.

Apenas para exemplificar a situação, é possível identificar os últimos premieres oriundos ou que migraram para comandos ou do alto escalão de empresas, em particular, as Big-4 (ビッグ4)⁸⁴, também é possível identificar que não apenas políticos que se tornaram Primeiro Ministros, mas também membros do alto escalão do governo japonês também atuam dentro desta “porta giratória”⁸⁵. Por exemplo, dos últimos dez Primeiros Ministros, é possível identificar sua relação com setor empresarial e conexão familiares que apontam uma relação endógena dos grupos familiares com o poder, conforme a lista que se segue abaixo (Tabela 1):

84 Ver glossário de termos: Big-4.

85 Porta giratório, na política, é o termo que se refere a permuta entre lideranças privadas e públicas que se revezam entre estes setores que, por vezes, podem suscitar influências que concentram interesses privados na gestão pública.

Quadro 1 - Relação de PM e o setor privado

Nome	Mandato	Partido	Relação com setor privado	Relação parental
Fumio Kishida	2021 até presente data	PLD	Esposa, Yuko Kishida, é filha de XX (presidente de empresa em Hiroshima (MAZDA?), confirmar).	Fumitake Kishida (pai) foi membro dos Deputados ⁸⁶ . Masaki Kishida (avô) foi membro da Câmara dos Deputados.
Yoshihide Suga	2020-2021	PLD	-	-
Shinzo Abe	2012-2020 2006-2007	PLD	Hinoburo Abe (irmão mais velho) é CEO da Corporação Mitsubishi Shoji.	Nobusuke Kishi (avô materno) foi PM entre 1957-1960. Kan Abe (avô) foi membro da Câmara Baixa. Shintaro Abe (pai) membro da Câmara dos Deputados.
Yoshihide Noda	2011-2012	PDJ	-	-
Naoto Kan	2010-2011	PDJ	-	-
Yukio Hatoyama	2009-2010	PDJ	Shojiro Ishibashi (avô materno) foi fundador da Corporação Bridgestone.	Kazuo Hatoyama (avô) foi membro da Câmara dos Deputados. Ichiro Hatoyama (avô) foi PM entre 1954-1956. Ichiro Hatoyama (pai) foi Ministro Relações Exteriores.
Taro Asô	2008-2009	PLD	Takakishi Asô (pai) foi presidente da empresa da Companhia de Cimento Asô.	Shigeru Yoshida (avô materno) foi PM de 1948-1954. Princesa Tomohiko (irmã), cujo nome de nascimento é Nobuko Asô, casou com o príncipe Tomohito, primo do Imperador abdicado, Akihito.
Yasuo Fukuda	2007-2008	PLD	-	Takeo Fukuda (pai) foi PM entre 1976-1978.
Junichiro Koizumi	2001-2006	PLD	-	Matajiro Koizumi (avô) foi político e ministro no período Taishō. Jun'ya Koizumi (pai) diretor-geral da Agência de Defesa e membro da Câmara de Deputados.

Fonte: Elaboração do autor.

Nomenclatura: PLD (Partido Liberal Democrata), PDJ (Partido Democrata do Japão), PM (Primeiro-Ministro).

Esta relação intercambiável entre Elites políticas e Elites econômicas produzem ao país uma relação que tende a manter as relações da estrutura de poderes no âmago ao Estado japonês, evitando assim grandes rupturas e até mesmo a capacidade de dar voz a outras

⁸⁶ O governo japonês é composto pelo sistema bicameral, dividido entre Câmara dos Deputados (Câmara Baixa) e Câmara dos Conselheiros (Câmara Alta).

demandas sociais. Somando-se a este fator, é possível salientar que esta relação de forças torna-se ainda mais estagnada decorrente da forma como é realizado o processo decisório da alta cúpula do governo, onde a Burocracia assume o papel de propor agenda e os ministros e políticos - que, em certa medida deveriam, em tese, representar o apelo populacional - tornam-se apenas gestores desta agenda.

Este contexto impede que lideranças políticas exerçam um papel significativo na gestão do Estado e adotem políticas de maior impacto, ao mesmo tempo, coíbe que lideranças do país possam ter um papel significativo na tomada de decisão e, dentro da perspectiva que a política externa é produto da política interna, este é um dos principais limitadores do Japão de exercer um papel significativo de liderança na comunidade regional, apesar do peso econômico, diplomático e tecnológico do país. O Japão intencionalmente se abstém de exercer política de forma pró-ativa e isso gera um profundo impacto na capacidade de atuar na arena internacional, ao contrário do que fora positivo ao país nos anos 70 com a adoção do “minimalismo diplomático” e uma política externa centrada no economicismo, princípios da Doutrina Fukuda, o que se observa agora que a falta de ação do país na conjuntura do Século XXI conduz o governo a se submeter ora aos interesses de Washington, ora aos interesses de Beijing, acentuando a estagnação e redução de protagonismo do país em atuar em discussões regionais.

Inoguchi (2008) aponta que, apesar de o país estar profundamente inserido na economia internacional - e ter papel significativo nas cadeias globais de alta tecnologia - o Japão carece de utilizar esta condição com barganha nas disputas internacionais, mesmo quando comparado com economias de caráter semelhante, como a Coreia do Sul e Taiwan. Além deste fator, a abstenção do emprego de forças armadas, outorgada pela constituição de 1946, torna-se agora um problema ao país para adoção de uma agenda securitária com maior autonomia, tendo em vista a condição de disputa com Rússia e China e uma relação quase hostil por parte da Coreia do Norte, o país cria uma condição de dependência da capacidade de defesa dos Estados Unidos gerando uma condição em que, se não conseguir estabelecer condições de se defender sozinho, ficará cada vez mais dependente da rede securitária de Washington e, ao mesmo tempo, também levando o Japão a aderir de forma unilateral aos interesses estadunidenses no cenário internacional.

Desta forma, a manutenção das limitações constitucionais produzem uma condição de dependência da agenda securitária americana e, dentro deste contexto, faz-se necessário

indagar: A revisão do artigo 9º produzirá mais ou menos instabilidade na região? A agenda autônoma japonesa levará a um maior confronto de oposição a Beijing? Necessita-se avaliar as relações atribuladas entre Japão e China como uma condição de interesses de ambos os países ou isso decorre da necessidade desta relação atribulada é decorrente da agenda dos Estados Unidos? Kitaoka (2015) aponta que pouco sentido faz em fomentar a instabilidade entre as duas economias asiáticas e isto tenderia a enfraquecer o desenvolvimento de ambas nações, visto que, tanto China e Japão, seriam um para o outro, o principal parceiro econômico, e não os Estados Unidos.

A complementaridade econômica entre estes dois países foi central nos anos 70, não pode-se ignorar que os investimentos de capitais japoneses para a China continental continuará de forma ininterrupta, após os anos 50, mesmo que todo o ocidente tenha cortado relações com Beijing. A primeira experiência de modernização industrial na China decorreu dos investimentos japoneses pela Nippon Steel.

Além do aspecto econômico, fatores sociais são importantes, Japão e China são os principais destinos de turistas regulares de cada um destes países, observa-se que a principal comunidade estrangeira residente no Japão hoje, é de chineses, superando os coreanos. A adoção do relatório conjunto sobre a versão oficial dos eventos ocorridos na Segunda Guerra, que inclui os crimes de guerra realizados por militares japoneses, foi um processo de apaziguar e dirimir as tensões entre os dois países e, especialmente, entre as sociedades entre si.

Desta forma, faz-se necessário compreender se a atitude do Japão, de subordinação da agenda securitária, atende aos interesses de Tokyo ou de Washington. Os Estados Unidos tinham muito o que ganhar com a re-nacionalização do parque industrial americano que estava sediado na China, mas isso não é vantajoso ao Japão, visto que o setor industrial situado em seu vizinho está incluído dentro da lógica do processo de subcontratação.

Inoguchi (2008) aponta o aspecto do papel japonês na ordem mundial na atualidade, que pouco interesse, ou capacidade, de atuar como ator desafiante da ordem mundial, como o fizera nos anos 30. A integração do Japão na economia global é tamanho que a sua atuação tende a favorecer a manutenção de uma economia global pacificada do que fomentar disputas entre potências, especialmente, pelo fato do país ainda não ter superado completamente a estagnação econômica decorrente do estouro da bolha nos anos 90.

É possível analisar a situação do Japão em cinco pontos sobre o debate de alianças e capacidades nas relações com a agenda externa e sua condição no período recente, como aponta Inoguchi: Em primeiro lugar, a conduta doméstica em favor ou contrário à constituição de alianças esfacelou nos anos 50 e 60 após os protestos de anti-ANPO⁸⁷. Em segundo lugar, a própria adoção da Doutrina Yoshida foi um processo de centralizar os esforços do governo na promoção do desenvolvimento do país e se afastar das disputas dos Estados Unidos no extremo oriente - tais como Coréia, China e até as tensões com a região de Taiwan - que recebeu uma revisão e fortalecimento com a Doutrina Fukuda que, novamente, com a adoção do minimalismo diplomático - anunciado na conferência da ASEAN em 77, era de anunciar aos demais países asiáticos que o Japão, novamente, não tomaria parte das beligerâncias na região (YANO, 1978).

Em terceiro, a relação de capacidades securitárias entre Estados Unidos e China vem decrescendo na sua disparidade, o armamento estadunidense já não tem a mesma prevalência hoje do que tinha durante a Guerra Fria, o que leva à necessidade de seguir numa aliança militar em que o parceiro maior vem perdendo capacidades de força e ao mesmo tempo, cria conjunturas de antagonismos com um vizinho seu. Os Estados Unidos não são um país asiático, eles estão na Ásia, mas não se constituem como membro da região, entretanto, a geografia impera neste aspecto, China e Japão estão condenados, pela eternidade, a serem vizinhos e em algum momento, as relações entre os dois países devem deixar de serem de antagonismos e buscarem uma revisão de relações, tal qual ocorreu nas relações entre França e Alemanha.

Quarto, após o fim da Guerra Fria, inicia-se um período em que o poder civil possui maior na determinação da agenda securitária de alguns países, especialmente Japão e Alemanha, visto que as principais disputas militares na atualidade não estão mais centradas nas disputas em regiões centrais.

Em quinto, a conjuntura global em 1945 é muito distinta da atual, quando a imposição da limitação militar foi estabelecida, visava-se evitar uma remilitarização do Japão e, até a impossibilidade da reindustrialização – que foi evitado pela adoção do Curso Reverso - entretanto, passados quase setenta anos, o centro econômico global migrou das relações do Atlântico Norte para o Pacífico Ocidental. Enquanto os principais países viveram os primeiros anos pós-guerra uma constante conflagração de guerras civis, lutas por

87 Ver glossário de termos: ANPO

independência, movimentos nacionalistas e processos de ruptura contra o Imperialismo Ocidental, hoje, a conjuntura centra-se sobre o desenvolvimento, autonomia e maior capacidades de competitividade frente as economias ocidentais. As forças militares japonesas e até os movimentos civis nacionais perderam predominância no cenário político do país, a possibilidade de ruptura democrática, tal qual ocorrera no final da Democracia Taishou, é improvável dentro do arranjo de forças – e pactuação entre as Elites nacionais – que permitam a ruptura democrática.

E, por fim, limitar a capacidade do Japão em exercer política hoje difere daquilo que foi realizado durante a assinatura do Tratado de São Francisco, que visava impedir o retorno de um Japão imperialista. O que se observa hoje é que a manutenção da limitação militar japonesa objetiva manter a necessidade da presença de forças americanas na região e ao mesmo tempo, continuar utilizando o Japão como baluarte para conter a expansão chinesa sobre a região.

3.2.4 Japão hoje

Assim, o que se observou ao longo deste capítulo é que a história moderna do Japão constitui-se num processo de realizar a transição do Sistema Internacional Asiático para o Sistema Internacional Ocidental. Esta transição iniciou-se pela Restauração Meiji de 1868 e permaneceu até a presente data. O que se observou ao longo da história recente do país foi que as elites nacionais incumbiram-se de realizar esta inserção buscando preservar a soberania e independência do país frente as ameaças externas. A aliança com o Reino Unido tinha como objetivo central a aquisição do status como Estado perante as demais nações ocidentais evitando que o Japão se tornasse uma colônia dessas potências, tal qual ocorrera com o restante do continente asiático.

Nos anos vinte, os EUA intensificam a disputa sobre a Ásia que leva à colisão de interesses com o Japão, a aliança com o Reino Unido já não mais produzia os mesmos benefícios ao Japão, já que existia uma sincronia de oposições entre Londres e Tokyo contra Moscou. Entretanto, as relações entre Londres e Washington, apesar de também possuírem divergências, permitiram que os britânicos conseguiram negociar vantagens que não obtinham nas relações com a Rússia, o que acabou resultando no esfriamento das relações entre Reino Unido e Japão, findando a aliança entre estes dois países.

Após as crises econômicas internas e internacionais decorrentes do final da Primeira Guerra, as elites japonesas intensificaram os processos de exploração regional para diminuir o impacto da recessão, conduzindo ao fim do sistema liberal nos anos trinta. A crise econômica evidenciou a fragilidade do país que viu sua soberania ameaçada pelos embargos realizados pelos EUA nos anos trinta, infelizmente, as lideranças japonesas adotaram medidas que levaram a um cenário de maior antagonismo com o Ocidente e, novamente pelo objetivo de preservar sua soberania, o país lançou-se a uma Guerra Total em diversas frentes de batalha, desde uma guerra profunda sobre a China, disputas não resolvidas com a Rússia e um embate naval em escala total contra EUA e Reino Unido.

O retorno das lideranças civis ao comando do governo suscitou o debate de como o país poderia resgatar sua independência e soberania dentro do cenário de reconstrução e ocupação do país por Forças Aliadas. A necessidade de reverter o dano político e diplomático causado pelas empreitadas do setor militar, conduz o Japão a adotar uma conduta de investimentos e reconstrução regional que se intensificam nos anos sessenta e setenta levando o ao país a constituir uma cadeia de desenvolvimento regional através de modelos políticos de cooperação que passam desde uma conduta como os Gansos Voadores e os investimentos nos Tigres Asiáticos. O fim da Guerra Fria altera a composição de relações na Ásia e o Japão busca alterar a aliança com os EUA no sentido de retomar a sua autonomia militar no início do século XXI. Com a proposta da revisão do artigo 9º, o país se depara com a necessidade de se estabelecer como um Estado Normal, condição esta ainda não concluída e que era o objetivo central quando o país realizou a Restauração Meiji no século XVIII: completa inserção, de forma autônoma e soberana, ao Sistema Internacional Ocidental.

4 AS TRÊS DIMENSÕES DA GRANDE ESTRATÉGIA

Kanehara (2017b) aponta que a Grande Estratégia de um país decorre da história e a construção dos valores que este mesmo busca estabelecer, não obstante, é necessário recordar o principal motivo da realização da Restauração Meiji, buscar preservar a soberania do país frente as potências ocidentais para que este mesmo país não se tornasse uma colônia destes mesmos países. Desta forma, a Restauração Meiji buscou realizar reformas nacionais tanto na economia, nas forças armadas e até rever a sua política externa com o objetivo de colocar o Japão como membro do tratado de Westfália.

Desta forma, como destaca o próprio Kanehara, a Grande Estratégia do Japão é a busca permanente do Estado japonês em conseguir adotar uma agenda de política externa que não seja obliterada e nem negada por atores regionais – tais como a Rússia, China e, no presente momento, os Estados Unidos – visto que o país possui uma série de limitações se comparado com seus vizinhos, tais como território, limitações tecnológicas (isto observado no início da Restauração), limitações demográficas, militares e econômicas.

A gestão do governo Abe alterou as relações entre China e Japão, pois, seus antecessores, Yukio Hatoyama (2009-2010), Naoto Kan (2010-2011) e Yoshihiko Noda (2011-2012) eram membros do Partido Democrata do Japão (PDJ)¹ e possuíam uma postura de maior aproximação com a China, chegando a constituir, em 2010, a Comunidade do Leste Asiático², que foi o primeiro encontro de lideranças do Japão, Coreia do Sul e China e propunha estabelecer agendas econômicas conjuntas entre os três países. Entretanto, a ascensão de Abe ao governo em 2012, reorienta as relações do Japão com a China, afastando os processos de cooperação.

Esta mudança na política externa produz dois resultados, elimina a possibilidade da ascensão do Partido Democrata do Japão (PDJ) - observando que o Partido Liberal Democrata (PLD), partido que elegeu Abe, está no comando central do Japão desde 1954,

1 O Partido Democrata do Japão (*Minshutô* 民主党) de orientação liberal-social e busca se configurar como principal partido de oposição. Dentro do espectro político japonês, o Partido Democrata do Japão (PDJ) configura-se como um partido mais centrista do que o Partido Liberal Democrata (PLD). O Partido Liberal Democrata (PLD), por outro lado, é um partido que busca aglutinar as lideranças econômicas do país e se comporta como um partido “*catch all*”. Conferir o Glossário de Termos: Partido Liberal Democrata.

2 A Comunidade do Leste Asiático foi uma iniciativa realizada por Hatoyama Yukio, Hu Jintao e Lee Myung-bak que tinha como objetivo realizar uma série de processos de cooperação entre China, Coreia e Japão, buscando fornecer créditos entre os países, cooperação técnica, concessão de bolsas de estudos entre os países e, principalmente, repactuar e integrar as cadeias produtivas das três principais economias da Ásia, que poderia permitir a constituição uma complementaridade econômica e social na região, tal qual ocorrera na América do Norte e no Oeste Europeu.

com uma pequena exceção de 1993 até 1996 quando o país foi governado por partidos de esquerda - visto que o eleitorado do Partido Liberal Democrata (PLD) possui uma posição de maior engajamento anti-China e a facção de Shanghai, movimento político em ascensão que buscava enfraquecer Hu Jintao, reaviva o sentimento anti-Japão e leva ao poder Xi Jinping.

A postura de fazer oposição à China é do país em preservar algum papel de protagonismo na Ásia, perdido após a crise econômica dos anos noventa. Seu principal banco de fomento internacional, o Banco de Desenvolvimento Asiático³, perde protagonismo frente a criação do banco chinês de desenvolvimento regional, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, fundado em 2016 e que se torna o principal catalisador para investimentos no continente. Desta forma, o que se observa na gestão de Shinzo Abe é o retorno da agenda securitária do governo de Junichiro Koizumi (2001-2006) que tinha como preocupação em como lidar com a ascensão chinesa iminente no século XXI e a posição do Japão frente as disputas na Ásia.

4.1 PERFIL DAS CAPACIDADES PRODUTIVAS NACIONAIS

“Por que você está hesitando? Vamos, eu não sou o único preocupado. Você é tão vítima quanto eu, não é? Então, não é? Você mesmo disse que se do lado de fora soubessem do sobre a vida aqui, haveria problemas. Isso mostra que você mesmo reconhece o quão irracional é essa sua vida. Pare de ser uma porta-voz; pare de ser tratada como uma escrava. Ninguém tem o direito de mantê-la fechada aqui. Vá em frente e chame alguém agora. Nós vamos sair daqui... Ah, então é isso. Você está com medo, não está? Mas isso é tolice! O que há para ter medo? Eu estou aqui. E eu tenho amigos que trabalham para um jornal. Vamos dar à história um ângulo social. O que há de errado? Por que você não diz alguma coisa? Eu lhe digo que não há nada a temer!” Abe Kobo, MULHER DAS DUNAS

O que se busca apresentar aqui nesta sessão é de compreender a economia do Japão dentro do contexto da Grande Estratégia, entendendo a economia como uma das dimensões de impor força e agenda sobre outros atores do sistema internacional, dentro da abordagem

³ Banco de Desenvolvimento Asiático, ou *Asian Development Bank* (ADB), apesar de ter sede na principal cidade financeira das Filipinas, Mandaluyong, teve, desde sua fundação em 1966 apenas diretores japoneses e, por se tratar de um banco de fomento internacional, opera através do sistema de cotas de investimento, isto é, pelo modelo de sharings, onde quem possui a maior contribuição detém o maior peso na capacidade de voto para implementação de projetos, podendo negar ou favorecer determinados projetos. O Japão seguiu ao longo de toda a história deste banco como maior detentor dos sharings - e conseqüente, quem detinha o maior poder de influência sobre o banco - que correspondia, em média, a parcela de 15%, seguido dos Estados Unidos que possuía valor aproximado. China e Índia possuem apenas 6% dos votos. Apesar de Beijing solicitar maior participação na detenção dos sharings, Tokyo negava qualquer alteração na mudança da tabela, o que levou os chineses a fundarem seu próprio banco de desenvolvimento, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (*Asian Infrastructure Investment Bank*, AIIB). Ver Glossário de termos: Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB).

de Poder Brando. Para a atual pesquisa, será analisado a economia dentro da sua capacidade produtiva e perceber se o país possui condições de ampliar ou não a sua força dentro da dimensão econômica, para isto, será dada especial atenção às capacidades produtivas, focando na composição da mão de trabalho, relação sindical, poder de consumo, disponibilidade de trabalhadores e crescimento populacional.

Após o término da Segunda Guerra, o Comando Supremo das Forças Aliadas⁴, tinha como objetivo realizar a desmilitarização e desindustrialização do país, com a intenção de evitar o surgimento de uma potência regional asiática que desafiasse os interesses de Washington sobre a porção leste do continente asiático. Contudo, a vitória de Mao Zedong e o refúgio de Chiang Kai-shek para a ilha de Formosa (Taiwan) e o aumento de hostilidades entre as administrações de Kim-Il Sung, da parte norte da península coreana, e Syngman Rhee, da parte sul da península, fez com que os projetos de influência estadunidense fossem reformulados, levando a adoção do Curso Reverso⁵, que pretendia reindustrializar o país e tornar o Japão em aliado estável frente ao aumento de influência da União Soviética e a República Popular da China, sobre o continente asiático.

O Curso Reverso permitiu ao país realizar uma rápida industrialização através da concessão de patentes e créditos para reconstrução, tais como o Plano Colombo, e durante a administração de Ikeda Hayato (1960-1964) e Satô Eisaku (1964-1972) o país teve a taxa de crescimento de seu PIB a taxa média anual de 10% e tornou-se, em 1978, a segunda maior economia do globo, atrás apenas dos Estados Unidos e, devido ao Estouro da Bolha decorrente do encarecimento do Yen⁶, o país entrou em estagnação financeira em 1995, no que levou a “década perdida”, sendo superado apenas em 2010 pela economia chinesa.

O Japão foi a principal economia asiática no século XX, perdendo seu posto para a China apenas no início deste século, em grande medida, o principal setor que permitiu ao governo de Tokyo realizar investimentos e orientar o desenvolvimento do país foi a regulamentação do sistema financeiro e sua relação umbilical entre Estado e conglomerados industriais pós Guerra, denominados de Keiretsu. É notório observar que todo conglomerado

4 Em inglês: *Supreme Commander of Allied Powers* (SCPA), as forças de ocupação aliadas ficaram no país de 1945 até 1952, sendo divididos em três áreas: A República da China reintegrar a Manchúria ao seu território e administrava a ilha de Taiwan; a URSS seria responsável pela parte sul da ilha de Sakhalin, ilhas Curilas e parte norte da península coreana e os Estados Unidos seria responsável pela parte sul da península coreana, arquipélago de Okinawa, ilhas de Amani, ilhas Bonin e Micronésia. Destes territórios, as ilhas de Amani e Bonin foram devolvidas ao Japão no Tratado de São Francisco, em 1952, e o arquipélago de Okinawa foi devolvido em 1972.

5 Ver glossário de termos: Curso Reverso.

6 Ver glossário de termos: *Endaka*

industrial - ou os Big-4 (ビッグ4)⁷ - possuem uma ramificação financeira que conta com aporte de títulos do governo, crédito e medidas protetivas que tornam o país menos suscetível às flutuações econômicas externas, como será visto ao longo deste capítulo, a própria dívida pública japonesa - a maior do mundo - apesar de ser um problema pois criar um processo de desinibição de investidores estrangeiros - e dificultando as possibilidades de investimento estrangeiro direto no país - não cria um processo de inflação descontrolada ou ausência de créditos pois é o Estado japonês quem detêm o principal controle sobre pagamentos e disponibilidades de títulos no mercado nacional.

Ao contrário, como se observa, são estes títulos financeiros, emitidos pelo Banco do Japão, que permitem a oferta de crédito fácil com juros baixos às empresas, permitindo a capacidade de expansão produtiva destes conglomerados, apesar da estagnação de mais de três décadas. O setor financeiro japonês trabalhou, por boa parte do século XX (antes e pós-Guerra) relativamente isolado dos fluxos de capitais internacionais, sob uma forte regulamentação de diretrizes do Ministério da Fazenda que busca blindar o setor financeiro interno das oscilações globais, foi devido a esta postura protetiva um dos principais fatores negociados nos Acordos de Plaza de 1985 e que levou a adoção do câmbio flutuante entre Yen e Dólar.

No entanto, a primeira grande mudança ocorreu em meados da década de 1980. No que agora é lembrado como o Plaza Accord, o Japão e a Alemanha Ocidental concordaram em deixar suas moedas se valorizarem em relação ao dólar americano em 1985. o dólar em 1990 e 85 ienes por dólar em 1995, antes de cair para 145 ienes por dólar em 1998, no auge da crise econômica do Leste Asiático (SHIRAISHI 2019).

O setor acionário japonês não era a principal fonte de financiamento do mercado e não se apresentava como investimento para poupança, tendo como principal fonte de divisas o competitivo setor empresarial e industrial japonês no exterior, principalmente na região da Ásia-Pacífico e Estados Unidos, sendo desbancado apenas no final do século XX.

Estas divisas financeiras eram oriundas dos altos ganhos de exportações frente às importações - em parte pela política de moeda forte, ou Endaka - altas taxas de poupança doméstica e inflação controlada, permitindo que o setor financeiro japonês realizasse sua própria expansão, em 1990 - no limiar do processo do estouro da bolha - oito dos dez maiores bancos, em montante de depósitos, eram japoneses.

⁷ Ver glossário de termos: Big-4.

Importante destacar que a participação da gestão estatal no setor financeiro foi o que permitiu o país superar a deficiência de investimentos externos e criar meios de manter capitais no país, tornando a economia japonesa com capacidade competitiva ao longo deste meio século perante economias industriais ocidentais, apesar do perfil liberal do eleitorado japonês, sua política econômica nacional atua justamente no oposto do princípio do *laissez faire*, aliás, foi devido a queda das restrições e uma maior liberação da economia que levou a constante estagnação econômica.

De acordo com os valores correntes de 2020, o produto interno bruto japonês é de US\$ 4,9 trilhões, sendo a terceira maior economia global, atrás apenas dos Estados Unidos (US\$ 28 trilhões) e China (US\$ 19,9 trilhões)⁸, com a força de trabalho de 69 milhões de pessoas (Tabela 1), entretanto, 91,7% desta população (Banco Mundial) já se encontra residindo no setor urbano, demonstrando o limite da capacidade produtiva do país, que vem investindo fortemente no setor de TI e concessão de vistos temporários para migrantes para trabalhos não-qualificados, como forma de suprir a escassez de mão de obra, que tende a se reduzir ao longo dos próximos anos.

Tabela 1 - Mão de obra

	População total acima dos 15 anos	Força de trabalho		Porcentagem da Força de trabalho	
			Mudança anual		Mudança anual
Calendário anual	arredondado*	arredondado*	arredondado*	%	pontos
2016	111.150.000	66.780.000	530.000	60.0	0.4
2017	111.180.000	67.320.000	540.000	60.5	0.5
2018	111.160.000	68.490.000	1.170.000	61.5	1.0
2019	111.120.000	69.120.000	630.000	62.1	0.6
2020	111.080.000	69.020.000	-100.000	62.0	-0.1
2021	110.870.000	69.070.000	50.000	62.1	0.1

*valores abaixo de 10.000⁹ foram arredondados pelo próprio governo

Fonte: *The Japan Institute for Labour Policy and Training*

<https://www.jil.go.jp/english/estatis/eshuyo/e0201.html>

8 Dados de 2022, Banco Mundial.

9 Os japoneses realizam a contagem de quatro em quatro unidades, o próprio número 10.000 (dez mil) possui uma contagem própria 1.0000 (*man* [万]), diferente do que é utilizado pelo sistema latino, que repete a numeração de três em três unidades, por esta razão, a maioria da documentação dos países asiáticos arredondam os números em dez mil ao invés de mil. Por ex: o número do caso, 2.080.000 (dois milhões e 80 mil) no documento original é registrado como 208.0000 (duzentos e oito *man*).

Isto aponta que a oferta de mão de obra disponível no país já atingiu seu ápice, somando-se a isso a estagnação econômica, coloca o país com poucas condições de reverter a crescente disparidade entre a economia japonesa e a chinesa, visto que a segunda, possui ainda um contingente enorme de trabalhadores rurais que estão em processos de urbanização, além do fato de que a economia chinesa, apesar de moderna, está longe de seu apogeu, o mesmo não pode ser dito sobre o Japão. O país apresenta uma baixa taxa de desemprego, com média de 2,8% no ano de 2020 (Tabela 2), com uma paridade de poder de compra de US\$ 42,940 em (2021), o dobro da chinesa, que está estimada em US\$ 19,338 (2021)¹⁰.

O Japão, como constitutivo do núcleo orgânico do capitalismo, necessita ampliar as capacidades de forças produtivas e ao mesmo tempo, conter os pontos negativos das condições de exploração da sua própria mão de obra. Desta forma, o país produz processos de sub-exploração de mão de obra não qualificada, criando assim meios de diminuir o custo produtivo da sua capacidade produtiva sem com isso gerar pressão sobre a força de trabalho nacional. Desta forma, regular e constituir sindicatos nacionais também permite ao país controlar os processos de exploração da mão de obra e conter ações de crise decorrente das relações de trabalho do proletariado japonês.

Tabela 2 - Taxa de desemprego

	Desemprego	Porcentagem desemprego			Beneficiaries receiving benefits
			Homens	Mulheres	Mudança percentual anual
Calendário anual	arredondado*.	%	%	%	%
2016	2.080.000	3.1	3.3	2.8	-8.0
2017	1.900.000	2.8	3.0	2.7	-5.6
2018	1.670.000	2.4	2.6	2.2	-0.9
2019	1.620.000	2.4	2.5	2.2	3.3
2020	1.920.000	2.8	3.0	2.5	22.8

*valores abaixo de 10.000 foram arredondados pelo próprio governo

Fonte: *The Japan Institute for Labour Policy and Training*
<https://www.jil.go.jp/english/estatis/eshuyo/e0206.html>

¹⁰ Dados de 2021, Banco Mundial.

O sociólogo Oh Hak-Soo, pesquisador diretor do Instituto Japonês de Política e Treinamento do Trabalho¹¹ - o que seria o equivalente ao Ministério do Trabalho no Brasil - aponta as seguintes características dos sindicatos:

Os principais elementos das relações trabalhistas no estilo japonês, ou o que é conhecido como gerenciamento no estilo japonês, são o emprego vitalício, os salários baseados na antiguidade e os sindicatos empresariais. No Japão, os sindicatos empresariais têm o monopólio do exercício dos três direitos primários do trabalho: o direito de se organizar, o direito de negociar e o direito de agir coletivamente. Existem também sindicatos industriais e centros nacionais, mas estes essencialmente carecem dos três direitos trabalhistas e, em última análise, dependem dos sindicatos empresariais para os recursos humanos e financeiros necessários para suas atividades. Os sindicatos empresariais são a forma fundamental de organizações sindicais no Japão. (OH, 2021)

Um dos impactos importantes para este processo de migração de trabalhadores não-qualificados é o que podemos observar nas leis de imigração temporária para trabalho, nos anos 90 após o estouro da bolha – numa forma de reduzir o impacto da recessão econômica após o Endaka – cujo fenômeno foi definido como *dekassegui*¹² para trabalho em *arubaito* (アルバイト), que advém da língua alemã *Arbeit* e significa contrato de trabalho temporário para fábrica e geralmente possui contratos para trabalhadores estrangeiros subcontratar trabalhadores para serviços sujos (*Kitanai*), perigosos (*Kiken*), penosos (*Kitsui*) e desagradáveis (*Kowai*) e particularmente, contrata estrangeiros que possuem ascendência japonesa. No Brasil, este tipo de contrato foi responsável pelo “movimento de kassegui” nos anos 80 e 90. Atualmente, a exclusividade racial, apesar de ser proibida, continua sendo empregada pela maioria das empresas contratantes.

Um ponto forte da economia japonesa é a alocação da mão de obra, devido à existência de conglomerados nacionais e um extenso parque industrial o país permite a abertura de postos de trabalho formais e a contratação de empregos contratados. A cultura de trabalho do Japão, já existente no período pré Segunda Guerra, mas reforçado na década de cinquenta, é a da permanência no vínculo empresarial ao longo da vida produtiva.

11 Instituto Japonês de Política e Treinamento do Trabalho (*The Japan Institute for Labour Policy and Training* [JILPT]): *Rōdō seisaku kenkyū kenshū kikō* 独立行政法人労働政策研究, Tokyo, Japão. Endereço eletrônico: <https://www.jil.go.jp/outline/index.html>

12 *Dekaseki* (出稼ぎ) que significa “imigrante por trabalho”. De acordo com o relatório de imigração de junho de 2022 da Agência de Serviço de Imigração do Japão https://www.moj.go.jp/isa/publications/press/13_00028.html o número de brasileiros registrados (oficiais) no Japão são 207.081 habitantes, correspondendo a 7% dos estrangeiros naquele país, a quarta maior população estrangeira e a maior população não-asiática no Japão. Chineses são 25,1% dos imigrantes, com 744.551 habitantes.

A cultura de trabalho japonês tem como característica a relação de trabalho extensivo e de “dedicação subordinada” a empresa, este tipo de comportamento nas relações de trabalho advêm de três características:

- a) Tradição das relações de trabalho dos *Keiretsu* herdadas das relações dos *Zaibatsu*;
- b) Industrialização tardia japonesa;
- c) Precariedade das condições de emprego formal e postos de trabalho nos anos cinquenta após o término da Guerra;
- d) Mentalidade de relações coletivas.

Estas quatro características produzem o aspecto do vínculo do trabalhador a uma única empresa e que tende a manter o trabalhador vinculado a uma única empresa ao longo de sua vida produtiva e que coíbem ações de conflituosidade entre empregadores e trabalhadores, logrando aos sindicatos a tarefa de pressionar pelas melhores condições de trabalho.

Este nível de trabalhadores sindicalizados atingiu seu apogeu nos anos sessenta, e após o fracasso da greve das minas de carvão de Mitsui Miike, norte da região de Kanto e o desmonte das mobilizações civis após as manifestações anti-ANPO, o país passou por um processo de revisão legal que reduziu o poder e capacidade de negociação dos sindicatos.

É possível verificar a taxa de filiados em sindicatos nas empresas, predominantemente em empresas de grande porte, com mais de mil trabalhadores, correspondendo a 45% dos vinculados, e vem preservando no nível de filiados em torno de 17% ao longo dos últimos anos, que corresponde a taxa média dos países-membros da OCDE¹³, correspondendo a média de dez mil trabalhadores sindicalizados (Tabela 3).

¹³ Estados Unidos possui apenas 10% de seus trabalhadores sindicalizados, Canadá em torno de 30%, Alemanha 18% conforme dados do Banco Mundial. Apesar de o país estar na média dos países da OCDE, contudo, a média de trabalhadores sindicalizados neste grupo vem decaindo desde os anos oitenta.

Tabela 3 - Trabalhadores Sindicalizados

	Filiados a sindicatos	Taxa de densidade estimado	Taxa de densidade estimada (pelo tamanho da empresa)		
			Empresas privadas		
			1000 trabalhadores ou maior	100-999 trabalhadores	1-99 trabalhadores
Calendário anual	registrados	%	%	%	%
2015	9,882,092	17.4	45.7	12.2	0.9
2016	9,940,495	17.3	44.3	12.2	0.9
2017	9,981,437	17.1	44.3	11.8	0.9
2018	10,069,711	17.0	41.5	11.7	0.9
2019	10,087,915	16.7	40.8	11.4	0.8
2020	10,115,447	17.1	41.8	11.3	0.9
2021	10,077,877	16.9	39.2	11.1	0.8

Fonte: *The Japan Institute for Labour Policy and Training*
<https://www.jil.go.jp/english/estatis/eshuyo/e0701.html>

A ocupação das forças aliadas tratou de desmontar o setor industrial japonês, que jogou a população a condição de desemprego em massa nos centros urbanos, tal qual ocorrera nos países derrotados ou destruídos no período pós-Guerra. A reformulação dos *Zaibatsu* em *Keiretsu* levou a concentração dos recursos de reconstrução do país e criou condições de que os “trabalhos reais” estavam concentrados nestes conglomerados, pois fora destas empresas, não apenas as condições de trabalho eram menos seguras, mas também apresentavam menos garantia de estabilidade e rendimento. Entretanto, esta concentração de recursos perdurou e prosseguiu até os anos oitenta, visto a relação entre as elites empresariais destes *Keiretsu* e os créditos e investimentos governamentais que caracterizam o modelo de Triângulo de Ferro na política japonesa (COLLIGNON; USUI, 2001), que aponta que setores empresariais estão umbilicalmente associados ao governo japonês através de relações do Partido Liberal Democrata (PLD), a burocracia estatal e os conglomerados empresariais (*Keiretsu*)¹⁴.

O Estado realiza o controle do mercado interno permitindo que apenas empresas nacionais operem como provedores de serviços nacionais e também como receptores dos investidores dos capitais do governo, coibindo o acesso de empresas estrangeiras ao mercado interno. Esta postura comercial defensiva, aliado à postura de vedar uma economia

¹⁴ Ver glossário de termos: Triângulo de Ferro.

exportadora de bens primários, criou um ambiente empresarial que necessitou que os conglomerados japoneses desenvolvessem segmentos de financiamento de exportações de produtos industrializados (TORRES, 1999).

A concentração de capitais japoneses em torno dos *Keiretsu* e seus serviços buscaram ocupar todos os espaços reservados ao mercado nacional que apontava que a burocracia japonesa era denominada como “excessiva” - é notória o fato de que dentre os países da OCDE, o Japão é quem possui o menor número de servidores públicos, com apenas 6% da sua força de trabalho¹⁵ - contudo, é importante destacar que apesar da predominância do setor privado nas prestações de serviços, os investimentos públicos japoneses são de 3,9% do PIB, ligeiramente acima da média da OCDE, que é de 3,6%¹⁶. Esta discrepância entre baixo número do funcionalismo público e alto índice de investimento público se explica pelo modelo de gestão da Parceria Público Privado (PPP), onde o governo realiza investimentos de promoção destes conglomerados para prestarem serviços no lugar do setor público.

Pode-se apontar que, da mão de obra japonesa, 20 milhões são contratados por trabalho não regular, que engloba, desde trabalho informal, temporário, *arubaito* – que a sua maioria é composto por trabalhadores pouco qualificados (*non-skilled workers*), sendo alguns estrangeiros, em 2021, o país possui 1,7 milhão de estrangeiros trabalhando registrados, três vezes mais do que em 2012, quando eram 680 mil, o que tem sido a alternativa apontada para superar a perda de trabalhadores disponíveis e contornar o trabalho de baixa remuneração (Tabela 4).

Tabela 4 - Alocação da força de trabalho

	Empregado, exceto executivo de empresa ou corporação	Funcionário regular	Funcionário não regular	Trabalhador tempo parcial	<i>Arbeit</i> (trabalhador temporário)	Trabalhador despachado da agência de trabalho temporário	Funcionário contratado	Funcionário de confiança	Outros
2021 Jul	56.980*	36.260*	20.730*	10.240*	4.430*	1.380*	2.750*	1.100*	820*

*valores de mil

Fonte: *The Japan Institute for Labour Policy and Training*
<https://www.jil.go.jp/english/estatis/eshuyo/e0203.html>

15 OECD-iLibrary. Title: Employment in general government (2021).
<https://www.oecd-ilibrary.org/sites/75f92d89-en/index.html?itemId=/content/component/75f92d89-en>

16 OECD-iLibrary. Title: Government investment spending (2021).
<https://www.oecd-ilibrary.org/sites/e2ee1eb1-en/index.html?itemId=/content/component/e2ee1eb1-en>

Por fim, este capítulo tratou de apresentar as capacidades produtivas do Japão e apresentar o perfil da mão de obra daquele país para poder aferir as capacidades de crescimento, pontos dinâmicos e limitações e assim compreender se as perspectivas econômicas do país podem corroborar um cenário de crescimento ou de compreender quais os pontos existentes que mantêm a economia do país em estagnação.

4.2 RESPOSTA A CRISE DE 30 ANOS

O principal problema econômico enfrentado pelo Japão é o envelhecimento de sua população somado à redução da taxa de fertilidade nacional. Observa-se que a população japonesa atingiu seu apogeu em 2010, quando registrou 128,1 milhões de habitantes e apresenta, mesmo que modestamente, uma retração de seu número, chegando a marca de 125,7 milhões de habitantes em 2021. Estes dois fatores somados - envelhecimento médio populacional e redução da população - alteram a balança de pagamentos da previdência japonesa, visto que a aposentadoria é financiada pela população economicamente ativa.

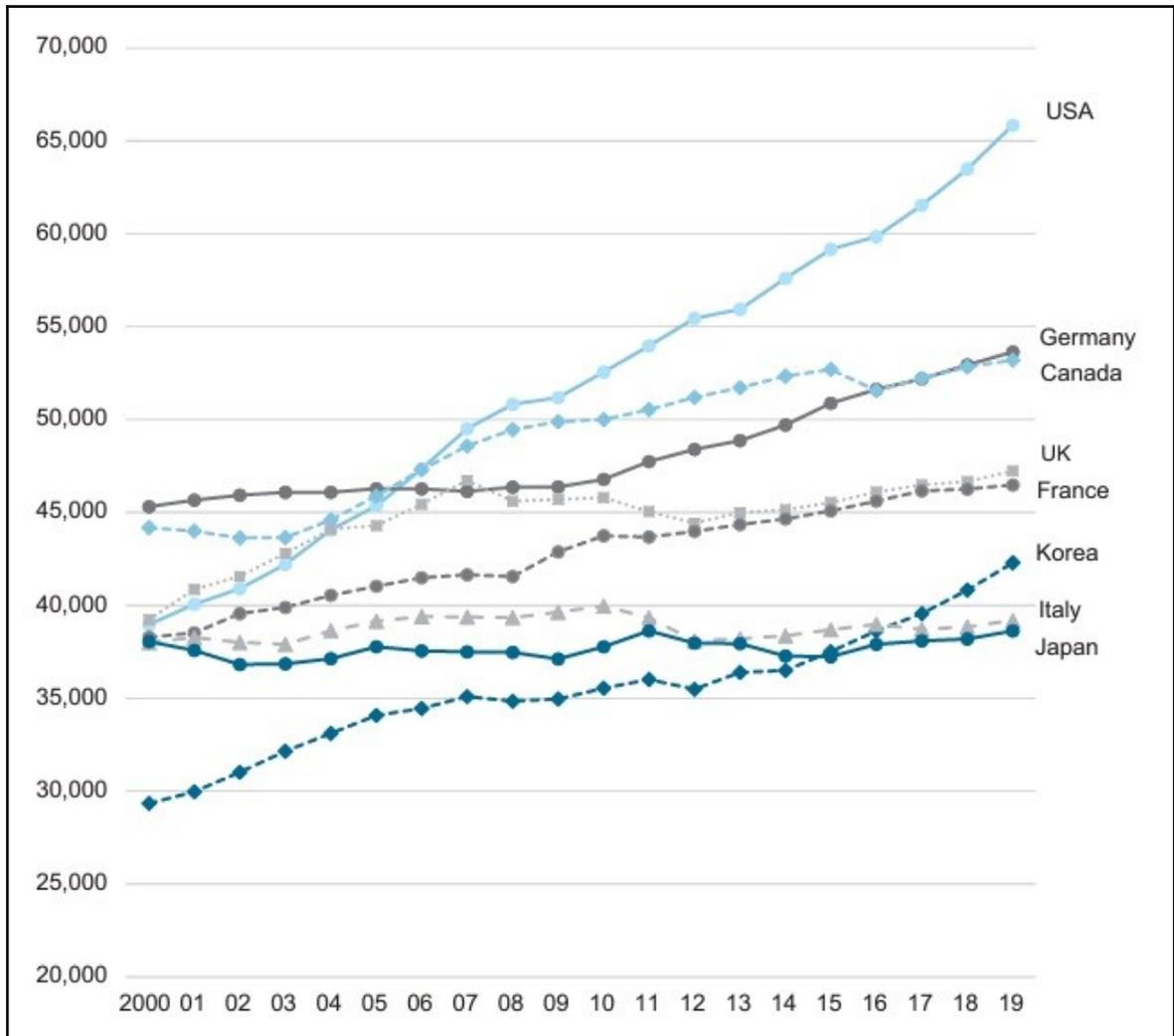
Esta condição de estagnação financeira é o principal fator da redução da capacidade de consumo do país e um dos principais fatores que criam constrangimentos ao aumento da natalidade das famílias japonesas, visto que o custo de preparo - educação, moradia e saúde - tornam custo para as famílias cogitarem em ter mais de um filho por casal, além de que, a estagnação financeira também não permite a ampliação de novos postos de trabalhadores no número necessário para absorver os trabalhadores das novas gerações, o que coloca em condição de que muitos adultos - em particular, as mulheres - cuja cultura social as condicionam a abdicarem de seus empregos para terem de cuidar dos filhos, visto que ainda é comum compreender que os cuidados dos filhos ainda é de responsabilidade apenas das mulheres, levando-as a abdicarem de uma carreira profissional visto que o ambiente de trabalho no país tende a favorecer os homens em relação às mulheres, dos países da OCDE, visto que a força de trabalho feminina tende a receber 77,5% do salário da sua contraparte masculina, o que coloca o Japão em 40º lugar de equidade salarial num grupo de 43 países e regiões¹⁷.

Entretanto, a média salarial individual dos trabalhadores japoneses vem sofrendo perda aquisitiva frente aos demais países do G7 (Gráfico 1), como aponta OH (2021), devido

¹⁷ Nikkei Asia: Gender gap persists in Japan as women earn 74% as much as men. <https://asia.nikkei.com/Spotlight/Society/Gender-gap-persists-in-Japan-as-women-earn-74-as-much-as-men>

a recessão financeira das últimas décadas fez com que o trabalhador japonês possuísse menos poder aquisitivo frente as demais economias do grupo, sendo ultrapassado inclusive pela Coreia do Sul, além da condição macroeconômica, o principal fator da defasagem salarial é o peso relativamente fraco nas relações sindicais para negociar salários em ações coletivas, logrando ao arrocho salarial do país, que só não é muito impactado, pois o governo consegue manter a taxa de inflação do país em menos de 1% ao ano, visto que, não raramente, o país sofre de deflação nos últimos trinta anos, o que evita o aumento do custo de vida geral no país.

Gráfico 1 - Média salarial das principais economias globais



Fonte: OH. (2021).

Média salarial individual dos trabalhadores em dólares com base nos dados da OCDE.

Os aspectos da economia nacional japonesa, sua capacidade produtiva e mercado de trabalho, apontando limites de sua economia. Um dos aspectos importantes que são os impactos reais para as limitações da ampliação da capacidade de produção incide na taxa de crescimento vegetativo negativo japonês, que está na ordem de 1,3 filhos por casais, que apontou um recuo populacional na ordem de -0,3% apenas no ano de 2022¹⁸. O governo Abe, em suas reformas econômicas - denominadas de *Abenomics* - possuíam uma agenda dedicada a reformulação da inserção da mulher no mercado de trabalho, que recebeu a denominação de *Womenomics*.

O que o governo aponta é que a baixa natalidade do país decorre, dentre outros fatores, o perfil do mercado de trabalho japonês que ainda reproduz aspectos tradicionais pré-modernos e logra as mulheres a uma condição de assistência no mercado de trabalho e pouco espaço de inserção econômica em pés de igual salário e a quase inexistência de cargos de oportunidades de cargos de chefia, além do fato de que há uma cultura de trabalho que força a mulher a abandonar sua carreira de trabalho para dedicar-se ao cuidado dos filhos, além de que em sociedades de influência confuciana, tem-se como tradição que o homem seria responsável por trazer recursos para a família e compete a mulher a administração do lar e dos gastos familiares e dos filhos, apesar dos avanços em romper com esta tradição, ainda é um fator que prepondera na contratação das mulheres nos postos de trabalho¹⁹. São estes e outros fatores que inibe as mulheres de terem filhos, aspectos estes ainda não superados na moderna sociedade japonesa.

Por fim, outro fator que também explica a baixa redução da natalidade no país é o estágio de desenvolvimento do capitalismo japonês, que necessita aumentar a exploração da mão de obra nacional²⁰ para fazer frente ao crescimento econômico de rivais regionais - China, Taiwan e Coreia do Sul - visto que estas economias ainda podem apresentar condições de expansão de sua capacidade produtiva e o Japão parece apresentar o limite da sua produção desde o início deste século.

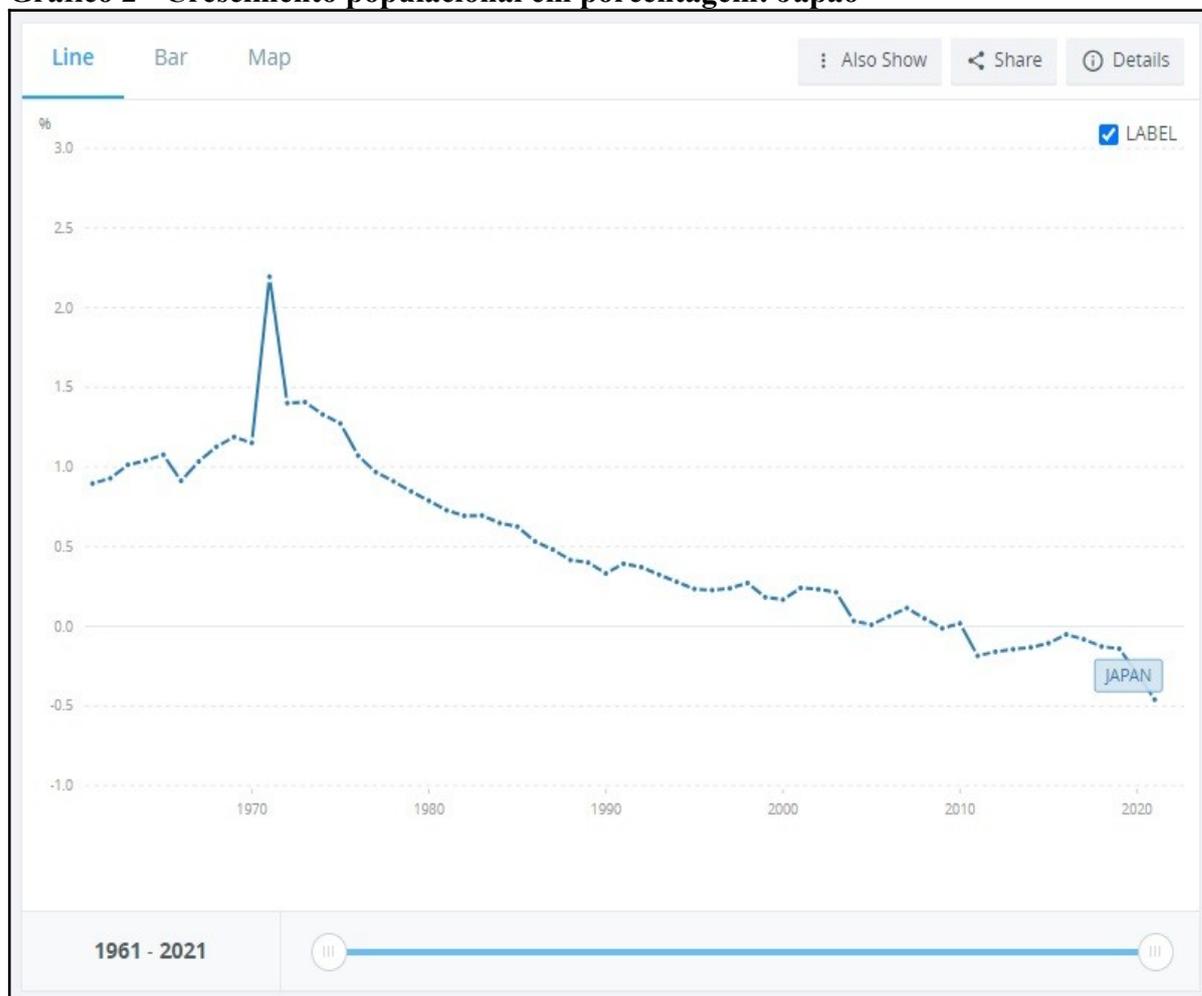
18 Japan Times: Births hit record low in Japan with fewer than 400,000 in January-June period <https://www.japantimes.co.jp/news/2022/09/01/national/births-lowest-level/>

19 Não apenas as mulheres são preteridas nas escolhas dos postos de trabalhos, mas também é comum - e legalmente amparado - ofertar um salário menor às mulheres para atribuições idênticas às ofertadas aos homens.

20 Não pode-se ignorar o peso do *Karōshi* (過勞死) - que é condição de morte por excesso de trabalho - tornou-se um problema de saúde pública no país, uma situação que é explicada pela cultura de trabalho no país que naturaliza a situação de hiper-exploração do trabalhador decorrente da perda da capacidade competitiva do país perante ao crescimento dos novos países em desenvolvimento.

O que deve-se perceber é de que o processo de redução da natalidade vegetativa em países desenvolvidos apresenta retração de sua população local, e o Japão não é a exceção mas a norma e é o país que mais apresenta o recua populacional mais avançado, com -0,5% (Gráfico 2), apesar de compor o maior índice de redução populacional, não é o único país que passar por este processo, a maioria dos países da OCDE também vem apresentando redução no crescimento populacional de sua população. No ano de 2021, Alemanha apresentou o crescimento de 0,1%, França com 0,2%, Reino Unido com 0,4%, Coreia do Sul apresentou crescimento negativo de -0,2% entre outros²¹. Além destes, é necessário também destacar a retração da população chinesa, que apresentou, no censo de 2022, uma redução de 850 mil pessoas a menos na comparação com seu último registro.

Gráfico 2 - Crescimento populacional em porcentagem: Japão



²¹ Fonte World Bank, indicadores: “Population growth (annual %)”, “Japan”, “Germany”, “France”, “United Kingdom”, “Republic of Korea”. <https://data.worldbank.org/>

Fonte: Banco Mundial, indicadores: “Population growth (annual %)” e “Japan”. <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.GROW?locations=JP>

Crescimento vegetativo do Japão de 1961 até 2020. Nota-se que o país apresentou aumento da sua taxa de crescimento populacional até os anos sessenta, chegando ao ápice em 1971 quando ocorreu 2,2%. De 1973 até os dias de hoje o país vem apresentando retração do crescimento vegetativo, chegando ao ponto que, 2011, o país apresentou pela primeira vez o crescimento negativo, com -0,1%, no ano de 2021 o crescimento populacional do país atingiu -0,5%.

Além do aspecto demográfico, outro problema econômico enfrentado pelo Japão hoje é a sua dívida pública, que, de acordo com o Banco do Japão, atinge a cifra de US \$8,7 trilhões, a maior dívida pública de um Estado no mundo, correspondendo a 266% do PIB do país. Sendo o Banco do Japão responsável pelo controle de 48% deste débito, que mantêm o controle dos valores ainda dentro do controle do governo japonês²².

Sobre aspectos da economia externa, pode-se apontar a relevância da pauta de exportação do país, com mais de um quarto de materiais manufaturados, que aponta um alto fator de industrialização de sua economia, sendo veículos 14%, maquinaria elétrica 11%, maquinário especializado 5% entre outros. O que é destacável é a participação de tecnologia de informática e comunicação (*Information and communications technology* - ICT) que corresponde por quase 13% da pauta de exportação, apontando que o setor de tecnologia é relevante na economia do país.

Além do mais, o Japão é o terceiro em exportações globais com US\$ 793 bilhões que corresponde a quase um quarto da China (US\$ 3,3 trilhões) e quase um terço dos Estados Unidos (US\$ 2,1 trilhões). sendo que das exportações e o país é o terceiro em importações globais com US\$ 800 milhões, quase um quarto da China (US\$ 3,3 trilhões) e um terço dos Estados Unidos (US\$ 2,8 trilhões), sendo a China o maior responsável pelas transações comerciais do Japão, que corresponde a 26% de seu comércio²³ (Gráfico 3).

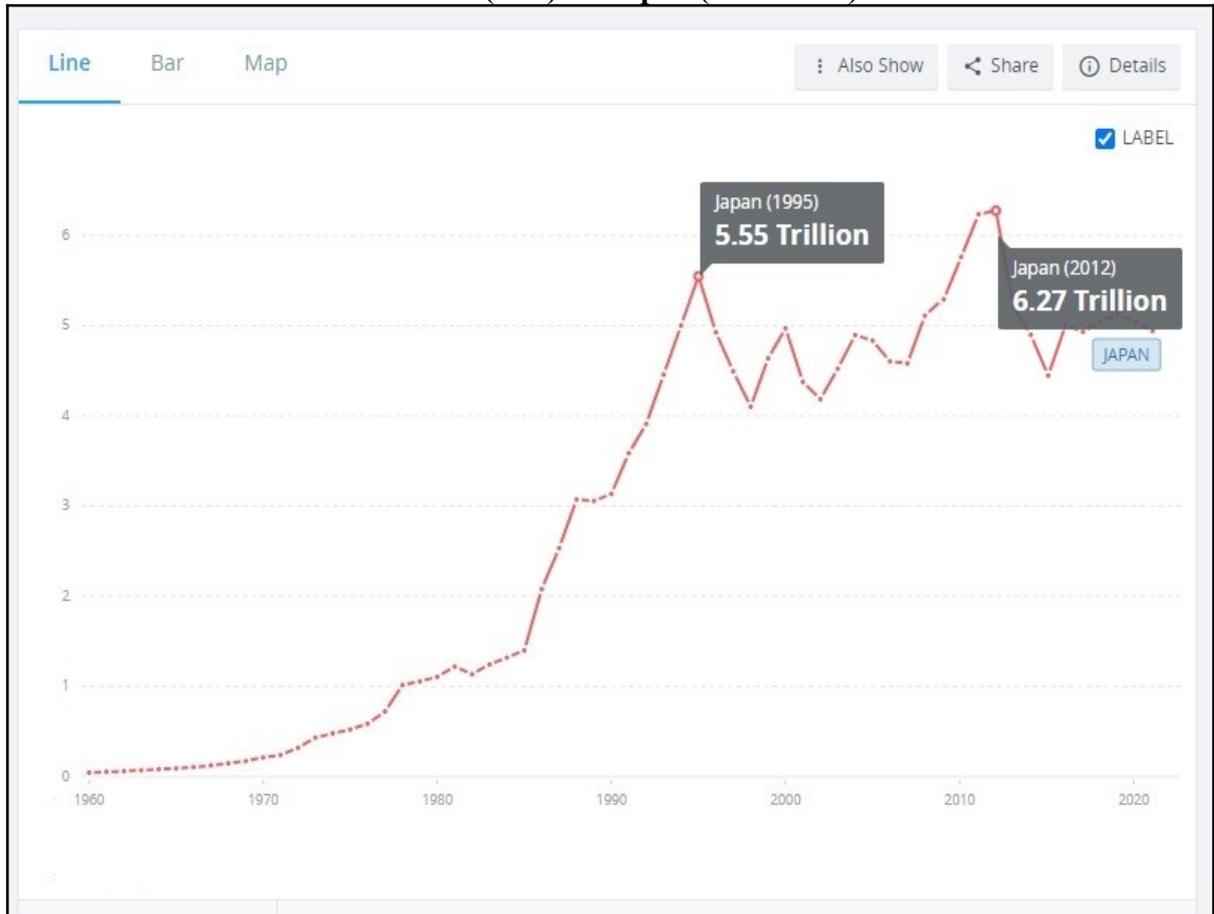
22 Ministério das Finanças do Japão: <https://www.mof.go.jp/index.htm>

23 Os dados presentes nesta mensuração incluem apenas 26 países, quase todos asiáticos: Bangladesh, Brunei, Camboja, China, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Laos, Malásia, Mongólia, Myanmar, Nepal, Paquistão, Papua Nova Guiné, Singapura, Sri Lanka, Taiwan, Tailândia e Vietnã, além de Austrália, Estados Unidos, Nova Zelândia e Rússia. Asian Power Index 2021. <https://www.lowyinstitute.org/>

acabaram sendo tomadas pelo espanto magnitude do efeito do endaka (iene forte) onde se estimava que dificilmente seria superada a barreira dos 170 ienes por dólar, o que se provou errôneo, não apenas pela supervalorização da moeda japonesa mas pela duração da crise, que levou a estagnação do PIB japonês que perdura por quase três décadas.

A perspectiva de um novo desafio japonês foi, no entanto, afastada no início da década de 90. Apesar da comunidade dos déficits comerciais e fiscais dos Estados Unidos, o Japão deixou de ser visto como grande ameaça potencial aos interesses e à liderança norte-americana no mundo. Desde os Acordos de Plaza, de 1985, as sucessivas valorizações do iene, a realocização das indústrias nipônicas no exterior e, em particular, o surto especulativo verificado nos mercados de ativos de Tokyo levaram o Japão a uma crise política e econômica sem precedentes (TORRES, 1997).

A supervalorização do iene levou a depreciação das bolsas nacionais, levando a uma queda do PIB do país a ponto de que apenas no primeiro trimestre de 2010 o Japão ultrapassou o montante de US\$ 5,7 trilhões, que era o valor da economia do país em 1995. Apesar da recuperação iniciada, atingiu o ápice em 2012 com US\$ 6,2 trilhões, contudo, a crise da dívida pública da zona do Euro, no mesmo ano, levou ao aumento da dívida nacional japonesa, no que levou o governo a retrair os investimentos e desaquecer a economia do país, além do fato do país ainda não estar recuperado da crise asiática de 2008 e em março de 2012, a incidente radioativa de Fukushima levou a redução das operações das usinas nucleares, levando o governo a aumentar as importações de gás e petróleo para complementar o fornecimento energética nacional, que levou o aumento dos custos das produções e o subsequente desaquecimento da capacidade econômica japonesa.

Gráfico 4 - Produto Interno Bruto (PIB) do Japão (1960-2021)

Fonte: “GDP (current US\$)” e “Japan”. <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=JP>

Produto Interno Bruto do Japão, Banco Mundial. Gráfico editado pelo autor para apresentar ao mesmo tempo os valores dos anos de 1995 e 2012. Indicadores:

Para se colocar como potência regional, não basta apenas a tecnologia, indústria e finanças, dentro do sistema capitalista, o poder está alicerçado tanto na capacidade militar quanto econômica. À medida que o Japão realiza a internacionalização de sua moeda, através de ativos em dólar, reduz-se a autonomia das instituições nacionais econômicas e coloca sua economia mais suscetível às gerências e retaliações estadunidenses. Esta quebra de braço entre iene e dólar é mais um round das disputas pela hegemonia no leste asiático, onde o Japão novamente perde a liderança para os Estados Unidos e, tal qual ocorrera nos primeiros anos após a Segunda Guerra, as ações de Washington que buscam enfraquecer um adversário direto, acabaram por abrir espaço para ampliação de poder de outro ator regional, a China (TORRES, 1997).

O que se observa na conjuntura econômica do Japão é que o país não consegue sanar a armadilha realizada pela valorização da moeda nacional frente as demais moedas correntes,

visto a carência da aquisição de matérias de produção a sua indústria nacional e também é uma estratégia de coibir a entrada de produtos industrializados oriundos do exterior, o que preserva o dinamismo e a presença pujante de sua própria indústria no mercado nacional, entretanto, o país torna-se menos atrativo aos investimentos externos tendo como financiador de seus créditos os investimentos nacionais.

O que por um lado preserva que as indústrias japonesas possam ter uma capacidade de preservação a longo prazo e sobrevivência no mercado globalizado, torna seus produtos caros aos mercados estrangeiros, sendo apenas compensado pelo acréscimo de valor agregado que se soma aos seus produtos, isto é, dentro da divisão internacional do trabalho, devido ao seu ajuste macroeconômico, o país se desponta como exportador de produtos de alta tecnologia. A questão é, quando o cenário internacional dos anos 80 configurava uma minoria de economias deste perfil, o Japão podia manter este modelo de política econômica, entretanto a conjuntura de hoje apresenta outras economias que possuem também competência para disputar, e inclusive superar, os produtos de alta tecnologia do Japão - particularmente observando o caso da China e Coreia do Sul - que possuem meios de ofertar produtos de tecnologia semelhante, ou superior, mas com custos produtivos inferior ao japonês.

Desta forma, o que se espera do governo japonês, é que o mesmo possa realizar mudanças produtivas que voltem a colocar a economia do país em condições competitivas, sem com isso elevar os índices de desemprego e diminuir a qualidade de vida do trabalhador. A cultura de trabalho no país já sofreu uma grande mudança nestas duas últimas décadas, o modelo de emprego dedicado a apenas uma única corporação vem dando espaço ao sistema de trabalho flexível e com isto, enfraquecendo também as leis trabalhistas que asseguravam a estabilidade e pleno emprego da sociedade japonesa, fatores estes que deram ao Partido Liberal Democrata (PLD), o apoio de grande parte da população de 1955, basta observar que este partido apenas perderá o comando do gabinete central em períodos em que a estabilidade do trabalho fora colocada em xeque.

Outro fator é como renovar a indústria japonesa frente ao cenário internacional do século XXI, pois, após a década de sessenta, o centro econômico global ainda estava nas economias do Atlântico Norte, entretanto, já no final dos anos noventa, é o leste asiático o centro dinâmico do capitalismo global e colocou o Japão em choque de colisão de disputas de interesses de grandes atores, o país sempre apresentou saídas para seu desenvolvimento quando as disputas centrais eram realizadas fora de seu entorno, entretanto, com a migração

do epicentro para aquela região, trás ao governo novas desafios e respostas que as últimas gestões estão tendo dificuldades em sanar, em particular, em meios de lidar com o crescimento da economia chinesa que, por algumas vezes, em particular durante o mandato dos governo do Partido Democrata do Japão (PDJ) apresentou como proposta a condição de associar a economia japonesa em conjunto à chinesa, proposta justamente oposta ao que vem apresentando o Abe Shinzo e demais líderes do Partido Liberal Democrata (PLD), o que coloca o Japão em condição de rivalidade a China.

Esta relação com a China é central na política externa japonesa, que perpassa tanto por confronto, ou pela cooperação, tais como os investimentos japoneses na modernização da siderurgia chinesa nos anos 60 a constituição dos Tigres Asiáticos²⁴ - ou rivalidade, até mesmo quando o Japão buscou criar alianças com o Reino Unido no início do Século XX foi para estabelecer a sua ação sobre a China.

Por fim, o último aspecto esperado na área econômica do país é como lidar com a corrida tecnológica. O país realizou os investimentos na área de um 5G nativo, além de investimentos fortes em tecnologias de informações, robótica e computação, contudo, o Japão ainda apresenta barreiras governamentais que permitam o incentivo de acolhimentos de trabalhadores qualificados (*skilled workers*) ao país e apesar de produzir um cenário de fuga de cérebros (*brain drain*) perante as demais economias asiáticas – particularmente Taiwan e Coreia do Sul – o país ainda não apresenta um cenário tecnológico atual competente para superar o rápido desenvolvimento chinês.

4.3 DIMENSÃO SECURITÁRIA: SOBERANIA NO SÉCULO XXI

“Permita-me informá-lo de que sua nação — disse o Sr. Tagomi — está prestes a mergulhar numa abjeção mais profunda que nunca. Conhece o hexagrama O Abismo? Falando em caráter pessoal e não como representante oficial do Japão, eu lhe digo: tenho o coração doente de horror. Está para haver um banho de sangue que ultrapassa tudo o que conhecemos. E mesmo agora, os senhores lutam por um pequeno ganho egoísta ou para atingir uma meta idêntica. Sobrepor-se ao grupo rival, à S.D., hein? Ao mesmo tempo em que coloca Herr Kreuz von Meere em maus lençóis...”

Phillip Dick, *HOMEM DO CASTELO ALTO*

²⁴ Importante destacar que Hong Kong era, de fato, um entreposto entre a economia planificada e isolada da China comunista com as economias liberais ocidentais. A inclusão de Hong Kong no projeto dos Tigres Asiáticos permitia os japoneses investirem na China continental, sem com isso, romper o status de reconhecimento sobre Taiwan.

O Japão é um país cuja união nacional foi consolidada através do emprego das armas, pois tanto o período Kamakura (1185-1333) quanto o período Sengoku (1467-1573) foi caracterizado por intensas guerras civis empregadas por líderes militares (*Daimyô*) em disputa pelo poder central onde o General Supremo (*Shogun*) exerceu seu poder de 1603 até 1868²⁵ com a Restauração Meiji. Esta característica não é exclusiva do país, as demais sociedades do leste asiático cuja formação dos estados nacionais sempre empregou um uso extensivo de sua demografia, desde a formação do Reino de Qin em AEC 210, pelo Imperador Dragão (*Qin Shi Huang*) inicia a fase de unificação da do povo Han que inicia uma fase cíclica de unificação e fragmentação da China que perdura até 1949, sempre empregando contingentes demográficos consideráveis em guerras internas além do país ter sido invadido por forças externas, tanto os mongóis no século XII quanto ocidentais e japoneses no século XX.

As constantes guerras internas no Japão levou a constituição de uma sociedade dividida em castas ao longo de seu período pré-moderno, levando os soldados profissionais - *Samurai* - em se constituírem como parte superior da estrutura hierárquica que mantinham seus proventos através de latifúndios agrários, onde artesãos e comerciantes eram logrados a posições inferiores na hierarquia social, acima apenas dos camponeses. Esta ordem social perdurou inclusive no período Edo (1603-1867) quando, mesmo após a unificação do país e o cessar das guerras internas, manteve as forças militares japonesas como detentoras do poder no país, logrando aos Samurais de exercerem funções administrativas e de governança no país.

Destaca-se que a Restauração Meiji teve como principal objetivo realizar a modernização das forças armadas substituindo o modelo feudal que pouco alterou desde o final do século XVI, contratando generais prussianos, franceses e ingleses para empregar táticas modernas, além de realizar a modernização de importar armamentos destes países, destacando a marinha que realizou a compra de cruzadores franceses e ingleses²⁶ entre 1886 a 1888 que permitiu o país reduzir a defasagem tecnológica do país e que teve importante papel na Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894) e na Guerra Russo-Japonesa (1904).

25 Período Edo, ou *Bakufu* de Tokugawa.

26 Quatro cruzadores da classe Matsushima (de 4,3 toneladas) sendo três destes construídos pela França e o quarto, construído no Japão mas com técnicos do país europeu. Estes navios eram mais modernos e mais rápidos que os navios da frota de Beiyang e equivalente aos navios ingleses ancorados em Hong Kong. Além destes, o Japão adquiriu do Reino Unido dois cruzadores leves de classe Nelson (de 2,3 toneladas). Além de uma série de navios menores e modernos.

Contudo, o Grande Terremoto de Tokyo, em 1923, levou o país à perda do seu principal parque industrial nascente que levou a retração do desenvolvimento econômico que agravou-se mais ainda após a Grande Crise de 1929 colocando o regime democrático da Era Taishou em dilema. A alta cúpula militar do país, dividida em dois grupos - Caminho Imperial (*Kôdôha* 皇道派) e o Grupo do Controle (*Tôseiha* 統制派) - buscaram retirar os civis do governo e levaram ao fim da experiência progressista na país.

Apesar de o país não ter sofrido um golpe militar com ocupação do governo pela força, os principais cargos do país foram paulatinamente por militares até o ponto em que 1937 (Shôwa 12), na iminência da Segunda Guerra Sino-Japonesa, o gabinete do Primeiro-Ministro Hayashi Senjûrô, General do Exército, tinha dentro de seu gabinete, isto é, a composição dos Ministros de Estados e Primeiro-Ministro, cinco militares (do exército e marinha) contra apenas dois ministros do partido Showakai (昭和会) e as demais pastas compostas por dez membros independentes que, apesar de não responderem às forças armadas, muitos eram ligados ao exército, ou por negócios ligados ou por serem militares aposentados.

O comando do país passou desde a vitória de Makoto Saito, em 1934, até o término do mandato de Yonai Mitsumasa, em 1940, comandado por militares. E durante a guerra contra o ocidente, os militares organizaram uma organização intitulada de Associação de Assistência do Comando Imperial (*Taisei Yokusankai* 大政翼賛會) que atuou como organização partidária das forças armadas, sendo desmantelado apenas durante a gestão do SCAP, em 1945 e os civis voltaram ao comando apenas em 1945, com Shidehara Kijuro, que havia atuado fortemente na manutenção da aliança entre Japão e Reino Unido nos anos vinte.

O aspecto securitário também pautou o governo após o período da democracia pós guerra (戦後民主主義), tendo a aliança com os Estados Unidos como pivô das relações do país na região e devido às limitações de investimentos nas forças armadas, o país tornou-se dependente da presença de forças estadunidenses no país. Contudo, apesar dos constrangimentos impostos quanto a questões de defesa, o país buscou reforçar, junto ao governo de Beijing nos anos setenta, o princípio de que nenhum dos dois países buscaria estabelecer a hegemonia sobre o leste asiático, consagrado pela declaração da Doutrina Fukuda em 1977.

Nos dias de hoje, apesar das forças armadas não atuarem formalmente na construção da política do país, como ocorreu nos meados do século XX, o alto escalão das forças possuía relativa significância entre os setores mais conservadores do país. Devido a

configuração partidária do país, faz-se necessário para um partido reafirmar dentre seu eleitorado a sua agenda e assegurar o controle de determinados nomes sobre certas agendas, isto pode ser observado na proximidade do Partido Liberal Democrata (PLD) em angariar para si os temas referentes à segurança regional do país e a pauta securitária, que, apesar de produzirem críticas de determinados setores da população, acabam dando visibilidade a demanda dos setores nacionalistas.

4.4 GEOPOLÍTICA

O território do Japão compreende um total de 377 mil km², contudo, por se tratar de um país arquipélago, a sua extensão de território marítimo corresponde a 4,45 milhões de km² compreendendo em seu extremo norte as ilhas do sul do arquipélago das ilhas Curilas (*Chishima Rettô* 千島列島) e seu extremo sul a ilha de Okinotorishima, compreendendo um total de 4,65 milhões de km² em território marítimo (Figura 16).

Figura 16 - Águas territoriais do Japão



Fonte: Guarda Costeira do Japão, https://www1.kaiho.mlit.go.jp/JODC/ryokai/ryokai_setsuzoku.html Território marítimo oficial do Japão. Legenda em português inseridas pelo autor.

Abaixo, na Tabela 5, seguem as dimensões territoriais do território, em quilômetros quadrados, distribuídos na categoria de águas territoriais, que correspondem ao terreno próximo; águas contíguas, que corresponde a extensão destas águas; zonas econômicas exclusivas e a plataforma continental.

Tabela 5 - Dimensões territoriais

Cor	Significado	Extensão territorial (números arredondados)
amarelo	águas territoriais (領海)	430.000 km ²
azul claro	águas contíguas (接続水域)	320.000 km ²
branco	zona economicamente exclusiva (排他的經濟水域)	4,05 milhões de km ²
rosa	plataforma continental estendida ²⁷ (延長大陸棚)	180.000 km ²
-	águas territoriais (incluindo águas internas) + zona economicamente exclusiva (incluindo águas contíguas) + plataforma continental (領海 (含: 内水) + 排他的經濟水域 (含: 接続水域) + 延長大陸棚)	4,65 milhões de km ²

Fonte: Guarda Costeira do Japão <https://www1.kaiho.mlit.go.jp/>

Entretanto este território marítimo do Japão possui conflito com seus vizinhos, no norte o país reivindica as ilhas do sul do arquipélago de Curilas/Chishima Rettô, contudo, este território está sob a administração da Federação Russa desde o final da Segunda Guerra. Ao oeste o Japão possui uma contenda com a República da Coreia acerca das ilhas Dokdo/Takeshima que atualmente construiu um posto sobre a ilha. Ao sudoeste o Japão administra Senkaku/Diaoyu que é reivindicada a ilha tanto pela República Popular da China quando por Taiwan e ao sul, a ilha de Okinotorishima não é reconhecida pela República Popular da China, Taiwan e República da Coreia, alegando que a possessão é um atol, logo, não é passível de que esta ilha exerça capacidade de extensão territorial marítima e, portanto, a zona econômica exclusiva não se aplica sobre esta ilha.

Importante destacar que a ilha de Senkaku/Diaoyu tem importância não apenas na questão do controle das zonas econômicas exclusivas do Japão e da República da China, mas desde 1968 foram descobertas potenciais reservas de petróleo sobre a região. As ilhas ficaram sob administração estadunidense até 1972 quando a Prefeitura²⁸ de Okinawa - e seu arquipélago correlato - foi devolvido sobre a administração do governo do Japão que cedeu o controle da ilha a cidade de Ishigaki da Prefeitura de Okinawa que proibiu o desenvolvimento da ilha questão das fronteiras não fosse resolvida visto que Beijing exigia a devolução das ilhas acusando o Japão de tê-las anexado no Tratado de Shimonoseki de 1895.

Também no ato de devolução das ilhas, Kurihara Kunioki demonstrou interesse na compra das ilhas Minami-kojima, Kita-kojima e Uotsuri, ilhas menores que ficam nas

²⁷ A Plataforma Continental Estendida foi regulada através da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar (CNUDM), também conhecida como Convenção do Mar.

²⁸ O equivalente aos estados no Brasil.

proximidades de Senkaku com o interesse de explorar o depósito de óleo e gás. Entretanto, Kurihara teve dificuldades em conseguir empréstimos, visto que as tensões entre China e Japão aumentaram nos últimos anos e as ilhas estariam no centro da disputa entre estes países. Em 2011 Kurihara procurou o governador de Tokyo, Ishihara Shintaro²⁹ do Partido Liberal Democrata (PLD), para realizar a oferta da venda da ilha, que acabou aceitando a oferta de U\$ 25 milhões.

O Primeiro-Ministro da época, Noda Yoshihiko, do Partido Democrata do Japão (PDJ)³⁰, oposição a Ishihara, acusou o governador de Tokyo de realizar esta aquisição como forma de desgastar as relações entre Japão e China, visto que Noda - e seus antecessores, Kan Naoto (2010-2011) e Hatoyama Yukio (2009-2010) - tinham como centralidade da sua política externa apaziguar as relações entre estes dois países. O cálculo do Partido Liberal Democrata (PLD), que mais tarde provou-se correto com o retorno de Abe Shinzo ao poder em 2012, é que minar as relações entre os dois países também implodiria a principal agenda que mantinha o Partido Democrata do Japão (PDJ) no poder.

Além destas disputas territoriais, há a disputa pelo controle da ilha de rochosa de Suyan/Ieodo, que se encontra que se encontra no limite do Mar Amarelo com o Mar do Leste da China, é reivindicado entre a República Popular da China e a República da Coreia que determina a zona econômica exclusiva dos dois países. Estas cinco disputas de ilhas compreendem a totalidade dos territórios marítimos disputados na região do nordeste asiático, o como pode-se observar, com exceção da ilha de Suyan/Ieodo, todas as demais disputas envolvem o Japão e apenas a questão da ilha de Okinotorishima, que fica mais ao sul que o ponto mais meridional que a ilha de Taiwan, não é uma disputa sobre sua soberania, mas o status que a ilha possui (atol ou ilha), além da importância econômica, a ilha está equidistante da ilha de Guam e Taiwan. O não reconhecimento de Okinotorishima como ilha de pode resultar na redução de 370 km de raio.

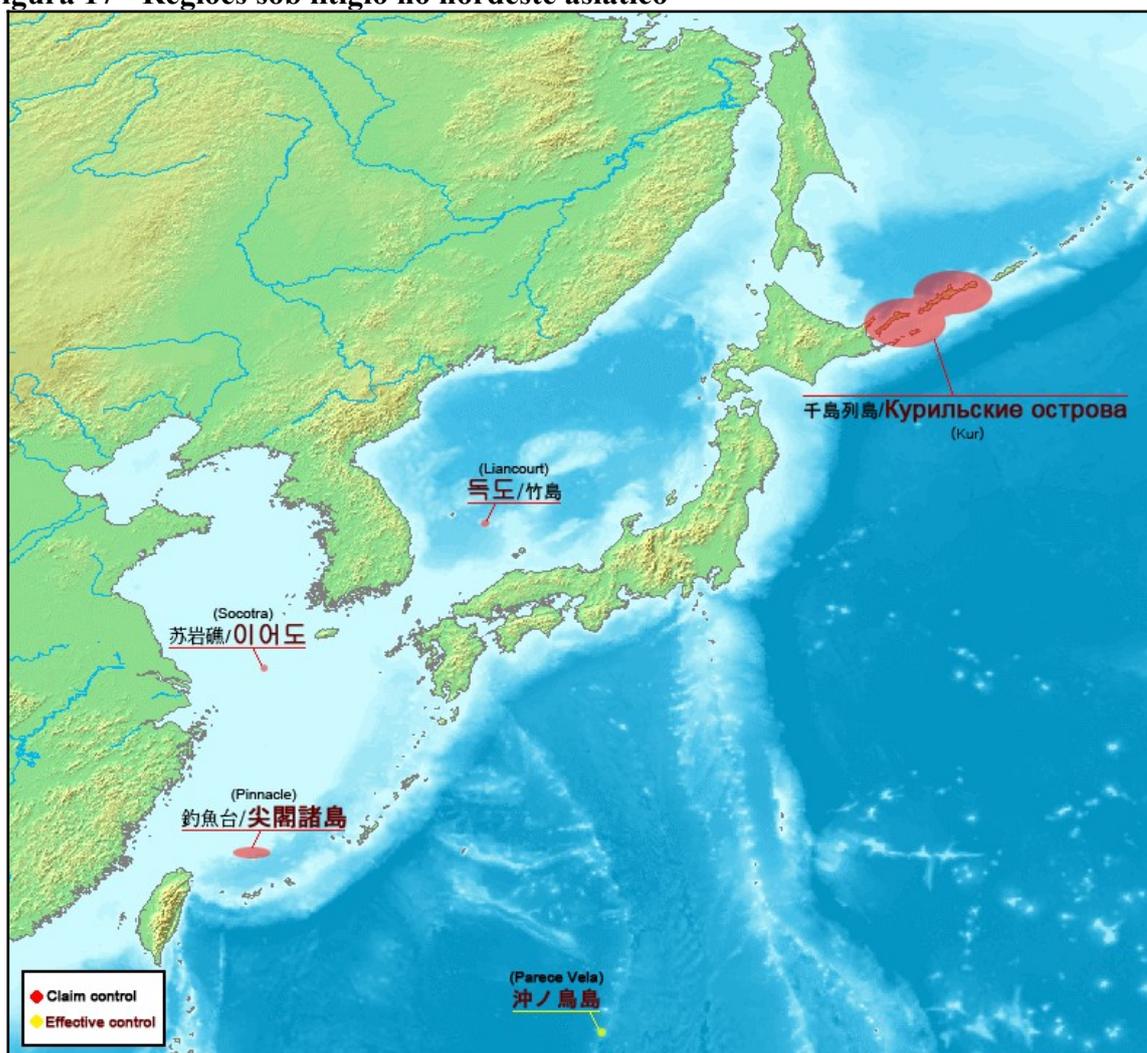
Das outras três disputas de ilhas, apenas Senkaku/Diaoyu está sob administração japonesa. As ilhas Curilas/Chishima Rettô estão sob o controle russo desde o fim da Segunda

29 Um fato curioso, Ishihara é co-autor do livro *“The Japan that Can Say No”* escrito em conjunto com Akio Morita, presidente da Sony até sua morte em 1999. A obra referida se encontra na bibliografia da presente tese.

30 De 2009 até 2012 o governo central do Japão foi governado pelo Partido Democrata do Japão (PDJ) de centro-esquerda, num raro momento em que o Partido Democrata Liberal (PDL) não estava no poder. Os mandatos dos Primeiros Ministros do Partido Democrata do Japão (PDJ) foram marcados pela mudança de curso quanto a relação entre Tokyo e Beijing, tendo seu ápice a Comunidade do Leste Asiático, realizada em 2009, que reuniu, pela primeira vez, os líderes da República da Coreia, República Popular da China e o Japão para tratar de parcerias conjuntas e investimentos e aprofundou a iniciativa da ASEAN+3, como forma de orquestrar as relações conjuntas destes três países em seus investimentos no mercado do sudestes asiático.

Guerra Mundial, onde Moscou reivindica a legitimidade do controle da região decorrente dos tratados do final da guerra e Dokdo/Takeshima também reivindica a soberania da ilha como processo de independência da península em 1945. Abaixo (Figura 17) apresenta as regiões de disputa na região.

Figura 17 - Regiões sob litígio no nordeste asiático



Fonte: Wikipedia Commons (https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Disputed_islands_in_East_Asia.png). Ilhas disputadas no nordeste asiático, do norte para o sul: (1) ilhas Kur/Chishima Rettô/Kurilas (administrada pela Federação Russa, reivindicada pelo Japão); (2) ilha Liancourt/Dokdo/Takeshima (administrada pela República da Coreia, reivindicada por Japão); (3) A ilha de Socotra/Suyan/Ieodo (administrada pela República da Coreia, reivindicada pela República Popular da China); (4) ilhas Pinnacle/Diaoyu/Senkaku (administrada pelo Japão, reivindicada pela República Popular da China e Taiwan) e (5) Parece Vela/Okinotorishima (administrada pelo Japão mas sua ZEE não é reconhecida pela República Popular da China, Taiwan e República da Coreia).

A disputa pelo reconhecimento oficial dessas ilhas não comporta apenas uma questão de controle das zonas econômicas exclusivas, mas também referente a definição das Zonas de Identificação de Defesa Aérea (*Air Defence Identification Zone - ADIZ*) que permite o

controle do espaço aéreo e é um ponto central para a doutrina de defesa aérea. Ao contrário do que ocorreu sobre a soberania do Japão, é a República Popular da China que possui os principais litígios, em particular a ADIZ do Mar do Leste Asiático que engloba justamente o espaço aéreo da ilha de Diaoyu/Senkaku e é esta região em que ocorrem regularmente a invasão do espaço aéreo japonês por caças chineses (Figura 18).

Figura 18 - ADIZ no nordeste asiático



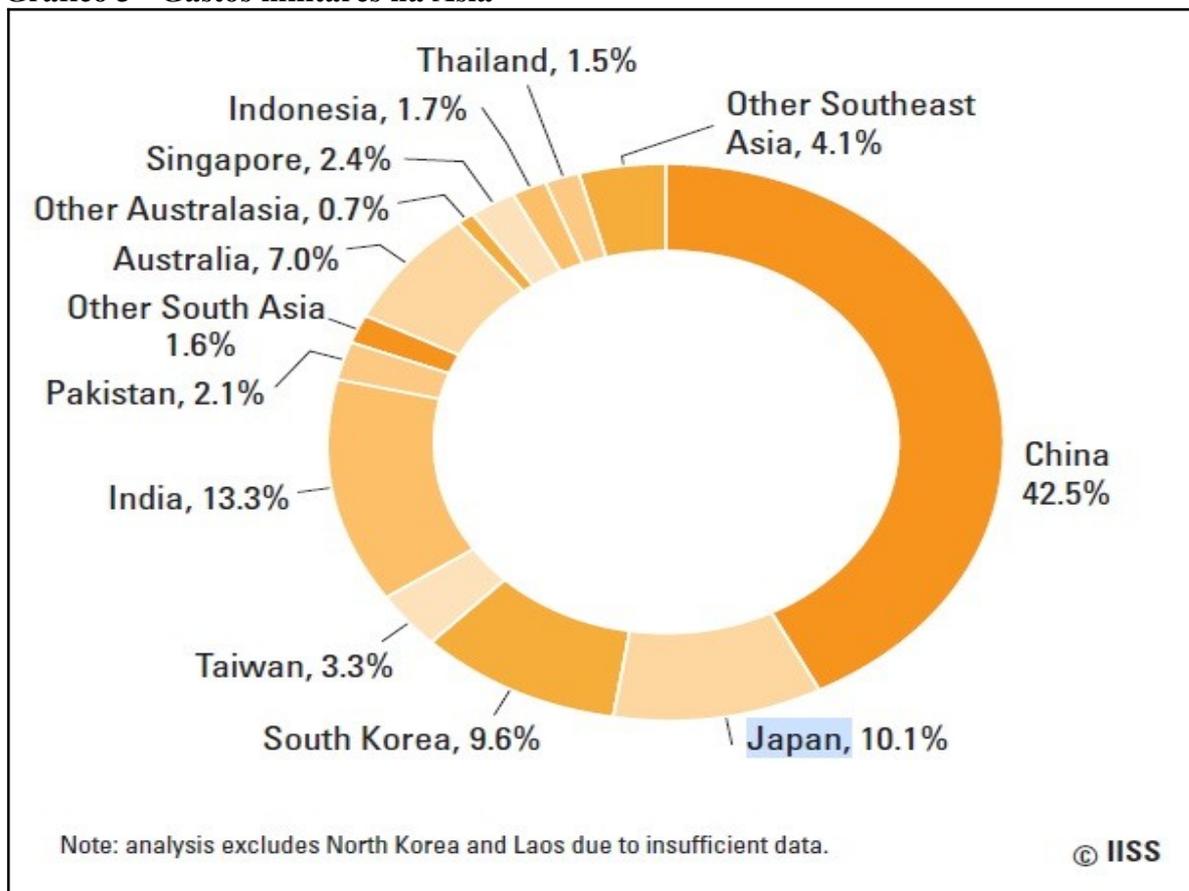
Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:JADIZ_and_CADIZ_and_KADIZ_in_East_China_Sea.jpg. Mapa referente às Zonas de Identificação de Defesa Aérea (*Air Defence Identification Zone* - ADIZ) de Japão, República da Coreia e República Popular da China e Taiwan. Observa-se que a sobreposição das ADIZ das regiões são motivos de tensões entre os países e que estas zonas ainda não foram formalmente estabelecidas.

Como pode ser observado na figura acima, a ADIZ do Mar do Leste da China se sobrepõe às regiões sudoeste da ADIZ do Japão, ponto de maior proximidade entre os dois países. Patrulhas de defesa são acionadas quando ocorre a incursão não autorizada de aeronaves de ataque sobre espaço aéreo. Apenas no ano de 2017, a Autodefesa Aérea do Japão (*Japan Air Self Defense – JASDF*), que corresponde a aeronáutica das Forças de Autodefesa do Japão, foi acionada 904 vezes, destes acionamentos, 500 ocorreram em resposta a ação da Força Aérea do Exército Popular de Libertação (PLAAF) da China e 390 foram provocados por aviões militares russos³¹.

As Forças Militares japonesas equivalem a 10,1% dos gastos de defesa na Ásia, em contraponto, a China corresponde a 42,5%, se somarmos os valores dos países que possuem relações de rivalidade com Beijing, como Índia, com 13,3% e Coreia do Sul com 9,6% e Taiwan com 3,3% e o Japão, os gastos militares destes países atingem a soma de 36,3%, exceptuando os gastos militares estadunidense na Ásia diminuiu a vantagem militar chinesa na região (Gráfico 3).

31 The Diplomat. *Japan Air Self Defense Force: Intercepts Down 23 Percent*. 17 de abril de 2018. <https://thediplomat.com/2018/04/japan-air-self-defense-force-intercepts-down-23-percent/>

Gráfico 3 - Gastos militares na Ásia



Fonte: (2022) Index of TABLES, The Military Balance.

Desta forma, o que se observa é que, apesar de a China ser o maior investidor na área de defesa no continente, o somatório dos demais países, especialmente daqueles que estão sob a tutela do guarda-chuva nuclear de Washington, acabam por diminuir a vantagem chinesa. Isto é, o governo de Beijing, devido a postura de rivalidade regional, vê-se obrigada a fazer fortes investimentos em defesa para compensar o sistema de aliança.

A percepção chinesa sobre o Japão é de uma relação de rivalidade visto não apenas disputas territoriais no leste asiático além de disputarem a influência sobre o continente. China e Índia possuem uma relação atribulada a mais de quatro décadas e que recorrentemente realizam escaramuças sobre disputa territorial na região Arunachal Pradesh (que fica a leste do Nepal) e sobre a região Aksai Chin, extremo norte indiano próximo a tríplice fronteira com o paquistão, apenas nestes anos de pandemia, durante todo o ano de 2020, Índia e China realizaram confrontos não letais entre forças fronteiriças e, apesar de munidos apenas de cassetetes, o confronto resultou na morte de 20 indianos e 4 chineses.

Contudo, a relação com a Coreia do Sul é mais delicada, apesar do governo civil de Seoul ter relações parceria e cooperação, o país insular carece de soberania acerca da decisão das suas próprias forças armadas, visto que o Alto Comando militar do país, o está sob o comando de Washington através do Comando de Forças Combinadas (*Combined Forces Command* CFC) que na prática, logra aos Estados Unidos a disposição e disposição das forças do país asiático, mesmo que a decisão acerca da declaração de guerra ou paz ainda esteja sob a deliberação do parlamento coreano, a operação e emprego das suas forças está subordinada às decisões estadunidenses, é por esta razão que a China percebe a Coreia do Sul um adversário.

Em suma, o que se aponta é que, apesar da desproporção das capacidades entre Japão e China, Tokyo dispõe de seu lado uma rede de apoios regionais e extrarregionais que a China não possui. Mesmo somando ao lado chinês o apoio das forças da Organização de Shanghai, estas não superam as capacidades militares que podem fazer oposição a Beijing. Como aponta Fiori (2008), apesar do crescimento das capacidades econômicas e militares chinesas, é importante perceber que devido ao sistema de alianças, os Estados Unidos ainda conseguem impor a manutenção da hegemonia global.

4.5 CAPACIDADES MILITARES

A aliança militar defensiva com os Estados Unidos (*Nichi-Bei Dōmei*) permite ao país estar inserido dentro do “guarda-chuva” nuclear americano, o que permite ao país criar condições de coibir ações hostis de terceiros. Além do fator defensivo, a aliança permite ao Japão realizar a aquisição de determinados armamentos do exército estadunidense e assim dirimir o baixo investimento nas capacidades de força japonesa.

Apesar da imposição do artigo 9º, o país investiu US\$ 49,15 bilhões, quinze vezes menor que os Estados Unidos (US\$ 778,2 bilhões) e um quinto do investimento da República Popular da China (US\$ 252 bilhões) na área de defesa. Outros países que investem mais que o Japão na área militar são Índia (US\$ 72,8 bilhões), Rússia (US\$ 60 bilhões), Reino Unido (US\$ 59,2 bilhões), Arábia Saudita (US\$ 57,2), França (US\$ 52,7 bilhões) e Alemanha (US\$ 52 bilhões), colocando o país em nono lugar em gastos militares, ligeiramente acima da República da Coreia (US\$ 45 bilhões)³².

As capacidades militares do Japão são dívidas em 5 forças:

32 Fonte: Banco Mundial. Indicadores: *Military expenditure (current USD)*.

- a) Força de Autodefesa Terrestre;
- b) Força de Autodefesa Marítima e Aviação Naval;
- c) Força de Autodefesa Aérea;
- d) Defesa Aérea;
- e) Guarda Costeira.

Além da força de apoio, a Agência Japonesa de Exploração Aeroespacial (*Uchū-Kōkū-Kenkyū-Kaihatsu-Kikō* 宇宙航空研究開発機構), em inglês: *Japan Aerospace eXploration Agency* (JAXA³³) e as Diretrizes do Programa de Defesa Nacional de 2018 planejam fortalecer as capacidades do Japão em domínios não tradicionais, incluindo espaço, ciberespaço³⁴ e espectro eletromagnético.

O país conta com 247.150 homens e mulheres na ativa, sendo 60% deste contingente alocado nas Força de Autodefesa Terrestre, o equivalente ao exército, 18% na Força de Autodefesa da Marinha, aproximadamente 19% alocado nas Força da Auto Defesa Aérea e um pequeno percentual, com 5,6% alocado na Guarda Costeira. Na reserva o país tem 56.000 homens e mulheres que não são designados previamente, apenas uma pequena parcela da reserva, 16% é designada previamente pela Força de Autodefesa Terrestre. Marinha e aeronáutica destinam menos de 1% da reserva para estas Forças (Tabela 6).

Tabela 6 - Composição das Forças e suas reservas

Força	Ativa	Reserva
TOTAL	247.150	56.000
Força de Autodefesa Terrestre	150,850	8,100
Força de Autodefesa Marítima	45,350	1,100
Força de Autodefesa Aérea	46,950	800
Servidores Técnicos	4,000	—
Guarda Costeira	14,200	—
Reserva Geral das Forças de Autodefesa	—	46,000

Fonte: Military Balance, 2020

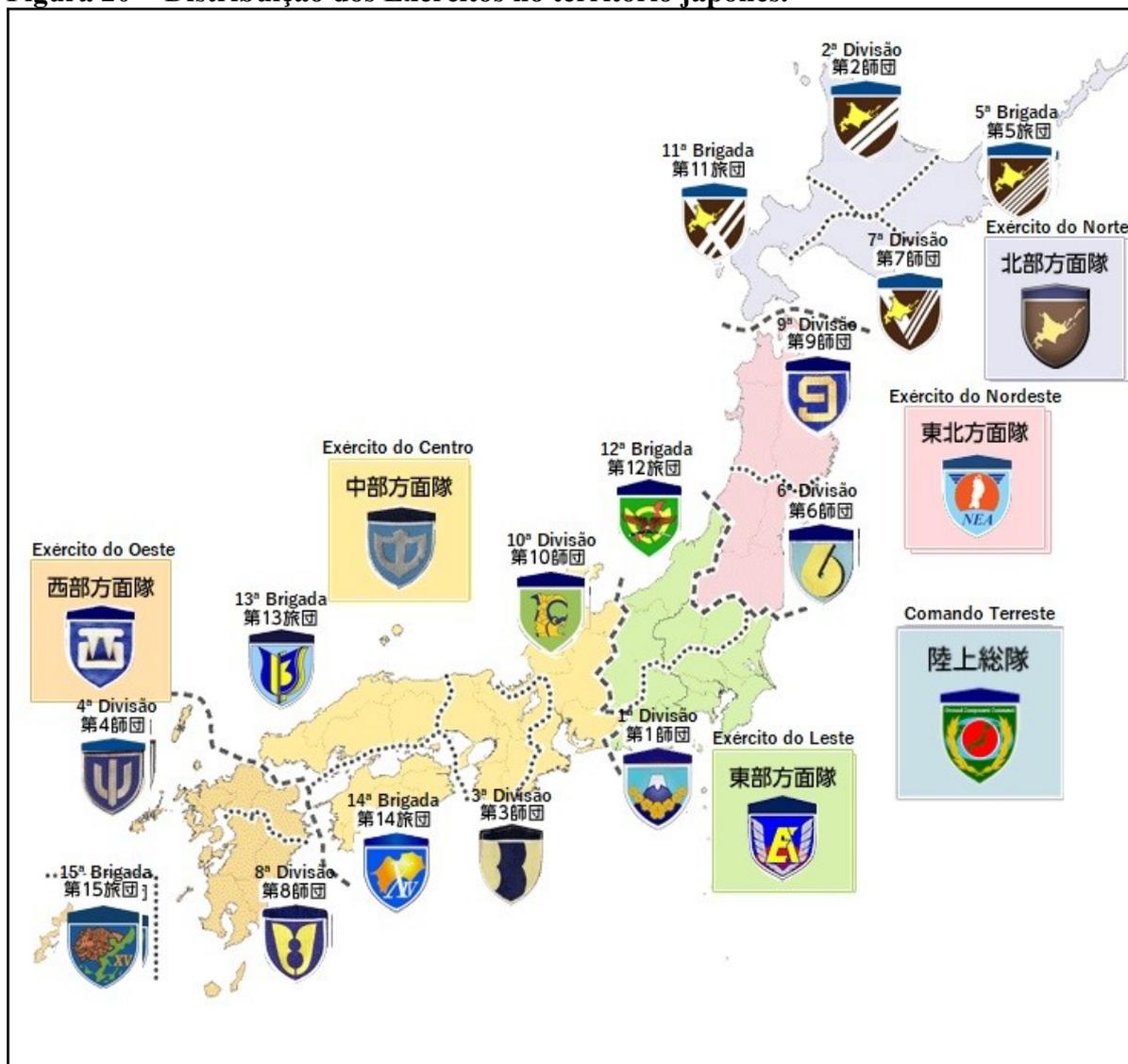
33 Apesar de não estar subordinada ao Ministério da Defesa, mas sim ao Ministério da Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia, as telecomunicações têm papel na coordenação das forças armadas e atuam como apoio logístico a estas, tal qual demais países o fazem, tais como a República Popular da China e os Estados Unidos, por exemplo. Fonte: <https://www.jaxa.jp>

34 O Ministério da Defesa planeja elevar para 4000 a 5000 em 2027 a equipe da recém-lançada Defesa Cibernética das Forças de Autodefesa que atualmente conta com apenas 890 empregados. Fonte: The Japan Times. Japan plans to boost cyberdefense personnel to 5,000 by fiscal 2027. 30 de outubro de 2022. <https://www.japantimes.co.jp/news/2022/10/30/national/japan-cyber-defense/>

As Força de Autodefesa Terrestre (*Rikujō Jieitai* 陸上自衛隊) correspondem pelo Comando Terrestre tem como Quartel General a cidade de Nerima da Prefeitura de Tokyo e tem sob si o comando de cinco exércitos (Figura 20), divididos entre:

- a) Exército do Norte, com Quartel General em Sapporo, Prefeitura de Hokkaido, e tem como responsabilidade a defesa desta ilha e arredores. É neste exército que estão alocados os modernos tanques T-90 e possui uma unidade de *Signals Intelligence* (SIGINT) na região;
- b) Exército do Nordeste, com Quartel General em Sendai, Prefeitura de Miyagi, e é responsável pela defesa da região de Tohoku;
- c) Exército do Leste, com Quartel General em Asaka, Prefeitura de Saitama, responsável pela defesa da região de Kanto e parte norte da região de Chûbu. É neste exército que está alocado a força de assalto aéreo, na 12^a Brigada;
- d) Exército do Centro, com Quartel General em Itami, Prefeitura de Higo, e é responsável pela defesa das regiões de Chûkoku, Kansai, Shikoku e parte sul de Chûbu e;
- e) Exército do Oeste, com Quartel General em Kumamoto Prefeitura de Kumamoto, responsável pela defesa da região de Kyushu e Okinawa a infantaria naval, aquartelada em Nagasaki.

Figura 20 - Distribuição dos Exércitos no território japonês.



Fonte: Endereço eletrônico das Força de Autodefesa Terrestre <https://www.mod.go.jp/gsdf/station/index.html>
Distribuição das forças terrestres e seus 5 (cinco) exércitos. Legenda em português inseridas pelo autor.

Observa-se pela disposição de armamento que é há uma maior concentração de forças mecanizadas no norte do país devido o terreno de menor acessibilidade (a ilha de Hokkaido além de ser ter a temperatura mais baixa de todo o país - temperatura média de 8° C - também é a região mais montanhosa). Já o Exército do Leste e o Exército do Centro são responsáveis pela proteção dos maiores centros urbanos do país - oito das dez mais populosas cidades do país ficam sob a proteção destas forças - e há uma grande preocupação, pela disposição das armas, de defender estes perímetros urbanos, além de estar situada às forças de mobilidade aérea. E o Exército do Leste são responsáveis pelas principais

armamentos antiaéreo do país, além de serem responsáveis pelas forças anfíbias e a proteção do arquipélago de Okinawa (Tabela 7).

Tabela 7 - Composição dos Exércitos

Exército	Divisão	Composição	Guarnição	Nº soldados*
Norte	2ª Divisão	Infantaria Mecanizada	Asahikawa	8.100
	5ª Brigada	Infantaria Mecanizada	Obihiro	3.600
	7ª Divisão	Divisão de Blindados	Chitose	6.500
	11ª Brigada	Infantaria Mecanizada	Sapporo	3.900
Nordeste	6ª Divisão	Infantaria Mecanizada	Higashine	7.000
	9ª Divisão	Infantaria Mecanizada	Aomori	7.000
Leste	1ª Divisão	Infantaria Leve	Nerima	6.300
	1ª Brigada	Batalhão Aerotransportado	Funabashi	1.900
	12ª Brigada	Infantaria Assalto Aéreo	Shinto	4.000
Centro	3ª Divisão	Infantaria Leve	Itami	6.300
	10ª Divisão	Infantaria Leve	Nagoya	9.000
	13ª Brigada	Infantaria Leve	Kaita	3.700
	14ª Brigada	Infantaria Leve	Zentsūji	2.800
Oeste	4ª Divisão	Infantaria Mecanizada	Kasuga	8.000
	8ª Divisão	Infantaria Leve	Kumamoto	6.100
	15ª Brigada	Infantaria Leve	Naha	2.500
	Brigada Anfíbia de Implantação Rápida	Infantaria Naval	Nagasaki	2.400

Fonte: Ministério da Defesa do Japão <https://www.mod.go.jp/gsdf/>

* Número de soldados nas Divisões e Brigadas são aproximados. Também é informado que a lista de soldados efetivos não está completa. Faltam informações referentes às forças de apoio, tais como artilharia e engenharia, cujo número de integrantes não foi possível obter.

Destaca-se a grande quantidade de armamentos nativos que o Japão possui, sendo todos manufaturados pela Indústria Pesada Mitsubishi (*Mitsubishi Jūkōgyō Kabushiki-kaisha* 三菱重工業株式会社)³⁵. O país possui 617 blindados (MBT), sendo 200 unidades do T-74, tanques de 2ª geração, (equivalente aos M60 americano e ao Leopard 1 alemão), 341 unidades do T-90, de 3ª geração, (comparável ao M1 Abrams americano) e 76 unidades do T-10, 4ª geração (apenas Japão e a República da Coreia, com seu *K2 Black Panther*, possuem tanques desta geração operacionais. Rússia, Estados Unidos, Turquia e alguns países da Europa Ocidental estão em fase de desenvolvimento ou protótipo de seus MBT e a previsão de alocar estas unidades em forças convencionais está prevista para 2025 até 2035).

35 23ª maior fabricante de armamentos pesados do globo e a maior produtora de armamentos do Japão. Fonte: <https://www.mhi.com/>

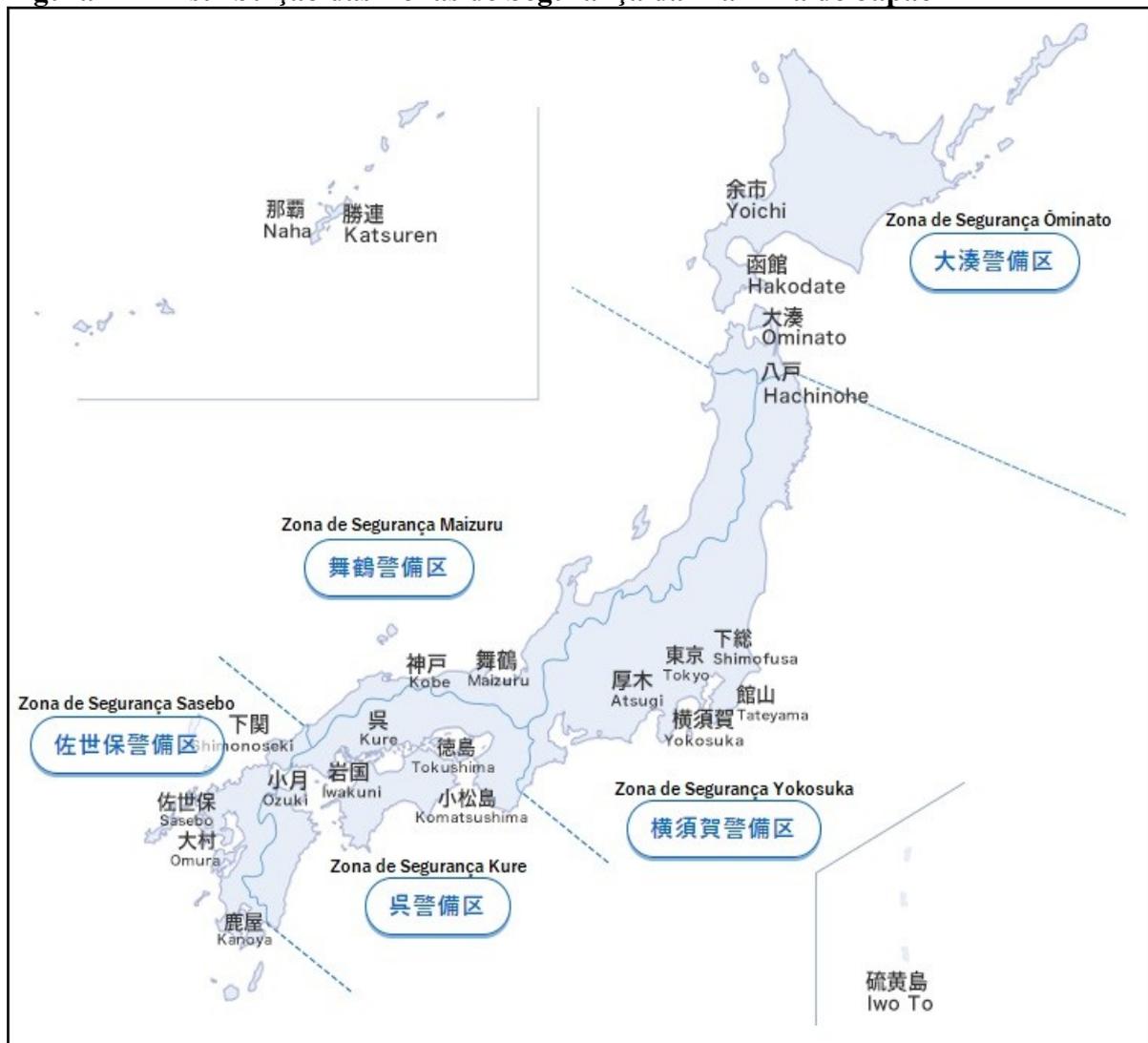
Outra unidade de destaque do exército são os T-12 SSM, caminhões montados com mísseis anti-navio (AShM), com 22 unidades, que complementam os antigos T-88 SSM, com 82 unidades, também produzidos pelas Indústrias Pesadas Mitsubishi, e equipados com os mísseis Mitsubishi AAM-4, “seguidores de radar” (*active electronically scanned array* AESA) de médio alcance. Em 2010, o AAM-4B foi o primeiro míssil no mundo a incorporar a tecnologia AESA num armamento ar-ar. Os T-12 SSM foram projetados inicialmente para terem capacidade de projeção de 200 km e já foram reformados para atingirem 900 km e está em fase de planejamento a ampliação para até 1500 km, sua grande vantagem é a capacidade de camuflagem perante veículos civis, visto que o armamento pode ser desativado quando não estiver em operação e escapar de ataques aéreos inimigos.

Por fim, outro armamento de destaque do exército são os T-03 Chû SAM (*Surface to Air Missile*), unidades móveis de defesa antiaérea com 43 unidades em operação atualmente, produzidos pela Indústria Pesada Mitsubishi e a Trabalhadores Kato Lmt³⁶ e utiliza plataforma a base de caminhões guindastes para suportar o peso e recuo do lançamento dos mísseis e possui um radar de última geração com varredura eletrônica ativa.

36 Empresa japonesa de construção de veículos de construção pesados. Fonte: <https://www.kato-works.co.jp/>

As Força de Autodefesa Marítima (*Rikujō Jieitai* 陸上自衛隊) possuem navios de superfície são organizados em 4 flotilhas de escolta, baseados em Yokosuka, Kure, Sasebo, Maizuru e Ôminato. Os submarinos de ataque (*Submarine Hunter-Killer SSK*) são organizados em duas flotilhas, baseadas em Kure e Yokosuka (Figura 21). A composição dos navios são: 21 submarinos de ataque (11 classe *Oyashio*, 10 classe *Soryu*), 4 porta helicópteros (2 classe *Hyuga* e 2 classe *Izumo*), 2 cruzadores (2 classe *Atago*), 34 cruzadores DDGHM (8 classe *Asagiri*, 4 classe *Akizuki*, 2 classe *Asahi*, 9 classe *Murasame* e 5 classe *Takanami*) e 6 cruzadores DDGM (2 classe *Hatakaze* e 4 classe *Kongô*).

Figura 22 - Distribuição das Zonas de Segurança da Marinha do Japão



Fonte: Endereço eletrônico das Força de Autodefesa Marítima <https://www.mod.go.jp/msdf/about/org/>
Distribuição das zonas de segurança da marinha do Japão. Legenda em português inseridas pelo autor.

Quadro 2 - Composição das flotilhas e esquadrões

Flotilha	Esquadrão	Base	Designação	Classe
Flotilha 1: Yokosuka	Esquadrão 1	Yokosuka	DDH-183 Izumo DDG-179 Maya DD-101 Murasame DD-107 Ikazuchi	Porta Helicóptero Cruzador Contratorpedeiro Contratorpedeiro
	Esquadrão 5	Sasebo	DDG-173 Kongō DD-108 Akebono DD-109 Ariake DD-115 Akizuki	Cruzador Contratorpedeiro Contratorpedeiro Contratorpedeiro
Flotilha 2: Sasebo	Esquadrão 2	Sasebo	DDH-182 Ise DDG-178 Ashigara DD-102 Harusame DD-119 Asahi	Porta Helicóptero Cruzador Contratorpedeiro Contratorpedeiro
	Esquadrão 6	Yokosuka	DDG-174 Kirishima DD-110 Takanami DD-111 Onami DD-116 Teruzuki	Cruzador Contratorpedeiro Contratorpedeiro Contratorpedeiro
Flotilha 3: Maizuru	Esquadrão 3	Maizuru	DDH-181 Hyūga DDG-175 Myōkō DDG-177 Atago DD-118 Fuyuzuki	Porta Helicóptero Cruzador Cruzador Contratorpedeiro
	Esquadrão 7	Ôminato	DD-103 Yudachi DD-112 Makinami DD-114 Suzunami DD-120 Shiranui	Contratorpedeiro Contratorpedeiro Contratorpedeiro Contratorpedeiro
Flotilha 4: Kure	Esquadrão 4	Kure	DDH-184 Kaga DD-105 Inazuma DD-106 Samidare DD-113 Sazanami	Porta Helicóptero Contratorpedeiro Contratorpedeiro Contratorpedeiro
	Esquadrão 8	Sasebo	DDG-172 Shimakaze DDG-176 Chōkai DD-104 Kirisame DD-117 Suzutsuki	Cruzador Cruzador Contratorpedeiro Contratorpedeiro
Forças do Distrito Naval	11º Esquadrão	Yokosuka	DD-152 Yamagiri DD-153 Yūgiri DD-154 Amagiri	Contratorpedeiro Contratorpedeiro Contratorpedeiro
	12º Esquadrão	Kure	DD-158 Umigiri DE-229 Abukuma DE-234 Tone	Contratorpedeiro Escolta de contratorpedeiro Escolta de contratorpedeiro
	13º Esquadrão	Sasebo	DD-157 Sawagiri DE-230 Jintsū	Contratorpedeiro Escolta de contratorpedeiro
	14º Esquadrão	Maizuru	DD-151 Asagiri DE-232 Sendai DD-156 Setogiri	Contratorpedeiro Contratorpedeiro Contratorpedeiro
	15º Esquadrão	Ôminato	DD-155 Hamagiri DE-231 Ōyodo DE-233 Chikuma	Contratorpedeiro Escolta de contratorpedeiro Escolta de contratorpedeiro

As quatro flotilhas são divididas em dois esquadrões cada e que são compostos por quatro navios de superfície, com exceção da flotilha da Força do Distrito Naval, que atua como reserva e que está dividida em cinco esquadrões e podem reforçar os grupos rapidamente (TABELA XI). Destaca-se que os navios porta-helicópteros (DDH) estão distribuídos igualmente entre os esquadrões. Estes porta-helicópteros são as principais armas de projeção de força naval do Japão, sendo divididos em duas classes com duas unidades cada, o Classe Hyûga (DDH-181 Hyûga e DDH-182 Ise) e o Classe Izumo (DDH-183 Izumo e DDH-184 Kaga). O Porta Helicópteros de Classe Hyûga cuja capacidade normal podem compor 3 (três) SH-60 Seahawk ASW (*Anti-Submarine Warfare*), que exerce função de patrulha anti-submarino, além de embarcar 7 (sete) SH-60 Seahawk ou MCH-101 convencionais para funções de patrulha e salvamento.

O Porta Helicópteros de Classe Izumo é mais moderno e maior, podendo comportar 7 (sete) SH-60 Seahawk ASW (*Anti-Submarine Warfare*) mais 5 (cinco) SH-60 Seahawk ou MCH-101. A principal diferença com a classe anterior, é que seu deck de pouso é mais longo e é possível realizar o pouso e decolagem de caças F35B podem comportar até 12 (doze) destes, ou também é possível realizar o pouso e decolagem de caças STOVL³⁷, podendo comportar até 24 (vinte e quatro) destes. A possibilidade de conversão dos Porta Helicópteros (DDH) Izumo em porta-aviões (CV) seria a primeira vez que a Marinha do Japão teria este tipo de navio de superfície desde o final da Segunda Guerra. Já a Guarda Costeira tem o contingente de 14.200 homens e mulheres e conta com 373 navios de patrulha, com destaque a 2 unidades do navio de patrulha costeira classe Mizuho (PLH-41) com capacidade de transporte de dois helicóptero e 2 unidades do navio de patrulha costeira classe Shikishima (PLH-31) também com capacidade de operação de dois helicópteros.

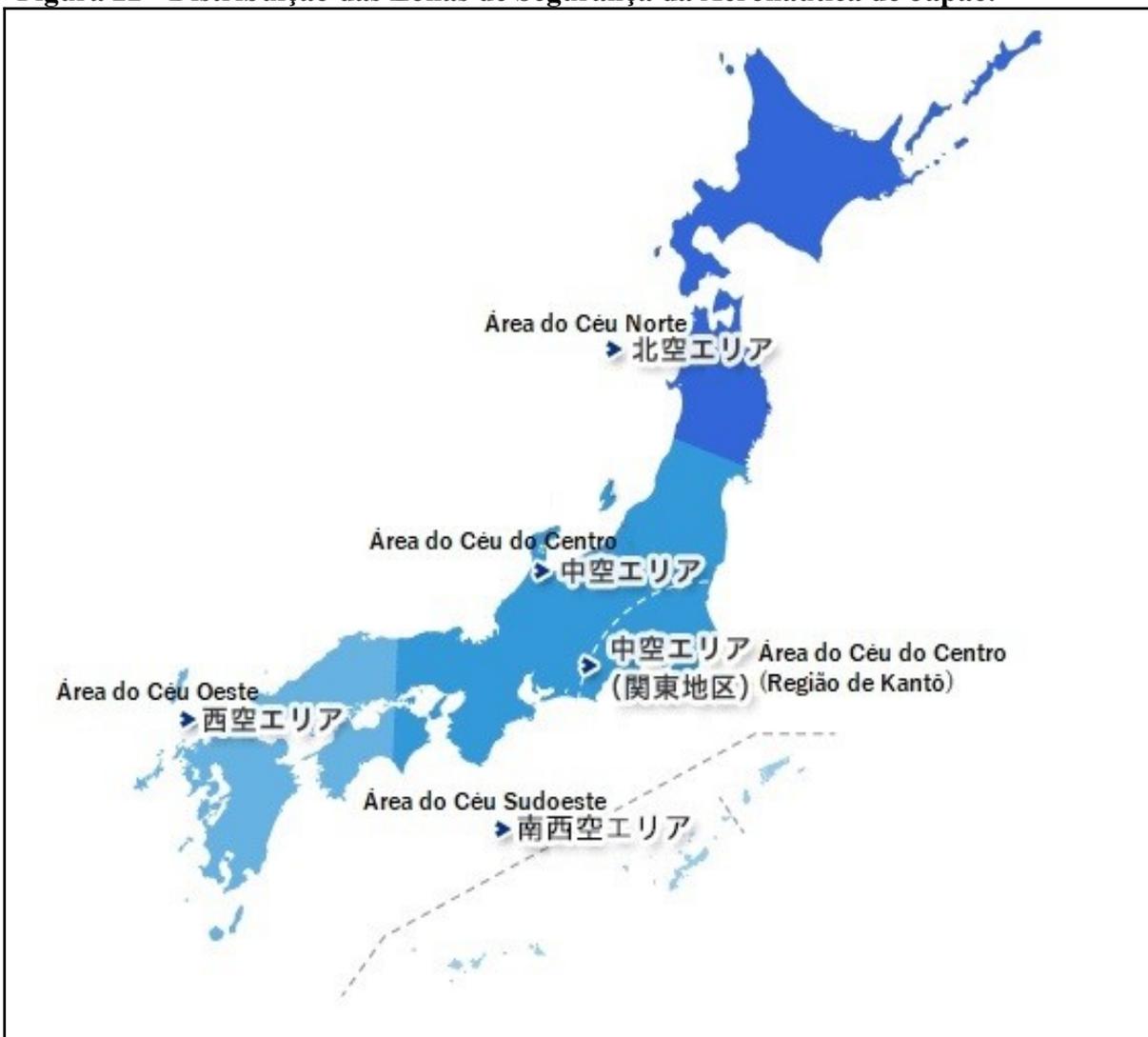
As Força de Autodefesa Aérea (*Kōkū Jieitai* 航空自衛隊) corresponde ao controle da aeronáutica divide em quatro forças:

- a) A Força Aérea de Defesa do Norte, sediada em Misawa, Prefeitura de Aomori responsável pela defesa de toda a ilha de Hokkaido e a parte norte da região de Tohoku;
- b) A Força Aérea de Defesa do Centro, sediada em Iruma, Prefeitura de Saitama e é responsável pelas regiões de Kanto, Chûbu, Kansai, sul de Tohoku e a parte oriental de Shikoku e Chûgoku;

³⁷ Do inglês *Short Take-Off and Vertical Landing Aircraft* (STOVL), caças de asa fixa projetados para decolagem e pouso em plataformas curtas, além de terem a capacidade de pousar verticalmente.

- c) A Força Aérea de Defesa do Oeste, sediada em Kasuga, Prefeitura de Fukuoka e é responsável por defesa de toda ilha de Kyushu e as maiores partes de Chûgoku e Shikoku e;
- d) A Força Aérea de Defesa do Sudoeste, sediada em Naha, Prefeitura de Okinawa e é responsável pela proteção deste arquipélago (Figura 22).

Figura 22 - Distribuição das Zonas de Segurança da Aeronáutica do Japão.



Fonte: Endereço eletrônico das Força de Autodefesa Aeronáutica. <https://www.mod.go.jp/asdf/base/>. Distribuição das zonas de segurança da aeronáutica do Japão. Legenda em português inseridas pelo autor.

Com 546 aeronaves de combate que são compostos por 201 caças de ataque (FTR), sendo 156 unidades dos Mitsubishi F-15J (equivalente ao F-15 Eagle estadunidense) e 45 unidades do F-15DJ (versões mais modernas dos F-15J). 137 aeronaves de função múltipla, sendo 64 unidades dos F-2A e 27 unidades dos F-2B (ambos variantes do F-16); 34 unidades

dos F-4E *Phantom II* e 12 unidades dos F-35A *Lightning II* (caças supersônicos furtivos [*stealth*]). As demais unidades são aeronaves de reconhecimento, bombardeios, transporte de soldados e suprimentos.

As Forças Estrangeiras Baseadas correspondem ao Comando das Forças dos Estados Unidos no Pacífico (*US Pacific Command*) comanda até 55.600, o maior contingente estadunidense militar fora dos Estados Unidos. Destes, 20.900 estão a serviço na marinha na base militar de Sasebo, na Prefeitura de Nagasaki, e na base militar de Yokosuka, na Prefeitura de Kanagawa. 12.550 soldados estão alocados na 5ª Força Aérea Americana, cujo Quartel General fica na Base Aérea de Kadena, cidade de Naha, Prefeitura de Okinawa. E 19.450 soldados da divisão da marinha estadunidense (*United State Marine Command USMC*) possuem uma força da Marinha alocada em Iwakuni, Prefeitura de Yamaguchi e um esquadrão na base de Futenma, cidade de Naha, Prefeitura de Okinawa.

Por fim, os EUA possuem uma disposição de comunicação, em termos de volume e qualidade, superior a qualquer outro ator internacional, tendo em visto a particularidade do uso do espaço, visto a é limitante a uma Potência negar o uso do espaço por outra potência, os EUA podem, isso sim, negar as informações obtidas pelas telecomunicações de seus satélites, ou, por lado, permitir que seus aliados e parceiros estratégicos possuam informações que seus rivais não teriam acesso. Desta forma, o sistema de geomonitoramento americano permite as forças armadas daquele país terem informações sobre as disposições de forças de outros competidores, tanto de forças móveis quanto informações de bases e centros de operações. Decorrente da disputa interestatal do sistema internacional, as demais potências começaram a desenvolver seus próprios sistemas de geolocalização. União Europeia, Rússia, China, Japão e Índia são os sistemas modernos mais desenvolvidos, não que nenhum destes possam – neste momento – substituir o sistema GPS, mas permite compensar o acesso de informações se, pro ventura, os americanos se tornarem impossibilitados ou negarem o acesso a estes dados. Observa-se que os maiores desafios de segurança do Japão são a China e a Coreia do Norte. De forma assertiva, a China impõe diversas incursões sob seu espaço aéreo onde existe a contestação de território entre os dois países e não é segredo que as bases militares no Japão são alvos prioritários chineses se ocorrer alguma ação militar entre Beijing e Washington. O problema é que a base de Kaneda, na Prefeitura de Okinawa fica dentro do perímetro urbano da capital okinawana, a cidade de Naha, ponto de tensão popular na região (CEPIK; MACHADO, 2011).

Por outro lado, além do Japão ser alvo prioritário das ações bélicas chinesas, o país também é alvo, declarado abertamente por suas lideranças, da Coreia do Norte que recorrentemente realiza testes de mísseis balísticos que invadem espaço aéreo japonês, o que aumenta as tensões entre os dois países que ainda não estabeleceram relações formais.

É por este motivo que o Japão busca ampliar ações de cooperação militar, dentre as quais, destaca-se o QUAD (*Quadrilateral Security Dialogue*), composto por Austrália, Índia, Japão e Estados Unidos com a finalidade de compartilhar informações de inteligência militar além de articular ações coordenadas em caso de ameaças externas.

Os principais aspectos que devem ser observados sobre as forças armadas japonesas são a sua composição e a sua disposição de armamentos em seu território. Aeronáutica e Marinha compõem quase 40% do contingente, apontando que há uma preocupação em manter estas duas forças com efetivo de operação. Dada a situação geográfica japonesa, pelo fato do país ser um arquipélago, o exército possui caráter defensivo, visto a impossibilidade de atuação fora do território nacional sem o apoio das outras duas forças. O que corrobora o perfil do exército como papel defensivo, é a grande presença de baterias anti-aéreas e de unidades de infantaria móvel desenhados para engajamentos urbanos, a exceção no exército é a sua unidade de a 640ª Brigada Anfíbia de Implantação Rápida (*Amphibious Rapid Deployment Brigade ARBD*) do Exército do Oeste acampada na cidade de Sasebo, Prefeitura de Nagasaki, que possui autonomia de meios para projeção de força e ocupar território extramarítimo com rapidez.

A sua marinha está disposta a interceptar agressões em suas águas territoriais, despontando de forma dispersa, suas belonaves estão dispostas para que ao menos um esquadrão possa interceptar ou operar em ações de reconhecimento rapidamente sobre qualquer incursão em qualquer direção do país. Destacando-se os Porta Helicópteros da classe *Izumo* e *Kaga*, que somam quatro unidades no total, e atuam como nau capitânia de cada uma das quatro flotilhas além do emprego de arsenal anti-submarino existente tanto nos principais contratorpedeiros quanto nos helicópteros embarcados, com a finalidade de negar as operações ofensivas adversárias. Outro ponto de destaque é a ampliação e modernização da divisão de Defesa Cibernético, que tem como finalidade monitorar e ter o controle de cenário de campo para fornecer informações dos adversários e a ampla utilização de mísseis *Aegis* anti-balísticos dispersos sobre o território.

Dentro da aliança militar com os Estados Unidos, a função prioritária japonesa é a de defender seu território e coletar informações de adversários regionais, além de atuar como

suporte às forças ofensivas numa eventual campanha militar de Washington contra Beijing. O papel do Japão na QUAD é de coletar as informações de mobilização militar chinesa e suprir os demais membros do grupo e empregar a marinha para negar à China o acesso aos mares internacionais.

4.6 UMA DOCTRINA ABE?

Instituições de cooperação e fomento tornam-se processos de ação direta do Estado japonês em políticas internas de outros países, que podem ser através da capacitação de pessoal, via Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA)³⁸, ou através de agências de fomento internacionais, através do Banco de Desenvolvimento do Japão (JBIC)³⁹, que permite ao país conceder créditos de desenvolvimento a outros países, esta prática também é descrita por Uehara (2003) e Nye (2009) como Diplomacia do Xeque.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o país constituiu uma série de instituições para realizar as reparações de guerra, decorrentes do tratado de São Francisco (1951), que firmou o Acordo de Paz para com o Japão (*Nihon Koku tonō Heiwa Joyoku* 日本国との平和条約) firmado em São Francisco no dia 28 de abril de 1952 pelo Primeiro Ministro Yoshida Shigeru que permitiu a busca normalizar as relações diplomáticas com seus vizinhos e arrefecer seu passado recente.

De acordo com o artigo 14 deste tratado, realizar as compensações de guerra as forças aliadas e países ocupados pelo Japão durante o conflito. O primeiro país a receber as compensações foi Myanmar, em novembro de 1954, com o valor de U\$ 200 milhões a serem pagos ao longo de vinte anos e uma parcela suplementar de U\$ 140 milhões é assinada em março de 1963. Filipinas assina o acordo de reparações em maio de 1956, acordado o montante de U\$ 550 milhões, Indonésia assina o acordo de reparações em 1958 com o valor de U\$ 223 milhões e no mesmo ano, o Vietnã do Sul assina o acordo de receber U\$ 39 milhões, Essas quatro nações recebem um adicional de U\$ 707,5 milhões em forma de empréstimos. Laos e Camboja aceitam a proposta de ajuda técnica (*technical aid*) em vez de receber compensações.

38 Agência de Cooperação Internacional do Japão, *Japan International Cooperation Agency* (JICA) (独立行政法人国際協力機構) é uma agência responsável pelo fomento e desenvolvimento de pessoal técnico no exterior, além de propiciar bolsas de estudos e qualificação de estrangeiros no país. Esta agência foi tema de meu trabalho de conclusão de curso (CHIARELLI, 2009), onde aponto a história e importância política desta na política externa do Japão, <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18433>

39 Banco de Desenvolvimento do Japão, *Japan Bank for International Cooperation* (JBIC) (国際協力銀行)

Apenas com a normalização entre a República Popular da China (RPC) e Japão, em 29 de setembro de 1972 é assinado o protocolo de compensação e reparação de guerra, contudo o governo de Beijing recusa a proposta devido ao reconhecimento de Taiwan por parte do processo de paz, no que resultaria em um reconhecimento de Taiwan pela China Continental.

Mudança da atuação da política externa do Japão nos últimos tempos foi a adoção de uma ação mais assertiva na constituição de uma política de securitária regional e um engajamento de contenção à expansão política e econômica chinesa durante a gestão de Koizumi Junichiro (2001-2006) mas afirmada e consolidada apenas durante a primeira gestão do governo Abe Shinzo (2006-2007), com a uma política externa cada vez mais ativa por parte de Beijing, que já ensaiava os projetos de influência regional através de projetos de investimento em infraestrutura, que deram base a constituição a Iniciativa Rota e Seda (*Belt and Road Initiative*) que levou ao término da Doutrina Yoshida da política externa japonesa.

A Doutrina Yoshida, estabelecida em 1972, apontava os ditames da política externa do país na época, evitando ter um protagonismo mais forte na política regional da Ásia, focando em projetos de desenvolvimento e investimentos regionais, criando uma influência econômica sobre a região sem expor em demasia a imagem do país, buscando aliar-se aos interesses estadunidenses. Importante frisar é que o governo japonês buscava evitar o desgaste político e diplomático decorrente da polarização sistêmica produzida pela Guerra Fria.

A primeira mudança da postura diplomática do Japão do governo Koizumi com a enunciação da “aliança pela globalização”, primeiramente anunciada durante a visita do primeiro-ministro em 2003, em seu encontro com George Bush Filho em Crawford e posteriormente oficializado na Diretrizes do Programa Nacional de Defesa de 2004⁴⁰ que definiu as operações de campo conjunto entre os dois países aderindo a Linha Marítimas de Comunicação (*Sea Lines of Communications – SLOCs*) para o Mar Arábico, a autodefesa coletiva e o uso conjunto da força seriam plenamente legitimados (SAMUELS, 2007).

Durante seu discurso em fevereiro de 2013 no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais⁴¹, nos Estados Unidos, intitulado "*Japan's Back*" respondendo a análise de Richard Armitage, Joseph Nye, Michael Green e outros, publicado por este mesmo instituto,

40 Também conhecido como Relatório da Comissão Araki (*Araki Commission Report*), Relatório do Gabinete do Primeiro Ministro (*Kantei*): https://japan.kantei.go.jp/koizumiphoto/2004/10/04anpo_e.html

41 No original, *Center for Strategic and International Studies* (CSIS), principal *Think Tank* americano que aborda as relações com parceiros estratégicos daquele país. Para mais informações, consultar seu endereço eletrônico: <https://www.csis.org/>

se o Japão não se tornaria um país de Segunda Classe (*Tier-Two Nation*), negando a postura de atuar como parceiro da China (*bandwagoning*), como estava sendo engajado pelas gestões japonesas anteriores. A declaração de Abe obrigou o governante a incluir em sua agenda política e econômica, o Abenomics, diretivas de política externa e a adoção de uma política externa mais atuante. Nesta conferência, Abe aponta a postura diplomática de seu projeto Abenomics para os Estados Unidos e parceiros, visando fortalecer a economia e ter maior participação internacional e maior capacidade para defender o país, alocando investimentos públicos e buscando retirar o país do processo de estagnação econômica que acomete o país há quase três décadas.

Essa é também a razão pela qual, como uma nação firmemente defensora dos direitos humanos, o Japão deve permanecer forte, primeiro em sua economia, e forte também em sua defesa nacional [...]. O Japão luta contra a deflação há mais de uma década. Meu plano, ou "Abenomics", é acabar com isso, em primeiro lugar. De fato, deu um salto inicial. Como primeira flecha, pedi ao Banco do Japão que fizesse seu trabalho, em uma dimensão que eles achavam que não poderiam fazer. Investidores, tanto japoneses quanto estrangeiros, começaram a comprar ações japonesas. As rodas industriais do Japão estão mais lubrificadas devido ao crescimento das exportações, e o índice de ações de Tokyo subiu como resultado. A segunda flecha é realizar um orçamento suplementar, grande o suficiente para elevar a economia em 2% e criar 600.000 empregos. A terceira é sobre a estratégia de crescimento. O consumo privado e o investimento virão muito mais cedo do que esperávamos. Até agora, todos os indicadores econômicos apontam para o norte. É verdade que já disparamos essas flechas antes, mas apenas timidamente e de forma incremental. No meu plano, as três flechas estão sendo disparadas com força, rapidez e tudo ao mesmo tempo. Em breve, o Japão exportará mais, mas também importará mais. Os EUA serão os primeiros a se beneficiar, seguidos pela China, Índia, Indonésia e assim por diante. (JAPÃO, 2013 tradução nossa)⁴²

Importante destacar que Abe retornava ao poder após a breve gestão do Partido Liberal Democrata (PLD), que buscou criar alianças diplomáticas e econômicas entre Japão e China, contudo, sofreu um revés de popularidade enorme após a escalada de tensões na

42 *That is also the reason why, as a nation firmly behind human rights, Japan must stay strong, first in its economy, and strong also in its national defense.(...). Japan has been battling deflation for more than a decade. My plan, or "Abenomics," is to put an end to that, first and foremost. Indeed, it has made a jump start. As the first arrow, I urged the Bank of Japan to do their job, on a dimension they thought they couldn't do. Investors, both Japanese and foreign, have started to buy Japanese shares. Japan's industrial wheels are better greased due to export growth, and Tokyo's stock index has risen as a result. The second arrow is to carry out a supplementary budget, huge enough to lift the economy by 2 per cent and create 600.000 jobs. The third one is about growth strategy. Private consumption and investment will come much sooner than we expected. So far, all the economic indicators point north. True, we have shot those arrows before, but only timidly, and incrementally. In my plan, the three arrows are being shot strongly, fast and all at the same time. Soon, Japan will export more, but it will import more as well. The U.S. will be the first to benefit, followed by China, India, Indonesia, and so on.* Original pode ser lido na íntegra no endereço eletrônico do Ministério de Relações Exteriores do Japão: https://www.mofa.go.jp/announce/pm/abe/us_20130222en.html.

península coreana quando a corveta Cheonan⁴³ em 2010⁴⁴, que culminou no escalonamento de tensões entre a República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) e a República da Coreia (Coreia do Sul), que levou a mobilização de tropas chinesas, japonesas e estadunidense - em particular, as tropas estacionadas em Futenma, Okinawa - além da mobilização das tropas coreanas dos dois lados. Este incidente sepultou as tratativas do governo do Partido Liberal Democrata - liderado na época por Hatoyama Yukio - de rever a permanência das bases militares estadunidense no Japão, que possuíam uma enorme resistência da opinião pública em sua permanência, entretanto, este incidente altera a percepção da população que rapidamente observa a aproximação com a China como preocupante

Em 2008, o Primeiro-Ministro, Hatoyama Yukio – neto de Hatoyama Ichiro, Primeiro-Ministro em 1956 – repetiu reiteradamente a expressão “ponte”, numa alusão de que o país é uma ponte entre Ocidente e Oriente, evocando a ideia de que, durante a Guerra Fria, Tokyo não havia rompido relações com Beijing e mantinha, apesar do isolamento diplomático contra a China continental, manteve os investimentos e incentivou o desenvolvimento da indústria siderúrgica no continente. Agora, no início do século XXI, o Japão continua sendo um grande investidor naquele país e, durante sua administração, buscou criar um espaço de moderação e diálogo com a China (WATANABE, 2010).

.Em seu discurso, Abe aponta três diretivas para a política externa japonesa para a primeira metade do século XXI:

- a) A região do Indo-pacífico torna-se cada vez mais dinâmica no cenário internacional e é a região com maior crescimento econômico na atualidade, o Japão deve, neste momento, tornar-se o líder de investimentos regionais para acompanhar o crescimento econômico desta região;

43 Designação ROKS (*Republic of Korea Ship*) Cheonan PCC-772, modelo Pohang.

44 Apesar do enorme impacto na política externa dos países na região e ser um principal evento que reacendeu as tensões entre os países, até a presente data o relatório das investigações conjuntas ainda se encontra inconclusivo. Apesar de Seul e Washington acusarem o governo de Pyongyang pelo afundamento da corveta, a equipe de investigação do governo russo descartou a hipótese do disparo dos norte-coreanos visto que aquele país não detinha a tecnologia daquele tipo específico de torpedo (uma espécie de “torpedo broca” explosivo), além de apontar incongruências dos fatos. Dentro os destroços, foi identificado a marca de “1 번” (número 1, em coreano) quando é por tradição que o símbolo de marcas para identificação norte-coreana serem grafadas com o símbolo “호” e não com “번”. Testes simulados por chineses e russos apontam a explosão do navio ocorrido por explosão externa, de 6 a 9 metros de profundidade, a 3 metros da distância da linha de impacto, contrariando a versão americana que alega que o navio fora afundado internamente por um “torpedo broca”. Há suspeitas que o navio possa ter se explodido ao tentar instalar uma mina de profundidade antissubmarino numa região disputada entre as duas Coreias. Apesar dos resultados inconclusivos, Washington e Seoul adotaram sanções contra Pyongyang e resultaram no fechamento do parque industrial conjunto na fronteira entre os dois países.

- b) É dever do Japão ser o guardião do domínio dos comuns⁴⁵ na região da Ásia Pacífico e deve ter um papel ativo nesta proteção; e
- c) Japão deve ter um papel de maior proximidade com as democracias regionais e por esta razão, busca estreitar seus laços com Estados Unidos, Coreia do Sul, Austrália e Índia e atuar como promotor do desenvolvimento dos direitos humanos entre as nações asiáticas (AKIMOTO, 2018).

Apesar de não explícito, as afirmações de Abe reposicionam o Japão de forma confrontativa ao governo chinês. Aqui cabe uma observação sobre as relações sino-japonesas que, apesar de terem um histórico hostil em todo o século XIX o Japão buscou reatar os laços com Beijing nos anos sessenta, através da inclusão da China dentro do modelo de subcontratação japonesa⁴⁶, que permitiu o desenvolvimento da metalurgia e indústria nas províncias do oeste e sul (Zhejiang e Guangdong) através do tratado Liao-Takasaki⁴⁷, em 1962, que permitiu iniciar a normalização das relações entre Tokyo-Beijing, que ganhou maior peso após a viagem de Nixon em 1972. Os anos oitenta e noventa ambos países mantiveram relações que buscaram ampliar o diálogo, ganhando peso no final do século XX com os projetos de cooperação e investimento conjunto no sudeste asiático através da iniciativa Mekong e a ASEAN+3.

Entretanto, foi apenas na gestão de Koizumi e ambos mandatos de Abe que as relações Tokyo-Beijing produziram um distanciamento, tanto por pressões internas quanto externas. Externamente, a China do início do século XXI possuía muito mais capacidades financeiras, diplomáticas e institucionais do que no final do século XX. A capacidade militar chinesa agora contava com armamento moderno e de última geração (que será melhor abordado na seção 4.4. deste capítulo) além de fazer frente a oposição política crescente no país.

45 Domínio dos comuns são os territórios sem soberania e que podem ser usufruídos entre todas as nações, que podem ser tanto o domínio dos mares quanto do espaço sideral e até a internet. Contudo, no caso apontado por Abe, o governante está se referindo às águas internacionais, em particular, as contendas de disputas de mares territoriais na região.

46 Ver Glossário de termos: Gansos Voadores.

47 Liao Chengzhi, Ministro do Gabinete dos Assuntos Chineses Além-Mar (*Office of Overseas Chinese Affairs*) na década de sessenta e presidente da Sociedade da Amizade Japão-China, era responsável por atrair investimento externo ao país. Takasaki Tatsunosuke do Partido Liberal Democrata (PLD) era diretor da agência de planejamento econômico. O tratado assinado entre Japão e China permitia abrir créditos subsidiados pelo Banco de Exportação e Importação do Japão (*Japan Export-Import Bank – JEXIM*). para alocar a indústria pesada na China, buscando contratar uma mão de obra mais barata e tornar a indústria japonesa competitiva. Aponta-se que o “milagre japonês” decorre mais do fato dos nipônicos terem acesso ao trabalho subcontratação do leste asiático (através do sistema de Gansos Voadores) do que à concessão de transferência de patentes ofertadas pelos estadunidenses após o término da Segunda Guerra.

Historicamente, o Partido Liberal Democrata (PLD), vem vencendo as eleições nacionais desde a reforma eleitoral de 1955⁴⁸ e com raríssimas exceções⁴⁹ este partido manteve-se no comando do gabinete, necessitou aprofundar a sua posição política, além de abandonar a postura mais amena de sua política externa, um dos pontos que levou Abe a aprofundar em sua postura de rivalização contra a China era de bloquear e sepultar correntes políticas internas, encabeçados pelo principal partido de oposição, o Partido Democrata do Japão (PDJ), que buscou, dos anos 2009 até 2011, uma melhor relação com Beijing.

Seguido da declaração de Abe, de atuar como um concorrente à China e não como parceiro desta, seu governo iniciou, em 1º junho de 2014, em conjunto com lideranças de seu partido, o Partido Liberal Democrata, e os demais partidos da sua coalizão, o Novo Komeito (*Shin Komeito*)⁵⁰ e o partido Budista, uma série de debates no parlamento para propor a revisão do artigo 9⁵¹. Este gabinete ministerial composto por Abe aprovou uma mudança constitucional que permite alterar o conceito de “direito de autodefesa” que não se restringe unicamente contra o território japonês, mas também é ampliado ao direito de autodefesa perpetrado contra alguma nação aliada. Na prática, esta mudança legal permite ao país compor alianças militares, mas também empregar as forças armadas japonesas em ações militares no exterior.

A proposta do governo japonês é adequar a capacidade de segurança do país em consonância ao artigo 51 da Carta das Nações Unidas, que estabelece que todos os países da ONU possam utilizar suas forças armadas para defender outra nação do ataque contra outro membro desta organização, este princípio, por exemplo, permitiu ao Conselho de Segurança mobilizar o apoio de outros países na Guerra da Coreia. Desta forma, Abe tenta retirar as limitações constitucionais do emprego de forças armadas japonesas no exterior, que, possuíam grandes ressalvas, mas recebe forte incentivo estadunidense durante a política do

48 Para mais informações sobre o sistema eleitoral japonês, consultar o Glossário de termos: Sistema de 1955.

49 Em agosto de 1993, em consequência do desastre da Bolha Econômica japonesa e a rápida desvalorização cambial do país, o Partido Novo (*Nihon Shintô*) venceu a eleição, seguido do Partido da Renovação em abril de 1994, sendo substituído pelo Partido Socialista do Japão, que vencera a eleição em junho do mesmo ano e ficou no gabinete até janeiro de 1996, quando o Partido Liberal Democrata voltou ao governo, sendo interrompido apenas em setembro de 2009, quando o Partido Democrata do Japão (PDJ) assumiu o gabinete, ficando no poder até dezembro de 2012, quando o Partido Liberal Democrata vence as eleições com o retorno de Abe Shinzo. Dos 76 anos de redemocratização, em 1946, o Partido Liberal Democrata esteve à frente do governo por, pelo menos, 62 anos. Ver glossário de termos: Partido Liberal Democrata.

50 Shin Komeito, derivado da reforma do antigo Komeito, de 2012, partido de vertente conservadora e popular, de orientação religiosa, tem como bases sociais adeptos da religião Soka Gakkai (創価学会). Esta religião é uma corrente do zen-budismo moderno que tem como referência o Sutra Flor de Lótus (*Gongyo*) e que possui templos em todo o mundo, inclusive no Brasil.

51 Ver glossário de termos: Artigo 9.

“Pivot para Ásia” durante a administração Obama, que buscou incentivar as capacidades defensivas de seus aliados naquele continente numa forma de aumentar a pressão sobre a República Popular da China.

Em 27 de abril de 2015, em uma reunião em Nova Iorque, entre com o Comitê Consultivo de Segurança dos Estados Unidos, que tinha, entre seus integrantes, o Secretário de Estado e Defesa dos Estados Unidos e a sua contraparte japonesa, o Ministro da Defesa do Japão, estabeleceram uma Diretrizes de Cooperação em Defesa EUA-Japão (*U.S.-Japan Guidelines for Defense Cooperation*), que recebeu sua primeira atualização desde 1997, durante a gestão do governo de Hashimoto Ryûtarô⁵². O relatório aponta o aspecto das forças de autodefesa operarem em conjunto com a capacidade de proteção coletiva, como observado no texto que segue:

As Forças de Autodefesa realizarão operações apropriadas envolvendo o uso da força para responder a situações em que ocorra um ataque armado contra um país estrangeiro que esteja em estreita relação com o Japão e, como resultado, ameace a sobrevivência do Japão e representa um perigo claro para derrubar fundamentalmente o direito de seu povo à vida, à liberdade e à busca da felicidade, para garantir a sobrevivência do Japão e proteger seu povo (FUNDAÇÃO SASAKAWA, tradução do autor).⁵³

Importante observar as palavras empregadas na Diretriz, enfatizando a questão da “estreita relação com o Japão” quase que colocando como condicionante a capacidade de atuação das Forças de Autodefesa sob a sombra da aliança Estados Unidos-Japão. Esta mudança da Diretriz reinterpreta a situação da Aliança como preservador da estabilidade coletiva regional e permite que as forças armadas estadunidense e japonesas possam realizar planejamentos de operações, treinamentos e disposições de forças conjuntas, que terá especial implicação nas futuras operações de segurança regional, tais como o QUAD e ações conjuntas com Coreia do Sul, Austrália e a inclusão de Taiwan dentro do arco de defesa japonesa.

Curioso observar que, tanto a gestão de Abe, quanto de Hashimoto são gestões do governo japonês subsequentes ao retorno ao Partido Liberal Democrata (PLD) ao poder após

52 Hashimoto Ryûtarô foi Primeiro-Ministro pelo Partido Liberal Democrata (PLD) de 1996 até 1998 e teve como marca o retorno deste partido ao governo após a gestão dos partidos de oposição (Partido Novo e o Partido da Renovação [1993-1994] de caráter neoconservador e o Partido Socialista [1994-1996] de base proletária), a derrota do tradicional PLD decorre do fracasso em resolver a crise do Estouro da Bolha e o subsequente Endaka, que levou à estagnação econômica do país que perdura até os dias de hoje.

53 *The Self-Defense Forces will conduct appropriate operations involving the use of force to respond to situations where an armed attack against a foreign country that is in a close relationship with Japan occurs and as a result, threatens Japan's survival and poses a clear danger to overturn fundamentally its people's right to life, liberty, and pursuit of happiness, to ensure Japan's survival, and to protect its people.* Extraído da página da Fundação Sasakawa <https://spfusa.org/>.

ficarem mais de três anos fora do gabinete, o que se observa é que, a política externa japonesa está atrelada a uma política de governo e não de Estado, visto que tanto o Partido Novo (1993-1994) e o Partido Socialista (1994-1996), assim como o Partido Democrata do Japão (PDJ) (2009-2010) buscaram alterar o curso de relações do país com seus vizinhos, notadamente a China e Coréia do Sul e a revisão da aliança com os Estados Unidos e, assim que o PLD retorna ao governo, Washington trata de revisar e reforçar a importância da manutenção da aliança entre Estados Unidos e Japão. Peter Drucker (1998) apontava este aspecto quando cunhou a expressão “Triângulo de Ferro” quando apontou que a construção da tomada de decisão no Japão decorre da capacidade de mediação de decisão do Estado através da mediação entre a burocracia, Keiretsu (conglomerados) e o Partido Liberal Democrata (PLD) como ator de tradução dos interesses destes conglomerados dentro da gestão pública. A manutenção do PLD por um longo tempo no governo levou a concentração de poder que nenhuma organização da sociedade civil organizada poderá influir sobre o Estado e sociedade japonesa (AKIMOTO, 2018).

4.7 REVISÃO CONSTITUCIONAL

A principal fraqueza do Estado japonês de sua política externa é que o país deixou de ser um “Estado Normal” após o processo de rendição às forças aliadas. De acordo com Tilly (1985) o Estado moderno é produto da guerra que resulta na constituição de aparatos institucionais capazes de organizar sua capacidade de força perante outras forças competidoras. O Estado é formado através da capacidade de desenvolver capacidades de assegurar a proteção de seu território através da centralização do poder via Elites nacionais e a burocratização dos meios de violência, que permite expandir, controlar e negar a ação de outros Estados em seus territórios, levando ao Estado desenvolver três dimensões:

- a) Criação de Estado⁵⁴;
- b) Extração; e
- c) Proteção.

Criação de Estado pode definir como o monopólio do poder centralizado impor sua capacidade de gestão sem sofrer o constrangimento da vontade de outros atores, pode-se apontar que o Estado é falido no momento em que este não consegue gerir ou impor a capacidade de gestão pois é constrangido pela ação de outros forças, sejam estas externas -

⁵⁴ No original *State Making*.

impostas ou por outros atores ou por outros Estados organizados - ou é incapacidade de exercer sua gestão pois outros grupos sociais é capaz de realizar a imposição da violência no lugar do estado.

Extração é a capacidade da burocracia fiscal de impor taxas e coletá-las sem ter outra força que negue o acesso à extração de recursos que permite ao Estado gerir e constituir os aparatos de repressão e que resulta na constituição de aparatos institucionais que permitem extrair riquezas de um determinado território e assim financiar os meios de força para finalidade de impor a vontade sobre os interesses externos e por fim, Proteção é a capacidade de realizar a guerra permite negar a imposição de outros Estados sobre o controle dos recursos - materiais e humanos - de um determinado território e a capacidade de desarmar forças sociais que possam rivalizar com o monopólio de coerção do Estado.

Neste caso, o que se observa é a limitação do estado japonês de sua capacidade de exercer defesa, decorrente da limitação do art. 9º que impede ao país de estabelecer um processo de defesa autônomo, que, quando imposta em 1946, busca evitar o ressurgimento de um Japão como potência que pudesse retornar a desafiar os interesses estadunidense e de seus aliados na Ásia, entretanto, a proposta como a Constituição se configurou – e seus interesses – tornaram a não apenas não-japonesa, mas anti-japonesa, por sujeitar os interesses do estado japonês – e sua proteção (e soberania) a um outro país (KUROKI, 2013).

A manutenção de uma constituição pacifista ignora, deliberadamente, a natureza do sistema internacional, caótico e dinâmico, que, em vez de afastar o Japão de ações beligerantes, logra o país a reboque das pretensões militares dos Estados Unidos. O fato do país estar subordinado a uma aliança incondicional pós-guerra e a impossibilita ao Japão de estabelecer seu próprio sistema de alianças ou até a não se sujeitar a uma aliança militar com Washington e coloca o país asiático sujeito das intempéries dos interesses de um país estrangeiro.

Importante destacar que a revisão do artigo 9º é influenciada tanto por movimentos pacifistas progressistas quanto por movimentos conservadores. Os movimentos sociais pacifistas progressistas veem com preocupação da aliança incondicional com Washignton, o que pode ser observado na interação de Estados Unidos e China que, na última década apresentou um recrudescimento de suas relações, minando assim os esforços de Tokyo de construir uma relação pacífico, amigável e duradoura, como foi tentado em 2009 que

suscitou na constituição da Comunidade do Leste Asiático⁵⁵ e por uma contenda entre Washington e Pyongyang, levou ao escalonamento das relações entre Estados Unidos e China, minando os esforços do Primeiro-Ministro japonês, Hatoyama Yukio.

Por outro lado, movimentos conservadores nacionais, encabeçados por Abe, buscam realizar a revisão da constituição como processo de criar adesão popular ao grupo conservador, clamando que a sociedade constituída na “democracia pós-guerra” busca suprimir os sentimentos nacionalistas e obliterar os interesses nacionais japoneses, acusando movimentos progressistas estarem subordinados a agendas pacifistas pró-Occidente que reiteradamente nega os interesses do povo japonês no sistema internacional. Pode-se observar, em mais de uma vez, em seus discursos oficiais, que Abe fomentava discursos anti-esquerda para finalidades de fortalecer e criar uma liderança proeminente do PLD.

Abe repetidamente descreveu o Japão do pós-guerra como uma sociedade dominada por esses “progressistas” de “esquerda”. Desde a infância, no 'ANPO-toso de 1960 (os movimentos contra a revisão do Japão – o Tratado de segurança dos EUA em 1960)' ao longo da era da Guerra Fria, os “conservadores” eram considerados vilões que lutavam pelo retorno ao regime pré-guerra e “progressistas” eram heróis que buscavam cultivar o futuro do Japão, implicando que o capitalismo era uma doença social e o comunismo era virtuoso (Abe 2006-a: 120, Abe 2006-b: 24). Os meios de comunicação de massa, os círculos críticos e a comunidade acadêmica têm sido ocupados por intelectuais “progressistas” de “esquerda”, pelos quais Abe nunca sentiu simpatia (Abe e Okazaki 2004: 201, Abe 2006-b: 24). Apesar do colapso da União Soviética, “os resquícios do comunismo mantiveram sua força” e foram difundidos em todos os cantos do Japão pós-guerra (Abe e Okazaki 2004: 107, Abe 2006-a: 149). (KUROKI, 2013, tradução do autor)⁵⁶

Abe buscou em sua gestão, romper com os valores pacifistas e progressistas da sociedade estabelecida pela “democracia pós-guerra”⁵⁷, ao contrário das motivações dos progressistas – que buscam também superar a constituição pacifista, mas para evitar do Japão ser dragado pelas disputas entre Washington e Beijing – os conservadores apontam a necessidade do Japão voltar a ter um protagonismo no cenário internacional.

55 Apesar de ser um projeto breve, foi o ápice das relações trilaterais entre China, Japão e Coreia do Sul, que estavam desenvolvendo uma agenda asiática sem interferência de atores externos e regularizar e conciliar os investimentos e parcerias econômicas nos debates da ASEAN+3.

56 *Abe repeatedly described postwar Japan as a society dominated by these 'left-wing' 'progressives'. From his childhood, at 'The 1960 Anpo-toso (the movements against the revision of the Japan-the US security Treaty in 1960)' throughout the Cold War era, 'conservatives' were considered villains who strove for the return to the prewar regime and 'progressives' were heroes who sought to cultivate Japan's future, implying that capitalism was a social ill and communism was virtuous (Abe 2006-a: 120, Abe 2006-b: 24). The mass media, critical circles and the academic community have been occupied by 'left-wing' 'progressive' intellectuals, with whom Abe has never felt sympathy (Abe and Okazaki 2004: 201, Abe 2006-b: 24). Despite the collapse of the Soviet Union, 'the remnants of communism had maintained its strength' and it had been pervasive in all corners in postwar Japan (Abe and Okazaki 2004: 107, Abe 2006-a: 149). (KUROKI, 2013).*

A proposta de revisão constitucional é de alterar o artigo 9º que diz: “Aspirando sinceramente por uma paz internacional baseada na justiça e na ordem, o povo japonês renuncia para sempre à guerra como um direito soberano da nação e à ameaça ou uso da força como meio de resolver disputas internacionais”. O Artigo 9, Seção 2 diz: “Para atingir o objetivo do parágrafo anterior, as forças terrestres, marítimas e aéreas, bem como outras potencialidades de guerra, nunca serão mantidas. O direito de beligerância do Estado não será reconhecido.” Em 2006, o Partido Liberal Democrata (PLD) apresentou uma proposta de remover a segunda seção do artigo, em particular, removendo a referência a nomenclatura de “Forças de Autodefesa”, mantendo a primeira seção intacta. Em uma pesquisa realizada pelo jornal conservador, Yomiuri Shimbun, o maior diário nacional japonês, com 3000 entrevistados, apresentou que 46% eram a favor da revisão constitucional, enquanto 39% eram contra, sendo os demais os indecisos ou sem opinião. Embora os que defendem a revisão superem os contrários desde 1991, o número de favoráveis à reforma vem reduzindo nos últimos anos, a ponto que em 2018 Abe recuou da proposta de realizar um plebiscito de revisão constitucional (MASAKI, 2007).

O que se observa é que a pauta da reforma constitucional produz benefício político aos setores conservadores da sociedade japonesa e são seu debate é acentuado em momentos que o Partido Liberal Democrata (PLD) e seus aliados coligados – o Novo Komeito na atual gestão – como forma de ganhar peso popular em eleições e reverter a perda de espaço no congresso por parte deste partido. Além deste fato, a aliança com os Estados Unidos força a política externa a ser mais reativa do que propositiva e nos raros momentos em que o país desenvolve alguma ação de maior proeminência, as ações entre Washington e Beijing acabam por naufragar as aspirações de atuação de maior liderança regional.

Entretanto, isso não significa que o país não busque agir dentro destas limitações, Takahashi (2014) aponta que a Grande Estratégia de Abe, em seu primeiro mandato, em 2013, foi de alterar a política de “pacifismo passivo” para um “pacifismo proativo” que busca colocar o Japão como ator propositivo para construção da paz mundial através da

57 Apesar do termo “democracia pós-guerra” (戦後民主主義) se refira ao período da Democracia Taishou (1912-1926) que foi um período de aumento de políticas progressistas após a vitória na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), no final a Segunda Guerra (1937-1945) o termo passou por uma nova interpretação e começou a se referir exclusivamente ao período da ocupação americana e posterior. Nos anos 90, o termo amplia sua significação para fazer distinção de valores “liberais”, “valores de movimentos de esquerda”, “pacifistas”, “pró ocidentais” e “individualistas” contra os valores “conservadores”, “reacionários”, “coletivistas”, “militaristas”, “nacionalistas”, que seriam os valores anteriores ao período denominada de “democracia pós-guerra”. O escritor Mishima Yukio é um dos mais famosos críticos contra os valores da sociedade da “democracia pós-guerra” e pode ser observado em suas obras, mais notadamente, em seus últimos trabalhos antes de falecer em 1970.

cooperação internacional com demais aliados. Para isso, Abe estabelece o Conselho de Segurança Nacional Japonês (NSC) e anuncia a primeira Estratégia de Segurança Nacional (NSS) e as Diretrizes do Programa Nacional de Defesa (NDPG) que formaliza o conceito de “Forças de Defesa Conjunta e Dinâmica”, enfatizando as operações conjuntas das Forças de Autodefesa (SDF) e a capacidade de interoperabilidade no mar, no ar e em terra, focando suas operações sobre as cadeias de ilhas de Nansei, que inclui o arquipélago de Okinawa e a ilha de Senkaku, que também é reivindicada pela China e Taiwan, que as chama de Diaoyu (ABUL, 2001).

Importante destacar que, quem vai ocupar a vice-presidência do Painel Consultivo é Kitaoka Shinichi, ex-embaixador japonês nas Nações Unidas, e observa que todos esses passos estão simplesmente tentando aproximar o Japão de um “país normal”. Sua principal função é de oferecer base legal para a Reconstrução da Base Legal para a Segurança, que deve recomendar a reinterpretação da Constituição de renúncia à guerra do Japão para suspender a proibição autoimposta ao direito de exercer a autodefesa coletiva em abril de 2014 (TAKAHASHI, 2014).

Contudo, para este projeto de reforma constitucional ganhar peso, é necessário que o país adote projetos efetivos para ações conjuntas, o que leva ao aumento de acirramento das relações do Japão com Rússia e China, que sempre protestaram contra a mudança constitucional. Kitaoka (2019) aponta que, o projeto de ação de um “pacifismo proativo” japonês é ampliar a cooperação com aliados regionais, em particular, com a Índia, através da política de um Indo-Pacífico livre e aberto.

Entretanto, como aponta Kitaoka, as relações econômicas e de infraestrutura entre Japão e China são deveras interligadas, a maior parte dos investimentos realizados pela JICA foi para o país continental, o projeto “Cinturão e Rota” em muito supera os investimentos japoneses em infraestrutura em outros países asiáticos, obliterando e frustrando os processos de cooperação econômica do país. Os projetos de integração físicas demandadas pela China, dentro de seus diversos projetos que futuramente seriam denominados de Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), estimava-se que, de 2010 até 2020, seriam necessários US\$ 8 trilhões. Valor este muito acima do disponível para investimento em infraestrutura designado pelo *Asian Development Bank* (ADB)⁵⁸, um banco multilateral de investimentos que possui grande influência de Tokyo. Após diversos embates enquanto uma maior participação dos capitais

⁵⁸ Haviam outros Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMD) que cediam crédito para projetos chineses, mas o principal, ainda era o ADB.

ou até da parcela de deliberação de investimentos (*shareholders*). O governo da China, então, decidiu criar seu próprio fundo de investimentos e, em 2013, Jin Liqun, Presidente da *China International Capital Corporation Limited*⁵⁹ (CICC; 中国国际金融股份有限公司) anuncia a criação do *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB) com a intenção de coordenar fundos para projetos de investimento regionais (KAWAI, 2015).

As quatro motivações que levaram a criação do AIIB foram:

- a) Criar um fundo multilateral que não estivesse sobre sanções de países competidores, vide Japão e Estados Unidos;
- b) Criar um fundo próprio cuja regulação estivesse sobre o interesse do Banco Central chinês;
- c) Criar um fundo que desse aporte aos projetos da BRI e;
- d) Criar um segmento de investimentos após a crise de 2008, visto que esse evento levou à pulverização dos créditos de instituições internacionais (YUN, 2015).

Apesar dos protestos do governo japonês e do governo americano, sobre a necessidade de se criar um fundo de investimento, o governo chinês percebeu que para levar adiante seus projetos de integração regional seria necessário criar sua própria instituição. Em 2015 foram realizadas negociações de inclusão de países-parceiros já nos projetos de infraestrutura transnacional no entorno chinês e, em 2015, foi assinado o primeiro acordo com um membro europeu, o Reino Unido, que levou à inundação de uma dúzia de investidores europeus. Que levou à adesão de 57 países, levando o AIIB a rapidamente ultrapassar os capitais de investimento do ADB e tornou-se rapidamente o maior investidor em projetos de infraestrutura na Ásia.

De acordo com o Ano Fiscal de 2014, o AIIB possui um capital de investimento de US\$ 100 bilhões, sendo que o Banco Central da China é o principal acionista, com 30% de capitais investidos e com o *shareholder* de 26%. Assim como o Japão instrumentaliza as operações e agendas de investimentos regionais do ADB⁶⁰, a China faz o mesmo com o AIIB, tendo sua sede em Beijing e seu presidente, Jin Liqun, designado pelo gabinete do executivo da China.

59 Concebida em 1995 o CICC tem como finalidade realizar transações financeiras e comerciais com a finalidade de facilitar as transações e aquisições de parceiros econômicos na China ou de empresários chineses no exterior.

60 O ADB tem sua sede em Manila, contudo, desde sua criação, 1966, contou com seis presidentes, todos eles japoneses e indicados pelo Banco Central do Japão.

A disputa entre o Banco de Infraestrutura e Integração da Ásia (AIIB), que é um projeto chinês de difusão de soft power, possui mais fundos e peso econômico e político que o Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB), que é o instrumento de difusão do soft power do Japão. Esta postura de se colocar em confronto com Beijing coloca ambos os países em posições de confronto político em diversos projetos. Japão e China também competiram pela construção da ferrovia de alta velocidade entre Kuala Lumpur e Singapura, onde o país buscou recuperar do que via como a predominância da China. Esta disputa pela construção de uma ferrovia de alta velocidade também ocorre na Tailândia (KITAOKA, 2019a).

Ao contrário de outros Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMD)⁶¹, o AIIB é o único que é exclusivo para investimentos em infraestrutura e em países em desenvolvimento. É creditada essa restrição pela ampla demanda de investimento em infraestrutura que a China necessita para integrar a malha produtiva dos países em seu entorno. Esta questão é pertinente pois, como atesta os economistas chineses, dentre eles o próprio presidente do banco, Jin Liqun, os investimentos em infraestrutura realizado pelos demais BMD do sistema internacional tendem a priorizar projetos que ampliam a integração dos principais mercados globais entre si ou que integrem estes com as economias fornecedoras de matéria-prima (KAWAI, 2015).

Jin Liqun, presidente atual do AIIB, aponta que o governo da China encontrava um certo constrangimento quanto à busca de investimentos para integrar economias em desenvolvimento e de integração de regiões menos dinâmicas. Os interesses chineses, nem do governo e nem do empresariado, não eram consultados, os BMD realizavam ofertas de investimentos que favoreciam o investidor. Estes entraves, observa o economista, foram um dos principais fatores que levaram o governo chinês a criar sua própria agência de fomento (KAWAI, 2015).

Desta forma, o AIIB tende a suprir esta falha. Por exemplo, Beijing teve dificuldades perante o ADB ou o BIRD para adquirir subsídios para criar uma malha férrea e rodoviária ligando o extremo oeste chinês, uma região que possui baixa intensidade comercial, com o nordeste paquistanês, segundo o governo da China, o projeto só tornou-se viável pois o AIIB permitiu a disponibilidade destes recursos.

61 Alguns exemplos de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMD) são o Banco Mundial (*World Bank*, WB), o Banco de Desenvolvimento Africano (*African Development Bank*, AfDB), O Banco Europeu de Desenvolvimento e Reconstrução (*European Bank for Reconstruction and Development*, EBRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (*Inter-American Development Bank*, IDB), além do já citado anteriormente, o Banco de Desenvolvimento Asiático (*Asian Development Bank*, ADB).

A principal resposta sobre os objetivos desta pesquisa no tocante à Grande Estratégia do Japão deve ser analisada sob duas etapas: os motivos que levaram o Japão a adotar este Sistema Internal Moderno após a Restauração Meiji e qual o valor norteador recorrente desta Grande Estratégia ao longo deste século e meio.

O propósito central da Grande Estratégia do Japão não difere dos interesses dos Estados nacionais modernos, isto é, como preservar a sua soberania frente a outras nações, e qual a estratégia adotada pelas elites nacionais para implementar os meios que preservem a soberania nacional. Nesse contexto, se observa que o Japão buscou estabelecer alianças com potências extra-regionais, realizar fortes investimentos estatais para modernizar a economia e as forças armadas e por fim, acomodar as Elites japonesas dentro da administração do Estado. Em resumo, com isto, pode-se afirmar que a Grande Estratégia japonesa constituiu-se em criar meios de modernização econômica do país associado a parceiros externos.

A segunda parte da Conclusão apresenta os eventos que foram recorrentes na formulação da Grande Estratégia do Japão para a consolidação da hegemonia regional e preservação da soberania que conduziram o país a criar mecanismos para ter acesso a recursos materiais e humanos na intenção de sua modernização nacional.

Esta disputa ocorreu de forma a impor este Sistema aos demais Estados nacionais asiáticos, isto é, a Grande Estratégia do Japão recaiu sobretudo na relação de disputa com o principal hegemom regional, a China. Desta forma, pode-se concluir que, a Grande Estratégia do Japão foi a modernização do país atrelado ao caráter de associação com uma potência extra-regional que permitiu ao país disputar ou se colocar como potência desafiadora regional, levando ao confronto com a China. Em 1921, o Prof. Yoshi Saburo Kuno escreveu, em sua estadia na Universidade da Califórnia, a obra intitulada *O que o Japão quer*⁶², com o objetivo de esclarecer e traduzir para a comunidade acadêmica e agentes do governo ocidentais a política interna e externa de seu país natal, numa análise da conjuntura do Japão frente a determinados países e regiões. Kuno traça a conjuntura das relações históricas do Japão com Estados Unidos, China, Coreia, Sibéria e outras regiões destacando principais pontos de atrito e perspectivas do que se esperaria do seu país num cenário de curto prazo.

Para o Prof. Kuno, embebido dentro do espírito da Democracia Taishou que ainda não havia rompido com a diplomacia Shidehara, a adesão ao Tratado Naval de Washington e as mudanças na aliança Japão-Inglaterra; apontava um Japão mais cordial e fraterno em busca de se inserir dentro do sistema econômico internacional apontando que o país poderia

62 *What the Japan wants* (1921), no original.

permanecer como um parceiro estratégico do ocidente no oriente. Essa perspectiva está mais próxima da realidade dos anos de 1960 ou do século XXI do que da década de 1930, onde o fascismo japonês construiu um hiato na história de diplomacia do país, o que levou mais tempo para o Japão se recuperar desta ideologia nefasta do que a duração dela propriamente dita.

Nessa época, Kuno aponta a iminência das tensões entre Estados Unidos e Japão, em particular sobre o choque de interesses de ambos sobre a China, além de fatores tais como emigração para Califórnia⁶³ e os desdobramentos em relação ao Reino do Hawaii⁶⁴ sempre dentro de uma perspectiva de mediação com o ocidente e não de oposição a este. O país buscava - e pode-se observar no Japão de hoje - criar mecanismos políticos para assegurar a condição de igualdade frente as Grandes Potências, ao mesmo tempo em que o e que o país poderia ter uma postura de cooperação com estes países, da mesma forma que havia desenvolvido uma relação amigável com os países da América do Sul, destacando a relação do Japão com o Brasil⁶⁵.

O dilema das relações Sino-Japonesas permanece o mesmo observado nos dos dias de hoje: como lidar com um país continental, um rival ou um parceiro do Japão? A proposta é fortalecer o desenvolvimento regional, numa perspectiva que seria retomada apenas na década de 1970 quando a Nippon Steel Company realizou fortes investimentos em Shanghai com a finalidade de assegurar uma China desenvolvida amigável ao Japão.

O que o Japão realmente quer é uma China unida, forte politicamente, financeiramente e industrialmente. Ela [Japão] quer isso não porque tenha algum amor particular pela China, mas para seu próprio benefício. Se toda a China fosse governada por um único governo responsável, em caso de qualquer momento uma

63 O governo da Califórnia aprovou, em 1913, a Lei Anti-Estrangeiros (*Anti Alien Law*) que impedia que estrangeiros inelegíveis para naturalização não pudessem adquirir ou herdar terras no estado. Os protestos de Tokyo é que esta lei era destinada exclusivamente para prejudicar os negócios japoneses, visto que as Leis de Cores (*Color Laws*) impedia que asiáticos pudessem requerer a naturalização naquele país, o que não se observava nas mesmas populações de origem de países europeus.

64 O Reino do Hawaii teve seu primeiro contato com o ocidente durante as viagens do Capitão Cook em 1776. Desde então, o país foi tratado dentro da zona de influência britânica. Entretanto, no final do século XIX, Reino Unido, Japão e Estados Unidos disputaram a influência sobre o país, até uma série de disputas internas que tiveram direto envolvimento destes três países, os Estados Unidos incentivaram um golpe no país que levou à abdicação da Rainha Liliuokalani do trono que abriu a possibilidade da incorporação do país por Washington em 1895.

65 A restrição imposta pelos Estados Unidos levou o país a buscar outros parceiros para investimento, o México foi o primeiro a assinar um tratado de Igualdade entre as Nações com o Império do Japão, seguido de outros países da América do Sul. Brasil e Japão assinaram o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 1895 mas apenas na década de 1910, permitiram a imigração japonesa. Foi devido a restrição existente nos Estados Unidos e uma maior flexibilidade nos países da América do Sul que levou a preferência da emigração japonesa para este continente, ao contrário do que ocorreria com a imigração chinesa, que concentrou-se nos Estados Unidos.

ação contra o Japão, como um boicote, o Japão poderia abordar o governo e efetuar uma conciliação. Esse desejo é fortalecido pela recém-criada ambição do Japão de estabelecer uma sólida amizade com a China, na esperança de que as duas nações permaneçam juntas no futuro pelo bem-estar do Oriente (KUNO, 1921)⁶⁶.

Além destas perspectivas, Kuno apontava os fatores centrais das relações do país com a Coreia e a Sibéria (Rússia Oriental) e sua participação nos sistemas internacionais, dentre estes, a Liga das Nações, que deu respaldo ao Japão na condição de ator relevante nas relações do extremo oriente. Esta conduta reproduz o próprio ditado chinês “Amigos de países distantes, amigos de países próximos”⁶⁷, isto é, para se estabelecer uma boa relação com a China, é fundamental ter o apoio do Ocidente como forma de balancear as relações de força com o país continental.

Desta forma, seguindo a proposta apresentada por Kuno, a presente tese buscou apresentar uma conjuntura do Japão para a comunidades acadêmicas e governamentais brasileiras, com a finalidade de fornecer elementos para o analista – tanto do setor privado comercial quanto do setor governamental – que permitam traçar melhores estratégias quanto à relação com aquele país.

Para esta finalidade, buscou-se analisar a história do Japão moderno para esclarecer os dilemas do país, utilizando-se da análise da história da diplomacia, traçou-se a abordagem das principais preocupações das elites japonesas em diferentes momentos e se observou que a principal preocupação dos governantes foi preservar a soberania do país no processo de seu desenvolvimento perante as economias ocidentais.

Os líderes japoneses se depararam perante um ocidente tecnologicamente, militarmente e economicamente superior, então trataram de realizar mudanças abruptas que desmontaram o modelo de controle feudal que se sustentava através do Shogunato Tokugawa levando à constituição de uma elite burguesa-industrial associada ao capital estatal que culminou na Restauração Meiji que tinha como objetivo central realizar a modernização do Japão.

A preocupação com a modernização tornou-se uma questão constante e volta a ser um dilema na conjuntura atual. Para isto, lançou-se mãos da construção de mecanismos de

66 *What Japan really wants is a united China, strong politically, financially, and industrially. She wants this not because has any particular love for China, but for her own benefit. If the whole of China were ruled by a single, responsible government, in case of any moment against Japan such as a boycott, Japan would be able to approach the government and effect a conciliation. This desire is strengthened by Japan's newborn ambition to establish a firm friendship with China, in the hope that the two nations will stand together in the future for the welfare of the Orient.*

67 No original: *Yuǎn guó zhī jiāo, yìjìn guó zhī yǒu.*

alianças com as potências ocidentais com a finalidade de preservar a soberania japonesa , visto que os demais povos asiáticos que fizeram frente a Europa acabaram sucumbindo ao imperialismo ocidental, o que levou os japoneses a realizarem uma série de missões diplomáticas com o objetivo de dirimir a defasagem tecnológica do país.

Observa-se que, desde que o Japão aderiu ao sistema internacional, este tratou sempre de estabelecer uma rede de alianças com o Ocidente, sua primeira iniciativa decorreu da Diplomacia Shidehara que levou à constituição da aliança com o Reino Unido, assegurando a integridade e autonomia do Japão ante as demais potências ocidentais. Aliança esta que favoreceu o desenvolvimento do país e permitiu mimetizar as relações de força deste mesmo ocidente - inclusive a sua fase imperialista, que levou às guerras contra China e Rússia.

Contudo, observa-se que foi durante a Democracia Taisho que o país experimentou mudanças significativas e profundas em sua sociedade, enterrando de vez os aspectos feudais que ainda perseveravam. Foi neste período que o país ingressou em sua era moderna buscando se apresentar-se como alternativa de desenvolvimento dos povos não ocidentais, através da primeira experiência democrática na Ásia: uma profunda mudança socioeconômica alterou o modelo produtivo de agrário para urbano, uma remodelação da educação no país, que incluía mulheres e camponeses e crescimentos de movimentos sociais.

Atualmente esta elite burguesa-industrial se depara a uma China que conseguiu tornar sua economia mais dinâmica que a japonesa e vem disputando mercados tecnológicos globalmente e novamente as elites japonesas necessitam dar respostas frente a uma conjuntura desfavorável. Mais uma vez, torna-se a sina do Japão: como competir num mundo globalizado frente as Grandes Potências que possuem aspectos superiores ao seu próprio país, sejam recursos naturais mais abundantes, ou uma maior disponibilidade de mão de obra ou um parque produtivo maior?

Desta forma, como se observou ao longo desta pesquisa, as respostas das lideranças japonesas buscam sempre três fatores: campo securitário, econômico e diplomático.

Primeira parte, **campo securitário**: conforme observado na história moderna do Japão, espera-se que o governo daquele país busque manter ou preservar o sistema de aliança militar com alguma Grande Potência externa extrarregional com a finalidade de coibir ameaças regionais, em particular, a relação com a China. A aliança com o Reino Unido foi um passo importante para negar a ação militar francesa, estadunidense ou russa. Ou a aliança com a Alemanha, buscou dirimir empreitadas com os soviéticos, particularmente após a derrota contra estes em suas escaramuças na Mongólia no período anterior à Segunda Guerra

Sino-Japonesa e agora a aliança com os Estados Unidos que tem – ou teria – a condição de coagir russos e chineses para uma ação militar contra o próprio país.

Além do mais, estas alianças militares também permitem ao país lançar mãos de ações militares que estejam condizentes com seus parceiros: a Rússia no caso da aliança com o Reino Unido e Alemanha e agora a China, no caso da aliança com os Estados Unidos. Obviamente, não se espera que o Japão dê engajamento a uma ação hostil ofensiva contra a China, mas as relações de cooperação militar entre Tokyo e Washington permitem que o Japão possa desenvolver capacidades militares que criem desgastes contra a China. O que se espera, observando a história do Japão moderno é que o país buscará manter esta aliança com os Estados Unidos ou apenas abrirá mão desta parceria caso outra Grande Potência possa proporcionar vantagens maiores aos interesses japoneses. Isto é, uma hipotética aliança militar entre Japão e China seria apenas factível caso os chineses apresentassem vantagens militares muito maiores que a americana, o que na conjuntura dos próximos cinquenta anos, é muito improvável, mas, se espera, isto sim, é que o Japão venha a preservar alguma aliança militar, com um país em específico e não em tratados coletivos, ao longo dos próximos anos.

Segunda parte, **campo econômico**: como se observa a geografia e demografia do país, o perfil da produção econômica japonesa e a construção dos esforços do governo no emprego de fomento à sua política econômica visa favorecer setores produtivos que levem a agregar valor a sua cadeia produtiva e fornecer créditos aos conglomerados econômicos (*Keiretsu*). Estes processos compreendem os objetivos de manter a sua elite econômica nacional e fornecer capitais às empresas nacionais para que estas possam continuar competindo na economia global fazendo frente as demais economias do núcleo orgânico do capitalismo.

Importante compreender que os *Keiretsu* equivalem no Brasil ao que se popularizou como “campeões nacionais”, isto é, a adoção da política econômica que favoreça o desenvolvimento de empresas-chaves que possam alavancar o desenvolvimento nacional. Enquanto o Brasil necessita superar o atraso do subdesenvolvimento e a recente desindustrialização decorrente da reprimarização econômica, o Japão necessita realizar fortes investimentos em seu complexo econômico industrial. Este processo com a finalidade de conter a evasão de divisas e empregos para economias periféricas, decorrentes da globalização econômica, além de criar mecanismos que controlem o fluxo de capitais para economias mais dinâmicas, tais como China ou Estados Unidos além de criar condições de

desenvolvimento e competição global de suas empresas nacionais ao mesmo tempo em que busca superar a estagnação econômica que se alastra a mais de duas décadas.

Um ponto importante ao analisar o perfil econômico do Japão é observar que a sua população possui um alto índice de formação trabalhadores qualificados (*skilled workers*) o que permite ao setor industrial abrir postos de emprego dentro da área de tecnologia e focar em práticas que venham a atrair novos cérebros (*brain drain*)⁶⁸ na área tendo como principais competidores a Coreia do Sul, Taiwan e China. Contudo, o que se espera do país é a forma como competir com o crescimento da economia chinesa, que vem superando alguns segmentos tecnológicos agora dominados pelo Japão ou Estados Unidos, enquanto a economia japonesa mais de três décadas de estagnação econômica e até a presente data, as medidas para superar os problemas econômicos japoneses pouco produziram respostas. O que se espera do país é que continue criando ativos de investimento para promoção da indústria e que mantenha o sistema de subcontratação internacional, o que abriria uma nova leva de investimentos na indústria de transformação nos países do sudeste asiático e América Latina.

Terceira parte, **política externa**: A China tem um papel central na política externa do Japão a mais de mil anos, que retomam desde o período Heian (*Heian Jidai* 平安時代), de 794-1185 que contou com forte influência da cultura chinesa sobre o país através da religião e escrita, até a intervenção chinesa para conter a expansão japonesa sobre a península coreana durante a ocupação da região por Toyotomi Hideyoshi de 1592-1598⁶⁹ até as primeiras expansões militares no período moderno, pós Restauração, em 1894-1895 teve como foco as disputas de influência do Japão sobre a China.

Por esta razão, é a China a principal preocupação nas ações externas japonesas, atualmente ambos os países possuem uma relação de rivalidade ainda não sanada decorrente dos engajamentos da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), contudo, desde o final daquela data até os dias de hoje, já ocorreram momentos em que ambos os países tiveram boas relações. Importante observar, é a política partidária interna do Japão que define a

68 *Brain Drain* se refere ao fenômeno sócio-econômico de migração de trabalhadores qualificados – que seriam trabalhadores com alguma formação especializada, que podem englobar tanto pessoas com formação superior, especialmente doutores (PhD) ou trabalhadores que possuem experiência técnica de determinadas funções econômicas. Devido à diferença salarial e de condições de vida, a tendência é que países desenvolvidos criem condições mais atrativas de migração desses trabalhadores qualificados dos países em desenvolvimento. Este processo leva a um problema social dos países em desenvolvimento, visto que são estas sociedades que arcam com os custos de formação deste trabalhador e quando o mesmo realizará o retorno do investimento para a sociedade, este é atraído para países desenvolvidos.

69 Importante destacar que a intenção de Hideyoshi ao ocupar os reinos da península coreana era de marchar sobre Beijing eventualmente. Este foi um dos motivos que levou os chineses a intervirem nesta guerra.

abordagem do país frente a China, o Partido Liberal Democrata (PLD) japonês parece pouco simpático em alterar sua agenda frente a China, ora por uma questão de como se comporta a cultura política da alta elite partidária daquele partido⁷⁰ ora porque isso define o alinhamento ideológico de seu eleitorado, visto que, dentre os temas mais antagônicos existente com os partidos de oposição, onde suas lideranças ainda buscam fortalecer os laços com o país continental.

Hatoyama Yukio, ex-Primeiro Ministro do Japão pelo PDJ apontou em 2022 que as parcerias com a China deveriam ser fortalecidas visto que é Beijing, e não Washington, quem realmente vem proporcionando uma maior postura de promoção a um sistema internacional multilateral que daria ao Japão mais oportunidades, do que a manutenção da hegemonia americana.

Além do mais, o governo do Japão, através da sua agenda programática de política externa, busca ampliar suas capacidades de poder branco, através da oferta de subsídios ao desenvolvimento regional, via ODA (*Official Development Assistance*) que permite ao Japão realizar repasses de tecnologias e promover a cooperação regional, via JICA (*Japan International Cooperation Agency*). Faz parte ainda, a oferta de subsídios de créditos japoneses que possam influenciar governos locais e abrir a possibilidade de investimentos privados na Ásia através de capitais estatais, em particular via o JBIC (*Japan Bank of International Cooperation*) além de se propor como alternativa aos investimentos chineses de cooperação regional, através do ADB (*Asian Development Bank*), que possui centralidade de investimentos em promoção de empresas e negócios, ao contrário do que é ofertado pelo AIIB (*Asian Infrastructure Investment Bank*), que tende a fornecer créditos a agências governamentais.

O governo japonês busca como alternativa ao projeto chinês com o objetivo de resgatar o protagonismo regional perdido nos primeiros anos da Guerra Fria, visto que a Doutrina Yoshida (1948-1954) tinha como papel recuperar o Japão como um ator normal dentro do sistema internacional e apaziguar os danos causados durante o governo militar que levou o país as guerras regionais. Apenas com a Doutrina Fukuda (1977) as elites japonesas definem um projeto de ação ativo sobre a região, com o objetivo de colocar o país como protagonista no cenário regional, através de projetos de cooperação e assistência técnica além de financiar projetos de desenvolvimento em infraestrutura para fins de atrelar as

70 Não esquecendo as críticas destas lideranças do PLD sobre a sociedade da “democracia pós-guerra” no Japão, que possui um forte sentimento reacionário. Ver glossário de termos: Democracia Pós Guerra.

economias regionais ao parque industrial japonês, tal postura foi conhecida como a “diplomacia do xequê”.

Esta “diplomacia do xequê” tem como objetivo criar um cenário favorável das relações externas japonesas através dos “meios de pagamento” (NYE, 2009) que configurou o país como um ator de projeção regional e internacional através do seu poder brando, ao contrário do que se observava do comportamento das potências da Guerra Fria – Estados Unidos e União Soviética – que exerciam sua influência através do poder duro, isto é, pelas forças das armas.

Outro ponto que coloca o Japão em evidência é que, com os crescimentos constante das economias asiáticas, este continente voltará a ser o epicentro político e econômico global após seis séculos, em que, como aponta Arrighi (1996), o ciclo econômico que outrora já fora predominantemente europeu e após o final da Segunda Grande Guerra, tornou-se estadunidense, hoje se configura sobre o Pacífico, em que se constitui neste complexo produtivo entre Estados Unidos e China, que engloba não apenas estes dois países mas as economias regionais, tais como Taiwan, Coreia do Sul e, principalmente, o Japão.

Por fim, o que se pretende inferir com a presente tese é que o Japão possui papel relevante sobre a conjuntura regional, a participação do Japão no Século XXI está definida como o país dará resposta ao ressurgimento da China como expoente regional, observando como apontado anteriormente, visto que tanto as opções como antagonismo ou cooperação com o país continental ainda está em aberto, vide as mudanças de política externas apresentadas ora pelo Partido Liberal Democrata (PLD) - que se propõe a rivalizar com a China - ou pelo Partido Democrata do Japão (PDJ) - que propõe cooperar com a China.

Atualmente, a proposta de Beijing em sua ordem multipolar, tende a apresentar um enfraquecimento de Washington e, conseqüentemente, também de Tokyo, se as elites chinesas querem realizar uma proposta de aproximação com as elites japonesas – que também não está descartado visto os diversos gestos que ambos os governos destes países asiáticos vêm apresentando ao de tentar moldar uma concertação de interesses regionais – deve Beijing apresentar uma conjuntura em que o Japão não se sinta obliterado pela influência chinesa e que possa também fazer valer seus interesses regionais, sem esta oferta, as elites japonesas reproduzirão o processo de formação de alianças com o Ocidente com o objetivo de contrabalançar a China.

Espera-se que China e Japão possam estabelecer uma ação sobre a Ásia de forma conjunta e que traga benefícios a todos os países da região – opção esta que está sempre

presente, mesmo que perdue por pouco tempo – mas apostar que estes países serão eternos inimigos é uma falácia, a história recente apresentou diversos exemplos de que a cooperação intra-asiática é possível, contudo, enquanto as elites japonesas não perceberem que possuem um maior papel e maior influência numa possível nova ordem mundial chinesa – uma nova ordem multipolar – o governo japonês se manterá atrelado ao antigo sistema vigente. Como e, como afirma Fiori (2008), uma (re)ascensão da China pode ser provável, mas não é certa, nem mesmo que o próximo fluxo econômico migre como um todo para aquele país asiático, não pode-se descartar que o próximo ciclo hegemônico deixe de ser americano e seja completamente chinês, Fiori aponta que, provavelmente, o século XXI será configurado sobre um ciclo hegemônico sino-americano e, se isso for verdade, o Japão, dentro desta conjuntura, busca barganhar uma posição central nesta nova ordem mundial.

Por fim, a década de 1980 e 1990 apresentava o Japão como um “país do futuro”, um país que de despontava com um núcleo econômico e de prosperidade nos últimos anos da Guerra Fria, contudo, o Estouro da Bolha e a subsequente estagnação econômica – que perdura, em certa medida, até os dias de hoje – levou a refletir sobre o futuro daquela sociedade. Outras economias regionais, em particular a China, vem apresentando indicadores econômicos mais dinâmicos e com maior potencialidade do que o Japão, colocando em xeque a viabilidade das elites nipônicas se colocarem como *hegemon* regional do leste asiático.

O modelo societário japonês, consolidado após 1955, que constitui o que foi denominada de “democracia pós-guerra” (戦後民主主義) vem se desconstituindo, a premissa de ingressar construir uma trajetória trabalhista dentro de uma única empresa já não abarca a classe média ascendente, as flexibilidades das leis trabalhistas estilçaram aquilo que era visto como modelo de emprego no país, a ideia de que um trabalhador era bem-sucedido ao adentrar numa empresa e ao longo dos anos atingiria postos mais elevados na mesma empresa – numa figura romantizada de lealdade do trabalhador a empresa resgatando uma figuração que fazia alusão do samurai ao seu senhor – deixou de existir.

Os trabalhos tornaram-se mais voláteis, a estabilidade se diluiu e a precarização tornou-se norma e as famílias já não podem mais sustentar novos filhos não aponta que o Japão deixou de ser um “país do futuro”, ao contrário, o país está ainda mais vanguarda do que qualquer outro, Coreia do Sul, Alemanha, Inglaterra e até a China estão enfrentando problemas hoje que o Japão já enfrenta a quase duas décadas.

Entretanto, a estagnação econômica japonesa não quer dizer que o país deixou de ser um “país do futuro”, as reformas liberais vem se acentuando ao longo dos anos, ainda mais que os planos de reformas trabalhistas e econômicas não vem produzindo respostas desejadas que levem ao reaquecimento da economia e os grandes conglomerados empresariais buscam aumentar as condições de exploração dos seus empregados visto o cenário cada vez mais competitivo na região do leste asiático. O crescimento da China – em particular na área da tecnologia de ponta – vem cada vez mais ocupando espaços que outrora eram preenchidos por empresas japonesas e, a China, que durante todo o século XX foi um destino das exportações do Japão, hoje torna-se seu principal rival.

Desta forma, o que se observa que o futuro do Japão está em como o país lidará com o crescimento chinês, manter a postura de rivalizar com Beijing levará Tokyo a aprofundar a necessidade de apoio de suas alianças extrarregionais – neste caso, os EUA – e por outro lado, a livre associação com os chineses pode levar o risco do país ser aglutinado pelo crescimento econômico da China.

Entretanto, o Japão possui condições econômicas muito diversas dos demais países asiáticos. A capacidade produtiva japonesa, seu produto interno bruto – o terceiro global – e seus centros de tecnologia ainda são destaque na Ásia. A adoção de políticas que flexibilizam a importação de mão de obra qualificada e o país ser o principal destino do *brain drain* na Ásia e a manutenção dos índices de vida podem ser atrativos para manter o país de forma competitiva neste século.

Por fim, o futuro do Japão é ambíguo. O aumento da expectativa de vida média japonesa, somado a redução da taxa de natalidade, levará a cada vez mais ao aumento e envelhecimento da população nacional, que levará a um problema orçamentário decorrente da relação entre contribuintes e previdência, a privatização dos correios – que administrava os fundos de aposentadoria do país – pela gestão de Abe não sanou o problema, o enxugamento da máquina pública não resolve o problema que é a necessidade de alocar a força de trabalho da terceira idade (CHAPLE, 2004). A renovação das leis de importação de trabalhadores qualificados poderá introduzir novos contingentes populacionais, particularmente na população descendente de japoneses que agora são nacionais externos – espera-se que o governo possa criar uma onda do movimento *dekasegi* ao país – mas será apenas possível caso o país possa ofertar volumes consideráveis de rendimentos, que por ventura parece não ser viável visto que o *endaka* agora não produz uma moeda tão forte quanto ocorreu nos anos oitenta.

Por outro lado, a aposta em cada vez mais na robótica, que deixou de ser empregado apenas ao setor produtivo mas vem cada vez mais ocupando espaços na área de serviços, pode levar à redução do custo produtivo humano. Esta ação pode produzir duas respostas a sociedade japonesa, se porventura a lógica da hiperexploração imperar, o país poderá ver cada vez mais os parques postos de trabalhos serem ocupados por máquinas e produzir um exorbitante contingente de desempregados no país, levando a maior concentração de riqueza nacional, empobrecendo a população de terceira idade e levando as mazelas que afligem o país vizinho – a Coreia do Sul – onde os aposentados recebem um rendimento muito abaixo do viável para arcar os custos diários produzindo um fenômeno atípico de empobrecimento extremo da terceira idade, ou o país pode levar a ocupação destes robôs tornem-se ferramentas que complementem a produção de riqueza nacional, suprimindo a dificuldade da produção em escala que aflige o país em sua competição com a China.

Contudo, o país ainda apresenta uma postura de extrema importância no sistema internacional, com o aumento do dinamismo da economia em convergência sobre a Ásia, levará ao aumento das disputas entre o *hegemon* global – os Estados Unidos – e a potência desafiante – a China – e o Japão possui um papel estratégico nessa relação, por se encontrar no meio desta disputa. Tanto Washington quanto Beijing tentaram manter criar meios de influência sobre o Japão, a relação entre Japão com China e EUA não é uma relação estática, tal qual a vitória ou derrota dos Democratas Liberais no Japão possam levar a um comportamento de maior disputa ou cooperação com Beijing, as elites japonesas sabem que a disputa entre Democratas e Republicanos também influenciam como Washington atua em sua relação com Beijing.

Durante a gestão Trump (2017-2021), os EUA atuaram com menos interesse em relação com a Ásia. Com sua política de retornar o parque industrial para o território nacional, Washington acaba por se retirar dos projetos de livre comércio com a Ásia, levando o Japão a condução do Acordo Abrangente e Progressivo para Parceria Transpacífica (*Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership* CPTPP). As elites japonesas percebem que a sua relação com a China é de rivalidade, mas não de oposição, como aspira as elites americanas. Os americanos buscam transformar o Japão num Estado-Bastião, um país que atue como protetor dos interesses ocidentais sobre uma região, tal qual opera Israel sobre o Oriente Médio ou a Austrália no sudeste asiático, entretanto, o Japão possui um forte complexo industrial diverso, tanto no setor de bens de consumo quanto no setor de alta tecnologia e que pode levar o país ao desenvolvimento de

sua população nacional e, tanto Tokyo quanto Washington podem lograr a Coreia do Sul este papel.

Para concluir, o futuro do Japão está inserido nesta disputa entre Ocidente e Oriente, que vem se propagando ao longo dos séculos. Desde as expansões europeias sobre o continente asiático, as primeiras colônias portuguesas e holandesas no extremo oriente, seguindo pelas ocupações britânicas e francesas sobre o sul e sudeste asiático e hoje nas relações intra oceânicas entre os dois polos do Pacífico. O Japão, dentro desta conjuntura, busca preservar a sua soberania neste embate entre Grandes Potências, aliando-se para evitar a subordinação e atuando como ponte entre as duas regiões. O país permanecer relevante ainda no Século XXI, visto que o leste asiático é o principal palco de disputa econômica global – e por consequência, joga o país na centralidade desta disputa – apesar da estagnação econômica, sua sociedade preservar elevados níveis de desenvolvimento e estrutura nacional que permite manter o Japão como uma economia competitiva global.

As diferenças com a China dificilmente resultarão em um cenário de embate aberto, pois levaria a interferência dos Estados Unidos – e uma guerra entre Washington e Beijing na conjuntura atual, não produziria efeitos positivos para nenhum dos lados, nem mesmo ao Japão, que tem chineses e estadunidenses como principais parceiros econômicos. Apesar do reaquecimento da indústria militar japonesa, pouco provável esta levaria ao engajamento aberto, ao contrário, a reconstituição de uma força armada sob as características regulares recolocar o Japão sobre o status de um Estado Normal, é a sua condição de “anormalidade” (a restrição constitucional outorgada pela constituição) que leva aos japoneses a maior dependência com os estadunidenses (ATANASSOVA-CORNELIS, 2009).

O futuro do Japão reside na sua capacidade de constantemente moldar suas instituições e sociedade frente as mudanças impostas pelo sistema internacional. Na metade do século XIX, o país realizou abruptas mudanças para não cair no subjugo do expansionismo ocidental, que resultou numa das mudanças mais significativas realizadas por um país asiático até então. Buscou galgar a condição de igualdade e acabou repetindo os procedimentos do ocidente. A modernização industrial, tecnológica e social logrou o país a um rápido desenvolvimento e permitiu uma segunda revolução nacional no país durante a Democracia Taishou. Após o término da segunda guerra as elites japonesas trataram de se adaptar dentro da conjuntura imposta pela democracia pós-guerra (戦後民主主義) que reinseriu o Japão dentro da nova ordem mundial imposta pela Guerra Fria.

O rápido crescimento econômico da década dos anos de 1960 até metade da década de 1990 levou o Japão a atingir a segunda maior economia do mundo, sofrendo o revés econômico decorrente dos acordos de Plaza. Notadamente a população japonesa busca se reinventar, se adaptar frente as adversidades de um cenário internacional cada vez mais competitivo para uma realidade desfavorável, e mesmo assim, sua sociedade consegue atingir valores consideráveis de desenvolvimento humano e econômico. Agora, onde a economia global verte em direção ao leste asiático, a competitividade cada vez mais se amplia e novamente, para superar dificuldades, o Japão deverá realizar mudanças e continuar se reinventando, conseguir uma condição de mediação entre ocidente e oriente pode ser uma alternativa, ou se colocar como um desafiador regional através do apoio dos Estados Unidos e fazer uma oposição ao crescimento chinês, ou até reaver a condição de cooperação entre Tokyo e Beijing, todas as alternativas ainda se encontram sobre a mesa, as escolhas que o povo e a elite japonesa deve tomar compete apenas a eles, contudo, o que se nota sobre a experiência da história moderna do Japão, é que sua sociedade sempre buscou preservar sua soberania frente as Grandes Potências.

REFERÊNCIAS

- ABUL Kamal. **Japan's “Grand Strategy” for the new millennium**. The Japan Times. April 29 2001. Tóquio, Japão. 2001.
- AKAMATSU Kaname. **A historical pattern of Economic Growth in Developing Countries**. The Developing Economies, 1, pg. 3-25, 1962.
- AKIMOTO Daisuke. **The Abe Doctrine Emergence of Japan's New Grand Strategy**. The Abe Doctrine: Emergence of Japan's New Grand Strategy. The Abe Doctrine, 2018. https://doi.org/10.1007/978-981-10-7659-6_8
- ALSINA JR., João Paulo Soares. **A Esfinge e o Tridente: Rio-Branco, Grande Estratégia e o Programa de Reaparelhamento Naval (1904-1910) na Primeira República**. Tese de Relações Internacionais, Universidade de Brasília (UnB). Brasília/DF, Brasil, 2014.
- AMORIM Celso. **A Grande Estratégia do Brasil**. Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Brasília/DF, Brasil, 2016.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. São Paulo/SP, Brasil. Ed. UNESP, 1996.
- ATANASSOVA-CORNELIS Elena. **Foreign Policy Instruments and Factors for Policy Change: Japan's Security “Normalisation” Reconsidered**. Asian Journal of Social Science, Vol. 38, No. 2, pp. 279-306, 2012. <http://www.jstor.org/stable/23654937>
- BUENO Eduardo Urbanski. **Paradigmas técnico-econômicos, Pactos de Elites e o Sistema Monetário Internacional**. Trabalho de conclusão de curso de Bacharel em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre/RS. Brasil, 2009.
- BUZAN Barry & Weaver, Olé. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge. Reino Unido, Cambridge University Press, 2003.
- CEPIK Marco e MACHADO Felipe. **O Comando do Espaço na Grande Estratégia Chinesa: Implicações para a ordem internacional contemporânea**. Carta Internacional (USP), v. 06, p. 112-131, São Paulo/SP. Brasil, 2011.
- CHA Victor. **Abandonment, Entrapment, and Neoclassical Realism in Asia: The United States, Japan, and Korea**. International Studies Quarterly, Volume 44, Issue 2, June 2000, Pages 261–291, 2000. <https://doi.org/10.1111/0020-8833.00158>
- CHAPPLE Julian. **The Dilemma Posed by Japan's Population Decline**. Electronic journal of contemporary Japanese studies. Discussion Paper 5, 2004. <https://www.japanesestudies.org.uk/discussionpapers/Chapple.html>

CHIARELLI João Rodrigues. **Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) como ferramenta política: Mecanismos de integração regional**. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre/RS, Brasil, 2009. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18433>

CHIARELLI João; FIALHO Vinícius; UNGARETTI Carlos; RODRIGUES Alexandre; PADILHA, Alexandre. **O modelo de integração regional chinês no século XXI**. Recife/PE, Brasil. Boletim do Tempo Presente, v. 08, n. 04, p.141-166, Out./Dez. 2019. <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente>

CLAUSEWITZ Carl von. **On War**. Nova Jersey, Estados Unidos. Princeton University Press. 1984.

CLARKE Michael. **Beijing's Pivot West: The Convergence of Innenpolitik and Aussenpolitik on China's 'Belt and Road'?** Journal of Contemporary China, 29:123, pg. 336-353, 2020.

COLLIGNON Richard and USUI Chikako. **The Resilience of Japan's Iron Triangle**. Asian Survey, 41:5, pp. 865–895. Califórnia, Estados Unidos, University of California, 2001.

DRUCKER, Peter F.. **What we can learn from Japanese management**. Harvard Business Review. Harvard Business School Publishing, Cambridge, Estados Unidos, 1971.

DRUCKER, Peter F.. **Behind Japan's success**. Harvard Business Review. Cambridge, Estados Unidos, Harvard Business School Publishing, 1981. <https://hbr.org/1981/01/behind-japans-success>

DRUCKER, Peter F.. **In Defense of Japanese Bureaucracy**. Foreign Affairs, 1998. <http://www.foreignaffairs.com/articles/54394/peter-f-drucker/in-defense-of-japanesebureaucracy>

EBERHART Paul. **Grand Strategy of the United States: A Study of the Process**. Joint Forces Staff College. Joint Advanced Warfighting School. Dissertação em Ciências em Planejamento de Campanha Conjunta e Estratégia, Universidade de Norfolk. Norfolk, Reino Unido, 2009.

ESSELTROM Erik. **The 1960 'Anpo' Struggle in The People's Daily 人民日報: Shaping Popular Chinese Perceptions of Japan during the Cold War (人民日報に見る1960年安保闘争—冷戦中中国の一般的日本観の形成)**. The Asian-Pacific Journal. Volume 10, Issue 51, Number 1. December 16, 2012. <https://apjif.org/2012/10/51/Erik-Esselstrom/3869/article.html>

ESTADOS UNIDOS. **Sasakawa Peace Foundation USA**. Washington, Estados Unidos, 2023. <https://spfusa.org>

ESTADOS UNIDOS. **The Military Balance Index of TABLES**, 122:1, p. 4, 2021. doi.org/10.1080/04597222.2022.2034359

FIORI, José Luís, MEDEIROS, Carlos & SERRANO, Franklin. **O mito do colapso do poder americano**. Ed. Record. Rio de Janeiro/RJ, Brasil, 2008.

FURTADO Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Ed. 32. Companhia Editais Nacionais. Biblioteca Unlvctsitatia. Série 2, Citadas social í v. 23, 2003.

FURUOKA Fumitaka. **Japan and the 'Flying Geese' Pattern of East Asian Integration**. In: eastasia.at Vol. 4, No. 1, October, 2005.

GRABOWIECKI Jerzy. **Keiretsu Group: Their role in the Japanese economy and a reference point of other countries**. Institute for Developing economies. Japan External Trade Organization (JETRO), Tóquio, Japão. Visiting Research Fellow Monograph Series. Nº 413, 2006.

GREEN Michael and COOPER Zack. **Strategic Japan: New Approach to Foreign Policy and the US-Japan Alliance**. Center for Strategic and International Studies (CSIS). Washington, Estados Unidos, 2000.

HALL Stuart. **Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais**. Ed. UFMG/UNESCO. Belo Horizonte/MG, Brasil, 2003.

HARADA Yoko. **The occident in the orient or the orient in the occident?: reception of Said's orientalism in Japan**. Centre for Asia Pacific Social Transformation Studies Faculty of Arts University of Wollongong, Nova Gales do Sul, Austrália, 2005.
<https://ro.uow.edu.au/artspapers/727>

HART Liddell. **Strategy**. Editora Praeger, Segunda Edição Revisada. Nova Iorque, Estados Unidos, 1967. <https://archive.org/details/strategy-b.-h.-liddell-hart/page/n7/mode/2up>

HAYAMI Akira. **The Early Epidemic (Autumn 1918–Spring 1919)**. The Influenza Pandemic in Japan, 1918-1920: The First World War Between Humankind and a Virus. Publisher: 日本を襲ったスペイン・インフルエンザ. 1º janeiro, 2015.
<http://id.nii.ac.jp/1368/00006047/>

HOOL, Glenn; GILSON, Julie; HUGHES, Christopher and DODSON, Hugo. **Japan's International Relations: Politics, Economics and Security**. Routledge Taylor and Francis Group. 2001.

HOSOYA Chihiro. **Tanaka Diplomacy and its Pro-British Operation 1927-29**. In: Conflict and Amity in East Asia. Páginas 16-29. Publisher Palgrave Macmillan London. Londres, Reino Unido, 1992. <https://doi.org/10.1007/978-1-349-12160-1>

HOSOYA Yuichi. **The Rise and Fall of Japan's Grand Strategy: The Arc of Freedom and Prosperity and the Future Asian Order**. Asia-Pacific Review, 18:1, pg. 13-24, 2011.
<http://dx.doi.org/10.1080/13439006.2011.582677>

HOSOYA Yuichi. **Japan's Two Strategies for East Asia: The Evolution of Japan's Diplomatic Strategy**, *Asia-Pacific Review*, 20:2, pg. 146-156, 2014.
<http://dx.doi.org/10.1080/13439006.2013.863825>

HOSOYA Yuichi. **Japan's Security Policy and East Asia**. Y. Sohn, T. J. Pempel (eds.), *Japan and Asia's Contested Order*, In: *Asia Today*, 2019. https://doi.org/10.1007/978-981-13-0256-5_9

HOTTA Eri. **Pan-Asianism and Japan's War 1931-1945**. Palgrave Macmillan, Nova Iorque, Estados Unidos, 2007.

HUGHES Christopher W.. **Japan's Foreign and Security Policy Under the 'Abe Doctrine': New Dynamism or New Dead End?** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015.

INOBUCHI Takashi. **Japan what Power what Strategy?** Institut français des relations internationales, Politique étrangère. 2008/5 Hors series, pg. 35-49.
<https://www.cairn.info/revue-politique-etrangere-2008-5-page-35.htm>

ISHIKAWA Akihiro. **Modernization: Westernization vs. nationalism: A historical overview of the japanese case**. *Development and Society*, vol. 31, no. 2, pp. 281–288., 2002.
www.jstor.org/stable/deveandsoci

JANSEN, Marius. **The Making of Modern Japan**. The Belknap Press of Harvard University. Cambridge, Massachusetts, Londres, Reino Unido, 2000.

JAPÃO. **Coleção Digital da Biblioteca da Dieta Nacional**. (国立国会図書館デジタルコレクション *National Diet Library Digital Collection*). Tóquio, Japão [2023].
<https://dl.ndl.go.jp/>

JAPÃO. **Departamento de Estatística do Japão**. (統計局 *Statistics Bureau of Japan* [SBJ]), Tóquio, Japão. [2023] <https://www.stat.go.jp/english/index.html>

JAPÃO. **Instituto Japonês de Assuntos Internacionais**. (日本国際問題研究所 *Japan Institute for International Affairs*), Tóquio, Japão. [2023] <https://www.jiia.or.jp/>

JAPÃO. **Instituto Japonês de Política e Treinamento do Trabalho**. (独立行政法人労働政策研究 *The Japan Institute for Labour Policy and Training* [JILPT]), Tóquio, Japão. [2023].
<https://www.jil.go.jp/outline/index.html>

JAPÃO. **Meiji Showa. Japanese Dates Japanese years and their CE equivalent**. [2023].
<https://www.meijishowa.com/info/72/japanese-dates>

JAPÃO. **Ministério da Defesa**. (防衛省 *Ministry of Defense* [MOD]), Tóquio, Japão. [2023].
<https://www.mod.go.jp/en/>

JAPÃO. **Ministério da Economia, Comércio e Indústria**. (経済産業大臣 *Minister of Economy, Trade and Industry* [METI]). Tóquio, Japão. [2023]
<https://www.meti.go.jp/english/index.html>

KANEHARA Nobukatsu. **Japan Grand Strategy: State, National Interests and Values.** (. 兼原信克「国家、国益、価値と外交・安全保障」谷内正太郎編『論集 日本の外交と総合的安全保障』、ウェッジ、2011年、17-56頁). Wedge, 2011, pp. 17-56). 日本国際問題研究所 (*Japan Institute for International Affairs*), Tóquio, Japão, 2011.
<https://www.jiia.or.jp/>

KANEHARA Nobukatsu. **Japan Grand Strategy and Universal Values.** Discurso oficial Vice-Secretário-Geral do Secretariado de Segurança Nacional e Secretário-chefe Adjunto do Gabinete do Primeiro-Ministro do Japão na Universidade de Colúmbia. Colúmbia, Estados Unidos. 11 de abril de 2017.

KANEHARA Nobukatsu. **History and Diplomacy: Perspective from Japan.** Japan Review Vol.1 No.1 Fall 2017.

KANEHARA Nobukatsu. **Toward a Free and Open Indo-Pacific Region: Japan's Grand Strategy.** Series: *Trajectory of Heisei, way forward to Reiwa (Special Contribution)*. 日本国際問題研究所 (*Japan Institute for International Affairs*), Tóquio, Japão, 2020.
<https://www.jiia.or.jp/>

KAPUR Nick. **現代日本の原点：60年安保闘争の街頭の怒り.** (*Japan's Streets of Rage: The 1960 US-Japan Security Treaty Uprising and the Origins of Contemporary Japan*). The Asia-Pacific Journal, Japan Focus Volume 18, Issue 11 Number 3. May 25, 2020.

KATAGIRI Nori. **Shinzo Abe's Indo-Pacific Strategy: Japan's recent achievement and future direction.** Asian Security, 2019. <https://doi.org/10.1080/14799855.2019.1607304>

KATSUMATA Yukiko. **The impact of population decline and population aging in Japan from the perspective of social and labor policy.** Expert group meeting on policy responses to population aging and population decline. *Population Division Department of Economic and Social Affairs United Nations Secretariat New York*, 16-18 October 2000.

KAWASHIMA Shin. **The Origins of the Senkaku/Diaoyu Islands Issue,** In: Asia-Pacific Review, 20:2, pg. 122-145, 2014. <http://dx.doi.org/10.1080/13439006.2013.874619>

KAWASHIMA Shin. **Postwar Japan-China Relations: A Consideration from the Perspective of Reconciliation,** Asia-Pacific Review, 22:2, pg. 28-43, 2015.
<http://dx.doi.org/10.1080/13439006.2015.1123134>

KAWASAKI Tsuyoshi. **The Yoshida Doctrine: A Conceptual Analysis.** A paper prepared for the annual convention of the International Studies Association, Honolulu, Honolulu, Estados Unidos, pg. 1-5. março/2005.

KEBEDE, Messay. **Japan and Ethiopia: An Appraisal of Similarities and Divergent Courses.** Papers of the XIIIth International Conference of Ethiopian Studies. Kyoto, Japão. 12-17 de dezembro de 1997. https://ecommons.udayton.edu/phl_fac_pub/114

KITAOKA Shinichi. **The Strategy of the Maritime Nation Japan: From Yukichi Fukuzawa to Shigeru Yoshida.** 国立国会図書館デジタルコレクション (*National Diet Library Digital Collection*). Tóquio, Japão, 2003. <https://dl.ndl.go.jp/>

KITAOKA Shinichi. **A Look Back on the Work of the Joint Japanese-Chinese History Research Committee**, *Asia-Pacific Review*, 17:1, pg. 6-20, 2010. <http://dx.doi.org/10.1080/13439006.2010.484654>

KITAOKA Shinichi. **A New Asian Order and the Role of Japan**, *Asia-Pacific Review*, 18:2, pg. 1-13, 2011. <http://dx.doi.org/10.1080/13439006.2011.640579>

KITAOKA Shinichi. **Japan Seventy Years after World War II: From a Challenger to a Supporter of the International Order**, *Asia-Pacific Review*, 22:2, pg. 3-13, 2015. <http://dx.doi.org/10.1080/13439006.2015.1107259>

KITAOKA Shinichi. **Sustainable Development Goals and Japan's Official Development Assistance (ODA) Policy: Human Security, National Interest, and a More Proactive Contribution to Peace**, *Asia-Pacific Review*, 23:1, pg. 32-41, 2016. <http://dx.doi.org/10.1080/13439006.2016.1195951>

KITAOKA Shinichi. **The Significance of the Meiji Restoration**, *Asia-Pacific Review*, 25:1, pg. 5-18, 2018. <https://doi.org/10.1080/13439006.2018.1475706>

KITAOKA Shinichi. **New Era, New Path for New Monarch**, *Asia-Pacific Review*, 26:2, pg. 20-25, 2019. <https://doi.org/10.1080/13439006.2019.1692527>

KITAOKA Shinichi. **Chapter 1. Meiji Revolution: Start of Full-Scale Modernization.** Seven Chapters on Japanese Modernization. JICA-Open University of Japan. Makuhari, Chiba. Tóquio, Japão. 2019. <https://www.jica.go.jp/dsp-chair/english/chair/modernization/index.html>

KITCHEN Nicholas. **Systemic pressures and domestic ideas: a neoclassical realist model of grand strategy formation.** *Review of International Studies*, British International Studies Association, 36, pg. 117–143, 2010.

KHANNA Parag. **The Future is Asian: Commerce, Conflict and Culture in the 21st Century.** Simon and Schuster edition. Nova Iorque, Estados Unidos, 2019.

KOGA Kei. **Japan's Indo-Pacific question: countering China or shaping a new regional order?** *International Affairs* 96: 1 (2020) pg. 49–73; Publicado pela Oxford University Press em nome do The Royal Institute of International Affairs, Oxford, Reino Unido, 2020.

KRAUSS Ellis and MAULL, Hanns. **Germany, Japan and the Fate of International Order.** *Survival*, 62:3, pg. 159-178, 2020. <https://doi.org/10.1080/00396338.2020.1763619>

KUNO Yoshi Saburo. **What the Japan wants.** Thomas Crowell Company. Nova Iorque, Estados Unidos, 1921.

<https://archive.org/details/whatjapanwants00kunogoog/page/n29/mode/1up?ref=ol&view=theater>

KUROKI Maiko. **Nationalism in Japan's Contemporary Foreign Policy: A Consideration of the Cases of China, North Korea, and India.** Tese de Relações Internacionais pela London School (LSE). Londres, Reino Unido. 2013.

KUSUMOTO Machiko. **日英博覧会と明治政府の外交戦略** (*Japan British Strategy in 1910 and Diplomatic Strategies of the Meiji Government*). Arquivo Digital da Aichi Shukutoku, Universidade de Aichi Shukutoku. Nagakute, Japão. 2013. <https://askar.repo.nii.ac.jp/>

MAGNO Bruno; BUENO Eduardo Urbanski; CHIARELLI João Rodrigues. **O Legado Hatoyama.** VI Encontro com o Japão: as imigrações, influências culturais e políticas internacionais. UFRGS. Porto Alegre/RS, Brasil, 2010.

MARTINS, José Miguel Quedi (Org.). **Relações Internacionais Contemporâneas 2012/2: Estudos de Caso em Política Externa e de Segurança.** Publicado pelo Instituto Sul Americano de Política e Estratégia (ISAPE). Porto Alegre/RS, Brasil, 2013.

MASAKI Hisane. **Japan's historic step toward the first revision of its postwar pacifist constitution.** World Security Network, 18 de maio de 2007. <https://www.worldsecuritynetwork.com/Japan/hisane-masaki/Japan%E2%80%99s-historic-step-toward-the-first-revision-of-its-postwar-pacifist-constitution>

MATSUMURA Masahiro. **The Japanese State Identity as a Grand Strategic Imperative.** The Brookings Institution. Washington, Estados Unidos, 2008.

MIYAMOTO Shiguenoli e WATANABE Paulo Daniel. **Towards an uncertain future? The strengthening of Japan's autonomy in Asia-Pacific.** In: Revista Brasileira de Política Internacional 57 (1), pg. 98-116, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400106>

MILEVSKI Lucas. **Grand Strategy is Attrition: The logic of integrating various forms of Power in Conflict.** Strategic Studies Institute, Escola de Guerra do Exército dos Estados Unidos, Washington, Estados Unidos. 2019. <https://www.jstor.org/stable/resrep20077>

MIYAZAKI Silvio Yoshiro. **Regionalismo no Pacífico Asiático: Integração econômica orientada pelo comércio externo.** In: Revista de Economia Política, vol. 16, n° 1 (61), janeiro/março. Rio de Janeiro/RJ, Brasil. 1996.

MOCHIZUKI Mike. **Change in Japan's Grand Strategy: Why and How much?** In: Asian Policy, n° 4, pg. 187-211, julho 2007. <https://www.nbr.org/asia-policy/>

MORITA Akio. **Made in Japan: Akio Morita e a Sony.** Editora Livraria Cultura. São Paulo/SP, Brasil. 1986.

MORITA Akio and ISHIHARA Shintaro. **The Japan that can say No.** Published in Japan by Konbusha Publishing Ltd. Kappa-Holmes, 2013.

MUNAKATA Naoko. **The Impact of the Rise of China and Regional Economic Integration in Asia: A Japanese Perspective**. Declaração de Munakata Naoko, Senior Fellow, Instituto de Pesquisa de Economia, Comércio e Indústria (RIETI), Japan Visiting Scholar, Sigur Center for Asian Studies, The George Washington University. Antes da Audiência da Comissão de Revisão Econômica e de Segurança EUA-China sobre o crescimento da China como potência econômica regional: impactos e implicações, Washington, EUA. 2003.

NAKANISHI Terumasa and IKLE Fred. **Japan Grand Strategy**. Foreign Affairs, Council on Foreign Relations, Vol. 69, No. 3, pp. 81-95, 1990. <http://www.jstor.org/stable/20044402>

NISHIHARA Daisuke. **Said, Orientalism, and Japan**. إدوارد سعيد و التقويض النقدي للإستعمار (*Edward Said and Critical Decolonization*) Cairo, Egito. Published by: Department of English and Comparative Literature, American University in Cairo and American University in Cairo Press. Alif: Journal of Comparative Poetics, No. 25. pg. 253-241, 2005. <http://www.jstor.org/stable/4047459>

NISHIKAWA Shunsaku. **Fukuzawa Yukichi**. Prospects: the quarterly review of comparative education (UNESCO: International Bureau of Education), vol. XXIII, no. 3/4, pg. 493–506, 1993.

NYE Joseph. **Cooperação e conflito nas Relações Internacionais**. São Paulo/SP, Brasil. Ed. Gente, 2009.

OKUDA Hiroko. **Japanese Prime Minister Koizumi's Call for International Cooperation: An Analysis from English and Japanese Perspectives**. In: Journal of International and Intercultural Communication. Vol. 2, 2009. <https://doi.org/10.1080/17513050902985315>

OH Hak-Soo. **Labor Unions in Japan**. Japan Labor Issues, Tóquio, Japão. vol.5, no.34, 2021. <https://www.jil.go.jp/english/jli/documents/2021/034-04.pdf>

PARETO Vilfredo. **Tratado de sociologia geral**. In: Série de Grandes Cientistas Sociais, n° 43. São Paulo/SP. Brasil: Ed.Ática, 1984.

PEMPEL T. J. **Japan Working to Shape the Regional Order**. Y. Sohn, T. J. Pempel (eds.), Japan and Asia's Contested Order, Asia Today, 2019. https://doi.org/10.1007/978-981-13-0256-5_10

PITT Rômulo. **Indonésia: o desafio da liderança regional**. Dissertação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre/RS, Brasil, 2014.

RIBEIRO Herejk Erik. **Grande Estratégia da Índia: Ascensão de uma Nova Grande Potência no Século XXI?** Tese em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre/RS, Brasil, 2019.

SAID Eduard. **Orientalism**. Ed. Vintage Books. A Division of Random House, Nova Iorque, Estados Unidos, 1979.

SAMUELS Richard J.. **Japan Emerging Grand Strategy**. National Bureau of Asian Research. Asia Policy, Number 3, pp. 57-64, 2007. <https://doi.org/10.1353/asp.2007.0009>

SAMUELS Richard J.. **Securing Japan: The Current Discourse**. In: Journal of Japanese Studies, 33:1 Society for Japanese Studies, 2007.

SAMUELS Richard J.. **Securing Japan: Tokyo Grand Strategy and the Future of East Asia**. Palestra proferida na Japan Society, Nova Iorque, Estados Unidos, dez/2007. https://www.japansociety.org/page/multimedia/articles/imported_corporate_notes/securing_japan_tokyos_grand_strategy_and_the_future_of_east_asia

SATAKE Tomohiko and SAHASHI Ryo. **The Rise of China and Japan's 'Vision' for Free and Open Indo-Pacific**, Journal of Contemporary China, 2020. <https://doi.org/10.1080/10670564.2020.1766907>

SATO Seizaburo. **Three major twentieth century trends and Japan's future role**, In: Asia-Pacific Review, 3:1, pg. 4-20, 1996. <http://dx.doi.org/10.1080/13439009608719915>

SATO Seizaburo. **The clash of civilizations: A view from Japan**, In: Asia-Pacific Review, 4:2, pg. 7-23, 1997. <http://dx.doi.org/10.1080/13439009708719948>

SATO Seizaburo. **Why the shift from kokubô (national defense) to anzen hoshô (security)? A study of the basic issues surrounding Japan's security**, In: Asia-Pacific Review, 7:2, pg. 12-32, 2000. <http://dx.doi.org/10.1080/713650820>

SILVA Athos M. M. da. **Às relações entre a República Popular da China e o Japão: da Guerra Fria à interdependência**. Dissertação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre/RS, Brasil, 2012.

SILVA Athos M. M. da. **A resposta da China ao desafio ocidental imperialista: A busca de revolução nacional**. 6º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). Belo Horizonte/MG, Brasil, 2017.

SHIRAISHI Takashi. **Chapter 6. From "Japan and Asia" to "Japan in Asia"**. Seven Chapters on Japanese Modernization. JICA-Open University of Japan. Makuhari, Chiba: BS231, Aug (2019). <https://www.jica.go.jp/dsp-chair/english/chair/modernization/index.html>

SHU Min. **The Rise and Fall of Functional Leadership in East Asian Regionalism. Community or Competition?** In: Re-Assessing Multilateralism & Regionalism in East Asia ISA Annual Convention San Francisco. São Francisco, Estados Unidos, 2013.

SUDO Suelo. **The Road to Becoming a Regional Leader: Japanese Attempts in Southeast Asia**. Pacific Affairs, Vol. 61, No. 1 (Spring, 1988), pp. 27-50 Published by: Pacific Affairs, University of British Columbia, 1988. <http://www.jstor.org/stable/2758071>

SUGAWARA Takeshi. **A Matter of Imperial Defence: Arthur Balfour and the Anglo-Japanese Alliance, 1894-1923**. A thesis submitted in fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy University of East Anglia School of History. Norwich. Norwich, Reino Unido, 2014.

SZPILMAN Christopher. **Kita Ikki and the Politics of Coercion**. In: *Modern Asian Studies*, Vol. 36, No. 2 (May, 2002), pp. 467-490 Cambridge University Press, 2002.
<http://www.jstor.org/stable/3876662>

TAKAHASHI Kosuke. **Shinzo Abe's Nationalist Strategy. With his overt nationalism and his historical revisionism, Shinzo Abe has a plan for Japan**. In: *The Diplomat*. 13 de fevereiro de 2014. <https://thediplomat.com/2014/02/shinzo-abes-nationalist-strategy/>

TAKEDA Isami. **Australia-Japan Relations in the Era of The Anglo-Japanese Alliance (1896-1911)**. Tese em Relações Internacionais pela Universidade de Sydney. Sydney, Austrália, 1984. <https://ses.library.usyd.edu.au/handle/2123/2450>

TAKEHIKO Noguchi and CRAIG Teruko. **Mishima Yukio and Kita Ikki: The Aesthetics and Politics of Ultrationalism in Japan**. Published by: The Society for Japanese Studies In: *Journal of Japanese Studies*, Vol. 10, No. 2, pp. 437-454, 1984.
<http://www.jstor.org/stable/132145>

TANG Siew Man. **Japan's Grand Strategy shift from Yoshida to Koizumi: Reflections on Japan's Strategic focus in the 21st Century**. Kuala Lumpur, Malaysia, In: *Akademika* 70, pg 117-136. 2007.

TEO Victor. **Japan 's Arduous Rejuvenation as a Global Power: Democratic Resilience and the US-China Challenge**. Editora Palgrave Macmillan. The University of Hong Kong. Hong Kong, China. 2019. <https://doi.org/10.1007/978-981-13-6190-6>

TILLY Charles. **War making and state making as organized crime**. In: *Bringing the state back in*. Edited by Peter Evans, Dietrich Rueschemeyer, and Theda Skocpol. Cambridge, Reino Unido: Cambridge Univ. Press. pp. 169-186, 1985.

TORRES FILHO Ernani Teixeira. **O mito do sucesso: uma análise da economia japonesa no pós-guerra (1945-1973)**. Dissertação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro/RJ, Brasil, 1983.

TORRES FILHO Ernani Teixeira. **A Economia Política do Japão: Reestruturação econômica e seus impactos nas relações Nipo-brasileiras (1973-1990)**. Tese em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro/RJ, Brasil, 1992.

TORRES FILHO Ernani Teixeira. **Japão: Da Industrialização Tardia à Globalização Financeira**. In: *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. José Luís Fiori. (Org.). Petrópolis/RJ, Brasil. Vozes, p. 223-250, 1999.

TORRES FILHO Ernani Teixeira. **A crise do sistema financeiro globalizado contemporâneo**. Revista de Economia Política, vol. 34, nº 3 (136), pp. 433-450, julho-setembro/2014. <https://www.scielo.br/pdf/rep/v34n3/v34n3a05.pdf>

TORRES FILHO Ernani Teixeira. **O sistema financeiro globalizado contemporâneo: Estrutura e perspectivas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ipea, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, 1995.

UEDA Eimon, HAYASHIDA Masato, KANAYAMA Hisayama and INOUCHI Masatoshi. **East Asia and Japan: Japan's diplomatic strategy for seeking common interests**, In: Asia-Pacific Review, 2:1, pg. 127-159, 1995. <http://dx.doi.org/10.1080/13439009508719898>

UEHARA Alexandre Ratsuo. **A política externa do Japão no final do século XX: O que faltou?** Ed. Fundação Japão, Editora Anna Blume, São Paulo/SP, Brasil. 2003.

UNOKI Ko. **International Relations and the Origins of the Pacific War**. Editora Palgrave Macmillan. Londres, Reino Unido, 2016.

VIGEVANI Tullo e CEPALUNI Gabriel. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação**. Contexto Internacional [online]. v. 29, n. 2, pp. 273-335, 2007. <https://doi.org/10.159>

VOGEL Ezra F.. **China and Japan: Facing History**. Londres, Reino Unido. The Belknap Press of Harvard University Press Cambridge, 2019.

WAGENAAR Wester. **Wacky Japan: A new face of Orientalism**. Asia in Focus, 2017. <http://asiainfocus.dk/wp-content/uploads/2017/07/wacky-japan.pdf>

WATANABE Akio. **The Future of the Asia-Pacific Region**, In: Asia-Pacific Review, 20:2, pg. 116-121, 2013. <http://dx.doi.org/10.1080/13439006.2013.852869>

WALTZ Kenneth. **Theory of International Politics**. Reading, Estados Unidos. University of California, Berkeley. A yy. Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WEBER Torsten. **Asianism During World War One: Macro-Nationalism or Micro-Worldism?** Embracing 'Asia' in China and Japan, Palgrave Macmillan Transnational History Series 2017. https://doi.org/10.1007/978-3-319-65154-5_4

WU Chunqiu. **Dialects and the study of Grand Strategy: A chinese view**. China Aerospace Studies Institute, 2002. <https://www.airuniversity.af.edu/>

YAMAZAKI Masakazu. **The Heisei Era in the History of Japan**, In: Asia-Pacific Review, 26:2, pg. 5-15, 2019. <https://doi.org/10.1080/13439006.2019.1688930>

YANO Toru. **The "Fukuda Doctrine" and its implication for Southeast Asia: A Japanese Perspective**. Southeast Asian Affairs, southeast Asian Affairs. Published by: Institute of Southeast Asian Studies (ISEAS), pp. 60-64, 1978.

YASUTOMO Dennis. **Why Aid? Japan as an “Aid Great Power”**. Published by: Pacific Affairs, University of British Columbia, Vancouver, Canadá. Pacific Affairs, Vol. 62, No. 4, pp. 490-503 1990.

YOSHIDA Tadahiro. **East Asian Regionalism and Japan**. APEC Study Center: Institute of Developing Economics, JETRO. Tóquio, Japão. Working Paper Series 03/04 n° 9, 2004.

YOSHIKAWA Yukie. **Japan's Asianism: 1868-1945 dilemmas of japanese modernization**. Washington, Estados Unidos. The Edwin O. Reischauer Center for East Asian Studies. Johns Hopkins University SAIS, 2009.

YUAN Chong. **East Asian Integration and Japan's Regional Policy**. Research Fellow Paper presented at The Japan Forum on International Relations, Inc. Tóquio, Japão. 2010.

ZAKOWSKI Karol, BOCHORODYCZ Beata and SOCHA, Marcin. **Japan's Foreign Policy Making: Central Government Reforms, Decision-Making Process and Diplomacy**. Nova Iorque. Ed. Springer, 2018.

ZHANG Feng. **Chinese hegemony: grand strategy and international institutions in East Asian history**. Califórnia, Estados Unidos. Stanford University Press. Stanford, 2015.

GLOSSÁRIO DE TERMOS

A

Acordo de Plaza (ver *Endaka*):

Acordo assinado em 22 de setembro de 1985 entre os Ministros da Finança de Japão, Estados Unidos, Reino Unido, França e Alemanha Ocidental, e são os cinco maiores investidores dos títulos do Banco Mundial naquela época. O Acordo de Plaza consistia na intervenção do Banco Central Americano para desvalorizar o valor do dólar frente o Yen e o Marco alemão. A proposta era de que a desvalorização permitiria tornar as exportações americanas mais baratas, permitindo que Japão e Alemanha pudessem adquirir bens e serviços de forma mais acessível. Contudo, o Acordo falhou, pois, não atingiu sua meta central, reduzir o gigantesco déficit americano nas relações comerciais entre EUA-Japão, contudo, um dólar mais barato, permitiu que os EUA pudessem reduzir o déficit com outros países. É atribuído que o Acordo de Plaza produziu um Yen fortemente valorizado, o *Endaka*.

Assistência Oficial ao Desenvolvimento

O modelo de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA na sigla em inglês) é um mecanismo criado dentro da Organização Econômica de Cooperação e Desenvolvimento (OECD) que define que o fluxo de investimento financeiramente para países em desenvolvimento, desta forma é acertada que os países-membros da OECD repassaram 1% de seu PIB para auxílio a promoção de desenvolvimento, que poderiam ser empregados na área de transferência tecnológica, a fundo perdido, assistência social, cooperação em pesquisa e outros que pudessem auxiliar os países menos desenvolvidos, sendo vedado o emprego de ODA para área de defesa ou militar. O Japão, após a Segunda Guerra, como forma de melhorar suas relações diplomáticas corroídas devido à guerra, utiliza estes mecanismos como ferramenta política, colocando a JICA (*Japan International Cooperation Agency*) como principal instituição destinada para emprego destes recursos (CHIARELLI, 2009). Ver Poder Brando.

Autofortalecimento (Movimento Político)

Movimento político chinês que iniciou em 1861 como a derrota do governo de Beijing frente à Rebelião Taiping (1860) que levou à intervenção de forças britânicas e francesas dentro do seu território. A derrota da corte de Qing e a vitória das potências ocidentais frente ao movimento Taiping evidenciou não apenas o atraso tecnológico, mas científico e da própria gestão do estado chinês. “A ideia era modernizar militarmente a China, obtendo a tecnologia ocidental, mas tentando manter as instituições chinesas. Não deu certo, entre outras razões, porque para sustentar um exército moderno era necessário ter indústria. A China tentou industrializar, mas não conseguia centralizar recursos suficientes para investir em indústrias nascentes nem em infraestrutura” (SILVA, 2017). O Movimento de Autofortalecimento buscou modernizar a China buscando adaptar instituições ocidentais para a gestão nacional, entretanto, parte das elites chinesas não foi favorável, interesses internos e disputas com a aristocracia criaram resistência para a aceitação de valores que levavam a maior perda de poder da elite nacional e o movimento acabou por terminar após a derrota da China na primeira Guerra Sino-japonesa em 1895. Ver Restauração Meiji.

Artigo 9º

Artigo 9º da Constituição japonesa, outorgada em 1945 após a rendição incondicional para as Forças Alidas preve a limitação do emprego de forças armadas do país para evitar um novo escalonamento militar na região. Entretanto, a limitação como escrita no ano de sua promulgação, coibia que o país dispusesse inclusive meios de se defender contra uma ação hostil interna, o que levou juristas e políticos a realizarem interpretações da letra da lei, no que resultou que o Japão pudesse constituir forças armadas em condições de autodefesa (*Japan Self Defence Force - JSDF*), sem com isso violar a constituição. De fato, as forças de autodefesa atuam como um forças armadas convencionais, excetuando meios militares ofensivos, como mísseis balísticos e arsenal nuclear. O artigo originalmente foi escrito em inglês e depois traduzido ao japonês.

Capítulo II. Renúncia da Guerra

Artigo 9. Aspirando sinceramente por uma paz internacional baseada na justiça e na ordem, o povo japonês renuncia para sempre à guerra como direito soberano da nação e à ameaça ou uso da força como meio de resolução de disputas internacionais.

(2) Para atingir o objetivo do parágrafo anterior, as forças terrestres, marítimas e aéreas, bem como outros potenciais de guerra, nunca serão mantidos.

O direito de beligerância do Estado não será reconhecido. (tradução nossa)⁰

B

Banco de Desenvolvimento Asiático (BDA)

Banco de Desenvolvimento Asiático ou *Asian Development Bank* (ADB) em inglês, é um banco de desenvolvimento internacional, com sede nas Filipinas, Mandaluyong, e tem como objetivo fomentar projetos de infraestrutura e desenvolvimento nos países asiáticos. Fundado em 1966 para promover o desenvolvimento regional, numa forma de criar um Banco Mundial, mas dedicado às economias asiáticas. O Japão foi o principal investidor para criação do fundo, com 21% do montante e a maior parte dos projetos investidos foram destinados à Indonésia, Tailândia, Malásia, Coreia do Sul e Filipinas.

Bandwagoning

Conceito empregado na área de Relações Internacionais para explicar o comportamento de nações no sistema internacional. A estratégia do Bandwagoning é de um Estado soberano que decide aderir a uma parceria ou aliança com outra nação mais forte para fins de garantir a sua própria soberania, mesmo que isto implique em perda parcial da sua autonomia no sistema internacional.

Big-4

O termo “Big 4” se refere aos quatro principais grandes conglomerados – Mitsui, Mitsubishi, Sumitomo e Yasuda – do Japão que, sozinhos, comportam os principais setores econômicos do país, tanto do setor financeiro quanto industrial.

⁰ Chapter II. Renunciation of War

Article 9. Aspiring sincerely to an international peace based on justice and order, the Japanese people forever renounce war as a sovereign right of the nation and the threat or use of force as means of settling international disputes.

(2) In order to accomplish the aim of the preceding paragraph, land, sea, and air forces, as well as other war potential, will never be maintained. The right of belligerency of the state will not be recognized

Biblioteca da Dieta Nacional do Japão. Termo: *The Constitution and Other Documents*. <https://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/c01.html>

Bretton Woods, Sistema de

O Sistema de Bretton Woods estabeleceu o sistema monetário internacional após o fim da Guerra Fria, estabelecendo as regulações comerciais e financeiras entre Estados Unidos, Canadá, Alemanha Ocidental, Austrália e Japão. Foi a primeira iniciativa coordenada entre estados independentes de estabelecer a regulação do sistema monetário, definindo o limite de 1% das reservas atreladas ao ouro e permitindo que o Fundo Monetário Internacional (FMI) pudesse atuar nos desequilíbrios de pagamento para fins de evitar uma competição de desvalorização cambial de moedas entre países. O sistema Bretton Woods produziu a padronização do lastreamento das principais moedas internacionais. Em 1970, o presidente da França, Charles de Gaulle, para reduzir o impacto da economia americana em seu país, reduziu todas suas reservas em dólar e as converteu em ouro, em retaliação, em 1971 quando, unilateralmente, os Estados Unidos romperam com o lastreamento dólar-ouro e adotaram o câmbio flutuante, conhecido como o Choque Nixon.

C

Curso Reverso

Após a rendição incondicional japonesa para as Forças Aliadas em 1945, o país foi ocupado e administrado pelo Comando Supremo das Forças Aliadas (*Supreme Command of Allied Forces*, SCAP) que tinha como objetivo desindustrializar e desmilitarizar o país. Entretanto, com a vitória das forças comunistas na China e o subsequente exílio de Chiang Kai-shek para a ilha de Formosa (Taiwan), além da eclosão da Guerra na Península Coreana que, nos primeiros anos de beligerância, foram desfavoráveis as forças ocidentais, os Estados Unidos necessitam constituir uma base econômica produtiva que desse apoio as forças do país na região do Leste Asiático. Desta forma, o projeto de desindustrializar o Japão fora revertido e Washington transferiu ao país patentes e tecnologias com o objetivo de que o país do arquipélago pudesse suprir as necessidades industriais americanas no país, devido a esta mudança abrupta de planejamento, a operação foi denominada de Curso Reverso. Uma das consequências do Curso Reverso foi a restauração das Forças Armadas japonesas, a reestruturação dos conglomerados industriais – que deixaram de serem organizações familiares tradicionais (Zaibatsu) e se tornaram conglomerados industriais burgueses (Keiretsu) e o estreitamento da aliança entre Estados Unidos e Japão, que legou a perseguição de lideranças trabalhistas, sindicalistas e de movimentos proletários no país durante o período

de ocupação (1945-1952), tal qual ocorrera durante a ocupação da parte sul da península coreana durante a Primeira República, da administração de Syngman Rhee (1946-1960).

D

Década Perdida (Japão)

A “década perdida”, (失われた十年, *Ushinawareta Jūnen*) é o período que compreende a estagnação econômica do Japão decorrente do “estouro da bolha econômica imobiliária”. De 1985 até 1991 o valor dos imóveis japoneses sofreu uma escala de valor que não mais possuíam mais relação com o valor real, antes da crise, a ilha que compreende o terreno do Palácio Imperial (皇居, *Kōkyō*) em Tokyo chegou a valer mais que toda a terra do estado da Califórnia (MORITA e ISHIHARA, 2013). Esta especulação desenfreada, somada ao princípio do *Endaka*, levou a uma crise de solvência e credibilidade do setor financeiro, atingindo não apenas os grandes conglomerados, as *Zaitech* como também o próprio sistema monetário japonês. Esta crise levou a uma estagnação econômica do país que, nestes últimos 26 anos, levou ao crescimento de apenas 0,1% da economia.

“Democracia Pós Guerra” (Termo político)

Apesar do termo “democracia pós guerra” (戦後民主主義) se refira ao período da Democracia Taishou (1912-1926) que foi um período de aumento de políticas progressistas após a vitória na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), no final a Segunda Guerra (1937-1945) o termo passou por uma nova interpretação e começou a se referir exclusivamente ao período da ocupação americana e posterior. Nos anos 90, o termo amplia sua significação para fazer distinção de valores “liberais”, “valores de movimentos de esquerda”, “pacifistas”, “pró ocidentais” e “individualistas” contra os valores “conservadores”, “reacionários”, “coletivistas”, “militaristas”, “nacionalistas”, que seriam os valores anteriores ao período denominada de “democracia pós guerra”. O escritor Mishima Yukio é um dos mais famosos críticos contra os valores da sociedade da “democracia pós guerra” e pode ser observado em suas obras, mais notadamente, em seus últimos trabalhos antes de falecer em 1970.

Diplomacia do Cheque

Podemos compreender a “diplomacia do cheque” (UEHARA, 2003) como um advento da Doutrina Yoshida, que pregava o economicismo das relações externas, o minimalismo

diplomático e o bilateralismo dominante com relação aos Estados Unidos. Ver Economicismo.

Doutrina (Japão)

Para a política externa japonesa, Doutrina são planos de atuação de expressão de interesses da orientação da atuação deste país no exterior. Em geral, as Doutrinas são princípios acordados entre as lideranças nacionais (ver Triângulo de Ferro) que compactuam sobre quais os princípios que deverão ser almejados. As doutrinas mais expressivas na história moderna japonesa são a Doutrina Yoshida e a Doutrina Fukuda, mas também é possível compreender que tanto a Diplomacia Shidehara e a Diplomacia Tanaka podem ser categorizadas como doutrinas.

E

Economicismo:

Economicismo é a orientação da postura de política externa do Japão no período pós Segunda Guerra, com o objetivo de diminuir o desgaste diplomático deste país com seus vizinhos, decorrente do período da guerra, mantendo uma atuação diplomática de baixa visibilidade. O principal objetivo desta política externa era de apaziguar o ressentimento entre estes povos e o Japão, restabelecer o comércio e sanar disputas diplomáticas e fronteiriças com este país e centrando as interações com os vizinhos unicamente na pauta comercial.

Endaka (ver Acordos de Plaza):

O Acordo de Plaza (1985) produziu uma depreciação do Dólar frente ao Yen que acabou resultando no estouro da bolha monetária japonesa na década seguinte. O *Endaka* encarece a mão de obra japonesa e criou um estímulo para investimento externo e transferência do parque produtivo de menor valor agregado para as economias do sudeste asiático, intensificando a estratégia dos Gansos Voadores que gerou uma maior globalização da indústria japonesa, que detém o crescimento industrial japonês mas aumentou a capacidade de investimento industrial, em 1987 e 1988 atingiu as taxas de 4,5% e 5,7%. Este ciclo de acumulação privada, decorrente da valorização do Yen, permitiu num alto investimento no setor de desenvolvimento e tecnologia, que criou um novo ciclo de demanda de consumo interno reduzindo os montantes de importações. Contudo, o Yen forte produziu uma

substancial redução das taxas de juros japoneses, de 1985 e 1987 a taxa de redesconto reduziu de 5% para 2,5%, diminuindo assim o endividamento das empresas nacionais. Os capitais de fontes não-operacionais das empresas industriais obtiveram um resultado expressivo que criou um novo ciclo de investimentos financeiros, os *Zaitech*. (TORRES, 1992).

Estado Logístico

De acordo com Cervo (2002) é aquele em que o Poder Central transfere à sociedade a ação de empreendimento, atuando como linha auxiliar para realizar a exportação e inserção da economia deste país no Sistema Internacional. Contudo, decorrente deste modalidade, a inserção não guiada dos investimentos leva a inserção do país no Sistema de forma subordinada. Ver Estado Normal.

Estado Normal

Estado Normal é termo empregado para as atribuições e competências de um Estado. Um Estado Normal possui soberania sobre deliberações de política econômica, financeira, administrativa, legal, de gestão, defesa e outras áreas. Por exemplo, um país ocupado por um outro Estado perde a autonomia para decidir a aplicação de seus recursos ou até capacidades de defesa, desta forma, país que eram colônias de potências estrangeiras no século XVIII ao XX não podem ser classificados como Estados Normais. No caso japonês, a capacidade de defesa é constrangida de forma constitucional, levando assim ao país depender da manutenção de alianças externas para fazer frente às incursões agressivas de seus vizinhos. Ver *Bandwagoning*.

G

Gansos Voadores (ver Subcontratação Japonesa)

Tese do economista Akamatsu (1962) que propunha a divisão das condições de trabalho da cadeia produtiva regional japonesa ao longo de diversos países, criando uma série de subcontratações da cadeia produtiva, para fins de reduzir custos e estabelecer indústrias próximas às redes de extração de matéria-prima. Segundo Akamatsu, a proposta era alcançar aos países menos desenvolvidos os setores produtivos de baixo valor agregado e de baixa complexidade e manter sobre solo japonês a indústria de ponta dentro da cadeia produtiva. Ver os Tigres Asiáticos.

Geopolítica

Área do conhecimento que leva em consideração nas análises das relações de força entre Nações o papel da Geografia e da Demografia. Não que estes fatores sejam determinantes, mas são devem ser elevados em contato na relação de capacidades econômicas (acesso a matéria-prima e mercado nacional), tamanho da população, capacidade de consumo e mão de obra qualificada, além da geografia física, como barreiras naturais, fronteiras, acessos às vias fluviais ou marítimas, tamanho do território e vizinhos nacionais.

Grande Estratégia

O termo Grande Estratégia foi originalmente empregado para definir ações dos Impérios com objetivos de empregar tanto recursos nacionais – matéria-prima, capacidade industrial, mão de obra, capacidades militares e econômicas, além de outros fatores – das Metrôpoles quanto os recursos de suas colônias. Um exemplo deste processo é o conceito e Grande Jogo, empregado para definir as disputas do Império Britânico e o Império Russo no controle da Ásia Central no final do século XIX, o Grande Jogo era a definição de que áreas eram vitais para a expansão de cada um dos impérios, Grande Estratégia era o emprego dos recursos para atender este objetivo. Originalmente o termo era empregado no projeto de poder das Grandes Potências, contudo, conforme aponta Kanehara (2011), o termo serve para definir como um Estado soberano emprega seus recursos para definir sua capacidade de influência sobre uma região, não existe nenhum Estado nacional existente até o presente momento que conseguiu definir um projeto de influência global em sua totalidade, EUA tiveram sua capacidade de influência global contestada pela União Soviética e no século XXI, a China vem definindo limites das capacidades de influência ocidental.

I

Isolacionismo

Postura diplomática adotada pelo governo japonês iniciada no final do século XVII, antes do final do Período Sengoku (1615) decorrente da presença de comerciantes e religiosos estrangeiros – na sua maioria, portugueses e holandeses – que introduziram tecnologias militares para alguns líderes militares locais (Xogum), tais como o arcabuz, fundição de metal e canhoneira, que favoreceram determinadas facções. Apesar do clã Tokugawa ser vitorioso

na unificação do país com o emprego dessas armas, o próprio líder, Tokugawa Hideyoshi, para fins de conter algum levante militar de algum líder descontente, criou mecanismos de restrição do contato do país com comerciantes externos, destinando o porto de Hiroshima como um dos poucos pontos de contato. A postura perdurou até o bombardeamento do porto de Yokohama, pelo comodoro Matthew Perry em 1853. É atribuído que o isolacionismo japonês levou ao aprofundamento da cultura e artes nativas e auxiliou a consolidação do sentimento nacional, entretanto, esta postura levou a uma defasagem tecnológica em todas as áreas do conhecimento frente aos seus vizinhos asiáticos.

K

Keiretsu (ver Zaibatsu)

Durante a ocupação americana, para fins de democratizar a economia do Japão, iniciou-se o processo de dissolução das empresas semi-piramidais tradicionais do país – os Zaibatsu. Foram indicados 16 *zaibatsu* para serem dissolvidos e outros 26 foram reorganizados. Contudo, o processo de desindustrialização no país foi revertido pela adoção do plano Curso Reverso, pois o país tornou-se polo de assistência industrial aos interesses americanos no continente para fazer frente à expansão do bloco soviético sobre a região. Constitui-se hoje seis grandes Keiretsu: Fuyo, Sanwa (Midorikai), Sumitomo, Mitsubishi, Mitsui e Dai-Ichi Kangyo.

M

Modernização (ver Ocidentalização)

Modernização é o processo de melhorar as tecnologias físicas ou não físicas adaptando-as para processos mais eficazes. O conceito de modernidade discutido nesta tese refere-se a apropriação de uma sociedade por técnicas mais avançadas de outra sociedade, o presente debate não pretende discutir a noção de Modernidade de Weber e procura dissociar o termo sobre desenvolvimento ocidental. Ver Ocidentalização.

O**Ocidentalização (ver Orientalismo)**

Ocidentalização é o processo em que sociedades não ocidentais buscam mimetizar ou adaptar instituições, práticas ou valores produzidos pelas economias industriais do núcleo orgânico do capitalismo, notadamente, Inglaterra, Estados Unidos, França, Itália e Alemanha, que tornam-se a imagem de idealismo de um “Ocidente” para os povos de outros continentes fora da Europa Ocidental e América do Norte. Nota-se que o termo “Ocidente” não inclui alguns povos ibero-europeus (Espanha e Portugal) e a totalidade dos povos latino-americanos. Said (1979) aponta que é necessário destacar que Ocidente não necessariamente é valor de modernidade ou desenvolvimento, o emprego destes dois termos – ocidentalização e modernização – como sinônimos são processos de dominação cultural que o Ocidente aplica sobre as demais sociedades em que estes subjugam.

Orientalismo (ver Ocidentalização)

Daisuke (2016) e Said (1979) apontam que o Ocidente tornou-se a cultura dominante não apenas por desenvolver ferramentas e tecnologias mais avançadas que outros grupos culturais, além da dominação material, o Ocidente também tratou de criar mecanismos de dominação cultural, afirmando-se como uma cultura mais avançada que as demais – logo, moralmente mais elevada que os demais povos. Said destaca que o conceito “Oriente” serve para definir o “outro” aquilo que não é “Ocidente” ou algo que se deve tomar como referência, atribuindo a estes diferentes valores que – não necessariamente de forma correta – não desejados ou considerados de moralidade “inferior” ou procedimentos primitivos, exóticos e carentes de processos de civilidade que criou prerrogativas morais para afirmar-se como entidades de dominação sobre outras sociedades, construindo a narrativa que o papel do Ocidente (civilizada e avançado) seria de trazer a prosperidade dos povos não ocidentais (primitivos e atrasados). Daisuke aponta que o processo de “ocidentalização” é um processo dos povos não-ocidentais em se subjugarem aos mecanismos de dominação legal, cultural, econômica e moral de uma sociedade alienígena.

P

Pan-asianismo

Durante a década de 1910 e 1920, particularmente durante o período da Democracia Taisho (1912-1926) a elite cultural, política e acadêmica japonesa realizou uma série de debates para discutir o papel do Japão frente ao novo processo de desenvolvimento e sua relação com os demais povos asiáticos. Alguns líderes defendiam que o Japão, tais como Fukuzawa Yukichi, deveria liderar o processo de desenvolvimento regional através de ações duras, pois se estes povos caíssem em mãos ocidentais e apontava que os povos asiáticos deveriam estar unidos numa frente ampla contra a expansão ocidental. Outros pensadores, entre eles o diplomata Shidehara, apontavam que o Japão deveria construir uma comunidade conjunta de nação, para fins de criar uma zona de investimento e prosperidade econômica conjunta. A manutenção das leis raciais dentro do Império Britânico e nos Estados Unidos reforçaram a ideia da necessidade de que os povos asiáticos fossem considerados inferiores pelo ocidente. O governo japonês, através do Ministro de Relações Exteriores Kôsai Uchida, chegou a lançar uma Proposta Igualdade Racial de junto a Liga das Nações, negado por Estados Unidos e Austrália, o desgaste com o Reino Unido levou a não renovação da Aliança Anglo-Japonesa em 1923, a derrota diplomática reforçou o grupo que defendia uma ação mais enérgica contra o ocidente ganhou peso. Com o crescimento da cúpula militar no gabinete, o tema de cooperação entre povos asiáticos paulatinamente perdeu espaço para um projeto de dominação região, até que, em 1938, o Kiyoshi Miki propôs a criação de uma zona de controle asiático, buscando mimetizar o Império Britânico e o Terceiro Reich, a Grande Esfera de Co-prosperidade Asiática (大東亞共榮圈, *Dai Tōa Kyōeiken*).

Partido Liberal Democrata (PLD)

Partido fundado em 1955 e, desde a reestruturação do sistema parlamentarista pós Segunda Guerra, este partido ficou a frente da administração do governo desde então, com exceção dos anos de 1993 e 1994 e de 2009 até 2012, somando assim, sessenta anos de governo. Ideologicamente é um partido que tende a aglutinar lideranças e interesses das elites nacionais empresariais, abarcando ideologias de caráter ora conservadora ora liberais e que tende a favorecer setores privados dos grandes conglomerados industriais ou econômicos (*Keiretsu*). O partido foi fundado pela fusão do Partido Liberal (自由党, *Jiyutō*), de Yoshida Shigeru, primeiro Primeiro-Ministro após o fim do governo militar e Partido Democrático do Japão (日

本民主党, *Nihon Minshutō*), de Hatoyama Ichirō, principal político de oposição durante o período da Segunda Guerra. O PLD tornou-se a principal arena política do país, constituindo a sua disputa interna como mecanismo de não apenas coibir a ascensão de novas elites nacionais ou movimentos de contestação da ordem estabelecida, mas também conservar, nas instâncias centrais de Poder do Estado japonês, a preservação das oligarquias dos conglomerados industriais e financeiros. A sua relação com a elite burocrática assegura que a agenda de governo não tenha grandes rupturas a cada mudança de gestão. Ver também o Triângulo de Ferro.

Poder Brando (*Soft Power*)

Termo cunhado por Joseph Nye (NYE, 2009), cientista político americano, em conjunto com o objetivo de criar relações de influência de um país sobre outro povo. Esta influência pode ser cultural, de valores, de língua, costumes, consumo ou até um modelo de sociedade. O Japão é um dos países em que mais apostou na sua capacidade de influência global através do Poder Brando, através de instituições governamentais de promoção ao desenvolvimento, como a JICA (ver Assistência Oficial ao Desenvolvimento), através de promoção de uma imagem de um país tecnológico e desenvolvido, como o marketing de *Cool Japan*, ou através da influência de capitais e investimento (ver Diplomacia do Yen). Além do Poder Brando, alguns países se utilizam do Poder Duro, que é o emprego de modos de coesão e convencimento através das capacidades de força tradicional, como força militar ou coação monetária.

Polaridade

Polaridade é o número de Potências que um Sistema Internacional comporta, durante o século XIX o Reino Unido conseguiu impor sua vontade sobre os demais povos encontrando pouca contestação de suas capacidades, onde a França se colocava como Potência desafiante mas não conseguia criar um outro polo de poder. Após a Segunda Guerra, Estados Unidos e URSS se configuraram como Potências Regionais e constituíram, cada um, seu Sistema Internacional – o Sistema Capitalista e o Sistema Soviético – configurando assim uma Bipolaridade. Após o colapso da União Soviética, o Sistema Soviético chega a um fim, levando a um momento de Unipolaridade, com o crescimento das capacidades econômicas e militares tanto da China quanto da União Europeia e a reestruturação da Rússia surge a

possibilidade de se cogitar que estamos passando por um período Multipolar, mas sem constituir um Sistema Internacional concorrente.

Potência Hegemônica

Conceito de Relações Internacionais que define a situação em que um Estado soberano consegue influenciar – pelo Poder Brando ou pelo Poder Duro – as decisões de outras nações ou povos, fazendo-os agir sobre sua vontade ou interesse. A Potência Hegemônica pode ser global ou regional, isto define sobre quantas instituições ou outras nações limitam ou coíbem os interesses desta potência. Sobre as disputas de poder das potências, ver Polaridade.

R

Realismo Neoclássico

Teoria de análise de Relações Internacionais derivada da teoria Neorrealista de Kenneth Waltz. A corrente do Realismo Neoclássico consiste em uma postura alternativa de interpretação da política externa, logrando as capacidades materiais – suas capacidades produtivas – entre os Estados como variável independente que tem como variável interveniente as condicionantes internos – *Innenpolitik* – em que esta teoria pondera condições internas nas respostas internacionais do Estado, apontando que os Estados não respondem automaticamente os fatores externos, mas pressões internas também são relevantes na produção e condução da política externa.

Restauração Meiji

A Restauração Meiji destituiu do poder o Clã Tokugawa que estava no poder desde o fim do período Sengoku (1615) levando ao poder o Imperador Mitsuhiro (Meiji) em 1868. Pela interpretação marxista, a Restauração Meiji pode ser compreendida como uma revolução burguesa que suplanta a ordem vigente - aristocracia feudal - mas, difere do processo revolucionário francês pelo fato de não contar com a mobilização das massas campesinas japonesas. A transição de regime não foi pacífica e contou com oposição de parte da aristocracia feudal que eclodiu na Guerra de Boshin (1868-1869), que tiveram como principal confronto o conflito de Satsuma e findada apenas quando as forças do antigo regime foram derrotadas em Hakodate. O novo governo japonês realizou processos modernizantes burgueses e tratou de tornar o Estado no principal fiador ao processo de industrialização do

país no final do século XIX, cooptando e convertendo as elites aristocráticas em burgueses ao lograr a estes elites o controle da nova indústria japonesa. É por esta razão que muitas marcas conhecidas mundialmente, possuem nomes de antigos clãs feudais, tais como Mitsubishi, Honda e Kawasaki.

S

Sistema de 1955 (sistema eleitoral)

Em 1955, com o término do controle da Comando Supremo das Forças Aliadas (*Supreme Commander for the Allied Powers - SCAP*) o país realiza uma profunda reforma em seu sistema eleitoral, adotando o modelo do Voto Único Não-Transferível (*Single non-transferable vote - SNTV*), que possui certos aspectos de um modelo proporcional, contudo, ao contrário do que ocorre no modelo adotado no Brasil (método D'Hondt) onde, no sistema proporcional, os candidatos compartilham o voto de legenda, dando maior peso aos partidos, o modelo japonês favorece a concentração de votos em indivíduos, onde os votos de legenda não são compartilhados com os demais candidatos do mesmo partido. Apesar do modelo SNTV favorecer a ascensão de minorias, entretanto, devido a longa permanência do Partido Democrata Liberal no cenário político japonês, este partido possui muito mais engajamento de indivíduos do eleitoral de maior idade do que os jovens eleitores - o voto não é obrigatório no país - levando o cenário político a reproduzir a postura conservadora do recorte demográfico do eleitorado mais idoso. Tendo em vista que o modelo SNTV tende a dar mais peso aos indivíduos do que partidos, os políticos tradicionais possui baixa capacidade de transferir votos para novas lideranças, reforçando a centralização dos votos nestes nomes e coibindo o surgimento de novas lideranças, somando a isto, a baixa tradição partidária de outras legendas, acaba levando a concentração dos votos ao Partido Liberal Democrata (PLD).

Sistema Internacional

O Sistema Internacional compreende o arranjo de relações entre Estados soberanos, este sistema regula, por meios formais ou informais, as relações de troca, comércio, fronteiras, soberania, diplomacia e outras instituições correspondentes à relação entre povos. O Sistema Internacional pode comportar uma região – como no período do Império Romano que constitui o Sistema Internacional Mediterrâneo, ou o Sistema Internacional Asiático, centrado no Império chinês, que perdurou, com mudanças e modernizações, desde a dinastia Sui (581)

quando estabeleceu o modelo tributário sobre os povos externos a cultura Han e perdurou até um pouco antes do fim da dinastia Qing (1912) quando este sistema fora suplantado pelo Sistema Internacional Ocidental. O Sistema Internacional Ocidental, denominado pela literatura ocidental de Sistema de Westfália, foi o único que conseguiu definir globalmente.

T

Tigres Asiáticos (ver Gansos Voadores)

Nos anos 70, Coreia do Sul, Hong Kong, Taiwan (região) e Singapura configuraram como novos pólos industriais decorrentes do processo de subcontratação japonesa que logrou a estes países uma parte da tecnologia de ponta dentro da cadeia produtiva das empresas nipônicas. O desenvolvimento ocorreu através de políticas de investimento estrangeiro direto, políticas de incentivo cambial, aporte do Estado nacional para áreas de desenvolvimento, pesos investimentos em infraestrutura e investimento na área de educação e tecnologia – que levou a criação de centros de desenvolvimento e pesquisa. Este processo resultou numa rápida modernização e industrialização, configurando estes países como países recém-industrializados (*Newly Industrialized Countries* NIC).

Triângulo de Ferro

Termo que se refere às lideranças do Japão: O Partido Liberal Democrático (PLD), a Burocracia dirigente e o setor industrial. Drucker (1998) salienta que este arranjo compõem o “triângulo de ferro”, isto é, a política do Japão é decidida pelos políticos, pelas corporações e pela burocracia e, em muitos casos, um único ator possui decisão e participação em mais de um desses vértices do poder, como no caso da família Aso, Yoshida, Fukuda e Hatoyama. A família Aso é responsável por uma das maiores siderúrgicas do Japão, tendo sede em diversos países. No Brasil, a Aso Co. tem como principal parceiro a Vale do Rio Doce e seu maior expoente político é Aso Taro, Primeiro-Ministro do Japão de setembro de 2008 até setembro de 2009, que viveu por quase dez anos em terras brasileiras e fala português fluentemente. A família Yoshida é uma das mais tradicionais famílias políticas do Japão, tendo fortes vínculos com a burocracia. O Primeiro-Ministro Yoshida Shigeru foi o primeiro dirigente político civil do país após a guerra, governando o país de 1946 até 1954. A família Fukuda também tem fortes laços com outras famílias políticas e inclusive, com a própria família imperial. Teve ao longo de sua história moderna dois Primeiros Ministros, o Sr. Fukuda Takeo, que governou de

dezembro de 1976 até dezembro de 1978 e Fukuda Yasuo, de 2007 até 2008. A família Hatoyama é co-fundadora do Partido Democrata do Japão (PDJ) (com forte apoio de Ichiro Ozawa) e é proprietária de diversas companhias, entre elas, a Bridgestone (seu avô materno possui o sobrenome de Ishibashi Shojiro, onde seu sobrenome pode ser traduzido como Ishi (石) “pedra” e bashi (橋) “ponte”). Hatoyama Yukio governou o país de setembro de 2009 até junho de 2010. Seu pai, Hatoyama Ichiro, participou ativamente da política japonesa durante a após a guerra e quase tornou-se o primeiro Primeiro-Ministro em 1946 (CHIARELLI, 2009). É da competência do Primeiro-Ministro compor o Gabinete, que será composto por integrantes de ambas as câmaras. São 35 ministérios do Japão, contudo, estes são distribuídos a apenas 17 Ministros que possuem a incumbência de gerenciar estas pastas, contudo, deve-se destacar que devido a estrutura de poderes daquele país, antigos funcionários da administração pública assumem grande importância na tomada de decisão, tendo casos em que muitas decisões são tomadas pela burocracia ministerial, onde o Ministro apenas é relegado a função de balizador da agenda aprovada pelos burocratas do ministério. Este tema está em voga na política japonesa há no menos uma década, onde diversos candidatos – tanto de situação quanto oposição – clamam por maior poder aos políticos face a burocracia (DRUKER, 1998).

Z

Zaibatsu (ver Keiretsu)

Conglomerados empresariais ou industriais criados após a Restauração Meiji, dirigidos pelos burocratas do governo em áreas de desenvolvimento desejadas para a reforma do Japão, controlados por uma única família ou clã e que geralmente incorporava o nome destas lideranças associados geralmente aos quatro maiores grupos econômicos – Mitsui, Mitsubishi, Sumitomo e Yasuda – cujas atividades operam desde setor industrial ao setor financeiro. Com a ocupação do Japão, iniciou-se o processo de desindustrialização do país que atingiu diretamente estas empresas, que foram fragmentadas em outras empresas menores, contudo, com a vitória de Mao Tsé Tung sobre a China e o eclodir da Guerra na Península coreano, inicia-se o processo de concessão de títulos e transferência de patentes para fins de permitir que a indústria japonesa possa atender ao exército americano no extremo oriente, este processo foi denominado de Curso Reverso.

Zaitech (ver Endaka)

Com a desregulamentação do mercado financeiro global após 1985, “um novo segmento de investimento entrou em operação no setor de serviços japoneses, as empresas que realizam arbitragem conduzidas por empresas não-financeiras, voltadas a aumentar o lucro e liquidez das corporações através de receitas não-operacionais, em lugar da produção e venda de bens e serviços” (TORRES, 1992). Estes serviços permitiram realizar ações que aumentavam o saldo das empresas, contudo, as críticas desta operação era de que as Zaitech permitiam obter lucro de investimento operacionais, mas não por meios produtivos, este aumento e acesso a créditos de juros baixo produziu um efeito em cascata que resultou num processo especulativo desenfreado, onde o patrimônio líquido da empresa já não mais correspondia aos valores nominais, resultando, na década de 90, o estouro da bolha especulativa.